

Desvelando percepções de uma realidade

O extermínio de adolescentes e jovens

Organização:

André S. Musskopf | Alda Pinto Menine | Fabiane Bernardo da Silva
Jaira Adriana Garske | Jean Carlo Pereira Cardoso | Lara Nasi
Loreto Cecília Riveros Illanes | Micheli Fabiana Duarte
Odete Zanchet | Thais Fontella Nunes

Tatiana

Roque

Cristiana

Marcia

Jeferson

Marcelle

Beatriz

Dionatan

Maho Rosa

fernando

felipe

João Paulo

Antonio

Yagner

Rodrigo

Fabiana

Paulo

Tatiane

Liandomar

Nah

Bruno

Elson

Patrik

Veridiana

Paulinho

Admilson

Leandro

cristiane

Os nomes estampados na página inicial desse livro são de adolescentes e jovens que tiveram alguma relação com o Proame-Cedeca e foram assassinados/as. Por trás desses nomes estão rostos, histórias, vidas. Vidas breves. Eles estão colocados aí para fazer memória, para que não sejam esquecidos e, também porque representam muitos/as outros/as adolescentes e jovens que viveram e vivem a mesma situação em nossa cidade, no país e em diversas partes do mundo e permanecem anônimos/as, invisíveis. Suas mortes denunciam relações sociais deterioradas e seus nomes resgatam, de alguma forma, a sua dignidade violada.

DESVELANDO PERCEPÇÕES DE UMA REALIDADE

O extermínio de adolescentes e jovens



Centro de Estudos Bíblicos – CEBI

Secretaria de Publicações

Rua João Batista de Freitas, 558

Caixa Postal 1051

93121-970 São Leopoldo/RS

Tel.: (051) 3568-2560

Fax: (051) 3568-1113

www.cebi.org.br

vendas@cebi.org.br

DESVELANDO PERCEPÇÕES DE UMA REALIDADE

O extermínio de adolescentes e jovens

Autores e Autoras

Alda Pinto Menine
André S. Musskopf
Eloir Heimerdinger
Fabiane B. da Silva
Idilbar Vieira Pereira
Jaira Adriana Garske
Jean C. P. Cardoso
Lara Nasi
Loreto Riveros
Luís Paulo Arena Alves
Micheli Fabiana Duarte
Mônica Pereira Brito
Odete Zanchet
Paulo P. de Albuquerque
Raquel Zimmermann
Sergio Amarildo Evangelista Soares
Thais Fontella

São Leopoldo
2014

PROAME-CEDECA

Conselho Diretor

Allan Ervin Krahn – Presidente
Olga Maria M. Farina – Vice-Presidente
Henry Seibert – Secretário
Marilisa Muller – Tesoureira
Charles Pranke – Vogal

Conselho Fiscal

Nélio Schneider – Titular
Cilene Dagmar M. da Silva – Titular
Arno Edwino Muller – Titular
Antoninha Della Méa Lima – Suplente

Equipe Proame-Cedeca

Alda Pinto Menine – Advogada e Coordenação de Projetos
Fabiane Bernardo da Silva – Educadora
Idilbar Vieira Pereira –
Jaira Adriana Garske – Assistente Social e Coordenação de Projetos
Jean Carlo Pereira Cardoso – Educador
Lara Nasi – Assessora de Comunicação
Leci de Fátima da Silva – Serviços Gerais
Loreto Cecília Riveros Illanes – Psicóloga
Márcia Bernardes – Assessora de Comunicação
Maria de Fátima Pranke – Assessora Administrativa Financeira
Micheli Fabiana Duarte – Educadora
Odete Zanchet – Diretora Executiva
Siliane Brum Ferreira – Auxiliar Administrativa
Thais Fontella Nunes – Assistente Social

FACULDADES EST

Oneide Bobsin – Reitor
Remí Klein – Vice-Reitor e Pró-Reitor de Ensino e Extensão
Valério G. Schaper – Pró-Reitor de Gestão
Rudolf von Sinner – Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Gênero e Religião

André S. Musskopf – Coordenação
Marcia Blasi – Coordenação

Projeto de Pesquisa

André S. Musskopf – Coordenador

Capa: Lara Nasi

Revisão: Nélio Schneider

Diagramação: Rafael Tarcísio Forneck

D478 Desvelando percepções de uma realidade - o extermínio de adolescentes e jovens. / Autores: Odete Zanchet ... [et al.] – São Leopoldo: CEBI, 2014.

262 p.

ISBN 978-85-7733-213-7

1. Violência - Adolescente - Jovens. I. Zanchet, Odete. II. PROAME-CEDECA.

CDU 316.647.3-053.6

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil - CRB 10/1184

Esta publicação contou com o patrocínio da PETROBRAS e apoio da
KNH – KinderNotHilfe, através dos projetos Comunidade Ativa e Pelo
Direito de Viver com Dignidade, executados pelo Proame-Cedeca.

Agradecimentos

Esta publicação é resultado da soma do empenho de muitas pessoas e do compromisso de muitas Instituições que deram o suporte para que fosse concretizada a ideia dos Projetos *Comunidade Ativa e Pelo Direito de Viver com Dignidade*, de forma especial, deste livro. Nosso reconhecimento e gratidão pela colaboração de todos/as.

- Conselho Diretor e Conselho Fiscal do Proame-Cedeca
- PETROBRAS
- KNH – KinderNotHilfe
- Faculdades EST – Programa de Gênero e Religião
- Lideranças, familiares, adolescentes e jovens das Comunidades das regiões Leste e Nordeste de São Leopoldo/RS que compartilharam suas histórias e reflexões
- Estudantes e professores/as das Escolas que participaram da pesquisa quantitativa
- 2ª CRE – Coordenadoria Regional de Educação/RS
- Secretaria Municipal de Educação – São Leopoldo/RS
- Carolina Cerveira, Daniel F. dos Santos, Marcela de Maia Sehn Fonseca e Marina Zoppas de Albuquerque

Nossa consideração especial a **André Musskopf** pelo profissionalismo e parceria na condução da organização desta publicação e a **Nélio Schneider** pelo competente e dedicado trabalho de revisão da produção textual.

Equipe de trabalho do Proame-Cedeca

Sumário

APRESENTAÇÃO	13
PARTE I	
Percepção do extermínio de adolescentes e jovens nas regiões Leste e Nordeste de São Leopoldo	19
Por que “extermínio”? – Uma reflexão introdutória.....	21
O Proame-Cedeca e o extermínio de adolescentes e jovens.....	33
Na ponta do lápis: Estudo quantitativo com adolescentes e jovens	41
A comunidade fala: Entrevistas com adolescentes, jovens, familiares e lideranças comunitárias	75
A percepção da prática: histórias e reflexões de quem <i>faz com</i>	147
O extermínio de adolescentes e jovens: histórias, memórias, visões e emoções <i>Odete Zanchet</i>	149
Recortes do cotidiano: atuação do Centro de Defesa <i>Alda Pinto Menine</i>	157
Adolescentes e jovens vítimas de extermínio: os cidadãos que a sociedade torna invisíveis <i>Jaira Adriana Garske</i>	163
É preciso rasgar o silêncio sobre o extermínio de adolescentes e jovens <i>Micheli Fabiana Duarte</i>	169
“Como poderiam os oprimidos dar início à violência, se eles são o resultado de uma violência anterior?” <i>Fabiane B. da Silva</i>	175

Percepções do extermínio: sentimentos <i>Jean C. P. Cardoso</i>	179
Apreender por meio dos sentidos <i>Loreto Riveros</i>	185
A subjetividade da profissional que atua em situações de violência e extermínio de adolescentes e jovens <i>Thais Fontella</i>	191
O extermínio de adolescentes e jovens e a importância de estabelecer um debate público sobre o tema <i>Lara Nasi</i>	197
O extermínio de adolescentes e jovens nas regiões Leste e Nordeste de São Leopoldo: In/Conclusões <i>André S. Musskopf</i>	201

PARTE II

Ampliando o debate	209
Extermínio de adolescentes e jovens no Brasil: um olhar sociológico dos aspectos simbólicos e subjetivos que permeiam essa problemática <i>Eloir Heimerdinger, Idilbar Vieira Pereira, Luís Paulo Arena Alves & Sergio Amarildo Evangelista Soares</i>	211
Olhares sobre a psiquiatrização e medicalização de crianças e adolescentes institucionalizadas <i>Mônica Pereira Brito</i>	221
No extermínio de crianças e adolescentes: a cidadania corrompida! <i>Paulo P. de Albuquerque</i>	231
Ressignificando a vida após uma perda inominável <i>Raquel Zimmermann</i>	249

POSFÁCIO

Fragmentos da dor.....	259
------------------------	-----



Apresentação





*Yes and how many deaths will it take till he knows
That too many people have died¹*

Existem coisas que a gente não quer saber. A vida é complicada demais; por que complicar mais ainda? Não é problema meu. Não afeta minha família, nem meus amigos e minhas amigas. Este livro fala de uma dessas coisas. Uma coisa que dizemos que não nos afeta, mas nos enganamos. Por que tantos /as adolescentes e jovens estão morrendo, morrendo violentamente?

Não é verdade que pessoas entre 12 e 25 anos de idade por “natureza” se envolvem com ações perigosas? É o tempo da vida para testar os limites. Os/as jovens pensam que são invencíveis. A morte, pensam, é para os velhos. Sim, é verdade que jovens correm mais riscos do que pessoas de outras faixas etárias. Mas os números! Como a frase da canção de Bob Dylan diz: “Pessoas demais já morreram”. Por que no Brasil morrem mais jovens do que em outros países? Não, não é “natural”. Países em guerra não têm tantos/as jovens morrendo como o Brasil. Com uma taxa de 54,8 homicídios por 100 mil jovens (2007-2011), o Brasil ocupa a sétima posição entre 95 países. O Iraque, por outro lado, ficou na vigésima terceira posição com a taxa de 10,7 por 100 mil jovens.² Nós, brasileiros e brasileiras, temos que parar de fingir que isso é natural. É uma ferida aberta em nossa sociedade e temos que enfrentar essa situação.

Outra frase da canção *Blowin in the Wind* afirma: “Sim, e quantas vezes um homem pode virar sua cabeça / E simplesmente fingir que não está

¹ Bob DYLAN. *Blowin in the Wind*. Música. Tradução: “Sim, e quantas mortes são necessárias até ele saber / Que pessoas demais já morreram”.

² Julio Jacobo WAISELFISZ. *Homicídios e juventude no Brasil: mapa da violência 2013*. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude, 2013. p. 67-68. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf>. Acesso em 22.2.2014.

vendo?”³ Este livro quer desvelar essa realidade a partir de São Leopoldo – RS, começando o processo de desvelamento por aquilo que está ao nosso lado. A morte violenta de adolescentes e jovens não é uma realidade somente em grandes cidades, como São Paulo ou Rio de Janeiro, mas está presente em todos os lugares. O problema também está aqui e requer ações agora. Nos momentos finais de preparação deste livro, recebemos a triste notícia do assassinato de uma das jovens que participava das atividades do Proame-Cedeca na região Leste. Não podemos nos calar e continuar escondendo essa ferida que sangra.

Este livro foi produzido a muitas mãos. Não é de autoria de uma ou duas pessoas. Toda a equipe do Proame-Cedeca participou na sua construção com a ajuda especial do Dr. André Musskopf, professor e um dos coordenadores do Programa de Gênero e Religião da Faculdades EST, o qual coordenou a pesquisa. Mas não foi somente a equipe do Proame-Cedeca que produziu o material que compõe este livro. Se não fosse a participação das pessoas que moram nas regiões Leste e Nordeste de São Leopoldo, das pessoas que sentem mais agudamente a violência, a morte e, sim, o extermínio de adolescentes e jovens, o livro seria somente um texto acadêmico seco ou um relato de experiência. O livro na realidade não é da equipe do Proame-Cedeca, mas dos/as moradores/as de duas regiões de São Leopoldo que enfrentam a violência cotidianamente e que enchem estas páginas com suas vidas e infelizmente também com a presença constante da morte.

A primeira parte do livro começa a desvelar a situação, perguntando pelo próprio significado do uso da palavra “extermínio”. Devemos usá-la? Não é uma palavra destinada a descrever estados totalitários como a Alemanha nazista ou a União Soviética de Stalin? Ou então para falar sobre a eliminação dos povos nativos das Américas? O primeiro capítulo argumenta que devemos usar essa palavra, pois não se trata de apenas algumas mortes de jovens, mas de extermínio mesmo. O segundo capítulo apresenta o Proame-Cedeca e seu

3. Em inglês: “Yes and how many times can a man turn his head / Pretend that he just doesn't see?”.

envolvimento com essa temática a partir do trabalho realizado no cotidiano. Os três últimos capítulos dessa parte trazem os resultados da pesquisa realizada pela equipe com as comunidades. Primeiro são apresentados os dados obtidos através de uma pesquisa quantitativa com 832 estudantes das escolas públicas das regiões pesquisadas, com algumas reflexões sobre a sua percepção acerca da violência, da morte e do extermínio no seu cotidiano. Depois, com o objetivo de dar voz à comunidade e entender e sentir como esta percebe seu cotidiano, são apresentados os resultados de entrevistas realizadas com adolescentes, familiares e lideranças comunitárias que tiveram contato direto com situações de ameaça de morte e assassinato de jovens e adolescentes. Às vezes é fácil ler estatísticas sem sentir verdadeiramente a gravidade da situação. É diferente escutar a dor e o sofrimento narrado por pessoas que vivenciaram a violência e precisam reconstruir suas vidas.

É importante desvelar a situação e não esconder o que está acontecendo. Essa aproximação e o conhecimento da realidade a partir de quem está diretamente implicado/a nela são fundamentais para enxergar suas formas de produção. Nessa linha, também é necessário colocar essa realidade no contexto mais amplo da violência contra adolescentes e jovens no Brasil para aprofundar nossa análise e buscar soluções para esse problema. Na segunda parte do livro, são apresentados vários artigos sobre a temática em questão. Além de tratar do tema específico do extermínio de jovens, há um estudo sobre a tentativa da sociedade brasileira de controlar jovens “desajustados/as” via institucionalização psiquiátrica e com o uso de psicofármacos. Em outro artigo, pergunta-se como nossa maneira de organizar política e economicamente a sociedade dentro de um marco capitalista/consumista cria um ambiente onde o extermínio ocorre, onde jovens marginalizados/as viram não cidadãos/ãs. O último artigo apresenta o relato de uma mãe que perdeu seu filho em consequência da violência. Um testemunho claro da existência da violência e de algumas maneiras possíveis de significar as diversas formas de extermínio, inclusive transformando a dor em força para lutar contra ele.

A leitura não será fácil. Há muita dor nestas páginas. Mas é necessário trabalhar juntos/as para dar um basta a essa situação. Continuar vivendo numa sociedade com tanta violência contra a juventude não deve ser uma opção. O primeiro passo é tomar coragem e enfrentar essa questão. Como Conselho Diretor, expressamos o nosso compromisso inequívoco com a superação dessa e de todas as formas de violência e queremos agradecer a todos/as que participaram deste projeto: à equipe do Proame-Cedeca em primeiro lugar, que dedicou muitas horas e não poucas lágrimas a ele e que o faz cotidianamente no seu trabalho comprometido; à Petrobras e à KNH (*Kindernothilfe*), cujo apoio financeiro garantiu não apenas a sua concretização, mas também os recursos necessários para um trabalho de alta qualidade; à própria equipe da KNH que foi importante para o desenvolvimento do projeto; e à Faculdades EST que, através da parceria com o Programa de Gênero e Religião, acompanhou o processo de pesquisa mediante a utilização de instrumentos cientificamente reconhecidos, respeitando e assumindo o conhecimento produzido pela equipe e pelas pessoas das comunidades pesquisadas como ponto de partida.

Que este material possa ser um instrumento útil e eficaz na defesa dos direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens.

Allan E. Krahn
Presidente do Conselho Diretor
Proame-Cedeca



PARTE I

A percepção do extermínio de
adolescentes e jovens nas regiões
Leste e Nordeste de São Leopoldo



Por que “extermínio”?

Uma reflexão introdutória

Há, na atualidade, um debate (às vezes silencioso ou levado pouco a sério) sobre a questão do “extermínio” de adolescentes e jovens. Embora não seja um debate tão novo, ele tem se tornado pouco visível por razões que esta publicação quer ajudar a desvendar. Não se trata apenas do uso ou não de uma palavra, mas de posicionamentos éticos e políticos diante de uma realidade vivida por grupos sociais no contexto de um sistema econômico que cria o que Leonardo Boff chamou de “dessemelhantes”⁴, ou daqueles/as que, segundo Boaventura da Souza Santos, vivem do “outro lado da linha” que divide as sociedades contemporâneas através das formas de pensamento abissal.

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que

⁴ BOFF, Leonardo. Ética e a formação de valores na sociedade. *Reflexão*. Instituto Ethos, v. 4, n. 11, out/2003. É o que o autor chama de “apartação social”. Segundo ele: “Há hoje um risco de bifurcação na família humana, o de que os desiguais deixem de ser desiguais, mas passem a ser considerados dessemelhantes e, portanto, não mais pertencentes à família humana. [...] Existe, pois, o risco de que efetivamente a humanidade aceite como inevitável essa apartação mundial entre ricos e pobres, entre aqueles que têm abundância de bens e serviços e aqueles que estão à margem de tudo isso, sobrevivendo com enorme dificuldade – o que leva à percepção de que os laços de cooperação e solidariedade são mínimos em todo o mundo. O fato é que a política mundial retrocedeu a níveis de barbárie nunca antes observados nos últimos quinhentos anos” (p. 4).

dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceite de inclusão considera como sendo o Outro. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante. Para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialéctica.⁵

Tendo como objetivo contribuir com o debate sobre o extermínio de adolescentes e jovens dentro desse contexto, propõe-se, aqui, traçar um panorama do debate sobre o tema, realizando uma breve revisão conceitual/bibliográfica que situe os/as leitores/as nessa discussão. Os textos e autores/as pesquisados/as estão dentro dos marcos epistemológicos e ideológicos partilhados pelo PROAME – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) em sua atuação, destacando-se os trabalhos/artigos/pesquisas que pioneiramente trataram do tema da violência e do extermínio de adolescentes e jovens.

De início foram revisados dicionários da língua portuguesa que apresentam diversas definições da palavra “extermínio”, com a intenção de definir o vocábulo e estabelecer relações entre a etimologia da palavra e o seu correspondente significado no contexto social. Esta consulta serviu para mostrar a

5 SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal*. Disponível em: [www.ces.uc.pt/bss/.../ Para_alem_do_pensamento_abissal_RCCS78.PDF](http://www.ces.uc.pt/bss/.../Para_alem_do_pensamento_abissal_RCCS78.PDF). Acesso em: 15 fev. 2014. Ainda segundo o autor: “No campo do direito moderno, este lado da linha é determinado por aquilo que conta como legal ou ilegal de acordo com o direito oficial do Estado ou com o direito internacional. O legal e o ilegal são as duas únicas formas relevantes de existência perante a lei, e, por esta razão a distinção entre ambos é uma distinção universal. Esta dicotomia central deixa de fora todo um território social onde ela seria impensável como princípio organizador, isto é, o território sem lei, fora da lei, o território do a-legal, ou mesmo do legal e ilegal de acordo com direitos não oficialmente reconhecidos. Assim, a linha abissal invisível que separa o domínio do direito do domínio do não-direito fundamenta a dicotomia visível entre o legal e o ilegal que deste lado da linha organiza o domínio do direito.”

profusão de conceitos e significados apresentados nos dicionários, sendo que as acepções da palavra “extermínio” ou do verbo “exterminar” variam entre matar, destruir e eliminar, até banir, executar, ceifar, amortalhar, liquidar.

Etimologicamente o vocábulo “extermínio” significa ação ou resultado de exterminar, destruição de um conjunto de indivíduos ou animais, aniquilamento ou extinção, supressão.⁶ O dicionário Houaiss define extermínio simplesmente como ato ou efeito de exterminar, exterminação.⁷ Quanto à ação de exterminar (verbo transitivo direto e bitransitivo), a mesma fonte a define como o ato de expulsar de algum território, região etc., banir, destruir de maneira cruenta, eliminar por morte, fazer (algo) chegar ao fim, acabar com morte, extirpar. Ou seja, em geral, as definições e conceitos encontrados carecem de conceituação sociopolítica. O fato de as definições nos dicionários de fácil acesso apontarem para situações graves e fortes, às vezes extremas, muitas vezes de maneira simplificada, talvez revele a dificuldade que o público comum tem para associar com a ideia de “extermínio” as diversas formas de violência praticadas contra jovens e adolescentes, inclusive o assassinato de muitos deles/as.

O estudo mais aprofundado sobre o tema leva a constatar que foi a partir da década de 1990 que os primeiros e principais estudos sobre a violência dirigida aos adolescentes e jovens começaram a ser realizados. Nesse período, seus principais pesquisadores/as estavam vinculados/as à saúde pública. Mas, a partir dessas pesquisas, o tema “extermínio” recebeu uma análise crítica, reflexiva e relacionada à questão social.

Em 1975, o Ministério da Saúde desenvolveu o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) que passou a registrar os dados de “homicídios e outras violências”, e desde 1979 os divulga. O SIM foi informatizado doze anos depois com a implantação do SUS e, sob a premissa da descentralização, teve a coleta de dados repassada à atribuição dos Estados e Municípios e suas

⁶ Léxico, *Dicionário de português online*: <http://www.lexico.pt/extermínio/> Acesso em 21/01/2014.

⁷ Instituto Antonio Houaiss, *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva, junho de 2009.

respectivas Secretarias de Saúde.⁸ Porém, é sabido que nem todas as mortes são notificadas como homicídio, e também que nem sempre a causa de morte registrada é a verdadeira. Nesse sentido, especula-se que os índices coletados não sejam fidedignos. Ainda assim, essa tem sido uma fonte importante para aferir dados que permitam analisar mais especificamente a questão da violência letal contra adolescentes e jovens.

Na pesquisa *Mortalidade de jovens: análise do período de 1930 a 1991 (a transição epidemiológica para a violência)*, de 1996, as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo foram analisadas no período de 1930 a 1991 para avaliação das mudanças no perfil baseado em causas de morte.⁹ Essa avaliação foi possível justamente porque os serviços de saúde passaram a contabilizar os registros de óbitos. A partir dessa análise, o contexto histórico do extermínio no Brasil, assim como o entendemos, começa a se evidenciar a partir da década de 1960 (com o início da formação dos grandes centros urbanos), ou seja, a partir do momento em que o homicídio passa ser a maior causa de morte entre adolescentes e jovens brasileiros, especialmente na faixa etária de 15 a 24 anos. Segundo essa pesquisa, até então a maior causa de mortes nessa faixa etária era doenças infecciosas.

Diante desse contexto, a juventude passou a ser reconhecida como o grupo etário mais vulnerável devido às questões a que está exposta/submetida. Nessa análise, foram considerados fatores como os impactos dos processos de industrialização e urbanização, desenvolvimento tecnológico, mudança nos processos produtivos e nas relações de trabalho. A partir de um olhar mais abrangente foi possível pensar a morte de adolescentes e jovens não apenas como atos isolados, mas como ato coletivo e social. A partir do conhecimento

8 Portal da Saúde – SUS: <http://svs.aids.gov.br/cgiae/sim/>. Acesso em 21/01/2014.

9 Leticia Legay Vermelho, Maria Helena P.de Mello Jorge. Mortalidade de jovens: análise do período de 1930 a 1991 (a transição epidemiológica para a violência). *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, v. 30, n. 4, ago/1996, p. 321: <http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v30n4/5082.pdf>.

desses dados passou-se à necessidade de debater profundamente a problemática e elaborar estratégias eficazes para o seu enfrentamento.

O primeiro “Mapa da Violência”¹⁰, datado de 1998, analisou dados dos 18 anos anteriores. Nele, foi demonstrado que a realidade de homicídios de adolescentes e jovens continuava a crescer no Brasil. Nessa análise, evidenciaram-se questões como o crescente índice de violência e homicídio de adolescentes e jovens, sua banalização, o descrédito da mídia e da opinião pública ao tratar do tema e a precariedade das políticas. A partir de 1998, anualmente, novas pesquisas foram realizadas. Em 2013, pretendeu-se elaborar um panorama da evolução da violência dirigida contra os jovens no período compreendido entre 1980 a 2011, analisando os dados de Estados, Capitais e Municípios, aprofundando as questões de gênero e de raça/cor das vítimas. No quesito “gênero”, o Mapa de 2013 mostra que:

Os estudos existentes coincidem na afirmação de que a vitimização homicida no país é notada e fundamentalmente masculina. A feminina só representa aproximadamente 8% do total de homicídios, mas com características bem diferenciadas da mortalidade masculina. Ainda assim, apesar desse baixo índice, no último ano acima de 4,5 mil mulheres foram vítimas de homicídio. Nos 32 anos considerados – de 1980 a 2011, morreram assassinadas 96.612 mulheres. Só no presente século, morreram praticamente a metade desse total.¹¹

Quanto à “raça/cor”, o Mapa 2013 apresenta aspectos relevantes:

- O número de vítimas brancas caiu de 18.867 em 2002 para 13.895 em 2011, o que representou um significativo decréscimo: 26,4%.
- Já as vítimas negras cresceram de 26.952 para 35.297 no mesmo período, isto é, um aumento de 30,6%.

10 Julio Jacobo Waiselfisz. *Mapa da violência contra os jovens no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

11 Julio Jacobo Waiselfisz. *Mapa da violência – homicídios e juventude*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, 2013, p. 66.

- Assim, a participação branca no total de homicídios do país cai de 41% em 2002 para 28,2% em 2011. Já a participação negra, que já era elevada em 2002: 58,6%, cresce mais ainda, vai para 71.4%.
- Com esse diferencial a vitimização negra passa de 42,9% em 2002 – nesse ano morrem proporcionalmente 42,9% mais vítimas negras que brancas – para 153,4% em 2011, num crescimento contínuo, ano a ano, dessa vitimização.¹²

Assim, conclui-se que o jovem do sexo masculino, negro e morador da periferia é a principal vítima de execução. O Guia Municipal de Prevenção da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens referencia a situação de extermínio desse grupo social ao dizer que “as maiores vítimas da violência letal no Brasil são os adolescentes e os jovens, particularmente os negros, do sexo masculino e moradores de favelas e periferias urbanas”¹³. Seguindo essa lógica, o Proame-Cedeca localiza o extermínio de adolescentes e jovens num contexto social excludente e de violações de direitos, situando-o no campo do processo político, social, ético e moral que vai além dos limites do ato final de execução dos sujeitos. Como afirmado na reflexão de Boaventura de Sousa Santos citada acima, esse “extermínio” também pode ser simbólico, operando de diversas formas até a eliminação física do sujeito ou grupo social “indesejado”.

Segundo Neto e Minayo, “o extermínio é um ato político revestido de intencionalidade, seja ela declarada ou não pelos executores”, e nessa conceitualização está claro a quem se destina a ação, ou seja, a “um grupo indesejável, insuportável, mau”.¹⁴ O importante e elucidativo trabalho de Cruz-Neto & Minayo, construído a partir do olhar da Saúde Pública, traz a uma triste realidade evidenciada no conhecimento de que:

As vítimas do extermínio tomam consciência de serem condenadas *a priori*, sem ao menos terem condições de defesa, de mudança imediata, porque reconhecem

¹² Id., *ibid.*, p. 62.

¹³ Observatório de Favelas. *Guia municipal de prevenção da violência letal contra adolescentes e jovens*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2012, p. 16.

¹⁴ O. Cruz-Neto; M. C. S. Minayo. *Extermínio: violência e banalização da vida*. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Pública, 1994, p. 204.

que é o fato de existirem o objeto da negação. Assim, o inocente e o culpado são igualmente indesejáveis e devem desaparecer.

Como ilustração, cabe fazer o registro do fragmento de uma conversa com adolescentes quando, ao serem abordados temas sobre futuro, desejos, sonhos, um deles falou: “faço tudo agora e neste momento, pois posso morrer ao *dobrar a esquina*”. É dessa forma que se evidencia e se caracteriza a urgência demonstrada por adolescentes e jovens ao desejar ou querer que tudo seja para agora, para já, sem a possibilidade de aguardar um pouco de tempo ou moderar a exigência. Eles/elas têm a percepção de que sua vida está em permanente risco. Nesse sentido, o contexto do extermínio é o de negação dos direitos e da igualdade e se configura na exclusão de grupos marginalizados pelas elites socioeconômicas. Nessa mesma linha ideológica, localiza-se o tema do controle de natalidade, da internação compulsória, da redução da maioridade penal e da pena de morte. Trata-se de uma visão determinista, fatalista e preconceituosa das elites brasileiras, que não reconhece a questão social.

Para compreender melhor a relação que se estabelece entre as formas de manifestação da violência letal, os campos comuns e o que se diferencia, é importante comparar o “extermínio” com o “homicídio” e o “genocídio”. Conforme Otávio Cruz-Neto e Maria Cecília de S. Minayo, é necessário compreender o “extermínio” como processo social que tem origem, se realiza, se consuma e traz consequências diferenciadas, quando comparado ao homicídio. O “homicídio” pode ser considerado a expressão máxima da exacerbação dos conflitos das relações interpessoais. No entanto, ele é um mal limitado. No caso do extermínio é diferente. Enfrentam-se um fenômeno e um processo social de alta complexidade, politicamente muito forte e juridicamente muito fraco. A vítima e o exterminador são de natureza coletiva, como não acontece no homicídio, e a lei, ao julgá-los, se coloca acima das leis positivas.¹⁵

Sobre a relação entre “genocídio” e “extermínio”, no entender de Cruz-Neto & Minayo, trata-se dos dois termos classicamente utilizados para falar

¹⁵ *Idem*.

do fenômeno sociopolítico de eliminação de grupos sociais nas sociedades modernas. Entende-se por “genocídio” o extermínio de coletividades étnicas, confessionais ou sociais, pressupondo um plano de ação coordenado. Nesse sentido, “genocídio” é qualquer ato praticado com a intenção de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional étnico, racial ou religioso enquanto tal. Essa destruição se dá através da morte dos membros do grupo, lesão grave à integridade física ou mental dos membros do grupo, sujeição intencional do grupo a condições de vida que acarretarão destruição física, total ou parcial, medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo e traslado coativo de crianças de um grupo a outro.¹⁶

O conceito de “extermínio” (eliminação de grupos sociais) aparece e começa a ser usado a partir da 2ª Guerra Mundial e está relacionado com o conceito de “genocídio”.¹⁷ Ainda, segundo Cruz-Neto & Minayo, tratar o termo “extermínio” significa considerar que:

1. Extermínio é parte de um projeto político de grupos que se arrogam o direito e o poder de selecionar camadas da sociedade a serem eliminadas, expulsas ou circunscritas.
2. Da mesma forma que os “exterminadores” se constituem em grupos, as vítimas preferenciais do extermínio se expressam em segmentos e camadas identificadas por possuírem atributos que importunam e se tornam insuportáveis a seus potenciais aniquiladores.
3. Extermínio é um ato político revestido de intencionalidade, seja ela declarada ou não pelos executores.
4. O extermínio se constrói dentro da ideia de limpeza social, administrada por um poder centralizador, considerado imune ao mal.
5. A perpetração do extermínio pela tortura e sequestro das vítimas.

¹⁶ *Idem*.

¹⁷ Instituto Antonio Houaiss. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva, junho de 2009: “genocídio (aniquilamento de grupos humanos, o qual, sem chegar ao assassinio em massa, inclui outras formas de extermínio, como a prevenção de nascimentos, o sequestro sistemático de crianças dentro de um determinado grupo étnico, a submissão a condições insuportáveis de vida etc.)”.

6. Em sexto lugar, a ideia de limpeza social traz embutido em si a filosofia de banalização da vida e da morte. Trata-se da própria desumanização das relações e das ações sociais.
7. O sétimo e último aspecto a ser aqui enfatizado é a necessidade de o movimento totalitário de extermínio apropriar-se de um aparato militar ou paramilitar.¹⁸

Considerando as questões discutidas acima, o Proame-Cedeca entende ser absolutamente necessário chamar a atenção para o fenômeno do extermínio de adolescentes e jovens, tratado de maneira conformista pelo olhar resignado do senso comum. Para tanto, além das percepções sobre essa realidade extraídas das ações cotidianas da instituição, ele se baseia em estudos, contemplando as mais diversas formas de produção de conhecimento que vão da pesquisa acadêmica aos documentos e pesquisas produzidas por entidades e defensores de direitos humanos.

A problemática do extermínio ainda está oculta no cenário nacional. Os atos de violência envolvendo essa faixa etária somente se evidenciam quando adolescentes e jovens figuram como autores de atos violentos. De acordo com o Mapa da Violência/1998:

A realidade dos dados coloca em evidência mais um de nossos esquecimentos. Jovens só aparecem na consciência e na cena pública quando a crônica jornalística os tira do esquecimento para nos mostrar um delinquente, ou infrator, ou criminoso; seu envolvimento com o tráfico de drogas e armas, as brigas das torcidas organizadas ou nos bailes da periferia. Do esquecimento e da omissão passa-se, de forma fácil, à condenação, e daí medeia só um pequeno passo para a repressão e punição.¹⁹

Nesse sentido, há que se acrescentar às características do extermínio de adolescentes e jovens, como vigente na atualidade, a invisibilização proposital por determinados setores, justificada pela suposta culpabilidade das vítimas, e

¹⁸ O. Cruz-Neto; M. C. S. Minayo. *Extermínio*.

¹⁹ J. J. Waiselfisz. *Mapa da violência*. Os jovens do Brasil. Brasília: UNESCO/Instituto Ayrton Senna, 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001351/135104porb.pdf>.

a sua própria autculpabilização e necessidade de ocultação da realidade vivida. Adolescentes e jovens, bem como suas famílias e comunidades, acabam se convencendo de que a “culpa” pelo alto número de homicídios e outras formas de extermínio da juventude é dos/as próprios/as adolescentes e jovens e seu entorno, como ficará evidente na pesquisa de campo realizada e que compõe essa publicação.

Segundo Estudo Técnico nº 04/2011 da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (SSP), que apresenta os dados de homicídios no ano de 2011 no Estado, detectou-se uma:

Zona de Alerta, a qual concentra o grupo com a maior quantidade de vítimas de 18 a 34 anos. Esta faixa concentra 52% das pessoas assassinadas, e principalmente as vítimas do sexo masculino, que sozinhas representam 47,5 % dos casos no Estado. Enquanto segundo Censo de 2010 do IBGE, a população dos 18 aos 34 anos concentra apenas 27,2% da população.²⁰

O Município de São Leopoldo, conforme dados do Estudo Técnico nº 04/2011 da SSP, corresponde ao registro de 3,4% dos homicídios no Estado (índice elevado em comparação com outras cidades).²¹ O artigo *Mortalidade por homicídios em Municípios da Região Sul do Brasil, 1996 a 2005* traça o perfil epidemiológico dos homicídios em São Leopoldo e aponta que:

Os coeficientes de mortalidade em São Leopoldo representaram o dobro das taxas ocorridas no Estado. A população mais atingida foi a de adultos jovens e a razão entre os sexos foi de 8,4 óbitos em homens para cada óbito feminino no Rio Grande do Sul e 9,4 em São Leopoldo. 86% dos homicídios foram perpetrados por armas de fogo em São Leopoldo e 72% no Rio Grande do Sul. O risco de morrer foi 44% maior na população negra de São Leopoldo. O homicídio é uma importante causa de morte precoce no RS, embora São Leopoldo apresente um perfil de maior gravidade – taxas maiores, maior percentual de

²⁰ Estudo técnico nº 4/2011 – HOMICÍDIO – RIO GRANDE DO SUL – janeiro a dezembro de 2011. Disponível em: http://www.ssp.rs.gov.br/upload/20120319112308estudo_tecnico_n_04_homicidios_no_rs_2011_editado_14.02.12.pdf.

²¹ *Idem*.

uso de armas de fogo e evidências de sobremortalidade de jovens negros quando comparado ao Estado.²²

Segundo os dados levantados por essa pesquisa, em São Leopoldo as mortes violentas ocupam o terceiro lugar, atrás somente das doenças do aparelho circulatório e neoplasias. Ainda no período estudado (1996-2005), a proporção de homicídios de adolescentes e jovens aumentou de 47% para 53% no Rio Grande do Sul e, em São Leopoldo, passou de 55% para 60% do total dos óbitos.

Os dados disponibilizados pelo Gabinete de Gestão Integrada do Município de São Leopoldo (GGI), grupo que reúne órgãos de segurança pública, mostra que o número de homicídios na cidade diminuiu 37% de 2012 para 2013. Enquanto em 2012 foram 86 casos, até agosto de 2013 foram 43. Dos assassinatos registrados em 2013 (GGI), o perfil das vítimas revela que 93% são do sexo masculino e 55% tinham entre 18 e 35 anos. O mapeamento dos homicídios na cidade também mostrou que há maior incidência de casos nos bairros Feitoria, Vicentina, Santos Dumont, Rio dos Sinos, Campina e Arroio da Manteiga, ou seja, nas Regiões Leste, Nordeste e Oeste. Esses dados também mostram que 70% das vítimas estavam relacionadas com o tráfico de drogas.²³

Diante dessa situação, o Proame-Cedeca lançou a Campanha “Pelo Direito à Vida – e contra o Extermínio de Adolescentes e Jovens”, procurando despertar o debate no Município. Nessa ação, une-se a outras de alcance nacional como a “Campanha Nacional contra a Violência e o Extermínio de Jovens”, promovida pelas Pastorais da Juventude do Brasil (Pastoral da Juventude, Pastoral da Juventude Estudantil, Pastoral da Juventude do Meio Popular e Pastoral da Juventude do Meio Rural).²⁴ Essa Campanha, deflagrada em 2008, possui

22 E. A. Hennington *et al.* Mortalidade por homicídios em Município da Região Sul do Brasil, 1996 a 2005. *Revista Brasileira de Epidemiologia*. São Paulo, v. 11, n. 3, set/2008.

23 Site da Prefeitura Municipal de São Leopoldo – RS. Notícia: *São Leopoldo reduz em 37% o número de homicídios* – 24/09/2013: www.saoleopoldo.rs.gov.br/noticias.

24 Pastoral da Juventude: *Campanha contra a Violência e Extermínio de Jovens*: <http://www.pj.org.br/noticias/1462>.

ações articuladas, convocando a sociedade e o poder público a debater sobre as diversas formas de violência que vitimizam adolescentes e jovens, especialmente a realidade do extermínio. Nesse sentido, em 2009, a Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (ANCED) também lançou a Campanha “Para Ler, Ver, Ouvir e Agir”, uma Campanha Nacional contra o assassinato de crianças e adolescentes.

Assim, com a firme convicção de que, descortinando o véu da indiferença e da resignação reforçado pelo discurso da mídia hegemônica que procura encobrir a visão crítica da população diante de inúmeras mortes de adolescentes e jovens, espera-se que através dessas ações as pessoas possam debater o tema, formando um juízo de valor sobre a vida da juventude brasileira e que, com essa tomada de consciência, mobilize-se contra a maior violação de direito: a negação do direito à vida pela prática do extermínio.

O Proame-Cedeca e o extermínio de adolescentes e jovens

Um pouco da história do proame-Cedeca Bertholdo Weber

A trajetória do Proame – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca) teve início como Programa de Apoio a Meninos e Meninas, em março de 1988, em um projeto vinculado ao Departamento de Ação Social da Comunidade Evangélica de São Leopoldo, pertencente à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Na época, o desafio aceito foi o de estabelecer com crianças e adolescentes socialmente marginalizados, com suas famílias, com os núcleos de referência e com a comunidade um espaço onde estes pudessem se reconhecer como sujeitos de sua história e como participantes do processo de transformação da realidade. O trabalho teve início em duas comunidades da periferia de São Leopoldo – São Jorge e Cohab/Feitoria – a partir de oficinas lúdico-pedagógicas com crianças e adolescentes e com grupos de mulheres. No mesmo ano, foi desencadeado o trabalho de educação social no Centro da Cidade de São Leopoldo, com crianças e adolescentes que faziam da rua seu espaço de sobrevivência. A educação social de rua consistia no processo de identificação, aproximação e vinculação com as crianças e adolescentes em situação de rua visando estabelecer um plano de ação com a família,

a comunidade e a rede para o fortalecimento dos vínculos e o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Desde a sua origem, o Proame desenvolve sua ação de forma articulada com os demais atores sociais. O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), que o Proame integrava, já trazia a preocupação em relação ao extermínio da população infanto-juvenil que vivia nas ruas do país, marcado especialmente pela ação dos chamados grupos de extermínio.

Nesse contexto de engajamento pela garantia de direitos, o Proame participou do processo de implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069/90). Desempenhou um papel fundamental ao lado de outros/as parceiros/as na constituição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comdedica) e do Conselho Tutelar de São Leopoldo.

A implantação do ECA, em 1990, também provocou reordenamento das ações do Proame, incluindo a criação do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca), que mais tarde recebeu o nome de Cedeca Bertholdo Weber, em homenagem a um de seus fundadores e principais colaboradores.

Em maio de 1993, o Proame-Cedeca constituiu-se como associação de fins não econômicos, tornando-se uma Organização Não Governamental (ONG), com personalidade jurídica própria, resultado de um processo de discussão desencadeado com comunidades, colaboradores/as, ONGs, movimentos sociais e equipe de trabalho.

A partir do ano de 1996, o Proame-Cedeca passou a atuar também em relação à problemática da violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes. Nesse processo, o Proame-Cedeca filiou-se à Associação Brasileira de ONGs (Abong), passou a compor a Associação Nacional de Cedecas (Anced) e a atuar em diversos espaços de articulação em nível municipal, estadual e nacional. Entre outros, pode-se citar o Movimento Estadual pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, o Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual, o Fórum dos Direitos de Crianças e Adolescentes – DCA estadual, o Movimento de Direitos Humanos, a Rede Municipal de Enfrentamento

da Violência contra Crianças e Adolescentes, os Conselhos de Assistência Social e de Direitos e o Fórum dos Direitos de Crianças e Adolescentes (Fórum DCA) de São Leopoldo.

Em sua estrutura organizacional, o Proame-Cedeca conta com Conselho Diretor e Conselho Fiscal e com um significativo número de sócios/as e colaboradores/as, os/as quais deliberam em Assembleia as linhas gerais das ações a serem desenvolvidas, em conformidade com os objetivos estabelecidos no Estatuto da entidade. Nesse sentido, a entidade tem como Missão: “Garantir o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes através de processos educativos e participativos, propondo e mediando políticas sociais por meio de ações articuladas em redes”²⁵.

Para cumprir com essa missão, realiza a efetivação da proteção jurídico-social dos direitos humanos de crianças e adolescentes sempre que esses forem violados ou ameaçados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado e por falta, omissão ou abuso de pais, mães ou responsáveis.

Ao longo de sua história, o Centro de Defesa construiu parcerias estratégicas para sua sustentabilidade com instituições nacionais e internacionais, como o Instituto World Childhood Foundation-Brasil da Suécia, a Kinderno-thilfe (KNH) da Alemanha, a Ajuda das Igrejas da Noruega (AIN), a Fundação Luterana de Diaconia (FLD), a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), a Petrobras – Programa Desenvolvimento e Cidadania, o Instituto Camargo Correa (ICC), entre outras. Também conta com a colaboração de pessoas físicas, comunidades religiosas, fundos públicos, iniciativa privada e governos municipal, estadual e federal.

A atuação do Proame-Cedeca é direcionada a partir do planejamento estratégico que é realizado a cada três anos com a participação direta da equipe de trabalho e dos conselhos diretor e fiscal, ouvidos a comunidade e os grupos. A

25 PROAME. *Estatuto Social*. 2012 – Registro Civil das Pessoas Jurídicas de São Leopoldo – Protocolo n° 75642; Averbação n° 06, no Livro A-17, sob n° de ordem 621 em 22 de janeiro de 2012.

condução do processo de planejamento é realizada por assessoria externa, bem como o monitoramento periódico e a avaliação.

Atualmente, as ações realizadas estão contempladas em três eixos programáticos, que são: mobilização social, proteção aos direitos humanos da criança e do adolescente e qualificação da gestão. Os temas prioritários de trabalho da organização são: situação de rua, trabalho infantil, violência doméstica e sexual e extermínio de adolescentes e jovens.

O trabalho é desenvolvido numa perspectiva de abordagem interdisciplinar e integral, entendendo criança e adolescente como sujeitos de direitos. As principais ações são: abordagem social, oficinas socioeducativas e culturais, mobilização social, prevenção, acompanhamento sociofamiliar, articulação e incidência política, pesquisa e produção teórica, capacitação de agentes sociais, denúncia e proposição de políticas públicas, entre outras.

As ações de articulação e incidência política têm alcance estadual e nacional, especialmente através da participação efetiva em diversos espaços de articulação, mas a atuação direta se dá no município de São Leopoldo, prioritariamente nas regiões Leste e Nordeste da Cidade. São comunidades e territórios de grande vulnerabilidade social onde a maioria das pessoas e famílias encontra-se em situação de perda ou fragilidade de vínculos afetivos, violência doméstica, sexual e social.

Os projetos “ComUnidade ativa” e “Pelo direito de viver com dignidade”

Como visto, a questão do extermínio esteve na pauta do Proame-Cedeca em ações isoladas anteriormente. Esse tema, no entanto, entrou para a pauta da instituição de maneira mais consistente e continuada através do projeto “Comunidade ativa”, aprovado pela Kindernothilfe (KNH) em 2013. Além disso, em 2010, o Proame-Cedeca passou a contar também com patrocínio da Petrobras para esse projeto. Isso possibilitou um incremento considerável do trabalho já realizado com o apoio da KNH. Visando efetivar direitos, o projeto previa

ações de prevenção, atendimento, articulação, proposição de políticas públicas e denúncia de violações de direitos humanos de crianças e adolescentes.

A boa avaliação do impacto do trabalho realizado, devido à competência técnica e política do Proame-Cedeca e ao comprometimento dos apoiadores, garantiu a renovação do projeto na sua integralidade até 2015. Isso permitiu que a pauta do extermínio de adolescentes e jovens tivesse continuidade no trabalho do Centro de Defesa de uma maneira mais sistemática. Paralelamente ao projeto “Comunidade ativa”, o Proame-Cedeca passou a desenvolver, a partir de 2013, o Projeto “Pelo direito de viver com dignidade” também com apoio da KNH, parceira de longa data. Nesse projeto, estavam previstas especialmente as ações que buscam chamar a atenção para o extermínio de adolescentes e jovens e identificar essa realidade nas comunidades das duas regiões de atuação: Leste e Nordeste.

Assim, os parceiros apoiaram a ampliação dos projetos que já vinham sendo desenvolvidos, possibilitando a inclusão dessa temática de maneira mais contundente. Assim, o Centro de Defesa desenvolve uma diversidade de ações como: debates com a rede de proteção; oficinas com adolescentes e jovens; pesquisa (aspectos quantitativos e qualitativos) sobre a percepção que adolescentes, jovens e a comunidade têm dessa realidade. Esse trabalho tem evidenciado cada vez mais a realidade do extermínio de adolescentes e jovens para o cotidiano do Proame-Cedeca. O financiamento para ações com relação a essa temática foi justamente o que permitiu o desenvolvimento de uma pesquisa e a apresentação dos resultados que estão contidos na presente publicação que tem como objetivo servir de subsídio para a ação e reflexão sobre essas questões.

O extermínio Bate à nossa porta... e nós respondemos

A partir do histórico acima, percebe-se que a temática do extermínio de adolescentes e jovens é relativamente nova no trabalho do Proame-Cedeca. O interesse e o envolvimento nessa questão decorrem da percepção de que nos úl-

timos anos é crescente número de adolescentes e jovens ameaçados/as de morte ou assassinados/as, impactando a vida dos/as próprios/as adolescentes e jovens, de suas famílias e das comunidades como um todo.

Nos últimos anos, foram feitos levantamentos de dados e produzidos materiais sobre essa temática através de iniciativas como a Campanha da Pastoral da Juventude “A juventude quer viver” e da campanha da Anced “Para ler, ver, ouvir e agir”, que chamaram a atenção e mobilizaram o país.²⁶ O Proame-Cedeca também fez parte desses movimentos com oficinas no Fórum Social Mundial e realizando seminários sobre o tema no ano de 2010 em São Leopoldo e Porto Alegre.

Para além dessas iniciativas e questões levantadas em outros espaços, o trabalho desenvolvido pelo Centro de Defesa (especialmente das regiões Leste e Nordeste) se defronta diariamente com uma realidade assustadora, com adolescentes e jovens ameaçados/as de morte ou assassinados/as. Isso desafia e impulsiona a instituição a mobilizar a sociedade em iniciativas que desencadeiem a proposição e execução de políticas públicas, criando espaços de debates e produção de alternativas eficazes e urgentes para amenizar o alto índice de violência.

Dessa forma, foi inevitável o reconhecimento da existência do extermínio de adolescentes e jovens em nosso município e na região. Com isso, surgiu a necessidade urgente de intensificar o debate e a pensar estratégias para mobilizar a sociedade. Nesse sentido, o Proame-Cedeca dá os primeiros passos no sentido de priorizar esse tema nas suas próprias pautas e provocar o debate nos espaços de participação e articulação externa, com o objetivo de “desvendar a invisibilidade e normalidade” do assassinato de adolescentes e jovens.

Assim, passamos a nos debruçar mais atentamente sobre alguns estudos já produzidos e definitivamente aceitamos o desafio de adentrar esse tema, reconhecendo a existência de uma intencionalidade por trás da omissão e ce-

²⁶ Mais informações sobre as campanhas estão disponíveis nos sites: <http://www.pj.org.br/projetos/a-juventude-quer-viver> e <http://www.anced.org.br/>

gueira do Estado e da sociedade, que reforça a concepção de limpeza social. Compreendemos que o extermínio passa a ser a expressão de um projeto político e econômico que busca o aniquilamento de uma parcela da população (especialmente adolescentes e jovens negros, do sexo masculino e moradores de periferias).

Nesse sentido, o Proame-Cedeca aceitou o desafio de desencadear a campanha “Pelo direito à vida – Contra o extermínio de adolescentes e jovens”, com ações de sensibilização e divulgação para trazer a público essa realidade que marca e mata nossos/as adolescentes e jovens. O objetivo é evidenciar que a responsabilidade é de ordem social e política, e não apenas de segurança pública e chamar a atenção para o tema de forma mais continuada, agregando diferentes instrumentos de evidenciação e ampliando as parcerias ao longo do seu desenvolvimento. A campanha quer evidenciar que essa realidade também está presente no município e na região e busca agregar forças para a proposição coletiva de iniciativas de enfrentamento da violência letal.

A pesquisa apresentada a seguir é outra ação que tem tanto a função de aprofundar as suspeitas aferidas pelo trabalho contínuo nas comunidades, quanto oferecer material consistente para o debate e a tomada de decisões sobre essa questão nos âmbitos acadêmico, dos movimentos sociais e da definição de políticas públicas. Para tanto, foi estabelecida uma parceria com a Faculdades EST, através do Programa de Gênero e Religião, que assumiram esse trabalho como um projeto de pesquisa institucional, acompanhando e garantindo a qualidade científica dos procedimentos adotados na pesquisa e dos dados e das informações coletadas e apresentadas.

O Proame-Cedeca espera que este material seja mais um instrumento para a defesa dos direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens, pois o enfrentamento da violência deve ser uma causa coletiva. Tendo como estratégia metodológica a proteção jurídico-social, a instituição seguirá buscando permanentemente a efetivação dos direitos humanos, especialmente de crianças, adolescentes e jovens.



Na ponta do lápis: estudo quantitativo com adolescentes e jovens

O conhecimento de uma determinada realidade só é possível através da coleta da maior quantidade de dados possível, da utilização de métodos e metodologias os mais diversos possíveis e considerando múltiplas perspectivas teóricas e epistemológicas disponíveis. Ainda assim, há que se ter consciência de que qualquer estudo da realidade é sempre um registro fixo de algo constantemente em movimento e mudança e, portanto, parcial e transitório. Isso não deve paralisar ou inviabilizar os processos de investigação, mas apenas servir como precaução e advertência contra qualquer tentativa de absolutizar uma determinada realidade ou a leitura da mesma.

Nas últimas décadas, pesquisas e dados quantitativos tornaram-se fundamentais no âmbito das ciências humanas e sociais, bem como na elaboração e gestão das políticas públicas e sociais, oferecendo informações concretas a partir das quais pensar a realidade e as formas de intervir nela. Com o aporte de discussões teóricas e metodológicas, esses dados (muitas vezes números e estatísticas) ganham vida tanto no processo de formulação e definição das perguntas através das quais se pretende desvendar uma determinada realidade, quanto no processo de análise e reflexão, especialmente quando estão acompanhadas de um contato e trabalho constante com o contexto pesquisa, no presente caso incorporado a partir da perspectiva da Pesquisa Participante.

Nesse sentido, como parte dos Projetos “Comunidade ativa” e “Pelodireito de viver com dignidade”, a equipe do Proame-Cedeca realizou, nos meses de março a setembro de 2013, uma pesquisa quantitativa com 832 adolescentes e jovens do Ensino Fundamental e Médio de Escolas Municipais e Estaduais frequentadas por estudantes das regiões Leste e Nordeste de São Leopoldo.

Passos metodológicos

O objetivo geral dessa etapa foi desencadear uma pesquisa quantitativa visando conhecer a realidade das regiões Leste e Nordeste e sensibilizar a população do município para o extermínio de adolescentes e jovens. Desde o início buscou-se envolver adolescentes e jovens dessas regiões que já participavam dos projetos da entidade sobre a temática da violência, pois entendia-se que a sua participação ativa no processo de construção do processo da pesquisa era fundamental tanto para sua própria formação, quanto para a troca de saberes com a equipe responsável pelo projeto, dado seu olhar privilegiado sobre as comunidades e a temática em debate. Assim, 15 adolescentes e jovens foram convidados/as a participar do processo de construção do instrumento de pesquisa (questionário) com questões abertas e fechadas sobre várias temáticas²⁷ e a participar da aplicação do questionário nas escolas, nas turmas de 7ª e 8ª séries, Ensino Médio, EJA (Educação de Jovens e Adultos) e Projovem Urbano²⁸, nos três turnos escolares.

²⁷ O questionário incluía diversas temáticas, como drogas, situação de rua, exploração sexual. Para fins do presente relato e análise da pesquisa, serão consideradas apenas as informações colhidas que ajudam a entender a percepção que esses/as jovens e adolescentes têm de “extermínio” ou a relação com as outras quando pertinente.

²⁸ EJA: Educação de Jovens e Adultos: É uma modalidade de ensino instituída pela LDB de 1996 que contempla o ensino fundamental e médio para jovens e adultos que não completaram os anos da educação básica; Projovem Urbano: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – tem a finalidade de elevar o grau de escolaridade visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental, de qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã.

Para a concretização desses objetivos, foram definidos alguns passos metodológicos. Em primeiro lugar, definiu-se a elaboração de um calendário das ações com a equipe e o grupo de adolescentes e jovens, com previsão de encontros quinzenais. Os três primeiros encontros foram destinados a promover o debate. Depois desses encontros, o grupo passou a elencar as perguntas necessárias para a formulação do instrumento/questionário que contemplasse o objetivo da pesquisa e pudesse ser aplicado junto aos/às estudantes nas escolas. O instrumento/questionário deveria contemplar a importância de coletar informações sobre os/as respondentes, bem como averiguar a possível relação existente entre eles/elas e a temática em estudo. No momento seguinte, foram definidas as escolas que participaram da pesquisa, inclusive séries e turnos, bem como mais especificamente o público a ser pesquisado. A amostragem pretendia alcançar pelo menos 10% de adolescentes e jovens, num universo da totalidade de estudantes dessa faixa etária matriculados/as nas escolas municipais e estaduais e ligados/as às regiões Leste e Nordeste de São Leopoldo.

Tendo definido as escolas e os sujeitos da pesquisa, previu-se a visita às escolas das Regiões Leste e Nordeste para apresentação do projeto e a busca da parceria da Escola e de professores/as das turmas nas quais seria aplicado o instrumento de pesquisa. Por fim, estabelecida a parceria com as escolas, foram realizadas novas visitas às turmas indicadas para falar sobre a temática e aplicar os questionários. A partir da coleta dos dados realizada através do questionário foi constituído um banco de dados para posterior aferição dos resultados quantitativos, servindo de subsídio para análises parciais sobre a temática em estudo.

Colocando em prática

Seguindo os passos propostos pelo Projeto de Pesquisa, foi realizada uma preparação da equipe, no sentido de apropriar-se da temática e evitar que o assunto a ser tratado viesse a causar demasiado impacto e desconforto no grupo de adolescentes. Dessa preparação participou toda a equipe. Para tal, foi for-

mado um Grupo de Trabalho com três integrantes que elaborou material com dados, conceitos e aspectos relevantes sobre o tema e propôs um momento de debate com os/as demais. Realizou-se leitura em conjunto, complementada pelas integrantes do GT com textos retirados da rede, em especial os referentes às pesquisas realizadas, como o Índice de Homicídios na Adolescência – IHA²⁹, e seus comentários, nas últimas versões.

A partir dessa preparação foi proposta uma primeira reunião com adolescentes e jovens integrantes dos projetos desenvolvidos pelo Proame-Cedeca com a finalidade de compor o calendário das ações do projeto de pesquisa. A temática do Extermínio de Adolescentes e Jovens vinha sendo trabalhada com a totalidade dos grupos das regiões desde o ano anterior. Os adolescentes e jovens mostraram-se sensibilizados naturalmente pelo tema, formando-se um subgrupo de quinze integrantes para desenvolver as demais etapas da pesquisa. Durante os meses de março e abril foram realizados quatro encontros quinzenais na sede do Proame-Cedeca, no Centro, facilitados pela equipe da instituição. Os primeiros encontros foram destinados a promover o debate sobre o tema. Inicialmente a proposta do projeto de pesquisa foi apresentada ao grupo, oportunizando integração descontraída dos/as adolescentes e jovens das regiões e desencadeando o aprofundamento da temática. Nesse momento, a equipe foi surpreendida com a naturalidade com que os/as adolescentes discorriam sobre o tema em debate, evidenciando possível vivência com situações de violência. Dando seguimento, foi desenvolvida atividade que proporcionou o reconhecimento e a localização de moradia de cada um, a partir da apreciação do mapa do município, proporcionando troca de saberes, segundo a origem dos integrantes. Essa atividade despertou interesse e curiosidade entre meninos e meninas, confirmando ser pouco comum ou usual o manuseio das cartas geográficas, em especial, a do Município.

No terceiro encontro, foi proposta uma atividade, tendo como objetivo a análise da mídia local impressa. Os/as adolescentes e jovens recortaram notí-

²⁹ Disponível em: www.unicef.org/brazil/pt/br. Acesso em fevereiro de 2013.

cias e fotos de jornais que evidenciavam situações de violência e foi sugerida a exposição do material coletado em cartazes. A intencionalidade desta proposta foi promover um debate sobre as mais diversas formas de violência noticiadas na mídia impressa. Na sequência, os/as facilitadores/as, adolescentes e jovens reuniram-se para formular os quesitos do instrumento de pesquisa. Inicialmente foram elencadas várias questões sugeridas pelo grupo. Dessas sugestões, o grupo selecionou as treze perguntas que se apresentaram mais pertinentes na sua avaliação, a partir dos debates feitos anteriormente de acordo com a realidade identificada nas regiões.

O instrumento de pesquisa foi testado com dez sujeitos, participantes do Fórum de Adolescentes e Jovens das duas regiões, a fim de verificar a adequação das perguntas e as possíveis alterações. Muitas vezes os/as adolescentes e jovens com os quais o questionário foi testado se utilizaram da expressão idiomática regional “bah!”, indicando a naturalidade com que lidavam com as questões referentes à violência presentes no questionário. Por exemplo: “Bah! E como conheço adolescente que foi assassinado!”.

Com o questionário definido, uma dupla da equipe interprofissional visitou as escolas onde a pesquisa seria aplicada com o objetivo de apresentar, primeiramente, o projeto à equipe diretiva, buscando a necessária parceria da direção e de professores/as das turmas nas quais se aplicaria o questionário. A maioria das direções das escolas acolheu a proposta, respondendo satisfatoriamente ao pedido formulado, manifestando-se com interesse de conhecer, posteriormente, o resultado da pesquisa. Algumas, no entanto, não foram receptivas, demonstrando desinteresse em participar desse processo que poderia, segundo declarado, apresentar desdobramentos futuros, comprovando que o tema do extermínio provoca incômodo, medo e insegurança, perceptível em frases como “Isso não vai provocar instabilidade e medo entre os meninos, ao conhecerem a realidade mais de perto?” ou ainda “Mas isso não acontece por aqui, alias é bem calmo por aqui”. Atitudes e comportamentos semelhantes também demonstram uma atitude

simplista em relação ao tema que inflaciona as estatísticas de mortalidade do país.

A partir da relação estabelecida, foram selecionadas dezoito escolas públicas frequentadas por estudantes das duas regiões.³⁰ O instrumento de pesquisa foi aplicado por duas pessoas da equipe, a partir do agendamento feito nas escolas, nos três turnos, algumas vezes sendo acompanhadas por um/a adolescente. A dupla, ao acessar a sala de aula indicada pela direção e após a sua apresentação ao/à professor/professora titular, passava a expor a finalidade e a dinâmica da pesquisa, detalhando o que cada um dos entrevistados deveria fazer e respondendo às perguntas que porventura fossem feitas. Nesse particular, pode-se dizer que poucos questionamentos foram formulados e um número pequeno de estudante teve dúvidas. O tema, assim como ocorreu com o grupo menor, pareceu não despertar surpresa ou admiração entre os/as adolescentes e jovens pesquisados/as.

Os dados coletados nesse processo foram inseridos em um banco de dados, sendo os resultados utilizados como subsídios para embasar os próximos passos do projeto, notadamente, a campanha contra o extermínio de adolescentes e jovens e dar visibilidade a ocorrência da problemática no Município. Esta sistematização reflexiva será o produto final da etapa que executou ações de pesquisa com adolescentes e jovens das Regiões Nordeste e Leste do Município, buscando a adequação da incidência das demais fases do projeto. O compartilhamento dessa experiência busca contribuir com a luta de todas as pessoas pela modificação da cultura estatal repressora e agressiva.

³⁰ *Região Leste*: EEEF Hayde Rostirolla; EEEF Dr. João Hillebrand; EEEM CAIC Madezzati; ETE Visconde de São Leopoldo; EMEF Arthur Ostermann; EMEF Dilza Flores; EMEF Emílio Meyer; EMEF Olímpio Vianna. *Região Nordeste*: EMEF Pe. Orestes Stragliotto; EMEF João Goulart; EMEF Edgard Coelho; EMEF Maria Edila Schmidt; EEEF Emilio Boeckel; EEEF Firmino Acauan. Considerando a ausência de Ensino Médio na Região Nordeste e a necessidade dos/as adolescentes e jovens migrarem em busca dessa etapa de ensino em outras regiões, a pesquisa expandiu-se às escolas que, normalmente, são acessadas pelos/as adolescentes e jovens daquela região. *Região Norte*: EEEF Dr. Mário Sperb; EEEM Olindo Flores da Silva. *Centro*: EEEF Dr. Mário Sperb; EEEM Olindo Flores da Silva.

Dados e considerações

Os dados apresentados a seguir correspondem às respostas objetivas respondidas pelos/as 832 informantes e alguns cruzamentos que se julga importante para captar a “percepção” da população pesquisada sobre a realidade do “extermínio de adolescentes e jovens”.³¹ Esta apresentação não pretende ser fechada ou definitiva, mas é uma análise substancial, utilizando metodologias reconhecidas e buscando desvelar pelo menos parte da realidade em estudo e servir de inspiração para outros estudos.

perfil dos/as informantes

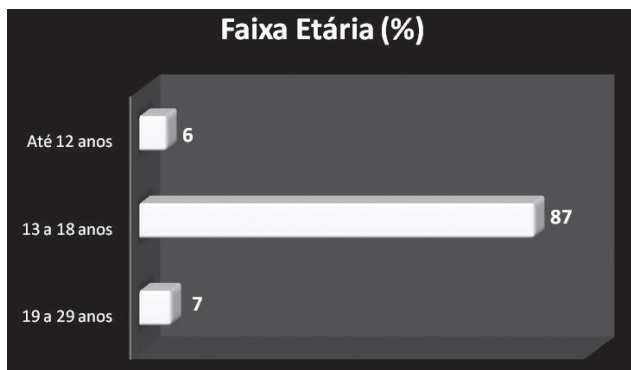
O objetivo dessa pesquisa está centrado na percepção que adolescentes e jovens das regiões Leste e Nordeste de São Leopoldo que frequentam escolas públicas têm da realidade do extermínio. Para entender a sua percepção é preciso também conhecer a sua percepção do lugar social que ocupam. Para tanto, foram realizadas algumas perguntas simples que auxiliam a entender quem são os/as informantes e posteriormente de que forma isso pode (ou não) interferir na percepção de sua própria realidade.

Embora o público alvo dessa pesquisa quantitativa tenha sido dividido em três faixas etárias (criança até 12 anos; adolescente de 12 até 17 anos; jovem de 18 a 29 anos), algumas das pessoas entrevistadas tinham idade superior (15 pessoas com idade ente 30 e 31 anos).³² Das demais pessoas entrevistadas 6% estão na faixa etária de até 12 anos (crianças), 89% têm até 17 anos (adolescen-

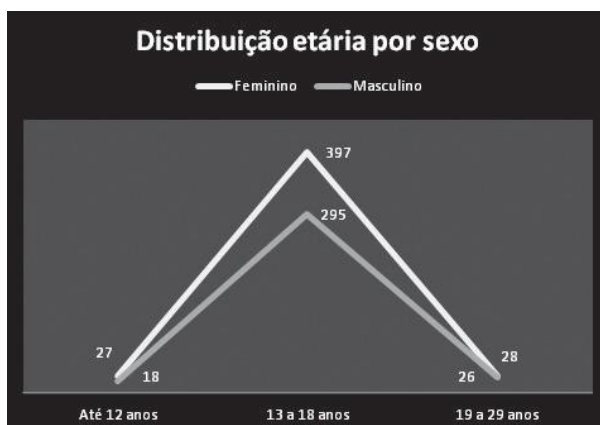
31 Para a sistematização e cruzamento dos dados foi utilizado o software SPSS, que utiliza técnicas de análise estatística, comumente aplicado em pesquisas quantitativas nas ciências humanas e a consultoria de uma Cientista Social para a interpretação dos mesmos.

32 Isso se deu pelo fato de a pesquisa ter sido realizada com turmas do turno da noite e de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que, em muitos casos, são frequentadas por pessoas que retornam aos estudos depois de terem ficado fora da escola por um período.

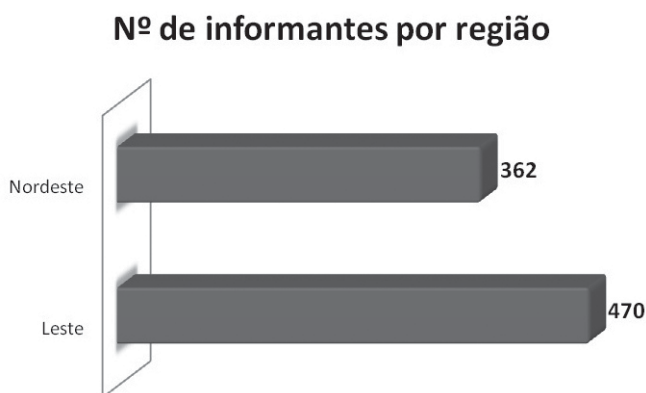
tes) e 7% têm de 18 a 29 anos (jovens). Ou seja, a maioria dos/as informantes dessa pesquisa é adolescente.



Na relação entre faixa etária e sexo, percebe-se, desde o início, uma presença mais significativa de informantes do sexo feminino, mas, conforme o gráfico abaixo, não é possível perceber uma maior ou menor presença de informantes de um determinado sexo em dada faixa etária. As linhas praticamente paralelas demonstram a mesma variação entre informantes do sexo feminino e masculino nas diferentes faixas etárias, mantendo a maioria feminina em todas as faixas etárias.

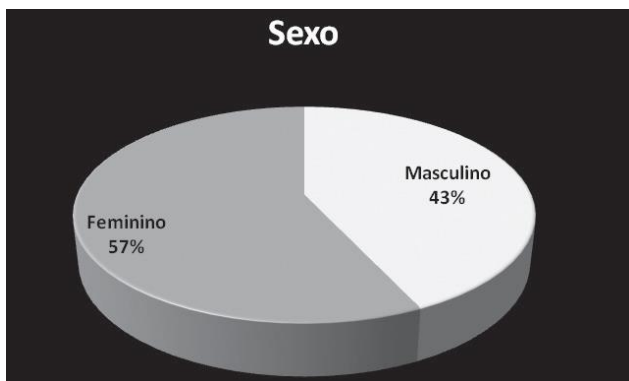


As escolas pesquisadas que se localizam nas Regiões Centro e Norte (apesar de serem frequentadas por estudantes da Região Nordeste e de outras regiões) estão incluídas no universo da pesquisa nos dados referentes à Região Nordeste. Assim, analisando o número de informantes em todas as escolas (832) percebe-se que há uma diferença no número de informantes dados entre as regiões pesquisadas: 56,5% dos/as informantes são da Região Leste e 43,5% da Região Nordeste.



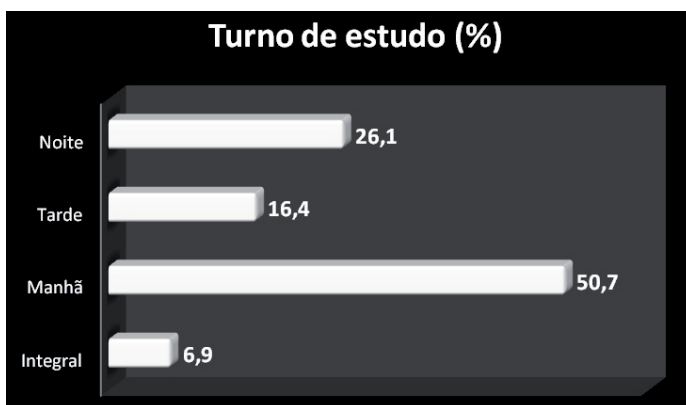
Ainda que tenham sido acessadas algumas escolas das Regiões Norte e Centro frequentadas por estudantes da Região Nordeste, o número de informantes dessa região é bastante inferior em termos numéricos, indicando, desde já, a ausência de política de educação para o Ensino Médio na Região Nordeste, o que incidirá diretamente na discussão sobre violência e vulnerabilidade, como veremos abaixo.

Dentro desse universo, 43% dos entrevistados se identificam como sendo do sexo masculino e 57% como sendo do sexo feminino. Além de revelar uma maior presença de pessoas do sexo feminino nas escolas pesquisadas, esse dado também precisa ser levado em conta no cruzamento com outros dados.



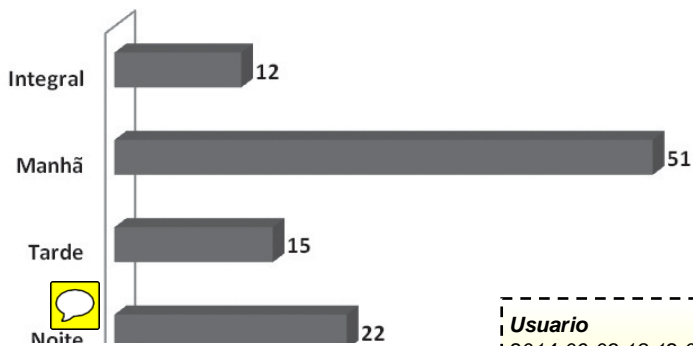
Esse dado se repete nas duas regiões pesquisadas com uma pequena margem de diferença: na Região Leste, a proporção é de 55% de informantes do sexo feminino para 45% do sexo masculino; enquanto na Região Nordeste a proporção é de 57% do sexo feminino para 43% do sexo masculino.

A maioria das pessoas entrevistadas estuda no período da manhã (50,7%), mas também há um número significativo que estuda à noite (26,1%), superior inclusive à soma dos/as que estudam à tarde 16,4% e dos/as que estudam pela manhã e à tarde (6,9%). Nos dados a seguir, será interessante perceber se há diferença entre as respostas de quem estuda à noite (geralmente os/as informantes mais velhos/as) e de quem estuda durante o dia.

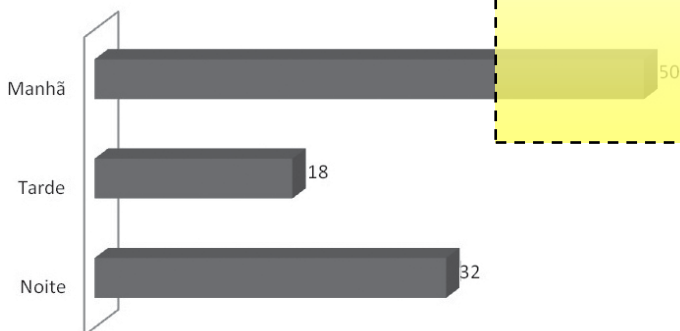


Quando analisada a distribuição dos/as informantes nos turnos escolares por região, logo ficam evidentes diferenças entre elas. Nos gráficos a seguir, por exemplo, fica evidente que não há informantes da Região Nordeste que frequentam a escola em turno integral. E, embora a comparação entre os turnos manhã/tarde/noite em termos percentuais seja bastante parecida, há uma diferença significativa no percentual de estudantes da Região Nordeste que estudam à tarde, mas principalmente à noite e que deve ser considerado neste estudo.

Região Leste: Turno escolar (%)



Região Nordeste: Turno escolar (%)

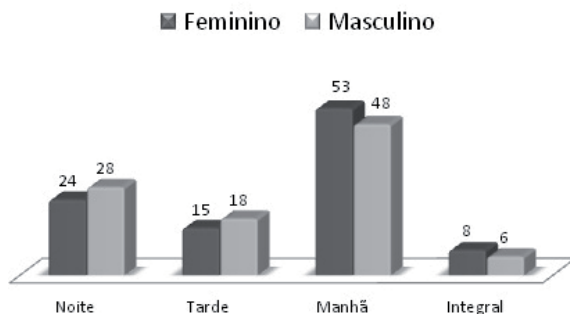


Usuario
2014-06-09 18:12:04

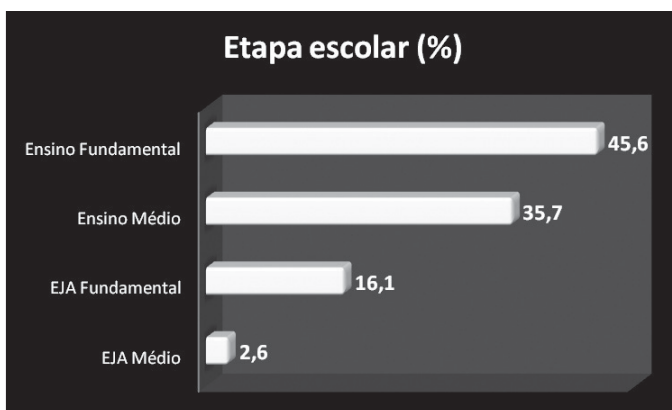
gráfico cortado

Logo emerge a pergunta por quem são os/as informantes que estudam nos diferentes turnos escolares. O gráfico a seguir revela que, nos turnos da tarde e da noite, prevalece o número de informantes do sexo masculino, enquanto no turno da manhã (a maioria dos/as informantes) e em turno integral, prevalece o número de meninas.

Turno escolar x Sexo (%)

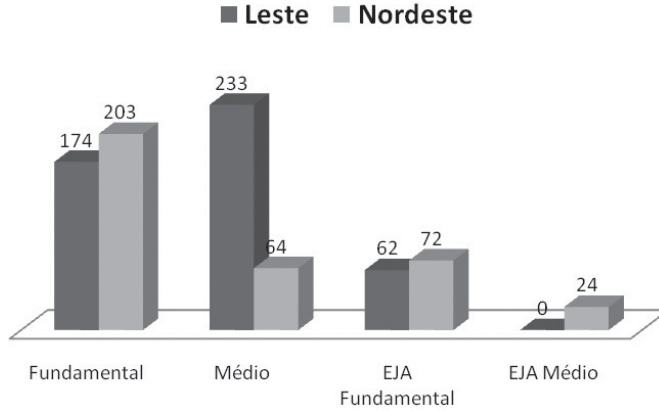


A questão dos turnos também se reflete na etapa escolar dos/as informantes. Dentro do universo pesquisado, 45,6% frequentam o Ensino Fundamental, 35,7% frequentam o Ensino Médio e 18,7% frequentam o EJA (16,1% o EJA Fundamental e 2,6% o EJA Médio).



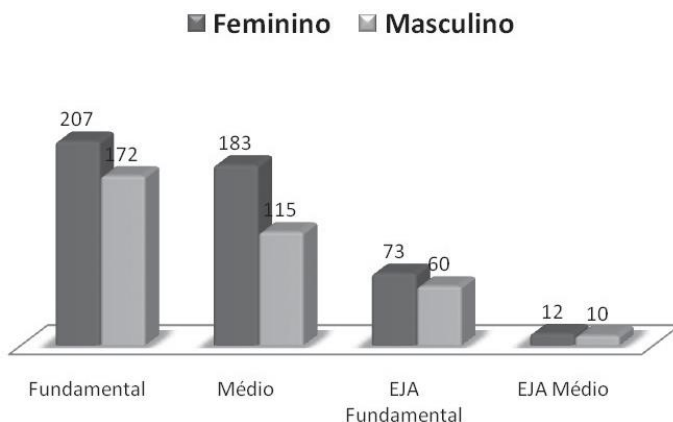
Relacionando esse dado com a faixa etária dos/as informantes, temos um dado significativo que pode apontar tanto para a evasão escolar quanto para a ineficiência do sistema educacional. Enquanto 87% dos/as informantes declaram ter entre 13 e 18 anos, apenas 45,6% deles/as encontram-se na etapa escolar respectiva a essa faixa etária (ensino fundamental – 6 a 14 anos). Ou seja, 41,4% dos/as informantes não estão cursando a etapa escolar definida para a sua idade. Esse dado não é conclusivo, pois as faixas etárias analisadas não coincidem, pois a partir dos 14 anos os/as informantes podem ter afirmando que frequentam o Ensino Médio, o que corresponderia à etapa adequada a sua faixa etária. Além disso, seria necessário considerar os dados de informantes que frequentam o EJA fundamental, mas que por si só já comprova a evasão e o retardamento da formação educacional formal. Nesse sentido, é possível pelo menos supor uma situação na qual os/as informantes, por qualquer motivo que seja, não estão seguindo o curso previsto do sistema educacional.

Se os dados forem analisados do ponto de vista das regiões pesquisadas, novamente se perceberá a diferença que reforça a ausência de escolas de Ensino Médio na Região Nordeste. Segundo o gráfico a seguir, o número de informantes cursando o Ensino Fundamental, EJA Fundamental e EJA Médio na Região Nordeste supera o número de informantes dessas etapas escolares na Região Leste, ainda que o número de informantes seja menor nessa região. Isso pode indicar que a disponibilidade dessa política educacional na região tem impacto direto na adesão da comunidade. Quando há escola e oferecimento da etapa escolar as pessoas buscam a sua formação.



Essa percepção fica ainda mais forte quando se identifica a grande diferença entre os dados dos/as informantes referentes ao Ensino Médio: a diferença entre a Região Leste, onde há escolas de Ensino Médio, e a Região Nordeste, onde não há, não deixa dúvidas do impacto que essa ausência representa para a comunidade, fazendo com que os/as estudantes tenham que se deslocar para outras regiões e conseqüentemente contribuindo para o abandono dos estudos. Esse fato seguramente contribuiu para a violência simbólica percebida pela comunidade pesquisada. A saída que muitos/as pessoas dessa região têm encontrado é justamente a busca pelos programas de Educação para Jovens e Adultos, perceptível nos números mais elevados de informantes da Região Nordeste como evidenciado acima.

Analisando, ainda, os dados da etapa escolar por sexo, percebe-se que, assim como demonstrado acima, as pessoas que se identificam como sendo do sexo feminino constituem a maioria em todas as modalidades.

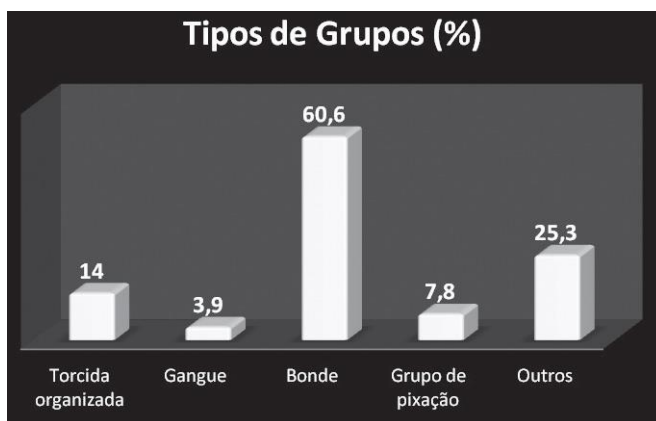


A análise desses dados que compõem o perfil dos/as informantes já levanta uma série de questões que serão aprofundadas abaixo, particularmente no que diz respeito às diferenças entre as regiões e os sexos, quando cotejadas com os dados e as análises sobre as questões que buscam apreender a percepção que esses/as informantes têm do extermínio de adolescentes e jovens em suas regiões.

a participação em grUpos

Uma das questões fortemente sugeridas pelos/as adolescentes que participaram do processo de elaboração do instrumento/questionário da pesquisa foi a pergunta sobre a participação dos/as adolescentes e jovens em “grupos”, especialmente “bondes”.³³ Em sua opinião, esse seria um dado importante para avaliar a questão da violência e do extermínio. No gráfico a seguir, é possível perceber que as respostas, de certa maneira, confirmam essa suspeita.

³³ Gíria usada para designar um conjunto de pessoas que estão sempre juntas e tornam-se conhecidas por fazer parte de um determinado grupo.



Analisando essa questão por região, percebemos que a adesão dos/as informantes a esses grupos é maior na Região Nordeste do que na Leste. A tabela a seguir, mostra, em números os dados dos/as informantes que declararam participar de grupos por região.

Tipos de grupos por região		
	Leste	Nordeste³⁵
Torcida Organizada	4	11
Gangue	0	4
Bonde	30	33
Grupo de Pixação	2	6
Outros	7	19

Segundo os dados gerais e as impressões, as informações coletadas também revelam que mais informantes do sexo masculino do que informantes do sexo feminino declararam participar desses grupos.

Participação em grupos por sexo				
		Sim	Não	Total
Sexo	Feminino	35	424	459
	Masculino	66	274	3402

No entanto, olhando mais atentamente, do total de informantes, apenas (embora ainda assim seja um número significativo) 11,18% (93 informantes) declaram que participam de algum dos tipos de grupos nomeados e 26 (3,12%) assinalaram a opção “outros”³⁴. Esse dado não chega a revelar uma grande adesão a grupos ou também pode demonstrar que os/as jovens preferem não tornar esse fato conhecido (mesmo numa pesquisa anônima). É importante perceber, no entanto, que das opções sugeridas pelos/as jovens e adolescentes que participaram da formulação do questionário, todas estão relacionadas com aspectos considerados negativos no que diz respeito ao “agrupamento” de jovens (torcida organizada, gangue, bonde, grupo de pichação). Ou seja, a questão elaborada pelos/as próprios/as jovens a partir de suas pré-compreensões ou percepções da realidade, na verdade, induz os/as informantes a refletir sua participação nesses grupos considerados “negativos” e, por sua vez, ligados ao extermínio de adolescentes e jovens. Embora essa constatação não seja conclusiva, ela parece forte o suficiente para revelar que a percepção dos/as jovens que participaram do processo de elaboração do questionário (e que também faz parte da percepção de diversos setores da sociedade) contradiz a percepção dos/as informantes, que não necessariamente estabelecem essa relação.

É preciso considerar, ainda, que dos 93 informantes que declaram participar de algum grupo, 26% assinalaram a opção “outros” que pode incluir uma variedade de agrupamentos de jovens que não tenham necessariamente

³⁴ Os 4 (quatro) estudantes que assinalaram essa opção declaram participar de “facção”. Todos são do ensino fundamental da Região Nordeste.

relação com a violência que esses/as jovens presumem estar ligada à questão do extermínio, como demonstra a tabela a seguir:

Tipos de grupos por região		
	Leste	Nordeste
Amigos	0	2
ONG	1	0
Dança	1	1
Games	1	0
Grupo de jovens da igreja	4	8
Facção	0	4
Teatro	0	1
Música	0	1

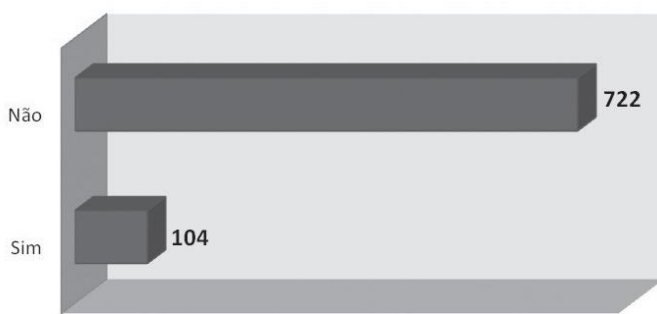
Embora não sejam conclusivos, esses dados revelam que a participação em “torcidas organizadas”, “gangues”, “bondes” e “grupos de pichação” não está necessariamente relacionada com a questão do extermínio de adolescentes e jovens. A opção “outros”, nos casos em que foi definido de qual grupo o/a informante participa, revela questões que precisam ser pensadas do ponto de vista das políticas públicas para adolescentes e jovens. Quais os tipos de atividades coletivas que são oferecidas para esses/as adolescentes e jovens em suas comunidades?

Pessoas assassinadas

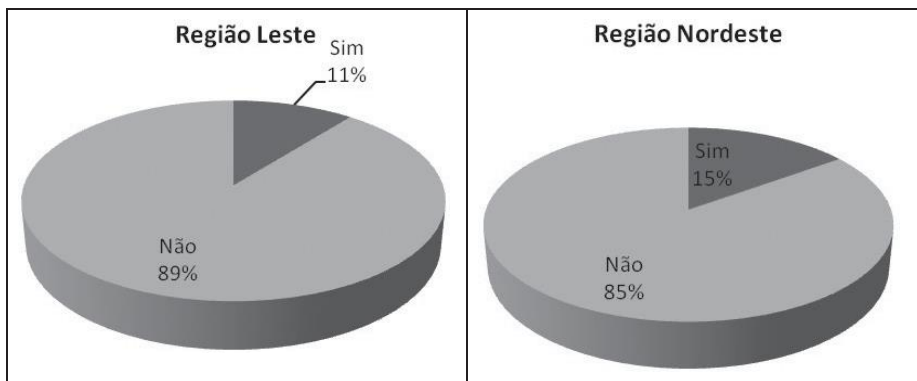
A forma mais visível do extermínio de adolescentes e jovens é o assassinato – embora haja diversas outras ações que produzem o seu aniquilamento. Por isso, esse é um dado importante para conhecer a percepção que os/as in-

formantes têm do tema. No que diz respeito diretamente ao conhecimento e/ou contato com o assassinato, os dados não deixam dúvidas de que essa é uma realidade presente na vida dos/as informantes. Segundo o gráfico a seguir, 12,6% (104) dos/as informantes já tiveram alguma criança, adolescente ou jovem assassinado/a na **família**.³⁵

Nº de informantes que tiveram criança, adolescente ou jovem da família assassinado/a



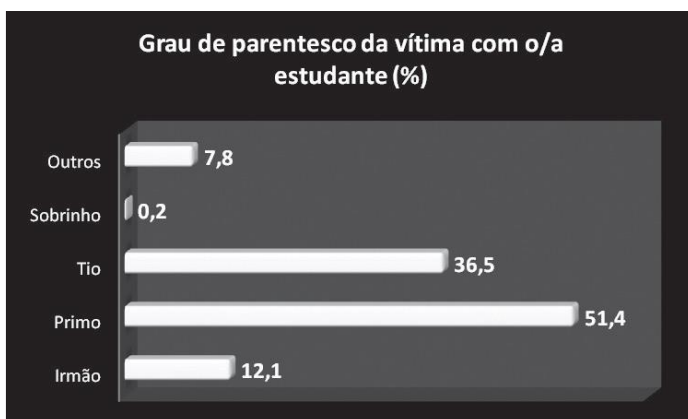
Há aqui uma pequena variação quando se olha separadamente para as duas regiões pesquisadas, sendo que um percentual maior de informantes da Região Nordeste declara que teve algum membro de sua família assassinado.



³⁵ 6 (seis) pessoas não responderam a essa questão.

Essa variação não é percebida quando se considera o sexo, a idade, o turno ou a escolaridade dos/as informantes.

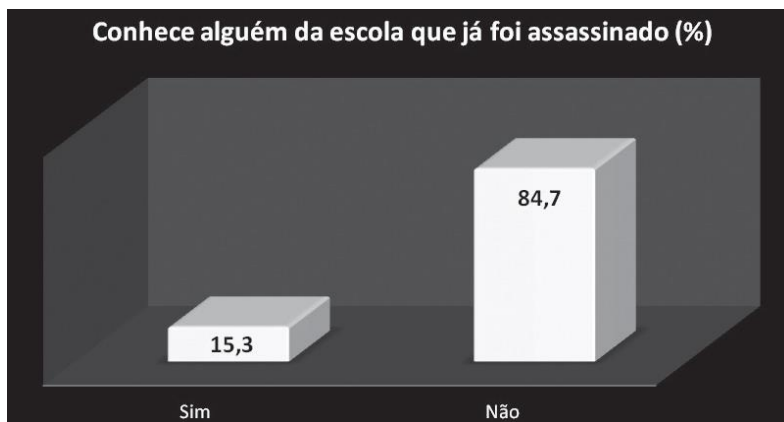
No âmbito da família, as informações sobre o grau de parentesco das pessoas assassinadas pode indicar certo distanciamento, com um número alto de informantes afirmando que as pessoas assassinadas eram “primos/as” (51,4%).³⁶ Ainda assim, um número significativo (12,1 %) afirma que seus irmãos e suas irmãs foram assassinados/as, o que possivelmente coloca em risco a sua própria vida e a de toda a família.



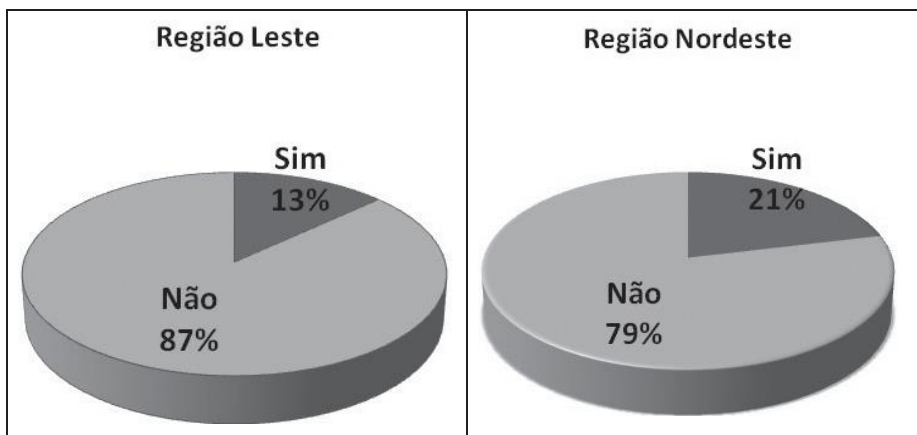
A percepção que os/as informantes têm do conhecimento de pessoas que foram assassinadas aumenta sensivelmente quando se considera as respostas à pergunta sobre se conhecem alguém da **escola** que foi assassinado/a.³⁷

³⁶ Nas comunidades, “primo” pode ser usado para falar de parentes próximos (ou não tão próximos), mas cujo grau de parentesco é inexato segundo as convenções. O mesmo podendo ocorrer com “tio”.

³⁷ Aqui percebe-se uma pequena diferença entre os/as informantes que se identificam com o sexo masculino em relação às que se identificam com o sexo feminino. Segundo os dados apurados, dentro dos 15,3% de informantes que declaram conhecer pessoas da escola que foram assassinadas, 52,4% são informantes do sexo feminino e 47,6 % são do sexo masculino.

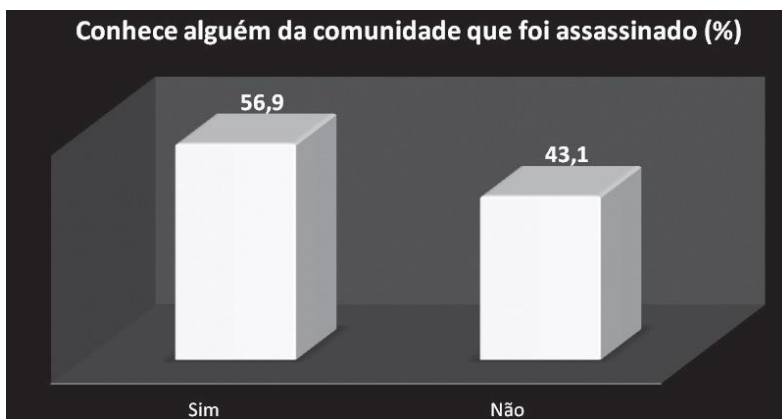


Também aqui há uma variação significativa entre as regiões pesquisadas. Enquanto na Região Leste 13% dos/as informantes declararam ter conhecido crianças, adolescentes e jovens que foram assassinados/as, na Região Nordeste esse índice sobe para 21%.

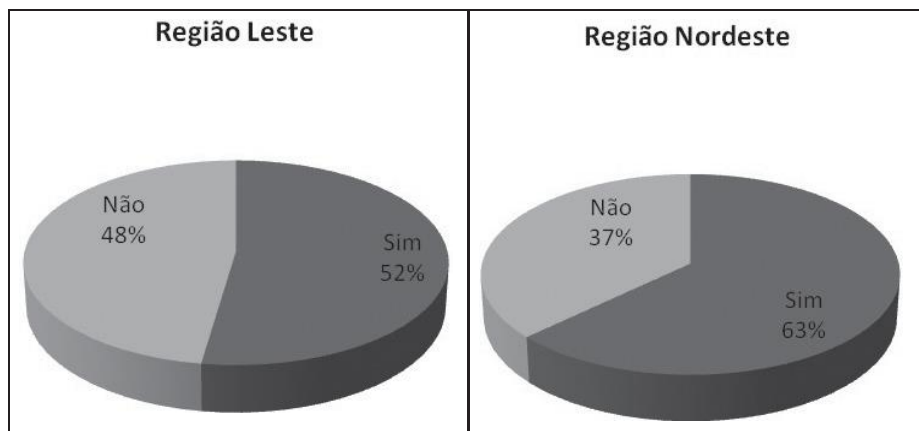


Mas quando a pergunta se refere ao âmbito mais amplo de interação social, perguntando pelo conhecimento de crianças, adolescentes ou jovens da sua **comunidade** que foram assassinados/as, o tema se torna definitivamente uma questão que não é possível negligenciar. Segundo os dados a seguir, 56,9% (61) dos/

as informantes (a absoluta maioria adolescentes) que responderam a essa questão declararam que conheceram alguém que foi assassinado na comunidade.³⁸

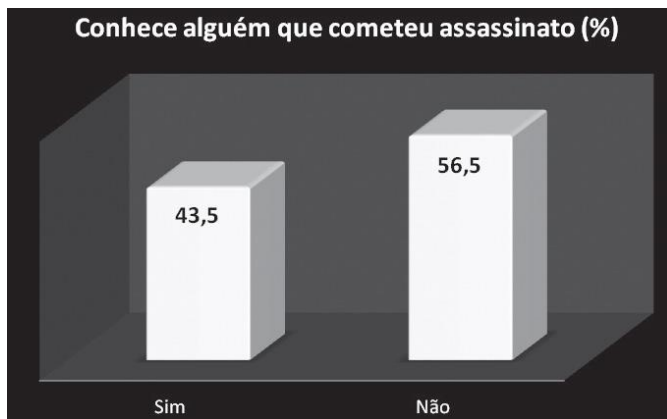


Mais uma vez a Região Nordeste se destaca pelo índice de informantes que declaram ter conhecido crianças, adolescentes ou jovens na comunidade que foram assassinados.

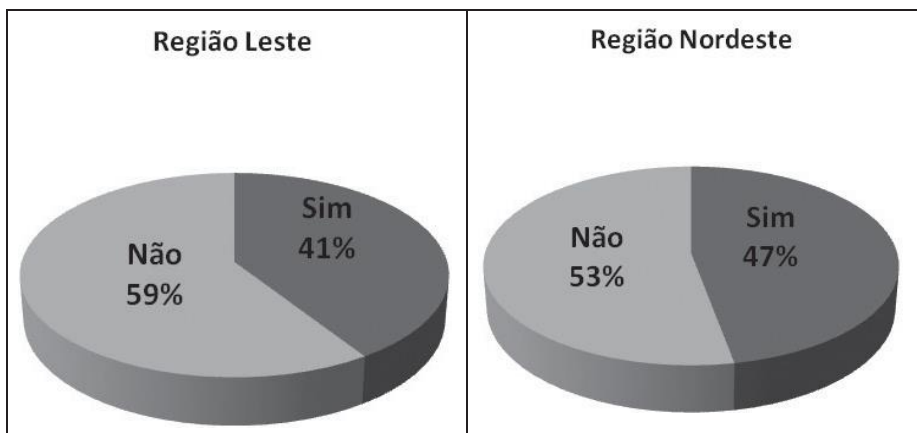


³⁸ Nesse caso, também a variação quanto ao sexo dos/as informantes tem uma alteração significativa. Aqui, enquanto 57% das informantes do sexo feminino declaram terem conhecido pessoas da comunidade que foram assassinadas, apenas 43% dos informantes do sexo masculino declaram a mesma coisa.

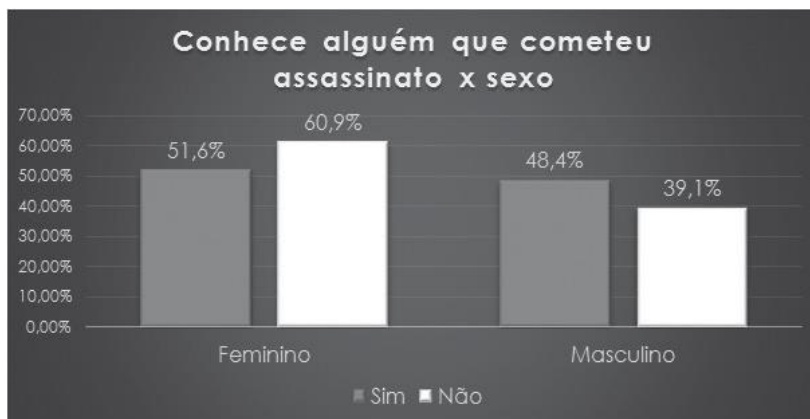
A familiaridade/naturalidade com a realidade de assassinatos não fica evidente apenas nas informações sobre o conhecimento de crianças, adolescentes ou jovens que foram assassinados/as, mas também pelo fato de um número significativo de informantes (43,5%) declarar que conhece pessoas que cometeram assassinatos.



Nesse item, persiste a diferença entre as regiões, com maior percentual de informantes declarando que conhecem pessoas que cometeram assassinatos na Região Nordeste.



Seguindo o que vínhamos observando com relação ao sexo **dos/as** informantes quanto às questões colocadas, nesse ponto, o percentual de informantes do sexo feminino que declara conhecer alguém que cometeu assassinato também supera o número de informantes do sexo masculino.



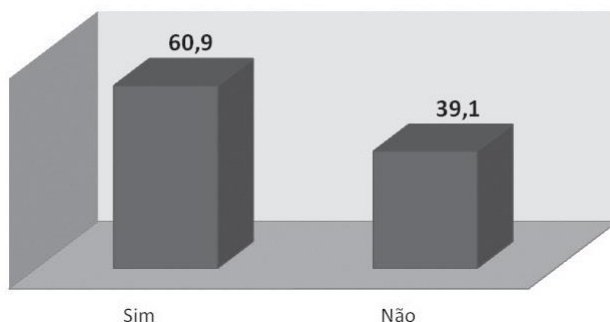
Ou seja, não há como negar que para os/as informantes dessa pesquisa, a violência, e de forma mais específica, o assassinato (incluindo o conhecimento de pessoas que foram assassinadas e de pessoas que cometeram assassinato), faz parte da realidade cotidiana de uma maneira que se poderia dizer naturalizada ou até banalizada. As entrevistas do próximo capítulo ajudarão a perceber e avaliar melhor essas questões.

Ameaças e caUsas

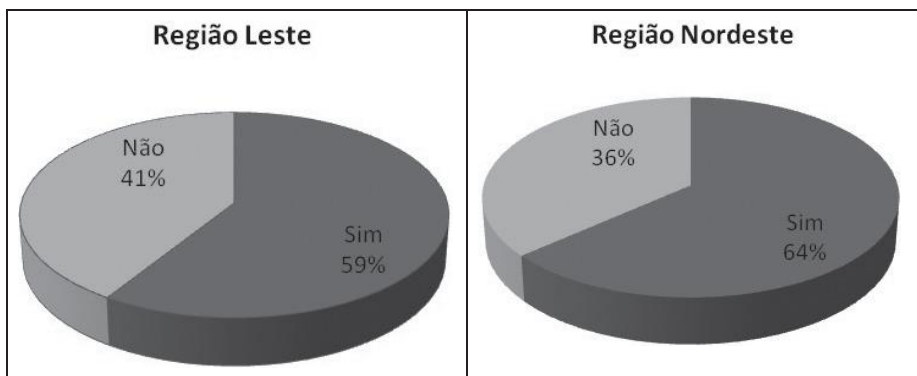
É verdade que, em muitos casos, o assassinato não chega a ser consumado. A ameaça de morte é tanto uma forma de intimidar, quanto faz com que as pessoas e muitas famílias tenham que migrar para outro lugar, não podendo ser separada da ideia de extermínio. Pela coleta de dados realizada, não é possível identificar quantas das ameaças das quais os/as informantes têm conhecimento chegaram a ser cumpridas (com o efetivo assassinato). Ainda assim, os números

indicam e reafirmam a prática de ameaça de morte como parte do contexto dos/as informantes.

Conhece criança, adolescente, jovem, familiar que já sofreu ameaça de morte (%)

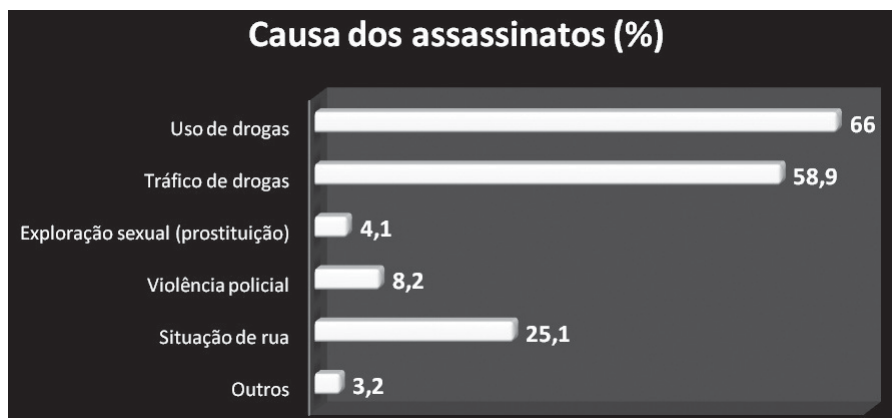


A diferença entre as regiões também persiste. Na Região Nordeste, o percentual de informantes que declaram conhecer criança, adolescente, jovem ou familiar que tenham sofrido ameaça de morte sobe para 64% (232 de 362).



Não foi observada nenhuma diferença nas declarações de informantes com relação ao sexo. Em ambos os casos, 61% dos/as informantes declaram conhecer crianças, adolescentes, jovens ou familiares que sofreram ameaça de morte e 39% declaram que não conhecem.

Já quando entramos na discussão das causas (o porquê dessa realidade/percepção), as respostas fornecidas pelos/as informantes reafirmam algumas questões comumente envolvidas no debate sobre a temática do extermínio.



A maioria absoluta dos/as informantes percebe uma relação direta entre as ameaças de morte e assassinatos com a questão das drogas (uso/tráfico). Trata-se de uma questão delicada, pois corre-se o risco de estigmatizar uma população em situação de vulnerabilidade, culpando-a por sua “sorte” ou “destino”. Os dados trabalhados acima, especialmente no que dizem respeito ao acesso ao sistema educacional, já revelam um dado importante a considerar na questão do uso/tráfico de drogas. A própria desmistificação da relação entre a participação em grupos (considerados promotores dessas práticas) e o uso/tráfico de drogas revela que essa relação não é necessariamente verdadeira. Aqui é preciso considerar, mais uma vez, que estamos lidando com a percepção dos/as informantes sobre a realidade e não tomando esses dados como estatísticas que comprovem uma situação ou outra. O fato é que, pela própria experiência do Proame-Cedeca, a participação nesse universo (drogas – uso e tráfico) justifica, para muitos/as adolescentes/jovens e também para familiares, para a comunidade, para o Estado/polícia, para a mídia e o senso comum, a violência e o assassinato de que são “vítimas” adolescentes e jovens – e os dados quantitativos

do capítulo seguinte ampliarão essa discussão. Assim, é preciso tomar esse dado com cuidado e não assumir respostas prontas e rápidas.

Não há dúvida para a equipe que trabalha no Centro de Defesa de que há uma relação entre o extermínio de adolescentes e jovens e o universo das drogas (uso/tráfico). No entanto, é justamente nesse ponto que a reflexão precisa ser aprofundada, particularmente a partir da prática desenvolvida na instituição. Enquanto o senso comum associa o extermínio com envolvimento com o uso/tráfico de drogas, a realidade revela que esse envolvimento não é decorrente simplesmente de uma inclinação “natural” de adolescentes e jovens. Trata-se de um sistema fortemente organizado que se vale das múltiplas vulnerabilidades às quais adolescentes e jovens negros e empobrecidos estão presos (algumas visibilizadas acima), muito mais do que uma opção simplesmente voluntária ou de “má índole” que leva adolescentes e jovens a ingressarem nesse universo. No âmbito do extermínio, poder-se-ia dizer que o próprio sistema organizado do universo/rede das drogas (uso e tráfico), vinculado também a forças do Estado, muitas vezes os próprios órgãos da segurança pública, além da ausência de políticas públicas para essa população, torna esse envolvimento praticamente “inevitável”. Ou seja, o desejo e a prática do extermínio como definido no primeiro Capítulo, valendo-se desse universo (sistema organizado), provoca através dele mesmo a prática do extermínio. Nesse caso, as drogas não seriam o motivo pelo qual adolescentes e jovens são assassinados, mas o meio utilizado para a sua efetivação pelos segmentos interessados no seu extermínio.

Essas e outras questões serão aprofundadas nos capítulos seguintes relativos à pesquisa, mas também nos artigos que compõem a Parte 2 desta publicação.

Resumindo

O objetivo desta pesquisa quantitativa foi desvelar a “percepção” que estudantes das escolas públicas das Regiões Leste e Nordeste de São Leopoldo

do têm da realidade do “extermínio” de adolescentes e jovens nessas regiões. Para tanto, foram seguidos passos metodológicos citados acima, muitas vezes intuídos pela equipe por seu contato cotidiano com esse público e com essa realidade, mas que se configuram justamente como uma “pesquisa participante”, na qual os sujeitos da pesquisa são não apenas os/as pesquisadores/as, mas também participantes da entrevista fornecendo dados e informações através dos instrumentos definidos.

Nesse sentido, tentando resumir algumas das questões que foram evidenciados a partir das análises realizadas acima dos dados coletados nesta pesquisa, é possível inferir algumas questões gerais que não pretendem ser definitivas ou fechadas. Outros olhares, a partir de outros lugares, assim como outras pesquisas, poderão aprofundar as questões aqui levantadas. Com relação ao **perfil** dos/as informantes, é preciso considerar que se trata de estudantes de escolas públicas das regiões em questão. Embora o objetivo aqui não seja definir as diferenças e os impactos que isso pode ter nos resultados acerca da percepção da realidade do “extermínio”, é preciso considerá-los como dado. As escolas públicas geralmente são frequentadas pelas camadas mais empobrecidas e vulnerabilizadas da população local. Isso significa que os/as informantes, se essa avaliação estiver correta, são parte do universo que está sendo investigado de uma maneira direta, favorecendo não apenas a legitimidade dos dados aferidos, mas também contribuindo para um olhar privilegiado sobre a percepção do “extermínio” que, como vimos, atinge primordialmente pessoas em situação de vulnerabilidade social.

A maioria absoluta (87%) dos/as informantes encontra-se na faixa etária de 13 a 18 anos (classificada nessa pesquisa como adolescentes). Ainda assim, se considerarmos os dados relativos à etapa escolar, perceberemos que apenas 45,6% dos/as informantes está na etapa escolar correspondente (Ensino Fundamental), com um número substancial recorrendo à EJA para a mesma etapa. Como o corte de idades não coincide, essa análise não é definitiva, mas deve ser considerada tendo em vista os índices de evasão e retardamento da forma-

ção escolar formal. Na variação entre as regiões, que será considerada a seguir, há que se considerar um número menor de informantes da Região Nordeste (apesar da inclusão de escolas das Regiões Centro e Norte para esta pesquisa) em relação à Região Leste, o que deve ser considerado também do ponto de vista da densidade populacional das duas regiões (sendo a Região Leste muito mais populosa do que a Nordeste e seguramente com maior desenvolvimento econômico e social). Ainda sobre o perfil dos/as informantes, é notório que as pessoas identificadas com o sexo feminino são maioria em relação às do sexo masculino, valendo isso para as regiões e para a idade, revelando uma maior frequência desse sexo nas escolas pesquisadas.

Com relação aos **turnos escolares**, a maioria dos/as informantes estuda no período da manhã em ambas as regiões. No entanto, é importante destacar que não há informantes que declaram estudar em turno integral na Região Nordeste (possivelmente pela ausência dessa modalidade) e quando considerados os percentuais de informantes que estudam à tarde e à noite, os índices da Região Nordeste são bastante superiores aos da Região Leste (especialmente à noite: 32% X 22%). Essa diferença certamente está relacionada ao fato de que, na Região Nordeste, não há oferta de Ensino Médio. Os dados deixam claro o impacto dessa ausência ao revelarem uma diferença gritante entre os/as informantes que declaram frequentar o Ensino Médio, correspondendo a 223 informantes da Região Leste e 64 da Região Nordeste. Em todas as outras etapas (Fundamental, EJA Fundamental e EJA Médio), apesar da densidade populacional menor, os dados revelam uma maior presença de estudantes da Região Nordeste. Isso evidencia a busca da população pela educação formal, sendo obstaculizada pela falta de oferta e acesso. Entre outros, esse seguramente é um dos fatores que evidencia a vulnerabilidade social presente na Região Nordeste e que incidirá em outros itens pesquisados, como será visto a seguir.

Considerando mais uma vez o recorte por **sexo**, os dados revelam que os/as informantes identificados/as com o sexo feminino são maioria nos turnos integrais ou pela manhã e também são maioria em todas as etapas da educação

formal. Embora os dados não sejam suficientes para uma afirmação conclusiva, não é possível deixar de notar a maior ausência das informantes do sexo feminino à tarde e especialmente à noite, período em que muitas mulheres são impedidas de frequentar a escola por “ordem” ou “orientação” de companheiros, familiares e pela ideia de que esse turno possa ser mais “perigoso” para meninas e mulheres.

Os dados referentes à **participação em grupos** são bastante interessantes. Como a pergunta foi incorporada no questionário por sugestão dos/as adolescentes que participaram do processo de sua formulação, ela própria já desperta para uma determinada percepção (por parte desses/as jovens) da realidade de suas comunidades naquilo que diz respeito à violência e ao extermínio de adolescentes e jovens. O fato de terem sido nomeados apenas grupos considerados socialmente “negativos” e segundo a impressão de que teriam uma influência significativa sobre os índices de violência não necessariamente se comprovou verdadeiro na percepção dos/as informantes pesquisados/as. Um número bastante pequeno (considerando o tamanho da amostra) declara participar desses grupos. Percebe-se uma maior adesão, segunda as declarações dos/as informantes, a esses grupos na Região Nordeste e também uma maior participação de informantes do sexo masculino nos grupos mencionados, embora haja informantes do sexo feminino que declararam participar. Por outro lado, 25% dos/as informantes que declararam participar de grupos assinalaram a opção “outros”. Com exceção de quatro informantes que declararam participar de uma “facção” (o que também é considerado socialmente negativo), os/as demais afirmaram participar de grupos como: amigos, ONG, dança, *games*, igreja, teatro, música. Embora o número não seja tão significativo, considerando o total da amostra, esse dado parece contradizer a ideia de que os índices de violência e assassinato estão diretamente relacionados à participação nesses grupos e, mais do que isso, parece indicar que a oferta de outros espaços/grupos, como política pública, poderia interferir de forma positiva na realidade da vulnerabilidade de forma geral e do extermínio de forma particular.

A presente pesquisa não utilizou em seu instrumento de coleta de dados (questionário) o termo específico “extermínio”. Para chegar à percepção sobre essa realidade, as perguntas se concentraram no conhecimento de pessoas assassinadas, conhecimento de assassinos/as, ameaças de morte e causas das mortes. No que se refere ao conhecimento de **crianças, adolescentes ou jovens assassinadas**, os dados revelam que um número significativo de informantes (104 de 832) teve pessoas de sua própria **família** assassinados/ as – indicando que, de alguma forma, a sua própria vida pode estar em risco. Já aqui percebe-se uma diferença entre as regiões pesquisadas, sendo que a Região Nordeste apresenta um índice maior de pessoas que conhecem crianças, adolescentes ou jovens de sua família que foram assassinados/as. Essa situação aumenta de forma geral quando a pergunta é sobre se conhecem crianças, adolescentes ou jovens da **escola** que foram assassinados/as, e persiste a diferença entre as regiões, com mais informantes da Região Nordeste respondendo afirmativamente a essa pergunta. Um aumento significativo é percebido quando a pergunta se estende ao âmbito da **comunidade**, sendo que 56,9% (mais da metade) dos/as informantes afirmam ter conhecido crianças, adolescentes ou jovens que foram assassinados, permanecendo a diferença (para maior) dos/as informantes da Região Nordeste.

Os/as informantes não só conhecem casos de assassinato, mas também declaram conhecer **pessoas que cometeram assassinato** (43,5%), com maior incidência novamente da Região Nordeste. Além disso, considerando as respostas com relação a **ameaça de morte** (crianças, adolescentes ou jovens que foram ameaçados/as), o índice supera os números aferidos com relação ao assassinato em si (60,9%), revelando, por um lado, que não necessariamente as ameaças se convertem em assassinato de fato (muitas vezes, inclusive, os/as ameaçados/ as se mudam ou são removidos de suas comunidades), mas que a realidade da “morte” como ameaça ou realidade está presente no cotidiano de estudantes das escolas públicas dessas regiões, em sua maioria adolescentes entre 13 e 18 anos.

Em todos os itens pesquisados sobre assassinato e ameaça de morte, os índices apresentados pelos/as informantes da **Região Nordeste** superam os da Região Leste. Isso demonstra uma presença ou, pelo menos, uma percepção (que é com o que estamos lidando neste estudo) do tema em questão na vida desses/as informantes. Como já afirmado, é preciso considerar esses dados na relação com a realidade de vulnerabilidade das diferentes regiões, especialmente no caso da Região Nordeste. De qualquer forma, especialmente considerando um número inferior de informantes, estatisticamente essa realidade está mais presente nessa região. Em relação ao **sexo**, embora não haja variações contundentes quanto à questão do assassinato e da ameaça, percebe-se que as informantes do sexo feminino conhecem mais crianças, adolescentes ou jovens que foram assassinados, especialmente quando a pergunta é com referência à escola e à comunidade, mas também são as que mais declaram conhecer pessoas que cometeram assassinatos. Apesar de o número maior de informantes ser do sexo feminino, é importante considerar que, como o extermínio de adolescentes e jovens atinge principalmente pessoas do sexo masculino, elas permanecem como testemunhas e talvez muitas vezes fiquem desamparadas em virtude do assassinato de familiares do sexo masculino, amigos e companheiros.

A percepção que os/as informantes têm **das causas** é contundente e não carece de reflexões mais profundas do que as que foram feitas acima. Esse tema ainda será aprofundado em outras partes desta publicação, buscando perceber que essa percepção, embora não seja falsa, precisa ser considerada dentro de um contexto muito mais amplo.

Como o termo “extermínio” não foi utilizado no instrumento de pesquisa, justamente para não condicionar as respostas, usando-se os termos “assassinato” e “ameaça de morte”, mais comuns e conhecidos pelos/as informantes, é necessário perguntar-se ao final desta apresentação e análise dos dados coletados se é possível identificar entre os/as adolescentes a percepção de uma situação de “extermínio de adolescentes e jovens em suas comunidades”. Embora não seja possível afirmar que os/as informantes definiriam as percepções descritas como

forma de “extermínio”, parece indubitável, a partir das questões colocadas no primeiro Capítulo desta parte, que as principais características relacionadas ao conceito de “extermínio” estão presentes na percepção desses/as informantes. O desafio talvez seja justamente assimilar a ideia de extermínio como um problema social e buscar soluções que não tentem apenas reprimir a violência que existe (há exemplos de tentativas frustradas nesse sentido), mas de enfrentar as causas sistêmicas que geram e, de certa forma, necessitam da realidade do “extermínio” para se manterem vigentes.



A comunidade fala:

Entrevistas com adolescentes, jovens, familiares e lideranças comunitárias

Método e metodologia

O presente capítulo apresenta os resultados da pesquisa qualitativa realizada com agentes sociais, como lideranças comunitárias, entidades, grupos, familiares das regiões pesquisadas. Para a realização das entrevistas foram selecionadas pessoas de diferentes segmentos das comunidades pesquisadas que já tiveram experiência com situações de ameaça e/ou assassinato de adolescentes e jovens, sendo fundamental o contato que a equipe já possuía com essas pessoas a partir das ações desenvolvidas. Nesse sentido, a pesquisa se insere no marco da “pesquisa participante”.

O método de “pesquisa participante” tem sido construído como uma saída para o esgotamento de métodos tradicionais de pesquisa fundamentados numa objetividade tal que as afasta da realidade concreta dos “objetos” de pesquisa e, em muitos casos, torna a pesquisa estéril e irrelevante para os problemas enfrentados pela sociedade. Nesse sentido, a “pesquisa participante” não pressupõe uma separação completa entre teoria e prática, mas justamente uma relação dialética entre elas, no sentido de que não é possível pensar uma teoria

sobre um determinado tema sem que haja um envolvimento com ele, uma participação efetiva na realidade analisada, para que se tenha acesso a dados e informações aos quais uma pesquisa puramente objetiva e distanciada não teria.³⁹

A presente pesquisa se insere nesse marco teórico-metodológico precisamente porque a equipe envolvida no seu desenvolvimento realiza ações acerca da temática em estudo com a comunidade pesquisada. As principais atividades desenvolvidas pela equipe do Proame-Cedeca nas regiões pesquisadas são: mobilização social; atendimento às famílias; abordagem de rua na região do centro; oficinas sobre direitos humanos com adolescentes e docentes das escolas das duas regiões; incidência política em espaços de articulação e deliberação em nível municipal, estadual e nacional; pesquisas e mapeamentos sobre as temáticas de ação.

Ademais, da forma como foi construída, a pesquisa reflete as principais características da pesquisa participante:

- a) o problema se origina na comunidade ou no próprio local de trabalho;
- b) a finalidade última da pesquisa é a transformação estrutural fundamental e a melhoria de vida dos envolvidos; os beneficiários são os trabalhadores ou o povo atingido;
- c) a PP [Pesquisa Participante] envolve o povo no local de trabalho ou a comunidade no controle do processo interno da pesquisa;
- d) a ênfase da PP está no trabalho com larga camada de grupos explorados ou oprimidos: migrantes, trabalhadores, populações indígenas, mulheres;
- e) é central para a PP o papel de reforço à conscientização no povo de suas próprias habilidades e recursos, e o apoio à mobilização e à organização;
- f) o termo “pesquisador” pode referir-se à comunidade ou às pessoas envolvidas no local de trabalho, como àqueles com treinamento especializado;
- g) embora aqueles com saber/treinamento especializado muitas vezes prove-nham de fora da situação, são participantes comprometidos e aprendizes em processo que conduz mais à militância do que ao distanciamento.⁴⁰

39 Pedro DEMO. *Pesquisa participante*. Brasília: Liber, 2008, p. 76-84.

40 B. L. HALL. Participatory Research, Popular Knowledge and Power: a Personal reflection. *Convergence*. v. 14(3)6, 1981, p. 7-8: *apud* Pedro DEMO. *Pesquisa participante*. Brasília: Liber, 2008. p. 93-94. Muitas dessas características têm sido justamente alvo de críticas de pesquisadores/as mais ortodoxos/as, inclusive no âmbito da pesquisa social.

Dentro do contexto da Pesquisa Participante, foi utilizada a metodologia de “entrevista não estruturada guiada”. Segundo Roberto Jarry Richardson *et al.*, a entrevista não estruturada guiada é:

... utilizada particularmente para descobrir que aspectos de determinada experiência (...) produzem mudanças nas pessoas expostas a ela. O pesquisador conhece previamente os aspectos que deseja pesquisar e, com base neles, formula alguns pontos a tratar na entrevista. As perguntas dependem do entrevistador, e o entrevistado tem a liberdade de expressar-se como ele quiser, guiado pelo entrevistador.⁴¹

As entrevistas foram realizadas em lugar privado (sede da organização ou residência do/a entrevistado/a), gravadas em áudio, transcritas, seguindo os procedimentos éticos previstos.⁴² Por se tratar de um tema delicado tanto do ponto de vista das experiências vividas quanto das questões de segurança envolvidas no fornecimento de informações, o processo da entrevista seguiu os seguintes passos:

- 1) Contato individual com a pessoa a ser entrevistada a partir de relação estabelecida nas ações desenvolvidas nas comunidades;
- 2) Apresentação da proposta do projeto e convite para participação, incluindo esclarecimento sobre as questões constantes do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;
- 3) Agendamento da entrevista;
- 4) Realização da entrevista;
- 5) Assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e disponibilização do material para análise;
- 6) Transcrição da entrevista.⁴³

41 Roberto Jarry RICHARDSON *et al.* *Pesquisa social*. 3. ed. 10. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. p. 212.

42 Conforme Parecer 453.932 do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Superior de Teologia – EST.

43 A entrevista transcrita será disponibilizada para o/a entrevistado/a como forma de retorno em visita privada para que o/a entrevistado/a possa, caso seja de sua vontade, ter contato com a sua própria fala em forma narrativa e esteja acompanhado de profissional capacitado/a para discutir questões que emergirem. Sobre a importância e o papel da devolução veja: GATTAZ, André C. Lapidando a fala bruta: a textualização em história oral. In: MEIHY, José Carlos S. B. (Re)

Dentro da perspectiva de “entrevista não estruturada guiada”, foi estabelecido um roteiro básico para obter as informações necessárias para o objetivo da pesquisa. Uma primeira parte consistiu na coleta de alguns **dados de identificação** para construção do perfil dos/as entrevistados/as⁴⁴, e uma segunda parte consistiu de perguntas orientadoras para as entrevistas.⁴⁵ Para a realização das entrevistas, os/as entrevistadores/as foram capacitados/as dentro da metodologia de pesquisa. As perguntas foram adaptadas ao perfil da pessoa entrevistada (inclusive em termos de linguagem), sendo formuladas de forma a serem mais compreensíveis para a pessoa entrevistada.⁴⁶

introduzindo história oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996. p. 135-140; THOMPSON, Alistair. Os debates sobre memória e história. In: FERREIRA, Marieta d Moraes; AMADOS, Janaína (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 66-73.

- 44 Foram feitas as seguintes perguntas: idade; sexo; identidade de gênero; orientação sexual; raça/etnia; atividade/profissão; escolaridade.
- 45 Perguntas orientadoras: 1) Como vivem os/as jovens/adolescentes na sua comunidade/bairro/região? 2) Quais as situações de violência contra adolescentes/jovens que você já presenciou? Algum/a/s desse/a/s adolescente/jovem foi ameaçado/a de morte ou assassinado/a? 3) Como você descreveria os/as jovens/adolescentes envolvidos/as nessas situações? 4) Por que você acha que esse/a/s adolescentes/jovens foram ameaçados/ase/ou assassinados/as? 5) O que foi feito com relação a essas situações? 6) O que poderia ser feito com relação a essa questão na sua comunidade/bairro/região? 7) Você acha que essas situações configuram uma realidade de extermínio de adolescentes/jovens? Dentro desse roteiro, a pergunta 1 visava introduzir a conversa e levar a pessoa entrevistada a refletir de modo geral sobre a realidade de adolescentes/jovens no seu contexto. A pergunta 2 tinha como objetivo fazer a pessoa entrevistada relatar situações de violência. Aqui foi importante o/a entrevistador/a fazer outras perguntas sobre questões que podem ou não ser mencionadas pelas entrevistadas, como: quem perpetrou os atos de violência (colegas, gangues, polícia etc.); que tipo de violência foi cometida (doméstica, sexual, ameaça, assalto, morte etc.). A pergunta 3 tinha como objetivo ver de que forma o/a entrevistado/a percebe o perfil dos/as adolescentes/jovens envolvidos nessas situações (por exemplo: com relação a sexo, raça/etnia, situação econômica, envolvimento com drogas – uso/tráfico etc.). A pergunta 4 tinha como objetivo ver quais as causas que a pessoa entrevistada identificava. As perguntas 5 e 6 tiveram como objetivo ver se a pessoa entrevistada identificava medidas sendo tomadas ou quais entende que sejam necessárias para enfrentar as situações. A pergunta 7 teve como objetivo identificar se o/a informante classificava as situações descritas como “extermínio” ou se entendia que se trata de situações correntes de violência, sem que haja nada específico que as diferencie.
- 46 Os materiais coletados nessa pesquisa ficarão armazenados na Sede do Proame-Cedeca, de maneira confidencial e garantindo o acesso caso solicitado por autoridades competentes.

SUjeitos da pesquisa

As pessoas entrevistadas nessa pesquisa qualitativa foram selecionadas a partir do contato estabelecido entre os membros da equipe de pesquisa através das ações dos projetos “Pelo direito de viver com dignidade” e “Comunidade ativa” executados nas regiões Leste e Nordeste de São Leopoldo. A partir dessa prática e do contato com a comunidade, foram selecionadas para a realização da entrevista pessoas que tinham vivenciado situações de ameaça de morte e/ou assassinato de adolescentes e jovens nas regiões pesquisadas, incluindo:

- 2 adolescentes/jovens de cada região que tinham sofrido ameaça de morte;
- 3 familiares de adolescentes/jovens de cada região que tinham sofrido ameaça de morte ou sido assassinados/as;
- 3 lideranças comunitárias de cada região (agentes públicos, direção e/ou trabalhadores/as de entidades da sociedade civil) que tiveram alguma forma de envolvimento em situações de ameaça de morte e/ou homicídio de adolescentes e jovens.

Além disso, na seleção das pessoas a serem entrevistadas foram consideradas as seguintes questões:

- ser ou ter sido morador/a (adolescentes, jovens e familiares) ou atuar profissionalmente nas regiões Leste ou Nordeste de São Leopoldo;
- participar ou ter participado (jovens, adolescentes e familiares) ou ter contato (lideranças comunitárias) com os projetos desenvolvidos pelo Proame-Cedeca nas regiões Leste ou Nordeste de São Leopoldo.

Segundo os dados de identificação coletados, é possível traçar um perfil inicial dos/as entrevistados.⁴⁷ Conforme afirmado acima, foram entrevistadas

⁴⁷ É importante destacar, desde já, que várias informações solicitadas nessa primeira parte da entrevista não foram respondidas pelos/as entrevistados/as. Por um lado há prejuízo para a constituição de um perfil, mas por outro, as “não-respostas” também podem ser uma forma de resposta silenciosa.

16 pessoas, sendo 8 de cada região. No caso da região Nordeste, no entanto, em uma das entrevistas realizadas com familiar, além da entrevistada principal, um segundo membro da família participou da entrevista e seus dados também estão contabilizados nesse perfil, totalizando 19 pessoas.

Considerando a faixa etária dos/as entrevistados/as, os/as adolescentes e jovens das regiões Leste e Nordeste têm 16 e 22 anos (Leste) e 16 e 21 anos (Nordeste). Entre os/as familiares entrevistados/as há uma variação maior: 20, 43 e 61 anos (Leste) e 19, 37 e 54 (Nordeste⁴⁸), o que permite diferentes olhares geracionais sobre o tema. Já entre as lideranças comunitárias, as idades dos/as informantes são 29 e 39 (Leste) e 51 e 52 (Nordeste).⁴⁹ Na distribuição entre os sexos, há um equilíbrio importante entre entrevistados/as do sexo masculino e do sexo feminino, embora 3 (três) entrevistados/as não tenham declarado o sexo. Entre os/as adolescentes e jovens das duas regiões 1 (um) entrevistado declarou identificar-se com o sexo masculino e 1 (uma) se identifica com o sexo feminino. Dos/as familiares, na região Leste 1 (um) informante declarou ser do sexo masculino, 1 (uma) do sexo feminino e um/a não declarou, enquanto na região Nordeste 3 (três) entrevistadas declararam ser do sexo feminino enquanto um/a não declarou o sexo.

Nos itens relacionados a “identidade de gênero” e “orientação sexual” há um grande número de entrevistados/as que não declarou nada. Por um lado pode haver falta de compreensão sobre o significado dessas expressões/conceitos (dois/duas entrevistadas, por exemplo, declararam ser heterossexuais no item “identidade de gênero”), ou mesmo certo pudor/insegurança em revelar essas informações. No item “identidade de gênero” apenas 5 (cinco) pessoas responderam, sendo que 3 (três) declararam “homem” como resposta, e dois/duas declararam ser “heterossexuais” como já visto. A expressão-conceito “orientação sexual” parece mais conhecida, tendo obtido 8 (oito) respostas, além das duas que usaram categorias dessa área para declarar sua “identidade de gênero”.⁵⁰

48 A quarta entrevistada da região nordeste não declarou a idade.

49 Em cada uma das regiões uma pessoa não declarou a idade.

50 Uma delas declarou “heterossexual” para ambos os itens.

Nesse sentido, 9 (nove) das 17 (dezesete) pessoas entrevistadas afirmaram ser heterossexuais e todas as demais não responderam à questão.

No item raça/etnia, 11 (onze) entrevistados/as responderam à pergunta, sendo que 4 (quatro) se declaram negros/as (3 da região Leste e 1 da Nordeste); 3 (três) se declararam pardos/as (1 da Leste e 2 da Nordeste); e 4 (quatro) se declararam brancos/as (3 da Leste e 1 da Nordeste). Ainda que não seja conclusivo, visto o número significativo (8) de entrevistados/as que não responderam, essa pequena amostra indica que os/as entrevistados/as da região Nordeste tendem a identificar-se mais como pardos/as (única categoria em que superou a região Leste que teve mais declarações nas outras categorias).

Com relação à profissão, também foram 11 (onze) os/as entrevistados/as que declararam sua profissão, conforme segue: atendente, estudante, servente, pedreiro (2), técnico de enfermagem, do lar, Conselho Tutelar, grafiteiro, pintura/reforma e educadora social. O contexto das entrevistas revela dados profissionais dos/as outros/as entrevistados/as, mas, considerando a autodeclaração, a maioria das profissões mencionadas podem refletir uma condição social/econômica bastante simples. Isso não necessariamente está ligado à escolaridade dos/as entrevistados/as, uma vez que das 13 (treze) pessoas entrevistadas que responderam a essa questão (restando 6 que não responderam) todas indicam ter frequentado ou estar frequentando espaços de educação formal na seguinte proporção: 3 (três) declararam ter o Ensino Fundamental (1 da Leste e 2 da Nordeste); 3 (três) declararam ter cursado até a 6ª série (2 da Leste e 1 da Nordeste); 2 (dois/duas) declararam ter cursado a 5ª série (ambos/as da região Leste); 2 (dois/duas) declararam ter Ensino Superior – incompleto ou em andamento – (1 da Leste e 1 da Nordeste); 1 (uma) declarou ter cursado a 5ª série (região Nordeste); 1 (uma) declarou ter cursado a 7ª série (Nordeste) e 1 (uma) declarou ter concluído o Ensino Médio (nordeste). Das pessoas que não responderam, 3 (três) são da região Nordeste e 1 (uma) da região Leste. A partir desses dados, tem-se a impressão de que os/as entrevistados/as da região Nordeste declaram mais sua escolaridade (7 X 6), ainda que um número maior de entrevistados/as da região Nordeste não tenham respondido à pergunta (3 X 1).

O critério de seleção das pessoas a serem entrevistadas não esteve relacionado com as questões do perfil e não será feita uma análise das respostas a partir das informações fornecidas. Ainda assim, essa breve análise revela uma diversidade entre as pessoas entrevistadas em todos os quesitos, garantindo um olhar bastante abrangente sobre as “percepções” detectadas a partir das entrevistas sobre o extermínio de adolescentes e jovens. São perceptíveis, desde já, diferenças entre as duas regiões pesquisadas, fruto das histórias particulares de cada comunidade, que serão consideradas, na medida do possível, na apresentação do material coletado.

a fala da comUnidade

O objetivo central da pesquisa realizada (tanto a quantitativa – capítulo 3 – quanto a qualitativa) é *desvelar percepções* sobre a realidade do extermínio de adolescentes e jovens. Nesse sentido, não se busca evidências ou comprovações sobre a exatidão de fatos e interpretações, mas como a realidade é *percebida* pelos/as entrevistados/as.

O material coletado é muito rico.⁵¹ As entrevistas transcritas revelam que, na maioria dos casos, o vínculo entre entrevistador/a e entrevistado/a possibilitou uma conversa na qual questões profundas e narrativas detalhadas emergiram, algumas vezes transformando-se numa narrativa da própria história de vida do/a entrevistado/a. Em alguns casos, percebe-se também que a própria entrevista propiciou momentos de aprendizagem e troca de informações. Em outros (especialmente com adolescentes e jovens) sente-se a dificuldade em falar sobre o tema.⁵²

Esse material seguramente poderá ser analisado com maior profundidade em estudos futuros. No que segue, apresenta-se uma sistematização daquilo que foi detectado nas entrevistas com relação às percepções das pessoas entre-

51 As entrevistas ultrapassam 10 horas de gravação.

52 Essas questões serão abordadas no capítulo 5.

vistadas agrupadas em seis temáticas. Essa sistematização busca privilegiar a fala dos/as entrevistados/as com breves introduções e comentários para que o/a leitor/a possa acompanhar o fluxo das ideias e da análise.⁵³

a percepção da realidade de jovens e adolescentes

As pessoas entrevistadas apresentam, em suas falas, diversas faces da vida nas comunidades que estão relacionadas com a realidade de adolescentes e jovens. Considerando o fato de que o tema da entrevista (e da pesquisa) gira em torno de violência, ameaças de morte e assassinato, o que os/as entrevistados/as dizem está muito ligado com essas questões, embora aqui e ali apareçam outros elementos que constituem a vida nessas comunidades. Na maioria dos casos, a primeira associação feita é com o envolvimento de adolescentes e jovens no “universo das drogas”.

Ih! Lá onde eu eu morava... só droga mesmo, não via outra coisa. Bah, tá louco. Era de manhã só droga, de tarde droga, de noite droga. E crime. (Adolescente)

Tem uns que gostam de ‘tá na rua, gostam de ‘tá usando droga, catando lixo na rua. Uns não, uns não. (Adolescente)

A gurizada ‘tão violento, mas o carro-chefe é a influência da droga. (Familiar)

O que a gente mais vê é criança nas esquinas fumando, usando droga, bebendo. E o pior de tudo é que os adultos que influenciam. (Familiar)

Tudo uns drogado. Pra eles usá droga e matá as pessoas e bater na pessoas. (Familiar)

A gurizada ‘tá muito tocada nas drogas. [...] nem mulher os cara não pensam mais, só querem saber de droga mesmo. (Familiar)

Um grande número de crianças e adolescentes envolvidos com drogas desde muito cedo. Eu acredito que eles sejam o grande foco das questões problemáticas dentro da região. (Liderança)

⁵³ A própria seleção das falas é uma forma de análise do material coletado que busca ser fiel ao conjunto do material coletado.

Ao longo das entrevistas, várias questões são levantadas sobre essa realidade e o envolvimento de adolescentes e jovens. Por parte de alguns/as existe a percepção de que isso está diretamente ligado com o fato de **serem adolescentes e jovens** e como essa fase da vida é experimentada.

Eles gostam de viver, eles curtem, [...] eles gostam de fazer o que der na telha. Só que eles não pensam na consequência, eles falam coisas que, no certo, não era pra ter falado, porque depois quem paga as consequências é a mãe, é o pai. Eles pegam, agem de uma maneira que é bem de adolescente mesmo, que pode até, às vezes, fazer mal pra eles mesmos. (Adolescente)

Porque cada vez os jovens querem mais liberdade, querem fazer, tomar conta de todos os espaços. Eles tomam conta do espaço dentro de casa se deixar e eles acham que na escola é a mesma coisa e aí eles querem tomar o mundo. Porque eles se sentem senhores do mundo, eles se sentem senhores de tudo. (Familiar)

Na vila lá tem muito jovem que eles não pensam muito, [...] eles vão prum lado de uma brincadeira, pra ganhar um dinheiro mais fácil, e acabam se envolvendo na vida do crime. [...] É bem fácil de entrar na vida do crime. Eles 'tão ali só esperando o momento pra chamar eles. E como eles não pensam muito bem eles entram. (Adolescente)

Em muitos casos, a **falta de recursos** para suprir necessidades básicas ou impostas por uma realidade de consumo é percebida como um atrativo para esse contato.

Eu vi um cara com um tênis da Nike, o que ele é? Trabalha? Não, ele é traficante. Então a criança dá começa a se espelhar nisso [...] Eu cresci vendo isso. E os cara potencializando nós, dando um troquinho, nós pelo pirulito, pelo sacolé, um refri, um pepão. (Liderança)

Muitos é de menor, não tinha ainda como trabalhar, mas eles sempre 'tavam tentando arrumar dinheiro, trabalhando. Só que pra eles conseguir, eles tinham que se envolver, que tudo envolve a droga, tudo envolve o tráfico, porque os únicos meios. [...] São umas pessoas boas, só que o que levou foi a droga mesmo. (Familiar)

Vou ter filho agora, Deus o livre. De vez em quando, o cara pensa que o dinheiro toma conta da cabeça; que sem dinheiro o cara não faz nada. Aí faltou, tu te apertou, não tem, tu pensa qualquer coisa. [...] eu já me envolvi nisso por causa

de dinheiro, porque eu precisei muito sério de dinheiro. Meu irmão também; [...] Tem outros que mais é pra usar, têm outros que vendem e o lucro deles eles pegam e usam. (Familiar)

Nós vivia pedindo pra nós comer, pra nós fumar; às vezes eu me prostituía. [...] Às vezes eu deixava eles [irmãos] numa casa abandonada que nós ficava, uma casa de fumantes. Eu deixava eles lá e ia batalhar. Depois eu chegava, daí eu fumava. Às vezes, quando eu não conseguia, nós ia no posto pedir. (Adolescente)

A gurizada só fala em fazer mão pra ganhar dinheiro ou usar uma droga, fumar uma maconha, cheirar uma cocaína, é só isso, nada mais, tá louco. (Familiar)

Além disso, percebe-se a realidade do próprio **núcleo familiar** como fator para esse contato, dado as suas condições e formas de subsistência.

Eles já vêm de um sistema, de uma família, do contexto aonde o uso de entorpecentes quase que se normaliza. (Liderança)

Minha irmãzinha, desde pequenininha, sempre cuidei dela. Às vezes a minha mãe ia nos bar e eu ficava em casa cuidando dela. Aí a minha mãe chegava, ainda tinha que tirar a roupa dela, de podre de bêbada. [...] meu pai às vezes falava assim: “vai lá e arruma dinheiro pra nós fumar”. E a minha mãe falava: “Não, é muito perigoso”. [...] Eu fiquei com medo que ele fosse me bater, daí eu fui fazer meus correrio e vinha com dinheiro. (Adolescente)

As crianças desde pequenas, muito abandonadas, muito largadas, muitas vezes porque as mães estão trabalhando, o pai tá preso, a mãe precisa sair e as crianças não têm onde ficar. Às vezes ficam com irmãos mais velhos e as crianças têm que se autogerenciar. Tem que vir pra escola, tem que organizar o almoço, às vezes vêm pra escola de qualquer jeito, às vezes vêm sujus. E a outra situação é aquela dos adolescentes. Às vezes a gente tem crianças boas, que já tem uma estrutura um pouquinho melhor, mas que chegam lá na adolescência [...] Às vezes eles vêm pra aula de manhã, de tarde ficam olhando televisão, vão pra rua, encontram alguém na esquina, acabam se deixando levar, porque são adolescentes, porque precisava de ter um acompanhamento e que muitas vezes não tem, porque as famílias às vezes estão trabalhando. [...] às vezes porque a família de tanto trabalhar deixa eles sozinhos e outras vezes tá no contexto complicado da própria família. (Liderança)

Tem muito pai que deixa os filho muito solto lá na vila. Desde novo correndo na rua, pequeno, correndo um monte de risco. Porque não tem uma vida melhor pra dar pros filhos. De vez em quando deixam eles soltos e eles acham um

caminho diferente, um caminho mais fácil pra ganhar dinheiro e acabam se envolvendo. [...] Hoje em dia pra começar a trabalhar tem que ter dezoito anos, pra pegar numa firma. É mais fácil pra eles ganhar o dinheiro deles e comprar o que eles quer. (Adolescente)

Aí tem criança pequena com cinco, seis anos que falam em droga abertamente, falam em sexo [...]. Ambos os sexos [...], eles só falam o que veem. Significa que o ambiente familiar não é um ambiente saudável. [...] porque um ambiente que oferece tranquilidade, respeito mútuo pelos familiares, a mãe ou o pai não vai fazer uma coisa dessas ou que seja o padrasto, geralmente. (Familiar)

Hoje os pais são muito mais distantes, as mães, principalmente, que trabalham, as crianças ficam na creche, são separados, vê o pai a cada quinze dias, é um novo modelo de família [...]. Esse jovem, essa criança que fica engessado à creche ou à escola particular, em algum momento dá uma certa revolta, que não tem aquela sensação de liberdade, que a gente tanto preza e luta por ela. (Liderança)

Nós temos aqui situação de um menino de nove anos que eu já fui lá no Conselho falar sobre esse menino, ele pula a grade aqui da escola pra cheirar cocaína aqui dentro da escola. Eu fui lá na casa falar com a mãe e a mãe disse que não quer saber. Ninguém quer saber dele. Ele tem nove anos. [...] o que vai ser do desenvolvimento se ele chegar à adolescência. (Liderança)

A outra situação é o abandono da família [...] a parte afetiva, que não adianta morar dentro de uma casa se tu não tem respaldo familiar, afetividade, convivência [...]. Mas aí existe a questão da família que não consegue também muitas vezes acompanhar e esse jovem acaba nos albergues, debaixo dos viadutos. (Liderança)

Se esqueceu hoje da base familiar; sentados na mesa ao meio dia pra almoçar, hoje é uma correria; ou quando tem a família uma senta num canto, o outro vai pro quarto pra internet, o outro vai pra ali. (Liderança)

Além da ausência ou do “abandono” vivenciado no núcleo familiar, **outras situações** estão ligadas à realidade vivida por adolescentes e jovens.

Os adolescentes que vinham eram os aviãozinho, se prepara uma nova geração. (Liderança)

Aquele que não usa a droga se sente discriminado com a turma que usa, porque são a maioria e uma minoria não quer usar. Então, eles são discriminados, eles são “nerd”, eles são isso, eles são aquilo. (Familiar)

Tinha que dar calmante pra eles dormirem no dia de Natal pra não perceberem aquilo ali. Porque nós tinha, no máximo, pra oferecer pra eles uma boa comida e um bom doce que eu fazia, mais nada. (Familiar)

O número de jovens que estão em situação de rua é muito grande [...] meninos de dezoito anos já morando na rua ou jovem de vinte e três, mas que mora há dez anos na rua. [...] tu olha para aqueles meninos tu acha que eles têm trinta, trinta e cinco anos, mas eles não têm! É vinte anos, vinte e três, vinte e cinco. A grande maioria não chegou aos trinta anos, mas muito sem opção de perspectiva de vida [...] Pela baixa escolaridade, pela questão da moradia, pela questão do grande número de jovens com TB, HIV. (Liderança)

Eu também 'tava junto quando a minha mãe e o meu pai foi preso, eu não queria que eles fosse; eu pensava que a culpa era minha. Porque se eu não fosse também me prostituir nada disso tinha acontecido [...]. Daí eu fui pro abrigo. Aí meu irmão às vezes me acusava, falava que quem é a culpada disso era eu, eu fugia mais ainda e usava mais droga ainda. [...] eu pensei que eu tinha perdido a minha mãe, meu pai, pra sempre, daí comecei a usar droga, comecei a me prostituir mesmo. (Adolescente)

E pais que prostituem filhos, filhas, a mulher [...]. Tem preso, a mulher se prostituía em nome dessa coisa do prazer momentâneo que a droga propicia. Passar por cima das filhas e abrir mão da própria esposa é uma coisa bem mais forte do que a gente imagina. (Liderança)

Eu não naturalizo, dizendo que as mães querem ou incentivam seus filhos a entrarem no tráfico; mas muitas das mães encaram como um trabalho. (Liderança)

Embora essa percepção seja, muitas vezes, generalizada, existe também uma percepção de que muitas dessas coisas acontecem pela **falta de oportunidades** para adolescentes e jovens e suas famílias.

Não sei se é falta de oportunidade, não sei se é falta de emprego ou se é falta de estrutura familiar, que fazem que meninos de pouca idade já caminhem pro mundo das drogas. [...] a partir do momento que 'tá envolvido com droga 'tá envolvido com outras coisas que têm por detrás da droga, roubo, pequenos roubos, a violência toma conta deles e eles já perdem completamente aquele ambiente familiar. Vão deixar de ouvir os pais, de ouvir os responsáveis e acham que os amigos são a melhor companhia. (Familiar)

Acho que hoje existe uma falta de alternativas para os adolescentes e jovens, tem aqueles adolescentes que vão muito cedo trabalhar, na mecânica, na fábrica, no

supermercado, que ‘tão nessa vida de trabalho. Uns poucos a gente tem conhecimento que estudam, ensino médio, ensino fundamental, muito atraso, e muito menos ainda em graduação. (Liderança)

Tem poucas alternativas pro jovem hoje em termos de país, mas aqui nessa comunidade é praticamente zero. Porque todas as oportunidades que tem para esse jovem exige a escolarização e eles estão fora da escolarização; ou simplesmente estão matriculados na escola, mas eles não frequentam. [...] alguns dizem sempre que ‘tão trabalhando, que fazem alguns bicos; mas não se vê muito desse jovem nesse trabalho informal, de catador ou de pedreiro. [...] Eles quase não saem daqui. [...] quase não falam coisas que se diz que hoje é globalizado. [...] Muitos desses alunos não tinham contato ainda com a internet. [...] esses jovens que tem aqui, estarem à parte dessa adolescência, disto que a gente julga ser adolescente, totalmente excluído. (Liderança)

Ou seja, a falta de oportunidades também é percebida na escassez ou inexistência de **políticas públicas** e a dificuldade de acesso por parte de adolescentes e jovens.

Eles não têm alternativa [...]; nós não temos espaço pra esporte, não temos uma política pra utilização desses espaços, não temos um espaço cultural na região, não temos uma praça que possa se usar [...] pra visitar, pra passear, pra família interagir. [...] Não tem um teatro, não tem um cinema, o único cinema que tem na cidade é do Bourbon, que é caríssimo e que só tem filme norte-americano, produção hollywoodiana ou da Globo. [...] não tem nenhuma escola de ensino médio, a meninada pra estudar tem que ir ou no centro ou lá na região Norte, tem que atravessar a BR 116, não tem ônibus direto pra lá. [...] a realidade hoje [...] é muito precária, a relação às políticas públicas, a relação do Estado com a região. O Estado é muito ausente de forma geral [...] e isso torna muito vulnerável essa meninada, esses adolescentes e esses jovens. [...] Não tem uma política de qualificação dentro da comunidade que possa dar perspectiva de futuro pra essa meninada que não seja simplesmente ‘tá num balcão de supermercado, ‘tá numa fábrica de sapato, ‘tá numa metalúrgica, que eles não querem isso. (Liderança)

Se o poder público se fizesse presente e todas as secretarias, tinha a saúde, a educação, a exclusão não haveria. Uma vez que você tem as crianças estudando, elas estão felizes, elas brincam com os coleguinhas, elas têm os espaços, elas vão e entram na internet, também na escola; então, é uma criança feliz, de bem com

a vida, ela não vai precisar usar desses artifícios pra ser feliz, pra buscar o prazer. (Liderança)

Grande parte dessa realidade também é percebida (por familiares e lideranças) como resultado de **mudanças** ocorridas nas comunidades ao longo do tempo e como elas afetam as suas vidas.

No meu tempo não tinha setenta por cento das famílias que têm hoje na região, deu um bum demográfico que não comporta a estrutura da região. Eu ia brincar nos banhados, caçar rã, brincar de esconde-esconde, eu ia brincar no mato [...]. E hoje tem muita gente e diminuiu as oportunidades. (Liderança)

Em oitenta e quatro houve a questão das invasão. Aí modificou toda a realidade social da vila e desse núcleo habitacional que não virou núcleo, virou favela, porque presos foram fugitivos do presídio naquela época. E nessas invasões alguns criminosos, muitos, invadiram lá. Não desmerecendo que não existia tráfico, não existia crime, mas não numa forma assim. (Liderança)

A gente fala que ficou muito mais violenta depois que o pessoal da minha região foi pra lá e o bairro não ‘tava preparado pra esse inchaço de pessoas pobres, de catadores, de crianças ociosas, crianças que andavam na rua e agora ficam lá na rua, e o lixo se acumulou na rua, as escolas não têm vaga, não tem vaga no posto de saúde, não tem ficha pra todo mundo; houve esse inchaço. (Liderança)

Não era comum, agora ‘tá virando comum. ‘Tá ficando mais violento aqui nessa vila. [...] que vieram pra cá [...] E ficou mais violento isso aqui. Aumentou mais. Eles se uniram tudo e se tu passa por um, se tu olhar de cara feia, eles já perguntam: “Que ‘tá olhando? Quer apanhar?” [...] Eles com arma na cintura, faca, pedaço de pau. (Familiar)

A questão de ter a casa mudou muito a vida deles [...], o modo deles verem o mundo e as perspectivas futuras deles. [...] só o fato deles chegarem dentro de casa e não ter água, deles poderem entrar dentro de casa e sair em dia de chuva; de ter o transporte público garantido. Então várias coisas aqui que nós olhamos e criticamos, não chegou ainda nessa consciência pra eles, porque aquilo que eles tinham era muito pouco, era desumano. (Liderança)

No meu tempo, traficante cuidava da comunidade, hoje já não tem mais essa relação do traficante que cuida da comunidade (Liderança)

Esse “**trânsito**” de pessoas não é percebido apenas como algo que aconteceu no passado, mas que se repete continuamente por diversos motivos.

Tem uns que vêm de fora, [...] oriundos de outras regiões e talvez até fora da cidade, às vezes fugidos. Até aqueles tiroteio que deu ali era facção da vila contra os que vieram de fora. E daí os de fora queriam assumir o tráfico e os da vila não admitiam e dava aquele tiroteio que a gente ficou, acho que um meio ano, em polvorosa, [...] eu me refugiava com meus filhos. (Familiar)

É assim ó: o fulano se muda pra cá porque aqui ele tem casa, luz, água, paga nada. Ele tem a facilidade do acesso a uma casa, uma moradia, então, vem ele, depois ele traz um amiguinho, depois ele traz um primo e assim ele vai trazendo. E aí eles vão fazendo tipo de uma corrente, vão trazendo os outros e vão levando a meninada que já mora ali, que já nasceu e se criaram ali, daí eles formam um grupo pra eles. [...] eles migram, de bairro em bairro até aonde dá mais lucro, pra ficar e formar outros grupos. (Familiar)

Todo o contexto que se junta ali, prostituição, tráfico, execução de pessoas, cobrança de dívida, muita gente sai de outros bairros e vão lá, porque lá a coisa é mais liberada, lá o mercado é mais valorizado e tem público consumidor que vai vinte e quatro horas. (Liderança)

Agora ‘tá calmo, tem muita gente presa; daqui a pouco começa a sair a gurizada e mata, daí fica pior. Todo o final do ano sai uma penca. (Familiar)

Eles passam na rua correndo aqui de arma na mão, tu não pode ‘tá com a porta aberta. Daí esses dias eu perguntei pro rapaz: “Aquele cara ali que passou com a arma na mão?”; “eu vou te falar, eles não são daqui, mas a gente ‘tá de bico”. Daí eu disse: “Mas por que vocês ‘tão de bico?”; “É que a gente não conhece. Vai que mata um familiar aqui da gente ou mata um vizinho legal que ajuda a gente?” (Familiar)

Como a grande maioria das periferias, o deslocamento de pessoas (inclusive por conta de políticas habitacionais como é o caso das duas religiões pesquisadas) e a falta de condições para recebê-las é percebida como uma situação na qual culturas e realidades distintas são forçadas a conviver e onde **novas formas sociais e culturais** se formam.

Ali é gente de vários locais, de várias cidades do interior que tem um jeito diferente de se relacionar e traz aquele jeito interiorano e outros são do subúrbio; aqueles mais em beco, de vila, que falam mais gíria, tem um comportamento mais malandro; outros a prostituição é uma coisa normal, a mãe era, a irmã e as filhas continuam sendo, pra eles é normal isso. Outros que acham que morar

embaixo da ponte é coisa mais normal, porque eu nasci embaixo da ponte, então eu não conheço outro tipo de vida, a não ser esse caminho, é normal e pior do que 'tá não vai ficar. (Liderança)

É uma coisa muito diversificada a vila [...] são vários rumos que se apresentam. Desde donos de mercado que têm caminhonetes importadas, que tem uma vida confortável, tranquila, são pessoas de lá, moram lá. Têm umas casas bonitas, umas mansões. Então, tem aquele que fica quase só na rua, as crianças, os pais que são catadores e carregam as crianças, a mãe que leva a criança até quatorze, quinze anos na escola e vai buscar sempre, então são várias culturas. (Liderança)

Tem os dois lados, os envolvidos com o tráfico e aqueles que não são envolvidos com o tráfico. [...] os envolvidos com o tráfico eles querem manter a posição deles de grandão, poderosos, os donos da vila. E aqueles que 'tão ali dentro do contexto social, que estudam, que têm trabalho, que 'tão envolvidos socialmente na comunidade, esses são meio retraídos pela posição daqueles que 'tão envolvidos no tráfico. (Familiar)

Entre os bandidos têm um padrão, um patamar e uma hierarquia, que tem pedreiro chinelo que vai ali e rouba até do varal da vizinha àquele que assalta banco, que anda bonito e ajuda a comunidade, tem uma estrutura, tem carro. Tem essa hierarquia dentro do crime, que não é falado, e que isso quando o jovem entra ele sabe. (Liderança)

Aqui 'tá se fechando em dois mundos. Aqueles que estão conseguindo, querem se manter e querem ter a sua segurança; e os demais que continuam nessa vulnerabilidade. Os últimos a chegarem é um mundo à parte. [...] é uma outra realidade. Do outro [...] como se eles não tivessem nenhuma responsabilidade, não fizessem parte disso. (Liderança)

Essa diversidade se expressa também nos **estilos de vida** dos/as adolescentes e jovens.

Existem vários estilos, tem aquele jovem que vai pra escola certinho, que a mãe leva, vai buscar e que estuda, tem uma vida normal e tem aquele jovem que tem uma vida mais ociosa, que no lado contrário do horário da escola ele 'tá pela rua, sai pra ir pra escola e fica na rua com os amiguinhos, e sem o consentimento das mães, que algumas acham realmente que eles foram pra escola ou que eles estejam fazendo alguma coisa porque a mãe trabalha, o pai trabalha e ele fica livre pra escolher o que fazer. E aí tem também aqueles que mesmo com os pais, ficam próximos das bocas de droga, porque já tiveram contato com pedra com

oito anos, dez anos. São poucos, mas têm. Ou eles vão pra outra região, mora no bairro, mora na vila, mas vai pra debaixo da ponte, vai pra um local que não fique ali próximo aonde os parentes podem vê-los. (Liderança)

A gente ainda diz que aqui [na escola] tem três mundos. Esse dos sextos anos, e que se a gente for pensar que eles têm dezoito anos, eles foram privados de muitas coisas das políticas públicas mesmo, dos investimentos. E esses, que estão lá entre nove e dez anos, que são frutos do fracasso da escola. E esses novos que ‘tão entrando a mil. (Liderança)

A realidade atual, em muitos casos, também é contrastada com situações vividas no passado em **outros lugares**.

Lá onde eu morava não tinha violência. E lá era muito bom de morar. Não se incomodava e nem nada. Não tinha problema na rua. Tu podia chegar a hora que tu quisesse em casa e agora já não pode. Agora se tu sair de casa umas nove horas, dez horas tu não pode vir pra casa, onze horas, que ‘tão tudo se matando aqui na frente os adolescentes. E usando droga. (Familiar)

Ou de como se imagina que a vida seja em **outros lugares**.

Lá no centro tem pessoas mais civilizadas, que têm o que ocupar a cabeça, têm o que fazer. Lá no bairro tem as pessoas que têm o que fazer, mas elas gostam muito de ficar cuidando da vida dos outros, [...] por causa de uma fofoquinha já dá um rolo enorme. E [...] lá eles roubam demais, [...] é muito demais prum lugar só. (Adolescente)

Eles têm dinheiro pra pagar tudo o que fizerem: bateram com o carro, quebraram, mataram, fizeram, aconteceram, mas eles têm condição financeira de segurar aquelas coisas que eles arrumam e o pobre já não tem. [...] Eles têm dinheiro pra pagar. Bate como carro do fulano, discutem, brigam a madrugada toda, “quanto é que deu?” “Deu tanto”. “Então, vamos pagar?”. O pagamento abafa tudo. (Familiar)

Essa percepção também explicaria a imagem que a sociedade em geral tem de quem vive nessas comunidades, transformando-se em **discriminação**.

Quando [...] eu vim pra cá, eu sempre ouvia: “Nossa, tu vai trabalhar lá?” Porque sempre tem essa fama. Da violência, do perigo, da droga (Liderança)

Até mesmo no comércio de São Leopoldo a gente nota a discriminação; mas essa discriminação tem os seus motivos, a gente que mora aqui sabe que nada é em vão. Alguma coisa faz com que os comerciantes tenham medo de fazer uma entrega, se chama um pra entregar uma pizza ou o que for pedido depois das oito, nove horas aqui não entra. [...] Gás, conforme a hora, não entregam; farmácia é a que menos quer entregar. [...] Aí a gente começa a se sentir discriminado, porque, infelizmente, nós não temos culpa do que os outros fizeram, mas moramos no mesmo lugar e aí estamos no mesmo grupo. (Familiar)

Como você pode ver no centro tem vários pessoal atirado aí pelos canto, só esperando uma chance e nunca ganha uma chance. Tem várias pessoas que sai da cadeia e quer mudar a vida e não arranja serviço. Chega lá, mostra os documento e eles falam não. O pessoal mesmo tinha que se ajudar um pouco mais. (Adolescente)

Todas essas questões fazem com que as pessoas convivam com um clima de **medo** em relação ao que pode acontecer.

Então, tem pessoas que têm medo. Ah, não vou fazer, não vou sair de casa porque eu tenho medo, não vou fazer nada porque eu tenho medo. Já tem pessoas que fazem sabendo das consequências, mas vão lá e fazem porque querem dizer: “Não, eu sou mais que ele, eu sou mais mulher que ela, eu sou mais homem que ele”. (Adolescente)

Que nem a minha mãe não deixava eu ir no mercado porque ela tinha medo, eu não podia ir pro colégio porque a minha mãe tinha medo; então, eu não podia fazer nada. (Adolescente)

A gente faz o seguinte, não se envolver com nada. “Tu não viu?” “Não vi nada, não sei de nada, não conheço, nunca ouvi falar, não sei aonde mora”. É assim que a gente consegue viver. Faz vinte anos que eu vivo assim. [...] Eu não me meto em nada, porque aqui, se abrir a boca mal, as consequências serão desagradáveis. (Familiar)

Nós não podia usar mais a frente da nossa casa. Eu era uma que não saía mais pra rua. Nós ficava ou lá nos fundos ou trancado dentro de casa porque tu via cenas horríveis; eu vi até um cara entrando em uma overdose. E daí meus filhos ficaram apavorados. [...] Eles passavam ali na frente de casa o tempo todo ali na vila [...] usando droga; vendendo no meio da rua. E aí eu peguei e comecei a me trancafiar dentro de casa, não saía, só quando era necessário ir no armazém, alguma coisa assim, mas ficava nos fundos. [...] eu era uma que passava a noite

toda sentada na beira da cama com medo; não sabia se iam invadir a minha casa, se eles iam fazer um tiroteio, se eles ‘tavam matando alguém na frente da minha casa, porque era um tumulto a noite inteira, era aquele fuzuê. (Familiar)

É que a gente vê tanta pessoa diferente passar aqui na frente que tudo é ameaça pra nós, por causa que a gente convive no meio dessa gente, [...] se passar um carro estranho, uma pessoa estranha, tu tem que baixar tua cabeça e ficar quieta, não pode fazer nada; porque se tu rir ou olhar eles dão dez volta, eles passam pra cima e pra baixo e ficam encarando. E a polícia não faz nada porque não adianta. (Familiar)

Enxergando as coisas ali do posto de saúde pra cá, há uma mudança no comportamento dessas famílias. Elas ‘tão em grades. Elas têm uma melhora no aspecto estrutural das casas. Mas tem toda uma estrutura já de como as classes médias e altas se organizam, de se colocar no casulo e dos filhos não estarem mais à noite nesse horário que acontece toda essa movimentação, de tiro, de som alto, sem respeito. Então, se enclausuraram. (Liderança)

Esse medo se justifica pela percepção de que a **violência** está por todos os lados.

Eles entraram dentro da casa do vizinho, espancaram o vizinho dentro de casa. Ele ficou mal no hospital; mas quase mataram o véinho a pau. Já tentaram me pegar, mas nunca conseguiram. (Familiar)

O que a gente mais vê direto aqui é violência física; [...] cobrança de conta, quantas vezes a gente já viu gente brigando e se pegando, com briga, tiro e coisa. O que mais vê aqui é isso. discussões; às vezes até entre família. A gente já viu caso aqui que aconteceu do marido espancar ela, ameaçar ela. (Familiar)

Eu vejo muitos homens batendo nas mulher. Esses dias ‘tava [...] nós sentada aqui na frente e o homem dando soco na mulher, na cara da mulher. [...] Mas eu não me meto. Se eu for me meter, daí vai sobrar pra mim. (Familiar)

Briga, muita briga. Pai batendo em filho. [...] teve um tempo também que já aconteceu isso comigo, eu já apanhei do meu padrasto. E morte. Morte de amigos que eu nunca pensei [...]. tem uns que deixam de fazer as coisas porque têm medo; tem outros que fazem: “ah, se for vai ser minha hora, deu, acabou”. (Adolescente)

Aqui ‘tá assim; porque aqui um de uma quadra não se dá com a outra. [...]. É a nossa vida que o cara vive. (Familiar)

Três maluco da minha mãe já morreram, meu pai e meus dois padrasto. O meu pai eu só vi no caixão. O outro eu não vi nem no caixão, que tomou cinquenta e dois tiros, tava pingando um bagulho podre do caixão, amarelo, um fedorão que não conseguiram nem abrir o caixão. E o outro é esse que tomou três tiros. (Familiar)

‘Tá pior, porque agora tu tem que te cuidar até no que conversa dentro do teu âmbito familiar, tu tem que cuidar até como é que tu olha pras pessoas, porque tudo move. Agora parou, mas antes eu era caguete. (Familiar)

Esses dias eu cheguei na rua de casa e tinha tido um tiroteio na frente da casa da minha mãe, tinha furo de bala [...] quando eu vou nas outras vilas aqui da região as pessoas me contam [...]: “Ó, aqui teve um tiroteio. Aqui tem não sei o quê, uma boca. Aqui a gurizada só fica na esquina”. (Liderança)

Ainda assim, há questões específicas da vida da comunidade que permitem **outras percepções**.

No decorrer desses anos disseram que ali não presta. De desmistificar essa visão [...]. Não é assim. Lá tem gente altíssima, boa. (Liderança)

Eu gosto daqui, porque eu criei todos os meus netos aqui; e aprenderam a caminhar num cantinho aí [...], eu gosto muito deste lugar. Tenho muita amizade [...]. A gente se acostuma [...]. Me acostumei com a violência, me acostumei com outras coisas que a gente não gosta, o preconceito a gente viveu a vida toda. (Familiar)

Eles têm um comprometimento um com o outro ali, tanto quem não é do mundo do crime e quem é, eles vivem num numa certa harmonia. Pra poder viver lá tem que ser dessa forma [...], bastante gente mora e que são pessoas que têm outro estilo de vida e são respeitados. Bastante gente que tem uma religião evangélica e ali tem bastante igrejas, as pessoas vão lá bem vestidas, de carro, e não acontece nada pra elas, porque elas estão frequentemente ali e elas não são risco pro crime organizado nem pra ninguém. (Liderança)

Na vila tu chega dez, onze horas e ‘tá todo mundo na rua; um fala: “Ah! tem violência”. Tem. Tu passa ‘tão vendendo droga; mas eles sabem por onde eles circulam. [...] a lei aqui é outra (Liderança)

Que assaltam muito as coisas aqui dentro da vila. Mercado, lojinhas. [...] Mas daqui eu não vi até hoje ninguém assaltar. Até hoje ninguém mexeu na minha casa. Não tenho nada de valor, mas tenho a televisão, que é emprestada da

minha tia, minha cama e o sofazinho que eu ganhei fazendo uma limpeza num pátio. (Familiar)

Passou um rapaz de bicicleta com uns quatorze anos de idade mais ou menos, me cumprimentou, colocou a mão na cintura e falou: “Tio, é um assalto. Me dá tudo que tu tem de valor: celular, dinheiro, relógio”. Daí eu falei: “Bah, acho que tu se deu mal, porque eu não tenho dinheiro, não tenho celular, o relógio é do um e noventa e nove, que é pra mim ver a hora de manhã pra fazer um bico, eu não tenho nada”. Daí pegou, puxou o meu relógio e falei: “Rapaz, tu vem assaltar eu que sou tão pobre quanto tu e cato latinha, papelão, ferro velho pra comprar cigarro avulso no boteco. Tem que assaltar um banco ou uma multinacional, dá uma arma que eu vou contigo. Até vizinho a gente é”. [...] “Bah, então foi mal, tio, me desculpa”. Apertou minha mão, devolveu meu relógio, eu vi o olho dele brilhando, parecia que ele ‘tava arrependido e que se ele tivesse tido uma outra oportunidade ele não seria assaltante, que ele foi solidário à minha pobreza, que ele se comoveu com a minha situação, que ele só faltou dizer que ia fazer um assalto beneficente pra me ajudar.[...] ele se sensibilizou com a minha situação, se comoveu, devolveu meu relógio, ficou meu amigo, a gente se encontra na rua, ele me dá cigarro, pede cigarro pra mim, a gente conversa e tudo. (Liderança)

A realidade vivida por adolescentes e jovens, segundo a percepção das pessoas entrevistadas, é muito diversa. O universo das drogas (tráfico e uso) é muito referido como o “grande problema”, mas também colocado dentro de um contexto de falta de recursos e oportunidades, desestruturação familiar e comunitária, discriminação, mudanças constantes, gerando um clima de medo e violência. Nas fissuras das falas, percebe-se outras percepções que podem ser potencializadas para romper o **ciclo** que parece dominar a vida dessas comunidades, dos/as adolescentes e jovens.

Aquela criança que estava naquela situação, aquele adolescente é o jovem que hoje está na mesma situação. [...] se não tiver o respaldo da comunidade, da sociedade, acompanhamento, vai ser o adulto que vai estar com todo este histórico. [...] hoje eu encontro jovens ainda na mesma situação, aqueles que conseguiram sobreviver até agora. (Liderança)

a percepção da violência contra adolescentes e jovens

A vida de adolescentes e jovens, como visto no ponto anterior, é marcada muito fortemente pela violência segundo a percepção das pessoas entrevistadas. Embora nem todas essas questões sejam sempre percebidas como violência *contra* adolescentes e jovens, também é possível identificar nas falas percepções de como essa realidade atinge adolescentes e jovens de várias maneiras, através de várias formas de violência. Novamente, é ao “**universo das drogas**” que mais se atribui essa realidade, ou pelo menos é a resposta mais imediata.

É o envolvimento com a droga mesmo, porque ‘tá todo mundo mesmo atirado no crime, não tem jeito essa gurizada. Se matam bastante. Agora deu uma acalmada, diz que foram tudo preso. Dá um tempo, um ano, dois anos, volta tudo. (Familiar)

Ainda que seja feita referência ao uso de drogas como fator desencadeador de práticas violentas em muitos casos, há uma percepção muito forte de que é o **comércio (tráfico)** que mais produz situações de violência contra adolescentes e jovens.

O meu cunhado queriam. Por causa que ele ‘tava vendendo droga também. Aí ficaram tudo indignado e queriam pegar ele. [...] é que tem vários vendendo. Só que tem alguns que são do embolamento grande. (Familiar)

A violência surge mais pelo uso. E os desacertos de contas, aí é pelo tráfico. [...] Tu tem teu ponto lá, eu tenho meu ponto aqui, tu vai ter o teus cliente, com certeza, eu vou ter os meus clientes. [...] uma hora dessas dá um tiroteio matam dois ou três. (Familiar)

Houve uma época que tinha [...] um horário aí que não podia passar dum determinado lugar. Porque os jovens não deixavam passar [...] cada um queria ter as suas reservas pra vender as suas drogas nos lugares aonde, para eles, era mais interessante. Toque de recolher. [...] tinha uma roupa que eles usavam também. [...] Eles tinham uma ordem que não podiam usar uma roupa preta. [...] Até isso era pra identificar quem era e quem não era do grupo [...]. E, às vezes, tinha algum que insistiu e morreu no caminho; muitos e muitos e muitos. (Familiar)

Chegou uma gurizada esses tempo na banda, não queria ver ninguém vendendo droga, porque se pegasse alguém vendendo droga ia pegar e ia matar. Daí o que o cara vai dizer? Aí é foda, ou tu mata ou tu morre. Tu escutou isso aí tu não vai ficar esperando. (Familiar)

Digamos que eu 'tô vendendo uma droga pra ti, aí tu não se dá com um cara aí da outra quadra, aí eu já também não me dou com o cara. Não tem como, eu 'tô fazendo uma mão pra ti, eu me dar com o cara ali que tu não te dá, não existe isso aí. Daí qualquer hora o cara sabe que eu 'tô fazendo uma mão pra ti, eu vou pro outro lado o cara me mata, só pra te mostrar qual é que era. (Familiar)

Quando se observa as falas mais detalhadamente é possível expandir essa noção e perceber que esse “universo” está dentro de um conjunto de outras situações e precisam ser pensadas dentro de uma perspectiva mais ampla. Uma das formas de violência que mais se destaca nas entrevistas é a violência que acontece no contexto da própria **família**.

Meu pai me cobrava, me batia; fomos criados a pau de relho, se fazia errado ele era daqueles que olhava e nós já temia ele. Nunca houve diálogo, como aconteceu com muitos da nossa época. (Liderança)

As famílias vêm nos contam horrores que acontecem dentro de casa. [...] Ainda antontem recebi uma mãe que veio me contar violências que ela e os filhos sofrem por parte do marido. (Liderança)

Eu vi um monte de tipo de violência, não foi uma, foi várias. Vi até pai maltratar suas crianças. Bater como não é pra bater. Tocor pra rua. (Adolescente)

A gente teve nove irmãos, meu pai, minha mãe, muita miséria, às vezes a gente não tinha o que comer e a gente brigava e a vida da gente era um inferno e brigava por causa de dinheiro, de comida e por causa de qualquer coisa. Tinha briga dentro de casa, meu pai bebia, batia na minha mãe, batia em mim, eu batia nas minhas irmãs, a gente vivia a vida com uma dimensão de conflito. (Liderança)

Às vezes o meu pai mandava eu fazer uma coisa, daí eu não fazia e às vezes ele me batia. [...] Daí eu fugi, fiquei com a minha mãe. Um dia meu pai foi bater na minha mãe, daí eu falei: “Não. Na minha mãe tu não vai bater”. Ele: “Sai da minha frente, senão eu vou bater em ti”. [...] Daí eu falei: “Duvido”. Foi a primeira vez que eu falei “duvido”, que eu enfrentei meu pai. Levei um tapão, mas dei também. [...] A gente via meu pai batendo na minha mãe, nós só tirando ele de cima, dizendo pra eles parar com isso. [...] Um dia ele me deu com uma

vassoura aqui assim no meu braço. Meu braço inchou. Depois ele veio me passar tipo um gel que tu passa, daí começa a esfregar até esquentar teu braço pra parar. [...] Meus irmãos ele dava de pau, de cinto, de chinelo, de tapa. [...] Quando ele bebia ele era violento. (Adolescente)

A **violência contra as mulheres** é um dos aspectos mais fortes desse contexto no qual estão inseridos/as jovens e adolescentes.

Hoje a minha mãe tem um monte de marca que ele fez. Ela tem um corte porque ele deu uma facada. E ele deu com o machado na cabeça da minha mãe. Sangrou na hora. Se pegasse fundo ia matar a minha mãe; não pegou fundo. [...] daí eu acho que ele sentiu culpa. Ele pegou um pano e disse pra mim seguir, foi chamar o negão pra levar minha mãe no hospital. Daí ele disse que foi sem querer, que ele ‘tava brincando [...] que ‘tava comendo comida e ‘tava com a mão engraxada e foi brincar na parede e, sem querer, acertou a minha mãe. (Adolescente)

Ele quer alguma coisa e ela não quer, só porque é mulher, ele vai lá e bate, faz e acontece. (Adolescente)

O cara deu um tiro nela ali na frente da igreja, só porque ela disse que não queria mais. Isso aí é uma violência doméstica. (Familiar)

Tem cara lá que matou uma guria e prometeu uma guria de morte só porque a guria não aceitou mais ele, começou a bater na guria, [...] isso que já vem de uma dissidência familiar, o pai dele puxou não sei quantos anos de cana, saiu agora e foi preso de novo. (Liderança)

E essa violência já é experimentada **pelas adolescentes e jovens** desde cedo.

Muitas meninas sofrem violência dentro de casa ou é ameaçada pelo companheiro que deixou. E algumas meninas que saem de casa, que desfazem as relações por causa disso. E tem algumas meninas que se envolvem com drogas, com exploração sexual. [...] mas eu acho que em grande número é a violência doméstica, é a relação com o companheiro, com o namorado, com o marido. [...] Aqui também tem as meninas que casam com homens bem mais velhos. Tem adolescente que fazia parte de um bonde e que daí ela ‘tá com outro namoradinho e agora o do bonde ‘tá querendo pegar os dois, ameaçando e tal. (Liderança)

Essa violência se torna ainda mais explícita no caso de exploração sexual ou **prostituição**.

Um dia quando eu fui sair com um cara que eu não conhecia e ele me levou pro mato, ele disse que ia me pagar, não me pagou, me deixou lá pelo mato [...]. Eu ‘tava com ele numa boa no carro [...] ele me largou bem longe [...], ele falou: “Agora tu vai, senão eu vou te matar”. [...] eu saí também com um outro cara que disse: “Ah, eu te dou cinquenta”. Como eu ‘tava muito drogada, eu falei: “Vamo”. Aí ele pegou e me levou num lugar escuro, [...] quando eu olhei pra cá ele me deu uma cotovelada no meu queixo, eu fingi que desmaiei, ele começou a dar em mim pra mim me acordar. Eu só aguentava a dor e não me acordava. Ele deu um monte de volta nos matos escuro dando em mim. (Adolescente)

Existe aí, sem dúvida, uma **questão de gênero** que, por um lado, torna meninas e mulheres mais vulneráveis e, por outro, revela a face masculina da violência contra adolescentes e jovens.

Menina tem mais isso: “eu não vou brigar com aquela lá porque ela é grandona demais, vou chamar minha mãe, vou incomodar, vou irritar, vou fazer fofoca, falar, mas depois, qualquer coisa se ela vim, eu chamo minha mãe”. E os meninos já são mais irritados, qualquer coisinha parte os dois pra porrada, não tá nem aí se vai sobrar pra mãe ou pro pai ou pra eles mesmo. Eu acho que eles já são mais brabo, já gostam de resolver tudo mais na porrada. (Adolescente)

Também os laços de **amizade** são percebidos como mais frágeis, muitas vezes marcados por violência.

Do nada, eu tava lá na esquina e ele chegou e me deu um tapão na cara dizendo que era por causa da fulana. Isso é uma violência. Ele disse coisas que é violência verbal. (Adolescente)

Isso é muito comum. Não tem amigo. Tudo junto. Eu eu tu aqui. Depois tu vai ali e me mata, me dá uns tiros. Assim. (Adolescente)

Não foi um, foi vários ameaçados ali naquela vila. A maioria era amigo, nós vivíamos junto, se criamos tudo junto na vila. (Adolescente)

Existe até os próprios amigos que brigam e depois querem matar. Porque eu já vi vários ameaçando a própria família e ameaçando os amigos. “Ah, vocês não prestam, vou matar vocês”. (Familiar)

Ele que andava comigo, aquele ali tirei sempre pra irmão. Só que eu não sei nem o que aconteceu. Diz que um gurizão ali tinha raiva dele, deu nele, daí ficou brabo com ele, não sei do que, e matou ele. [...] Já vi louco matando um outro, já vi os cara só tomando tiro. Já vi um louco arrancar o dedo de outro uma vez. (Familiar)

A violência, ou sua presunção, é percebida como uma forma de “**botar respeito**”.

O cara não se dá com os guri dali, nós quebrava ele jogando uma bola; aí depois eles começaram a vim armado e querer dar uma de grande pros guri, os guri quebraram ele de novo. [...] Eles vão jogar bola, eles querem dar em todo mundo. daí não tem nada a ver com droga. Se for com droga, daí nem é na mão, os cara se matam. É mais isso, botar respeito. (Familiar)

Chega um gurizão: “Bah, e aí dos meu? Bah, isso e aquilo e tal”. Se cumprimentam daquele jeito deles. Aí ele quer ser mais que o outro e já diz assim: “Bah, esse aqui é amigo do fulano, esse aqui já fez isso, já fez aquilo, já foi preso”. “Bah, eu já fui preso. Bah, eu matei um lá”. “Bah, eu também já fui, já matei dois”. [...] lá no bairro é assim. É a lei do mais forte. (Familiar)

Especialmente no caso de lideranças, a escassez e ausência de **políticas públicas** também são entendidas como forma de violência.

A maior violência que tem na região é a violência do Estado. Tem aquela violência dos traficantes com os adolescentes, com os jovens; e adolescentes e jovens que traficam também, que são aviãozinho. Essa mata, tem matado, tem prendido, [...] mas, eu acho que uma outra violência muito grande, que é porta de entrada para isso, é quando eles cumprem a medida socioeducativa, meio fechado ou quando são presos, encarcerados; quando eles saem eles correm mais risco do que antes, quando estavam na rua. Esses são mais vulneráveis. (Liderança)
A maior violência é o poder público expor eles a esta situação. Expor eles à violência é a maior violência dentro dessa violência. (Liderança)

Há, ainda, **outros espaços e situações** que são percebidos como promotores de violência contra adolescentes e jovens.

Aqui eu tive conhecimento de uma ação na escola que eles foram pegar um menino na saída da escola, de um bonde. Se tu for entrar no facebook e bota os

nomes dos bondes, eles aparecem que nem o tráfico do Rio de Janeiro, com as correntes, com umas petequinhas, com arma, uma camisa de um time, com o nome em dinheiro, escrito o nome do bonde. [...] todo aquele formatozinho do bonde do Rio de Janeiro eles fazem aqui também. (Liderança)

Eu me envolvi com quadrilhas de brigadianos [...], não porque eu quis ou porque isso me levou, mas porque eu sofri bullying; mas tinha um cara que vivia batendo em mim no colégio, vivia judiando de mim e de vários, todo mundo tinha medo [...]. E fora ele, a quadrilha dele. [...] Daí um tio meu que era envolvido no crime, [...] tive que pedir arrego pra poder ‘tá perambulando pela vila, porque a inveja sempre persistia em cima de mim. (Liderança)

Eu conheço uma meninada que ‘tá em situação de rua [...] que são muito vulneráveis. Hoje quem ‘tá em situação de rua é uma meninada muito pequena, não são adolescentes, a maioria é criança. E daí essas crianças que eu conheço são vulneráveis e têm muito mais possibilidade de se envolver com morte. (Liderança)

Também nesse aspecto, percebe-se um **ciclo de violência** que vai se repetindo e se aprofundando, levando a situações extremas.

Eu já presenciei agressões de filhos contra mãe, já presenciei meninos de muito pouca idade roubando de dentro de casa, começa com pequenos furtos e depois, quando eles veem que não tem mais nada pra roubar dentro de casa, eles passam a roubar dos vizinhos mais próximos e aí eles vão se alastrando na vila e da vila eles já passam pro centro. E a partir daí é um futuro perdido, dificilmente se recupera uma pessoa que ‘tá numa situação dessas. Já não só observei como, infelizmente, tive que viver essa história. [...] alguns, infelizmente, estão perdidos, não temos mais o que fazer, e outros mortos, quer dizer, impossível. (Familiar)

As formas extremas de violência, que serão abordadas no item a seguir, também estão relacionadas com o fácil acesso a **armas**, símbolo de poder e instrumento de prática da violência.

É coisa de fácil acesso isso. Hoje em dia é muito fácil de conseguir. [...] na época, o pessoal chegou lá em casa e disse pra mim: “Olha, o que tu precisar ‘tá na mão”. E eu sabia que o cara tinha. (Familiar)

Arma de fogo impõe respeito. Qualquer arma. Qualquer coisa o cara já puxa o cano e já quer matar. (Adolescente)

Parece que tomaram conta. É bem complicado às vezes. Na escola que ela estuda, várias vezes, pegaram adolescente com droga, com arma. (Familiar)

Agora é tudo jovem. Que os velhos não ‘tão tanto mais. Agora os jovens ‘tão em massa e ‘tão bem armados. Eles ‘tão armados que dá medo; tem até fuzil. (Familiar)

E essa nova geração veio derrubando todo mundo, matando os mais velhos e assumindo a área. (Liderança)

No entanto, há também a percepção e relatos de experiências de que, de alguma forma, é possível **interromper** esse ciclo.

Na minha época, na minha juventude que não cheguei a perder ela toda, mas entre meus dezesseis anos até os vinte, dezenove, vinte, eu já tive meio atribulado com questões de crime, de violência no geral, drogas. Então, vários fatores me levaram a chegar depois dos quinze anos e me afastar de tudo isso e pro lado negro da coisa, como eu falo. E daí eu comecei a ver as oportunidades. (Liderança)

Meu irmão foi um ex-viciado [...]. Ele era um dos aviãozinho e eles formaram a quadrilhazinha dos guri deles, [...] quando os mais velhos ‘tavam sendo morto, preso, essa juventudezinha já ‘tava [...] começaram a fazer quadrilhazinha e invadir mansões dentro da cidade [...]. daí ele cai preso. Aí soltaram, meu pai faleceu nesse meio. “Vou largar essa vida, meu pai também morreu com um tiro”. (Liderança)

A mãe disse: “pousa aí, fica aí com a mãe”. Eu disse: “eu vou pra casa”. [...] Daí eu fiquei, pousei, depois eu vi a tristeza dela, chorando, [...] queria que eu ficasse muito, que ela queria me tirar das droga. Daí ali eu fiquei um pouco, depois fiquei mais um pouco, daí depois eu me apeguei. Daí não quis ir mais nem pra rua. Daí só do colégio pra casa, de casa pro colégio, só saía ali nos mercado pertinho ali. (Adolescente)

Eu penso que foi um certo livramento, porque senão não ia ‘tá aqui a essas horas. (Adolescente)

E mesmo em meio a esse contexto, é possível vislumbrar outras possibilidades para o **futuro**.

Se alguém tipo me levasse todo dia na aula e se eu não conseguia fazer um tema, minha mãe e meu pai ajudava. [...] Passeava comigo no centro, tipo comer um

sorvete, sair. Assim eu queria. [...] Eu consigo sonhar com a minha casa, com meu marido e com meu filho. E eu estudando. (AN1)

a percepção da ameaça de morte e do assassinato de jovens e adolescentes

Numa realidade na qual a violência e a sensação de vulnerabilidade se fazem constantemente presentes, não é raro que as pessoas se sintam ameaçadas e suas vidas passem a girar em torno de proteger a si mesmas e às pessoas próximas.

A única coisa que eu posso fazer é ver se consigo cuidar os meus pra não caírem tão cedo. (Familiar)

Quando se fala da realidade de adolescentes e jovens há situações específicas de ameaça de morte e assassinato a serem consideradas. A linha entre uma e outro é muito tênue. E todo mundo tem uma **história pra contar**.

Foi horrível, uma sensação de medo: “eu posso morrer a qualquer momento, perder minha mãe, perder meus amigos, minha família”. [...] Tu fica [...] toda hora cuidando pros lado, fica bem louco, pensando que qualquer momento, qualquer coisinha vai acontecer. [...] Eu pensava que ele podia me seguir. [...] Eu tinha medo. Eu não ia na janela, eu ficava só dentro de casa, eu não saía no corredor. Eu parei de estudar. [...] é muito ruim também tu ficar com aquela sensação que qualquer momento tu pode morrer. (Adolescente)

Qualquer hora o cara pode ir e não voltar, vai saber, não sabe a hora do cara, não sabe da cabeça dos outros. Eu já passei ali e vários seguiram o cara, ficam cuidando o cara, eu já me livrei de monte também. (Familiar)

Ele tem medo de sair pra rua [...]. Quando o cara ‘tá ali ele nem sai, fica ali sentado, vai lá pra cima. A minha vida tá sendo essa. Eu ‘tô assim, no pau. Eu ‘tô no meio do fogo, abraçada nos meus filhos; da onde vir fãisca eu ‘tô. (Familiar)

A guria entrou em depressão, sofreu um monte, tinha medo de ir pro colégio, ela passou de ano porque ela muito forte e eu quase não ajudei porque eu também não posso, a irmã dela que ajudou muito ela. (Familiar)

Deus ‘tá comigo, porque se Deus não tivesse comigo já tinha ido. Arreventaram minha porta. A janela e pegaram aqui dentro. Tô chegando do centro que eu tinha ido receber, quando eu bati na porta, ele trancado lá no banheiro. Eu disse: “abre a porta aqui pra mim”. Daí ele disse: “Ô, mãe, é tu?”. Daí eu disse: “Sou eu”. Ele veio, puro sangue: “Ô, mãe, os cara vieram aqui e me bateram”. (Familiar)

E ‘tô lá dentro da capela; ‘tava só a mãe dela ali no velório, uma irmã e parece que tinha um menino, de uns doze anos. [...] quando foi uns minutinhos parou um carro preto, desceu quatro, de touca ninja no rosto, tudo com arma na mão e me perguntaram: “Tu é parente dessa vagabunda?”. Eu disse: “Não, não sou”, mas eu fiquei quase morta. Digo: “Não, não sou, só vim me despedir do corpo”. Ele: “Não se despede de corpo de vagabunda. Vai procurar tua turma”. Eu não sabia pra onde é que eu saía. Foi uma das piores experiências que eu tive. [...] Mas fiquei assustada. Eles ‘tavam cuidando quem é que vinha. E eu não sabia que ‘tava a coisa nesse ponto. Eu não conhecia bem isto aqui. Depois que eu aprendi, eu não vou em velório. (Familiar)

Eles convivem diariamente com a ameaça. Porque existe uma grande discriminação em relação a jovem ou adulto em situação de rua; existe uma grande ameaça da parte, sem querer generalizar, da parte da segurança, polícia civil, brigada militar, guarda municipal. [...] muitos são agredidos, chegam muitas vezes pra gente já com o braço quebrado, com o rosto machucado, já apanharam muito. Tem ameaça na questão da segurança, tem ameaça da comunidade onde está localizado e não aceitam eles. [...] muitas vezes tem ameaça até por um pedaço de espaço, quem vai dormir aqui hoje [...]. Ameaçados de passar fome, porque muitas vezes não tem o que comer. Ameaçados de passar frio, porque muitas vezes não tem o que vestir. Ameaçados de morrer doentes porque não tem atendimento adequado na saúde. [...] não somente ameaça de violência, uma ameaça de violação de direitos. (Liderança)

Esse “estado de ameaça” tem várias **intencões**. Em alguns casos, pode ser uma forma de manter o poder simbólico dentro de um determinado contexto.

Essa intimidação, cem por cento, dez é verdadeira, os outros noventa são simplesmente psicológico; é dos metidos que vão lá e querem se dizer que são os tais. [...] Bala na porta ou morte. Porque na nossa lei [...] Não tem muita conversa, ninguém manda dizer que vai matar. [...] é uma lei do crime e da violência. (Liderança)

E aí pegando nome. E isso em qualquer lugar. Aqui onde nós moramos eu tenho um rapaz que já tem uma história grande, que ele teve bastante homicídios. Então aonde ele faz: “Bah, não, fulano ali, se ele pedir alguma coisa eu vou procurar dar porque senão, o cara é o cara”. (Familiar)

Em muitos casos, isto está relacionado com **dívidas** e é uma forma de garantir o pagamento.

Uma vez eu peguei fiado e me ameaçaram, se não pagar eles iam entrar na minha casa. Aí eu peguei, arrumei dinheiro e tive que pagar só pra eles não entrar na minha casa e ainda pegar minha família. (Adolescente)

É tudo jovem de catorze, quinze anos, de dezesseis anos. Gente nova. Cobrando dívida dos outros. (Adolescente)

Arreventaram a porta do meu quarto, levaram DVD, levaram o ventilador, levaram o bujão, o que deu pra levar levaram. Por quê? Porque eles deviam pra eles. [...] se não tiver em dinheiro eles pegam o que tem. O que puder levar de dentro de casa eles pegam. Só não mataram ele porque pensaram assim: “Ah, depois nós viemo aqui e pegamo mais”. (Familiar)

Já vieram quantas vezes aqui na frente de casa ameaçar: “Se tu não me pagar tu não passa de amanhã”; “Se tu não me conseguir o que eu te pedi eu entro dentro da tua casa e levo o que eu quero”. [...] essa semana [...] um traficante falou: “Vamos levar ele e vamos dar uma banda com ele”. Daí ele chegou e disse: “Ó, mãe, se eles me pegar, eles vão me levar e vão me matar”. [...] sumiu quinhentos e vinte reais e botaram que foi ele que pegou. Daí vieram fazer ameaça. [...] disseram pra ele, “cinco horas eu quero tu lá no ponto”. Despertou cinco horas, daí eu chamei ele, disse: “vou chamar, porque eles disseram que era pra ele ir lá e se ele não ir lá ele vem buscar. Então, ele vai ter que mostrar que ele não é um devedor”. Ele foi. Disse: “Ó, mãe, tô indo. Qualquer coisa a senhora vai ficar sabendo”. Eu, como mãe abri a janela e ali eu fiquei. Daí eu vi muitas voltas com ele. Ele na frente, um de cada lado, um atrás. [...] E ali eu só pedi pra Deus [...] e o meu coração começou a disparar. Veio cinco e meia, veio seis e meia, veio sete e meia e nada dele. Quando veio sete e meia eu pensei “agora eu vou atrás. Aconteça o que acontecer”. [...] quando eu ia saindo ele vinha vindo. Tudo bem. Olhei pra ele, ele ‘tava branco, branco, branco, branco, branco. Ameaçaram, torturaram, fizeram horrores. (Familiar)

Ele deve pra muita gente, muita gente queria matar ele. Se eles não te matam, te limpam, mas é difícil. Ou com a grana ou com a vida. (Familiar)

Nesses casos, a **família** muitas vezes é quem dá o suporte para que o pior não aconteça.

Fui arrumar um dinheiro emprestado, marquei um lugar pra eles me esperar, só dei uma meia volta, fui na casa dela, daí ela apavorada: “Mãe, o que a senhora vai fazer?”. “Vou pagar. Eles disseram que vão matar ele na minha frente e até me matar. Eu vou ver eles fazer alguma coisa pro guri e não vou me meter?” Peguei e paguei. Eu fiquei um mês todo sem luz, sem gás, sem comida, porque daí eu pego a cesta, é o grosso, arroz, feijão e o açúcar. E tem a carne, a verdura, tem o leite. Prefiro meus filhos do meu lado do que comer. Não ia ter felicidade. [...] Quem me ajudava Deus já levou faz um ano, que é o tio dele [...]. Arrumava um dinheiro emprestado, passagem e nós levava ele até na parada, embarcava e ia pro tio, ficava cinco, seis meses sem aparecer. Arrumava dinheiro, vinha e pagava. Agora não tem mais. Quem podia ajudar ele Deus levou. É assim, eu vou lutando. (Familiar)

Meu sobrinho ‘tá ameaçado lá por várias pessoas, um noventa, um cento e dez, outro não sei o que. Até teve uma mulher que eu falei: “Vamos fazer o seguinte, se ‘tá bom pra ti” [...]. E ela falou: “ele ficou me devendo cento e dez. Pegou um dinheiro pra levar pro patrão e deu outro destino pra esse dinheiro e a gurizada ‘tá querendo bater um papo com ele e eu não sei o que eles querem falar”. E eu: “Tá, que situação, se eu tivesse eu até te pagava”. Ainda falei pra ela: “Então, vamos fazer o seguinte, de vez em quando eu te dou vinte, outra hora te dou trinta, até fechar esses noventa. [...] de ti pelo menos eu sei que eu não vou precisar ter medo que vá acontecer alguma coisa ruim pra ele que venha de ti ou de um dos guri que tu conheça”. [...] Mas nem ele apareceu por lá. Ele anda por aí, que ele não é bobo. Ele foi criado por ali e sabe que ali se dever dez reais e não pagar no dia, morre. Ainda aparece lá, leva uma coisa que vale cinquenta pra compensar o atraso e com muito jogo de cintura ou então morre. (Liderança)

Eu já vivi o meu pouco. [...] no dia primeiro de dezembro fiz quarenta e oito anos. O que era pra eu viver eu já vivi. Eu não quero ver jamais um filho meu morto. Deus me livre, pelo amor de Deus. Eu já perdi o meu companheiro que, pra mim, era um pai, era um amigo, um companheiro, ele era tudo pra mim. (Familiar)

Às vezes, a ameaça pode nascer por **questões aparentemente simples**.

Diz que foi pegar a bolsa dela, ela não queria dar e ele deu um puxão. Daí os guris vieram pra tentar matar ele. [...] Deram uma volta no campo, ele

‘tava sentado e viram ele. Foram ali dizer que se vissem ele iam matar ele. (Familiar)

E ele pegou e ficou com a mulher do traficante e o marido dela chegou e na hora: “Ô meu, essa é minha mulher”. “Se fosse tua mulher não tava sozinha”. “Ah, depois a gente conversa”. “Então eu vou pagar pra ver”. E o homem pegou e saiu pra não dar confusão no baile. (Familiar)

O cara queria cigarro, o outro disse que não tinha, ele: “Bah, não, então deixa”. Eu: “Deixa quieto”. Aí, depois, entre nós, o cara que ‘tava ali disse assim: “Ô, meu, alguém me leva lá em casa?” “Tá, mas por que tu vai embora? Fica aí, nós ‘tamo legal”. “Não, não, não. Vou lá pegar o bagulho que vou ter que fazer um serviço”. Todo mundo entendeu o que era. “Ah, mas por quê? Ô, cara, vai estragar a festa”. “Não. Eu vou pegar. Me tirou, daí eu vou pegar o bagulho”. É mais ou menos assim porque ‘tavam loucão. Pegar o revólver. Pra matar aquele cara que se fez por causa do cigarro. (Familiar)

Tem um guri aí que deve ter onze anos, nove anos, das dez em diante ‘tá aqui vendendo, tu vai chegar e dizer: “Não faça isso”. Tu nem é capaz de virar as costas tu cai dura, as crianças matam. “Vai me entregar, então agora vai você no meu lugar”. Assim que acontece. (Familiar)

Em muitos casos, a única solução para se livrar da ameaça é **sair da comunidade.**

Eu peguei e disse pra minha mãe que eu não queria morrer e que eu tinha que sair de lá e ela pegou e concordou, porque ela ‘tava com medo também [...]. Fiquei uma semana lá na casa desse meu amigo e depois eu fui pra minha tia. [...] Mas, é horrível, porque daí tu não consegue comer direito, tu não dorme porque tu fica pensando, fica aquilo na tua cabeça. Eu ficava chorando porque ia perder muitas coisas. (Adolescente)

Tem que se retirar. ‘Tá ameaçado. E depois que foi ameaçado dificilmente se escapa. (Familiar)

Se mudam. Eu digo assim, se ganhou o apartamentinho não precisava vender e ir embora; mas eles pegam, trocam e vão embora. Uma ameaça. (Familiar)

Já tivemos que tentar ajudar pra que a polícia tivesse acesso a essas ameaças, pudesse fazer uma intervenção de proteção da família, levar a família pra outro lugar. Da família se mudar por conta, foram lá, encheram de bala a casa, [...] a

família no dia seguinte teve que botar num caminhão tudo e ir embora porque não tinha outra solução. (Liderança)

Eu já tive famílias que vieram e disseram: “Meu filho não vai vir mais, vou levar ele [...] porque ele ‘tá ameaçado de morte, o fulano de tal vai sair do presídio e vai matar. Eu vou tirar ele daqui porque ele ‘tá correndo risco”. (Liderança)

No meu trabalho como conselheira a gente tentava fazer algumas parcerias, inclusive pra questão da proteção da vida deles, muitas vezes tirando de dentro da cidade, de dentro da comunidade, levando pra outro lugar, pra outra cidade, pra outro familiar, devido às ameaças. (Liderança)

Antes tinha bastante gente que teve que se retirar da vila por ser ameaçado, mas agora até que ‘tá bem calmo, que a gente não vê mais, porque antes era horrível, quando tu menos esperava, aquele pá pá, tu ia ver tinham terminado com um. Tem uma família ali que não tem mais nenhum só as criança e tem o que ‘tá preso. (Familiar)

Eu vou me mudar daqui vou pra onde? Eu já digo, eu tenho aqui porque foi Deus que me deu aqui. (Familiar)

De vez enquanto tu conta, é difícil achar dez pra jogar uma bola; antes tinha vinte, dava três, quatro time. Não tem um dos guri pra jogar uma bola agora, por quê? Porque foram tudo embora. O gurizão ali tomou tiro, foram tudo embora, ali já são três. (Familiar)

Essa mudança, no entanto, pode trazer **sentimentos distintos**.

Um alívio porque [...] aqui não vai acontecer nada comigo, aqui eu não tenho brigas. Tenho amigos, mas não são tantos, mas tenho amigos, não tem ninguém que quer me pegar. [...] Só que é difícil, porque lá eu tinha minha vida, tinha meus amigos, tinha o Proame, tinha tudo. [...] aqui eu tenho poucos amigos; tem a escola, tem a minha mãe, tem o meu padrasto, mas é difícil mesmo assim. É difícil deixar lá porque eu já ‘tava acostumada. Lá era uma vida. Aqui eu ‘tô começando tudo de novo, tudo do zero. (Adolescente)

Lá a gente brigava, mas passava uns cinco, dez minutos a gente já ‘tava tudo conversando de novo. Tinha as atividade do Proame [...] Eu sinto muita falta das pessoas, do curso de informática também. Eu sinto muita falta dos meus amigos de lá. [...] Perdi os contatos com todos. [...] são raras as pessoas que sabem onde eu ‘tô. (Adolescente)

Aqui é mais tranquilo. A droga tem, mas não nas vistas. Aqui, por exemplo, vizinho não conversa com vizinho; ‘tá tudo nas suas casas, não tem os bolinhos; tomar chimarrão. É cada um na sua. É mais tranquilo assim. [...] Eu dizer que eu ‘tô triste, eu não ‘tô. Se eu dizer que eu ‘tô feliz, também não ‘tô. Mas se fosse escolher eu ficava com a de agora. Porque, na verdade, eu ganhei um livramento. Eu queria me livrar daquela vida, mas não conseguia. (Adolescente)

É diferente. Porque não tem droga, não tem gente te oferecendo pra ti fumar. E aonde que eu ‘tava tinha. Aí te falavam: “pega, pega”; “fuma, fuma”. [...] Agora eu ‘tô bem, ‘tô feliz. Eu achava que aquela vida lá era boa e hoje eu ‘tô errada, porque aquela vida não é boa; que esta é melhor ainda. Sem droga, sem prostituição. Agora eu não vejo a hora de chegar o Natal. [...] comprou uma bicicleta pra ela também e todos vão andar de bicicleta pra lá e pra cá. (Adolescente)

De vez em quando não é bom nem lembrar. (Familiar)

A **saída** da comunidade e a busca por um outro espaço também pode se dar depois que ocorreu um **assassinato**, pois, de certa forma, a ameaça continua e as lembranças são perturbadoras.

Tem uns que de vez em quando se mudam pra não ficar ali no mesmo lugar. Quem tem condição. Pra não ficar no lugar onde viu um filho morrer. (Adolescente)

Fui visitá-lo. E dois dias depois me ligaram se eu podia reconhecer o corpo dele no DML e eu me recusei, porque eu não queria ter aquela imagem... Ele tinha sido cortado, torturado. E eu vi depois no jornal uma pequena reportagem, muito pequenininha, do que tinha acontecido [...] que fizeram com aquele menino, independente se ele era usuário ou não, foi um jovem que foi torturado e, que eu saiba, até hoje não aconteceu nada. [...] a família, então, mudou de lugar porque se sentiu ameaçada [...], vendeu a casa, mudou pra outra região porque tinham filhos pequenos e estavam com medo da represália. (Liderança)

Ele tinha uma certa paixão por cavalo, e ele fez vários furtos de cavalo. Eles avisaram que “vou matar” e realmente, além do envolvimento com drogas, tinha a questão de roubo de cavalo e ele também foi assassinado e que eu saiba também não aconteceu nada. De novo a família trocou de lugar, se mudou, saiu de lá [...]. Até a própria comunidade quando acontecem crimes assim: “ah, menos um”. (Liderança)

Este ano, nossa primeira reunião pedagógica à noite, eles assassinaram um jovem bem aqui na frente. [...] na semana passada tinha um rapaz aqui, [...] ele foi assassinado no final de semana. E é muito impressionante como muda a vida da escola, da comunidade. [...] E esse desestabilizou a vida de vários aqui, porque segundo os adolescentes eles nasceram, se criaram, tinham muita vinculação. Nós perdemos, nesse momento, vários alunos pra rua. Que a gente achou que ia ser um choque pra eles e daí eles iam se aquietar; não, totalmente ao contrário. [...] várias pessoas se mudando, várias coisas acontecendo. (Liderança)

O assassinato de outros **membros de uma família** não é algo incomum, muitas vezes motivado por **vingança**, perpetuando o ciclo da violência.

Eles mataram um menino que morava ali na esquina [...]. E aí o primo veio de tardezinha e foi lá na casa das pessoas que, diz que, mataram o moço e perguntou: “Mas quem é que fez isso pro fulano?” E ficou ali no portão. [...] Quando ele foi lá e bateu palma, “eu vim saber o que tu fez com meu primo”. Mataram ele lá. “Tava um se velando e o outro morreu lá no portão. Isso foi coisa que eu vi. Em vinte e quatro horas tiraram as duas famílias daqui. Foi o único jeito de encerrar a confusão. É normal. (Familiar)

Ele brigou com um cara, teve a chance de matar o cara e não matou; e o cara matou ele. [...] eles eram vizinhos, brigaram. Daí o cunhado do cara acabou matando ele. [...] Deram uma emboscada pra ele. [...] Foi o que atirou em mim. Daí levaram lá e mataram ele. Deram sete tiros na cabeça dele. Na parada. Chorei muito. (Adolescente)

Um guri de quinze anos matou ele [...]. A cabeça dele ‘tava cheia de furo. O corpo dele. Os irmãos dele vieram pra fazer vingança. Eu disse: “Não adianta vocês fazer vingança. O que que vai acontecer? A única coisa que vai acontecer é que vocês podem acabar morrendo também”. “Ah, mas é meu irmão”. “Sim, é teu irmão. A mesma se fosse comigo, um filho meu, um irmão meu. Não adianta a gente fazer vingança, entrega na mão de Deus que é melhor”. (Familiar)

Fez nove anos. Tinha dezoito. E foi os amigo que mataram. [...] no dia que nós ‘tava velando ele, [...] de noite tinha uns caminhão perto, e os cara ‘tavam tudo armado, olhando e vinham pra matar eu e meu guri mais velho, porque o risco era nós, porque a gente conhecia eles. E daí tinha policiais infiltrados dentro do velório junto com a gente, permaneciam como da família, mas eram da civil, e eles ficaram com medo e aí eles mandaram um recado, que eles foram lá pra ter

certeza que eles tinham matado mesmo; que eles ‘tavam tão drogado que eles achavam que não tinham matado. (Familiar)

Eles ameaçaram tudo o pessoal da família. Mas não é assim. Igual eu falo, eles podem matar um, quando vê eles morrem na mão dos outros. Sem saber. (Adolescente)

Algumas vezes a morte acontece **antes mesmo da tentativa de assassinato**, pela pressão provocada pela ameaça e a certeza de sua concretização.

Já vi homens da boca ameaçando pessoas que usam droga, que eles não pagavam. Eles falavam que iam levar pro dique pra matar. Daí um acabou morrendo, ele mesmo acabou se matando. Pros traficantes não matarem ele, ele se matou. Tinha 16 anos. (Adolescente)

Outro dia aconteceu de um rapaz lá, que ele ‘tava devendo, se não me engano oitocentos reais, pro chefe e ele não tinha de onde tirar e ele se apavorou e daí ele próprio resolveu se matar pra não correr o risco de ser morto. (Liderança)

Era um rapaz bem alto, tinha uns dezesseis anos, ele se suicidou também porque ele pegou cinquenta reais da irmã pra comprar gás e no caminho ele resolveu não comprar o gás e usar para outro fim os cinquenta reais. Depois, arrependido, na volta, sem ter de onde tirar e o que dizer, também foi ao suicídio. (Liderança)

A experiência viva de presenciar o **assassinato** é algo muito próximo.

Vi vários jovens morrendo na mão dos outros lá. O último que morreu passei do lado, quando vi tomou uns tiros, pensei até que foi em mim. (Adolescente)

Tem aquela história dos guris que morreram lá que, por um fio, eu não fui junto. Foi questão de eu botar o pé pra dentro de casa e acontecer o que aconteceu. [...] lá também eu ‘tava junto. Eu voltei, entrei no corredor, eles sentaram na tela e aconteceu tudo aquilo. Eu só me escondi no corredor. (Adolescente)

E a gente aqui já conheceu muito mortes, execuções já de três conhecido nosso, bem próximo; até meu irmão também já foi ameaçado, já fizeram tentativa. (Familiar)

Nós vimos ele sendo morto. Com arma de fogo. [...] vinha vindo um cara todo de jaqueta preta, de couro. Desceu lá, [...] chegou na frente [...] olhou pro cara, se é ele mesmo e deu: pá, pá, pá. Daí todo mundo que ‘tava ali começou a correr e diz que balearam um outro, só que não sabe bem quem é o rapaz que foi baleado. E ele saiu passo a passo, pegou um carro vermelho e se mandou. Ele

veio até aqui atrás e disse: “Ó, não viram nada”. Eu disse: “Eu não tenho que ver”. “Como ele me devia nós matamos ele. E outra, ele é cagete. Cagete tem que morrer”. Daí ele olhou pra mim: “Tu sabe que eu sou, né?” “Eu nunca te vi na minha frente; se eu te vi, não lembro de ti mais”. Daí a mulher do outro lado falou: “Isso aí tem que dar parte”. Ele disse: “Tu dá parte de mim, eu venho e te mato dentro da tua casa, tu e teu filho”. E ela ficou quieta. Ela se abafou também. (Familiar)

De tu ‘tá vindo para ir pro centro e eles botando fogo nas pessoas. [...] Só que esse não deu pra salvar, quando eu cheguei já ‘tava pegando fogo, já ‘tava queimando mesmo. Se desse pra salvar eu tinha salvado. (Familiar)

Nós ‘tava indo pro centro, que a gente cuidava de carro, daí eu vi aquele guri gritando. Daí eu disse: “Mãe, ‘tá pegando fogo na casa, vamo salvar, vamos salvar! Pode ser um amigo nosso”. Eu fui e puxei ele. Ele ‘tava desmaiado e ‘tava pegando fogo; daí a gente apagou e chamou os bombeiros e levaram ele. Tava todo queimado. Botaram fogo com loló. Ele cheirava loló. (Familiar)

Acho que eu já vi mais de cinquenta loucos morrerem [...]. Muita pessoa. Eu já vi cara dentro de um quadradinho, o cara dobrado dentro daquilo [...]. E um guardinha do colégio, mataram junto com ele. [...] Era ruim, sempre fui de bolo também, tipo carne acebolada, sorte que o cara não é da pá virada porque do jeito que o cara vive era pra ser bem pior. (Familiar)

Perdi um amigo baleado. Foi morto. Tinha catorze anos. Ali mesmo, na praça. Levou um tiro na cabeça. Morreu. (Adolescente)

Mandaram ele se ajoelhar e rezar antes de morrer. [...] eu devia ter uns quinze anos naquela época. O cara era mais jovem, devia ter uns treze, catorze anos. Aí se ajoelhou, botou as mão na frente. Mas daí o cara não atirou com a arma, o cara pegou um facão, deu-lhe com tudo no meio da cabeça, abriu tipo uma melancia. (Familiar)

Teve um rapaz que foi nosso aluno e ele veio aqui pra dar o recado prum irmão que tava na aula, isso tipo sete e meia, oito horas da noite e daí no que ele saiu foi morto. Teve um, recentemente, que era nosso aluno da EJA e que ‘tava lá na CASE, ficou um tempo por causa de droga e aí ele saiu e no que ele saiu, pouco tempo depois ele foi morto. Também um menino menor. [...] são alunos nossos os que morreram. (Liderança)

Eu não assisti o assassinato, mas eu senti na pele a questão de ver um jovem assassinado, inclusive foi nosso educando. Ele foi achado na beira do dique, morto, queimado. (Familiar)

Ano passado, na hora do recreio, na frente da escola, assassinaram um rapaz. Três horas da tarde. Ele ficou ali. [...] o que me chocou é que tem uma fala muito recorrente das pessoas da não preocupação das mães. Sempre as mães. “Ah, as mães não se preocupam com os filhos”. [...] eu entrei em maior sofrimento de ver o desespero de tantas mães que vieram reconhecer o corpo pensando que era o seu filho. E a fala delas era: “Ah, meu filho tem ameaça, podia ser meu filho”. Muito recorrente isso da mãe ficar aflita quando ouve um tiro, de pensar quem foi dessa vez. (Liderança)

Passou um cara de moto e saiu atirando. Pegou nas pernas dele. Ele saiu baleado. E era dia ainda, na rua principal onde passam os ônibus. [...] ele disse que não ia pro hospital e saiu. Daí eles só gritavam: “Vamos terminar, vamos terminar”. E são tudo jovens. Jovens e homens mais ligado à questão de violência mesmo. Meninos. (Liderança)

Ele era usuário, ficou devendo e ele foi morto por pouco, não só porque devia, porque ele também trocou, digamos, de fornecedor. E no momento que ele trocou de fornecedor ele acabou entregando pro atual fornecedor o antigo. Ele foi morto por ser dedo duro, foi morto porque estava devendo e ele foi atirado num buraco, onde ele ficou vários dias, quando a família foi buscar. [...] ele apenas era um menino de dezesseis anos. (Liderança)

Em alguns casos, a tentativa de assassinato faz parte da **própria história**.

O tiro foi de uma fatalidade. Um rapaz, meu amigo, casou com a minha primeira esposa, foi morar nos fundos de casa, agrediu minha filha, vazou o olho dela, a guria veio reclamar pra mim e eu fui até ele. A gente entrou numa corporal, eles ‘tavam lá fechando um baseado e eu xinguei; e ele: “Se tu não gostou, pega pra ti criar” e eu chutei ele. Oito meses depois esse cara me pegou pelas costas. [...] naquele dia eu fui trabalhar, trabalhei o dia inteiro. [...] cheguei em casa, um amigo: “Ah, o fulano quer te matar, vi ele com dois revólveres”. [...] Quando eu vejo o barulho da dobradiça já e eu sentia ele por trás de mim. Eu só empurrei a guria e apontei pra ele. Rápido, muito rápido. Apontei, olhei e disse pra ele: “Tu quer me matar?” e cleck, cleck. Eu ia matar ele. [...] eu tentei tomar atitude com medo de ele me matar. E ele também, com medo, atirou, tentou puxar as duas armas na hora e atirou de dentro do casaco [...] pegou na minha coluna o primeiro tiro dos três. [...] e duas mãos me pagaram assim: Bah, não vamos perder mais esse. (Liderança)

Depois que atiraram em mim, o cara que atirou disse que tinha matado o play-boy. Era eu. Mas não tinha me matado, eu ‘tava no hospital. E daí eu busquei

que era por causa disso. Eu sempre andei bem arrumado, roupa e coisurada. E eu não esperava isso porque tudo andava junto. Pessoal que o cara andava junto. (Adolescente)

Toda essa realidade e, de maneira especial, a ocorrência de assassinatos **mexe com a vida** das comunidades.

Uma morte que eles presenciaram de um amigo deles foi o filho do guarda da escola, que era um extermínio. [...] aquilo mudou a vida deles. Eles eram crianças revoltadas. Com doze anos na quarta série. Os que mais bagunçam dentro da escola, que não prestam atenção. Um dia vai na aula, no dia seguinte não vai. (Liderança)

Uma semana depois algumas turmas não conseguem ter aula. Os professores não conseguem dar aula. Eles ficam numa tensão muito grande. Ou eles querem falar muito sobre isso e cada um tem uma versão. [...] começa uma movimentação [...] eles sabem que vai ter isso. Eles ficam muito aflitos, porque ou tem um irmão ou um pai que é procurado; ou tem uma fantasia: “porque meu irmão usa droga, então, ele também vai ser recolhido”. Ou porque é ligado a um grupo de conhecidos e aí, às vezes, não sabe o motivo da morte; [...] já teve situações que nós tivemos que levar alguns alunos em casa, tal era o baque, que eles ficaram muito impressionados, porque da sala eles viam a movimentação da polícia chegando nas casa, fazendo batida. (Liderança)

E mesmo diante de todas essas situações é possível recomeçar e pensar num **futuro** que seja diferente.

“Tava com vinte e cinco. [...] ali eu vi que eu podia lavar louça, que eu podia varrer a casa, que eu podia lavar minhas roupas, que eu podia fazer tudo numa cadeira de rodas. Que eu podia continuar a minha vida, os meus planos, numa cadeira de rodas, mesmo com a dificuldade. [...] De não tá criando as minhas filhas, fui pra rua criar o filho dos outros [...]. E daí eu consegui passar por cima, depois dessa lesão que ele fez em mim, superei, hoje eu perdoei ele, que Deus o tenha. (Liderança)

Eu vou dar pra ele tudo o que eu não tinha, vou educar ele, vou dar bastante atenção, vou colocar na escola e vou cuidar muito bem dele. Eu já ‘tava grávida, daí eu perdi e ali eu já ‘tava imaginando tudo; hoje é diferente, hoje, até eu me

recuperar do que eu tenho, pra mim poder ter o meu filho. [...] Que nem agora primeiro eu quero estudar bem, quero me esforçar nos meus estudo. Depois que eu tiver a minha casa e o meu carro, aí eu vou pensar. (Adolescente)

Eu me queixo porque meus filhos 'tão nessa vida. Tem duas que eu posso dizer que são amiga, porque elas me dão o ombro pra mim chorar e eu dou meu ombro pra elas chorar. O caso de uma delas é igual ao meu, o filho dela deve a casa, deixou a mulher e o filho na rua, tiraram comida de dentro de casa pra vender. Ela vinha e se queixava pra mim: “O que nós podemos fazer? Temos que fazer alguma coisa. Nós vamos lutar, nós temos que lutar pelos nossos filhos. Os nossos filhos não podem ficar nessa vida, nós temos que fazer alguma coisa por eles”. Essa outra, ela chegava e via eu abalada, dizia pra mim: “Levanta a tua cabeça, porque se tu ir pro fundo do poço teus filhos já 'tão lá e eles não vão sair pra te levantar. Tu tem que se levantar pra tirar eles”. Tem dois pra te ajudar, tem dez pra te destruir. Muitos sabem apontar, mas não sabem que tem três apontando para eles. (Familiar)

Ainda assim, a dura constatação:

É assim lá. [...]. Quanto é fácil tu ir ali e matar, aquilo ali é mais fácil hoje que antigamente roubar. [...] hoje já não é nem mais “vamos traficar”; mas agora matar, larga uma arma na mão de qualquer um que for desses jovens metidinhos da rua e tudo. [...] porque matar é simples. [...] Ou é cadeia ou caixão. [...] Esse é o destino. Se tu matar, se tu não for preso, tu vai morrer, seja pela lei do mundo ou pela lei de Deus. (Liderança)

a percepção das caUsas da violência, ameaças de morte e assassinatos

Enquanto estava sendo desvelada a realidade de adolescentes e jovens, as várias formas de violência, incluindo ameaças de morte e assassinatos, foi possível perceber de que forma se configura essa realidade. Torna-se difícil pensar em um único fator que desencadeia todos esses processos diversos entre si. A percepção das pessoas entrevistadas, aferida a partir de suas falas, revela várias perspectivas, muitas vezes complementares, ainda que nem sempre vistas dessa forma.

Eu acho que de forma geral é um adolescente que tem um vínculo com a família bem frágil, deixou de ir na escola ou vai esporadicamente, não tem emprego, faz parte de um grupo de amigos ou um bonde. (Liderança)

Fugindo das respostas mais rápidas à pergunta pelas causas, e, ao mesmo tempo, ficando dentro de um discurso comum, o **núcleo familiar** (ou “a família”) aparece, dentro daquilo que se chama de “desestrutura” ou “falta de estrutura”, como um dos principais pontos a serem destacados.

Por culpa da família, porque a família não dá estrutura, realmente não aguenta os filhos participando de casa, se estoura, se explode, então a mãe prefere: “Vai pra rua”. É aí que ‘tá acontecendo a falta do trabalho familiar, muitas vezes são pais separados [...] que eu avalio que está favorecendo essa problemática social toda dos adolescentes. E volto a apontar, acho que é a família, teria que haver uma participação mais familiar dentro desse contexto educacional de modo geral [...] uma lei que o pai tivesse que ter um acompanhamento do filho. Será que todos esses pais vão na escola? Ou só a mãe vai? É aí o problema, porque pra apontar pra educação o pai sabe apontar, mas ele vai na escola cobrar? A filha vem com o boletim vermelho ele vai xingar, ele vai espancar, mas por que ele não senta com a filha e dialoga? A filha, por exemplo, ‘tá mal na escola, ‘tá com as notas ruins, mas ele ‘tá dando tênis de marca. Por que ele não corta a internet? (Liderança)

Estrutura. Antes eu não dava bola pra minha família. Aniversário fizeram uma festa grande e eu não fui. Fui fazer um assalto, fui roubar e coisurada. Tava drogado. Até apareci na festa drogado, bêbado. Peguei e saí. Família é tudo. Minha mãe, Deus o livre, nunca abandona. O pai também. Irmão. Antes eu não dava valor pra eles. (Adolescente)

Por falta de alguém que orientasse eles que o caminho é outro, talvez os pais, de mais energia e que essa opção realmente seja colocada pra eles da forma completa. A escola, o espaço público, a creche, os próprios pais estejam mais empenhados nisso, acompanhando mais ativamente. [...] eu atribuo todo tipo de violência e de má educação das crianças à educação dos pais. [...] Os pais têm que estar preparados e criar sempre condições pra que as famílias venham produzir a sua existência de fato. (Liderança)

Às vezes as percepções críticas recaem sobre o **pai**, às vezes sobre a **mãe**.

Começa já pela falta de estrutura familiar, o pai, às vezes, ‘tá preso [...] e o filho já se espelha naquilo ali. [...] tem mães que trabalhavam pra ajudar os maridos nos presídios e se esqueciam dos filhos, porque é impossível você atender tanta coisa, filho, é marido no presídio, é pressão psicológica, uma série de coisas que já vêm junto como problema; mas, na verdade, o maior problema é meninos criados sem a figura paterna, que deixa eles completamente sem um esteio; um olhar do pai faz muita falta pra esses meninos. (Familiar)

Porque o meu pai, acho que não educou nós direito. [...] ele não deu muita atenção pra nós, a gente ia pra rua a hora que a gente quisesse, voltava a hora que nós quisesse. Se ele botasse uma regra nada disso tinha acontecido. Se ele não tivesse também botado a minha mãe nas droga, nós tudo não ia ‘tá jogado. (Adolescente)

As mães também tem que ser orientadas, porque tem mães aí que passa todo o mês a criança comendo um arroz puro ou um arroz com feijão, quando tem feijão, e um ovinho frito, uma coisinha. Pois a mãe recebe, vai lá e compra um celular pra criança. Coitadinho, ele não consegue assimilar, “a minha mãe me deu um celular, mas eu passei fome pra ter esse celular”. (Familiar)

Conscientizar essas mães aí que filho é criança, é gente, não dá pra criar que nem cachorro. (Liderança)

Além das questões colocadas com relação à família, o rompimento do vínculo aparece como uma das questões agravantes, e que muitas vezes é acompanhado do rompimento com a própria **comunidade**.

Muitas vezes as situações se agravam porque a família, como forma de solução das situações, afasta o adolescente ou o jovem; ela manda embora, ela rompe relação. A comunidade rompe relação com esse adolescente. (Liderança)

Adolescente que entra lá em casa pra furtar, que é usuário de crack, que acaba apanhando e sendo ameaçado, que os moradores pegam e batem no adolescente ou no jovem e ameaçam ele: “Se tu não desaparecer nós vamos te matar”. (Liderança)

Devido a furtos na vizinhança que facilita: eu vou ali ‘tá com uma coisa estendida na rua, tá no mercadinho que eu vou; então, a própria comunidade também ficava seguidamente ameaçando essas crianças e adolescentes. [...] eles eram ameaçados por quem fornecia a droga e ameaçados também, muitas vezes, pela própria comunidade da onde eles tiravam o “sustento” pra essas drogas. (Liderança)

Para além da família e da comunidade, a **sociedade**, de modo mais amplo, e suas características atuais são vistas como responsáveis pelas múltiplas formas de violência.

O que eu vejo que acontece muitas vezes é o crime faz o que a sociedade devia fazer. Eu vejo alguns dando palestra e tudo, mas acaba o traficante dando mais possibilidade de sobrevivência pro jovem do que a sociedade. (Liderança)

Acho que o maior é a exclusão, a primeira leva à segunda. A exclusão social é a maior violência. [...] a criança precisa ser educada e criada oportunidade pra ela, que a pessoa humana nasce boa, a sociedade que transforma ela em outra coisa, média ou ruim. (Liderança)

As questões sociais estão muito acima disso, às vezes tu pensa assim: O que essa gurizada tem pra fazer? Ou eles estão na escola ou estão aonde? Eles estão na rua? Eles estão jogando bola no campinho? Mas ali no campinho a gente sabe que tem alguém oferecendo alguma coisa. E os pais nem podem estar pra saber se 'tá ali ou se não 'tá, os pais nem 'tão em casa; então, eu acho que falta sim, falta o que fazer pra essa gurizada. (Liderança)

Mora dez pessoas dentro da casa, eles não têm uma televisão, eles não têm videogame. Meu Deus, insuportável de tu ficar. Então, são coisas maiores. [...] eu não acredito muito nas escolhas em dados momentos. Eu acho que tem coisas que não é escolha, é mais pras pessoas falarem que isso é uma escolha da pessoa. Tem todo um contexto, uma engrenagem que te leva. [...] Tem várias coisas anteriores, tem várias questões históricas, tem questões mesmo que é da sociedade como um todo, não é só dessa comunidade. Essa desresponsabilização da família não é uma questão aqui. (Liderança)

Em algumas falas, questões **sistêmicas e culturais** estão no fundo das formas de organização social que geram violência.

O capitalismo selvagem 'tá predominando também bastante nessa área. "Eu preferia ir trabalhar do que estudar", essa juventude 'tá pensando; também os que pensam no caminho do bem às vezes eles acabam se bitolando ao trabalho, ao serviço; não é escravo, mas é pela necessidade de ter o que quer, vai e se desvia do estudo [...] que também é uma das causas, que eles não têm a noção do quanto é importante o estudo e a formação. (Liderança)

Se eles estão expostos a essa situação não é por vontade própria é porque o sistema colocou eles nessa condição e agora marginaliza e criminaliza. (Liderança)

A exclusão social, a ausência do poder público. Leva a todas as outras violência. Contra a mulher a gente vê que é uma cultura. [...] E pra eles era normal, não era marginalidade, não era nada, era uma criança com oito anos, “quer beber”, era filho homem, fumasse, era da cultura deles isso e ninguém sabia que fazia mal. (Liderança)

Existe toda uma dominação ideológica, o trabalho da mídia que afasta as pessoas da luta. Que elas vejam como importante outras coisas, a banalização dos valores e coisas que são realmente interessantes e a valorização de coisas que não são importantes como o futebol, copa do mundo. [...] Essa mídia também que faz sensacionalismo e coloca ódio nas pessoas, a pessoa sai dali morrendo de raiva, querendo matar tudo que é bandido. (Liderança)

Todas essas questões são percebidas como responsáveis pelas situações de violência nas quais adolescentes e jovens se veem envolvidos/as, mas em alguns casos afirma-se a **responsabilidade individual** de cada pessoa pelo envolvimento com essas situações.

A gente vai pro lado errado, sem pensar. Só pensa depois que acontece. [...] Eu nunca precisei ir pro lado errado. A família sempre foi boa, sempre me deram tudo; mas fui. Os outros, por exemplo, já vi drogados, fumavam pedra. Mas eu nunca fiz isso. Mas usava droga também, fiz coisa errada. E aí acaba se envolvendo, quando vê é tarde já. [...] no meu caso, por exemplo, eu não levava desaforo. Já quebrei muitas pernas. E uma hora me pegaram. (Adolescente)

Eu vejo muitos casos praticamente perdidos, é claro que eu não vou chegar e dizer pro familiar. Mas, por experiência própria, já vivi essa história, eu sei quando tá perdido. Dentro de uma violência, eles ficam violentos, agressivos, tudo o que a gente pode imaginar de ruim eles fazem dentro de casa. [...] não é o colégio, não é a professora, não é a diretora da escola que vai fazer um cidadão. O cidadão já nasce com aquela índole. [...] já tá no ventre ouvindo aquelas coisas. (Familiar)

Às vezes a gente comenta entre nós aqui, as crianças são pequenas e a gente faz alguns alertas e a gente conversa com as famílias, mas a gente vê que não tem estrutura, [...] a gente comenta: “Ai gurias, vai acabar lá”. Vai acabar ou sendo morto ou preso. [...] vão dizer: “Ah, então vocês estão condenando o destino”. Mas pela prática, pela vivência, pela experiência, a gente sabe que vai acabar lá. (Liderança)

Tem pessoas que deveriam, não digo ter uma pena de morte, que é muito, mas sim ficar na cadeia, que é necessário; tem umas pessoas que são doentes, que deveriam ‘tá no manicômio. Mas tem pessoas que eu acho que deviam ‘tá na cadeia porque fazem mal para as outras pessoas e parece que não pagam o preço que devia ser pagado. (Adolescente)

Um morreu ali por andar na vida do crime. (Adolescente)

Não foi sorte, eu escolhi um caminho, comecei a trabalhar cedo. Uns quiseram trabalhar, outros não tiveram escolha, foram pra vida. Teve vários ameaçados por causa que faltou dinheiro, outros porque ratearam. (Adolescente)

Eu sei porque eu também já fiz isso. Mas, agora, depois de tudo o que eu passei, de tudo o que aconteceu comigo, eu vejo que tem muitas coisas, que nem minha mãe já tinha me avisado: “Olha bem com quem tu anda, olha o que tu fala”. E eu nem liguei. Pra mim, a melhor coisa do mundo era falar, era fazer, acontecer e não ‘tava nem aí. Só que depois que eu senti a sensação na pele, eu percebi que a gente tem que cuidar o que a gente fala porque senão às vezes a gente paga um preço. (Adolescente)

Ainda botam uma certa esperança na criança e no adolescente. Quando ele passa dessa fase parece que está tudo perdido; agora não adianta mais nada. [...] a gente vai buscar parcerias [...] A gente diz: “é pra ajudar cidadão em situação de rua”. “Ah, não! Pra esses não! Porque são sem vergonha, porque são marginais, porque tem saúde e não vão trabalhar”. Existe essa discriminação muito forte em cima dos nossos jovens e eles acabam fazendo delitos, acabam provocando, muitas vezes, a própria morte ou sendo provocados a serem assassinados. (Liderança)

Em muitos casos, essa responsabilização individual advém do fato de adolescentes e jovens serem percebidos/as como pessoas que querem **se impor**, ser reconhecidos/as.

Eu sou mais que ele, eu sou mais mulher que ela, eu sou mais homem que ele. [...] ele fez pra mim, então eu vou lá e vou fazer pior pra ele porque eu sou mais que ele. (Adolescente)

Porque um quer ser maior que o outro. [...] daqui a pouco, um cria rivalidade com outro e assim vai, um começa a matar o outro. [...] Alguns têm rixa até de briga de mão. Os cara se pegam no soco, [...] agora tudo anda armado, a rixa não morre. [...] é coisa de guri, mas depois de adulto também. Quando é pe-

queno se te pegou, vão dar no cara, matar o cara. [...] Pode demorar, mas uma hora também vai. (Familiar)

Pode ver por milhares e milhares de seus fulanos da vida que estão atrás das grades, por quê? Porque querem dominar. (Familiar)

É que as pessoas se matam porque [...] querem ser mais do que o outro. [...] porque aonde um já fez um crime ele é mais que o que nunca fez nada pra ninguém [...]. É o mais bandidão. (Familiar)

Um foi por causa de uma moça, que ele mexeu, daí aconteceu o que deu. Daí os outros dois foi por causa de droga mesmo, de dívida, de discussão e um querer ser maior que o outro. (Familiar)

Tem umas que são por motivo de drogas, porque devem; tem umas pessoas que batem porque são provalcidos mesmo, porque se acham o dono do lugar, o dono do mundo e vão lá e batem. (Adolescente)

No universo das drogas, isso se revela, também, em algumas **disputas** por território e consumidores/as.

Morriam por disputa de lugar, morriam por qualquer desentendimento com um do grupo e ali terminava a história. (Familiar)

Desentendimento ou inveja. Às vezes um tem e o outro não tem. Às vezes por ponto de droga também. Um vende e o outro vende, daí um acaba roubando freguês do outro, daí um mata o outro. [...] Isso é a maior causa de morte. (Adolescente)

Antigamente a gente chamava gangue; eu era duma, fulano era da outra, ciclano era da outra, então as mortes davam mais por causa dos ponto, em tomar aquela região ali, era como uma seita. (Familiar)

Dívida, relação de grupo, também tem isso, as relações de grupo da vila tal com a vila tal. Alguns não têm bonde, só grupo mesmo. (Liderança)

Seguidamente a gente ouve falar de guerra por causa de pontos. E isso é o que gera mais conflito é o ponto de venda, que é de alguém e que outro vem e toma ou que invadiu um território, que existe lá uma jurisdição. E aí se eu invadir o teu espaço tu vai reagir de alguma forma. [...] quando a gente vê já mataram fulano porque devia ou porque 'tava no local errado. (Liderança)

Ou seja, grande parte da violência e das mortes são percebidas como estando ligadas ao **tráfico**, incluindo diversas motivações.

A questão do tráfico de drogas é o principal fator, pelo material. [...] não o que é entre traficantes, a gente não fica sabendo quase nada; mas é entre o vendedor e o usuário que deve, isso sim tem muita ameaça [...] e teve gente que já morreu por causa disso, inclusive em troca de tiro com policial. (Liderança)

Daí entra o tráfico em expansão e a pedra pra matar todo mundo. (Liderança)

O que me chama a atenção aqui, a violência, pelos relatos que a gente ouve, é gerada pelo tráfico, pela droga. É isto que faz a violência aqui dentro. (Liderança)

Tudo por causa de dinheiro, por causa de dinheiro fácil. Tudo por causa de tráfico. (Adolescente)

Ali na nossa região [...], geralmente é o tráfico. Porque envolve furto, roubo. Latrocínio. E porque daí eu vou lá roubar pra mim manter o meu vício. Aí eu não pago o traficante, o traficante vai e me mata. Tudo é envolvido com o tráfico. E a prostituição também. (Familiar)

Os que a gente acompanhou aqui todos eles tinham envolvimento com o tráfico. [...] Os jovens que a gente vê aqui, que os pais pedem transferência que querem sair daqui é pela questão das drogas. (Liderança)

Quando tu conversas com eles tu sabes que eles não são usuários. Mas eles têm muito medo também. Eles são os amiguinhos, mas eles sabem o que pode acontecer com eles. Sempre tem uma ameaça. E assim eles falam de esconder droga quando chega a polícia, de sair correndo a avisar alguém. Então, de uma certa, é com o tráfico, não é só o consumo. (Liderança)

Tem a ver com o tráfico, que a menina é usuária também de drogas e ela tem relação com o traficante, que também é alguém que é violento, que mantém ela, o traficante, o vendedor ou o companheiro que é quem mantém. (Liderança)

Como visto em algumas falas, também o **uso** de drogas é percebido como causa da violência e mortes.

Eu acho que [...] as mortes [...] tá dando mais pelos consumidores, não pelos fornecedores. Eles se matam entre si chapados. “Ô, meu, tem um cigarro aí?” “Não tenho”. Eu vi que ele tem cigarro, aí ele se fez. Daí já: “Pá, cara, quer se fazer comigo?” Já pimba. (Familiar)

Matam por dinheiro pra poder fumar. (Adolescente)

Uma das maior violência que eu vejo da droga, do crack especificamente, é que ele leva ao suicídio por poucas coisas, porque na hora da fissura não existe um

controle, não existe nenhum limite, tudo é válido em nome da satisfação daquele desejo, daquela vontade naquele momento. (Liderança)

Os que eu conheci foi pelo envolvimento em drogas. [...] mesmo que tenha algum outro fundo, que nem os guris aparecem muito na segunda-feira quebrados, machucados, brigaram no baile funk por causa de menina. Mas aí quando tu vais conversar não é a questão das meninas, tem mais coisas a respeito disso; mas o fundo mesmo é sempre a questão do tráfico de drogas. [...] os nossos alunos aqui que fazem uso, de alguma forma, trabalham pro tráfico. (Liderança)

Além disso, há outras **questões específicas** que geram essas situações.

Vingança sobre vingança. Queima de arquivo. (Familiar)

Na periferia a morte ‘tá mais presente por quê? Por as armas ‘tão mais fácil. [...] eles têm mais acesso porque eles se dão com o seu fulano que tem arma, que lida com arma. (Familiar)

A criança tem mais liberdade [...]; muitas vezes ela acaba dizendo aonde é que é o beco, quem é que trafica, quem é que dá droga, muitas vezes até na inocência. Não que ele seja o delator [...]. Isso colocava crianças e adolescentes em constante ameaça, porque sem querer eu entreguei tal dono, a boca. (Liderança)

Um tema que aparece aqui e ali nas falas dos/as entrevistados/as é a questão da **fé e da religião**. Nesse sentido, esses elementos são considerados importantes como forma de resistência, necessários para uma mudança de postura ou mesmo como a própria causa, quando estão ausentes.

Eu ‘tô indo na igreja. Uma mulher foi curada do câncer na nuca. Ela foi fazer os exames no hospital e o doutor: “Não, mas tu tinha câncer aqui, não tem mais nada”. Ela foi e revelou na igreja: “Deus me curou. E Deus pode te curar, só tu ter fé”. “Fé eu tenho”. Se eu não tivesse fé eu já ‘taria morta aí, porque várias vezes eles tentaram me pegar por traição e eu não sabia, a mulher que me falou. (Familiar)

Em outros casos, torna-se evidente uma certa **banalização** da violência e da morte, que pode acontecer sem motivo aparente ou por questões consideradas simples.

Aqui tem um guri que matou doze. Que nem lá eles matavam só por matar. Só pra ver cair. Sem causa alguma, uma simples discussão já era motivo pra dar tiro. (Adolescente)

Tem pessoas que [...]: “eu matei aquele lá, mas não era pra ter sido ele, era pra ter sido outro, mas como ‘tava com a camiseta dele eu pensei que era ele, fui lá e fiz”. (Adolescente)

Por pequenas coisas, desacerto entre eles, problema entre eles, mas já vi muito jovem tombar em questão de minutos. [...] eu conheci uma história muito próxima daqui que o menino pediu uma calça emprestada [...] e o outro disse “não vou te emprestar” e ele matou. Quer dizer, uma mínima coisa transforma a vida de duas famílias. Uma criança enxerga um tênis melhor, já quer brigar por causa do tênis; um mínimo é o máximo pra se matarem. (Familiar)

Eles mesmo se matando, entrando em atrito por nada a ver, por causa de bondezinho. Vários pessoal novo, piá de quinze anos se mataram tudo por causa de bonde, por causa de torcida. (Adolescente)

Aqui, a percepção de que há **impunidade** e falta de rigor podem estar relacionadas a essa situação.

Hoje em dia, quem bate, quem mata, quem rouba já que “eu vou ficar dois, três meses na cadeia, mas eu vou sair”. Então, eles já fazem porque sabem que pode passar um tempo, mas eles vão ‘tá na rua de novo. (Adolescente)

O próprio sistema faz isso com nós; tem assassinos que o sistema solta. (Liderança)

E muitas vezes são gente que saem do presídio e saem de suas cidades, em vez de voltar, vêm tudo pra ali. (Familiar)

A naturalização da violência cria **novas formas de sobrevivência**, as quais tendem a aprofundar as próprias causas da violência.

As pessoas entregam os seus espaços. Porque a violência, quanto mais tu te cercar e tu sair, aí tu também não ocupa os espaços, tu não se coloca, tu não te preocupa mais com o outro que ‘tá vindo ali, se cai se machuca e passa... e tu vive só a tua vida. (Liderança)

Pela questão da segurança as pessoas estão se fechando muito em si. Não quero saber do problema do outro, desde que a minha família esteja protegida; teria

que ter uma conscientização muito grande da comunidade pra entender que esse menino ou essa criança, adolescente, jovem que ‘tava ali, se ele for trabalhado, se ele for atendido, vai existir uma segurança na cidade. (Liderança)

As pessoas vão internalizando, convivendo, e a coisa mais fácil, às vezes, é se trancar e não trabalhar essas questões. (Liderança)

Então, eu acho que quando se criam algumas regras próprias ou quando se faz todas essas coisas também ‘tá se dizendo que a gente precisa sobreviver em algum lugar. (Liderança)

a percepção do papel das instituições

A percepção da carência de políticas que possam fazer frente às situações de violência, ameaça de morte e assassinato é evidente em todas as falas. Seja por parte de governos e seus órgãos, seja por parte de organizações sociais ou privadas, a sensação é de um grande **abandono e ineficiência nas mais diversas áreas**.

A gente se sente desprotegido. Não tem ninguém por nós, só nós por nós mesmos dentro de casa. (Familiar)

A gente vê mãe em depressão, mães que não conseguem reagir, que chamam a Brigada, chamam o Conselho, que não se autorizam a serem mães. (Liderança)

Aqui é muito injusto. Tu vai caminhando toda esquina eles ‘tão vendendo droga, sem exagero. É só tu sair de noite que tu vê. Esses dias um pai veio aqui: “porque tem que fechar as quadras porque eles se drogam?”. Aí eu disse: “Tá, mas daí na outra esquina eles não se drogam? Na frente da sua casa eles se drogam?”. Se for pra pensar uma coisa, tem que ser uma coisa maior. [...] é uma guerra injusta, porque a escola mostra o quê? O que é que tu oferece de perspectivas, de trabalhar com eles pra dizer que tem um outro jeito, que tem outras formas. (Liderança)

Nós ia pro posto, vinha os guarda municipal, o Conselho Tutelar, nós corria pela Federal. Todo dia. Pra eles não pegar nós. Pra eles não levar nós. Nós queria ficar na rua, nós queria fumar droga. [...] Pro abrigo. E daí eles iam trancar nós lá e daí nós não ia poder mais sair até eles ter confiança. (Adolescente)

Eu acho que se faz, mas se faz pouco. Eu acho que existe uma tentativa de alguns órgãos, existe uma boa vontade de algumas instituições da rede; mas eu acho que deveria ter uma preocupação muito maior do que acontece agora, tanto na área da saúde, como educação, habitação e outras coisas. (Liderança)

Porque tem muitas pessoas que precisam é de orientação, tem muitas mães aí que dizem: “eu não procuro os meus direitos porque eu não sei disto”. Então, tem que ter palestra pras mães, orientação e dali elas vão levando pra casa e vão semeando pros filhos. [...] se houver um atendimento mais positivo, mais presente dos governantes, [...] do prefeito, dos deputados, dos vereadores, eles poderiam ver isso. Porque a nossa comunidade ela é muito boa, só precisa mais é de um atendimento pros jovens e pra algumas mulheres. (Familiar)

As políticas de **saúde**, especialmente no que diz respeito à dependência química, não consegue atender às demandas e necessidades das comunidades.

Tu vai encaminhar o adolescente pra onde? Pro CAPS não vai porque não tem uma questão de saúde mental; o CAPS aqui não segura, porque a meninada: “eu não vou lá pra me tratar de uma maconha”. Daí o que é cocaína só com ordem judicial pra tu levar, porque a gurizada não vai. Serviço de Convivência só tem um. [...] Não são contemplados. Tem um adolescente ou outro lá, mas o adolescente tem que tá muito a fim de participar do negócio. Então, tu não tem alternativa, tu vai encaminhar pra onde? Tu vai atender de que forma? (Liderança)

Uma situação de dependência, um grupo de familiar no CAPS durante o dia, o familiar trabalha o dia todo. Daí tu tem ainda o Nar-Anon ou não sei o quê, Amor Exigente: “mas eu não tenho uma religião”. Ou tem uma religião e daí é evangélico: “mas o grupo evangélico é o Com Fé Convivo é longe da minha casa, não tem condução, não tem passagem pra ir”. (Liderança)

Eu queria ser médica. Só que eu não tive estudo. Mas eu ia mudar muita coisa dentro do posto de saúde, porque pra tirar uma ficha pra uma criança é uma briga. (Familiar)

Com relação a adolescentes e jovens, uma das principais questões levantadas é a **falta de oportunidades que os/as ocupem**, percebida como fator desencadeador de outras questões.

Por exemplo, ocupar o tempo desta gente; cursos preparatórios pra se prepararem pro dia de amanhã, pra melhorarem, ter uma outra visão do mundo,

porque, no momento, infelizmente, é só droga. [...] Haver uma inclusão desses meninos e meninas com curso pra eles ocuparem a mente, se ocuparem; porque toda vez que eles tiverem ocupados eles não vão ter tanto tempo de andar envolvido com droga. (Familiar)

Fulaninho pra mudar teríamos que ter uma política firme, alguma coisa assim que colocasse eles no trabalho, que eles trabalhassem direto e a mãe ou o responsável, pai, enfim, pai quase não se conta aqui, mas que aquela pessoa responsável por aquele menor também contribuísse. (Familiar)

Tipo ir pra escola e daí depois da escola fazer uma atividade pra não ficar na rua, brincando, [...] aí chega um amiguinho, que é um usuário, vai lá e convida: “Bah, vamo fumar”. (Adolescente)

Tem muito adolescente que essa hora ‘tá lá caminhando, andando de bicicleta, se envolvendo com gente que não é pra se envolver. Quando vê entra. Se tivesse alguma coisa pro pessoal fazer, se envolver, se botassem um projeto grande lá pros jovens, menos jovens iam ir pra vida do crime. (Adolescente)

Tem esses projeto aí dos jovens pra serviço, emprego. [...] fosse de casa em casa oferecer esses cursos. Acho que as criança pensam: “eu vou trabalhar e vou ganhar meu dinheiro justo, eu vou melhorar. Não vou arrumar briga, não vou arrumar rixa com ninguém”. Seria bom ter mais oportunidade pros jovens e os adolescentes fazerem curso, [...] porque é difícil do adolescente, do jovem ir de atrás de curso. Tipo uma associação, uma coisa assim que ofereça curso, atividades que dê pro dia inteiro pros adolescentes. (Familiar)

Queria que tivesse vários adolescentes cumprindo medidas aqui na escola; mas não medidas que fossem para expor ou para humilhar, pode ser trabalho, pode pintar, mas que tenha uma interferência, que eles possam entender o porquê eles estão fazendo aquilo e para que serve. E tem que ser imediato. Eu não posso olhar para um adolescente que chega aqui e quebra todos os vidros da escola e dizer que vai acontecer alguma coisa com ele, porque não vai acontecer; ou, se acontecer, dois ou três anos depois. (Liderança)

A gurizada quer um negócio a mais, que brilhe o olho: “eu vou ser técnico em informática; eu vou ser gerente de produção; eu vou ser técnico de futebol; eu vou ser músico” [...]. Tem aquilo que o mercado oferece. [...] Tem que ter política pública. (Liderança)

A falta do que fazer está diretamente ligada com a falta de opções no âmbito do **esporte, da cultura e do lazer**.

Ninguém quer jogar uma bola por causa do campo, ó o jeito que ‘tá o campo; antes, todo o ano, eles vinham e trocavam a areia, agora acho que dois anos direto já que não trocam a areia do campo. Daí todo mundo se liga, não dá pra jogar uma bola que arrebenta tudo os pé, cheio de buraco o campo, coisa que a prefeitura vinha aí fazia a volta, não vem mais. (Familiar)

Eles fazem o que eles podem, mas não tem quem faça. [...] coisas assim que eles possam aprender, que eles dancem, que eles toquem, que eles tenham uma outra visão deste mundo que não seja só a droga, que eles não se sintam satisfeitos com a droga. (Familiar)

Sensibilizar, conscientizar, levar informação pra eles, através da cultura, levar os direitos, mas também os deveres que hoje, mesmo eu não sendo formado, tendo a minha simples oitava série, eu tenho consciência do que são direitos e deveres. (Liderança)

Mas é a **escola e a educação** que são percebidas como fundamentais, mas que, na maioria das vezes, não conseguem cumprir com o seu papel, mesmo quando há um esforço para intervir na realidade.

Se tivesse, por exemplo, um colégio, aulas integral, que eles saíssem de um e já tivessem outra ocupação, com certeza não teriam tempo pra se envolver com isso. (Familiar)

Escola Sem Medo era pra desenvolver um monte de atividades, que teria isso, teria aquilo, e aí tinha um projeto bem bacana, mas nem chegou a se concretizar. [...] O Mais Educação a gente tinha primeiro pros pequenos, daí esse ano foi solicitado que a gente atendesse os adolescentes também, daí a gente atendeu, mas uma pequena parte dos adolescentes. São poucos os adolescentes que participam e agora a verba do Mais Educação diminuiu, menos gente a gente vai atender ainda. (Liderança)

A escola que abriram as portas pra jogos, pra essas coisas, pras crianças, pros adolescentes saírem um pouco da rua e irem pra fazer projetos. Só que ali abriram a escola e a escola agora ‘tá virando ponto. [...] a gente chegou lá tinha gente tirando a cara, um ameaçando o outro, armado [...] às vezes as pessoas aqui querem ajudar, distrair as crianças e os adolescentes, só que parece que nada adianta. (Familiar)

não sei se os moradores daqui querem que a quadra fique aberta; não sei se isso é um desejo da comunidade, porque eles mesmos excluem eles. [...] Nós temos

sido muito sérias no nosso discurso, dizendo que a filosofia aqui da escola é acolher, cuidar e educar. E sem olhar a quem. [...] eu vou ter que olhar para essa comunidade local. E olhar para essa comunidade local é olhar para esses que estão excluídos do processo; e se é eles que ‘tão usando a quadra, eles vão permanecer. (Liderança)

A comunidade é bastante complicada, mas só fica aqui quem gosta de trabalhar com este tipo de comunidade, que acredita que dá pra fazer. A gente sabe que não dá pra fazer muito, mas alguma coisa dá pra gente fazer, o que nos toca. [...] a gente traz algumas palestras, os alunos procuram muito alguns professores pra conversar, as supervisoras também, daí depende de cada um, os alunos se sentem à vontade ou não. [...] tem pessoas que se envolvem com o pessoal do outro, tem outros que não. (Liderança)

Porque todo problema que acontece na escola da falta de respeito eles atribuíram a questão de ter um órgão de proteção. Então, eram os direitos humanos e daí eles falaram do crime; falaram do Conselho Tutelar que está atrelado ao ECA. Se tirasse isso resolveria todos os problemas. Aí eu falei: “mas que bom, né? Pois é uma solução mundial. Tira os direitos humanos e tira a proteção”. (Liderança)

Tendo todos esses investimentos eles garantiram que o adolescente permanecesse mais tempo na escola, mas não garantisse que ele não fosse um jovem excluído, porque ele não tem as mesmas condições. Tanto é real que se hoje tivéssemos o nono ano e os nossos alunos fossem aprovados eles não teriam onde estudar, porque não tem escola de ensino médio. Não tem projeção de escola de ensino médio para atender eles. [...] não é à toa que as escolas não querem ter séries finais, que o problema é a juventude. Então, todo o mal da humanidade são os jovens. (Liderança)

Essa situação é percebida também como fator que leva muitos/as adolescentes e jovens para a **situação de rua**.

Geralmente são jovens que abandonaram, evadiram. Então, tem uma baixa escolaridade porque eles não conseguiram acompanhar o sistema escolar. A escola também não está preparada pra aceitar esse tipo de desafio, ainda tem um padrão de atendimento e que não enquadra nossas crianças, adolescentes e jovens. (Liderança)

Além da escola, no entanto, também as políticas de **assistência** são percebidas como insuficientes para superar as várias situações de vulnerabilidade.

Falta de assistência. Este é o legítimo “farta muito”. O que nós precisamos é de assistência; nós precisamos de polícia nas ruas, de noite, principalmente. (Familiar)

Analiso como um descaso social e familiar, que é a preocupação do pai e o social, de não ter um amparo que vai qualificando essa gurizada. (Liderança)

Falta assistência, inclusive pras mães, principalmente, falta um controle de natalidade pra essas meninas novinhas aí que engravidam e expõem a barriga como se fosse: “Que bom! Agora eu sou mulher”. São tantas faltas que a gente percebe, mas que precisa de um trabalho preventivo. (Liderança)

A gente viu nesse decorrer de anos que uma série de ações e atividades contemplaram muitas jovens e crianças que, de certa forma, tinham condições de estar beneficiados pela própria família; não precisavam estar lá utilizando os espaços de quem realmente precisa, que é aquela família que não tem o pão e leite na mesa. (Liderança)

O que eu notei que mudou foi a distribuição da renda [...]. Mudou no sentido que as pessoas tiveram mais oportunidade, [...] eu sempre fiz doce. Então, às vezes, eu chamava as crianças: “Ô, vai lá em casa pra pegar a panela pra rapar?”. Chegava a ter briga na porta pra pegarem a panela pra rapar [...]. E depois que começou a distribuição de renda [...] não se viu ninguém mais na porta pedindo. Quando eles batem na porta eles perguntam: “Tem doce pra vender?” (Familiar)

Nesse sentido, as **organizações e projetos sociais** são vistas como uma possibilidade, apesar de suas limitações, para compensar a ausência do Estado. O Proame, inclusive, é mencionado várias vezes.

Podia ter alguém pra ajudar. Antes tinha o Proame ainda que a gurizada curtia. Eu ia de vez em quando, trocava uma ideia, ficava tudo junto, agora não tem nada, só vejo correrio. Pode passar aí todo dia, a gurizada a mesma coisa ‘tá fazendo. Eu sento no meio dos guri ali eu piro, eles só falam em cheirar; não muda a fita. (Familiar)

A nossa única esperança é ver o Proame oferecendo isso. [...] na verdade, o que nós precisava é de um alicerce, uma estrutura bem preparada pra receber muitos jovens. (Familiar)

Tem um projeto ali que é pros adolescentes e pras crianças, [...] eles ensinam, tem psicologia, tem tudo, mas muitos largaram disso pra ir pro outro lado. (Familiar)

Tá parado, ninguém mais ‘tá ajudando nós. Que a outra vez levaram nós pra passear, ganharam presente as crianças. E eu cheguei atrasada e corri atrás do ônibus ainda. Por causa dos meus filhos que queriam ir junto. [...] ‘Tava muito tri lá. E cada um ganhou uma sacola. (Familiar)

Eu acho que já ‘tá perdido. [...] Morre um, nasce dez. Drogado, traficante, viciado; não tem como. Não dá conta. Esse projeto social de vocês não dá conta. Livra um, dois. Não tem jeito. Isso nunca vai acabar. Não tem fim. (Adolescente)

As **igrejas** e a prática da religiosidade também são percebidas como elementos que podem intervir na realidade.

Também a igreja era uma alternativa. Eu participei de grupo de jovens, hoje não tem grupo de jovens, por exemplo, na minha comunidade. Nós tínhamos aqui na região, um tempo que eu participei da Pastoral da Juventude, seis grupos de jovens [...]. E hoje já não tem esse tipo de alternativa. (Liderança)

A minha família toda é evangélica. Uma pessoa foi lá em casa [...] e disse que isso aí ia acontecer exatamente assim como aconteceu. Sete meses antes. Uma pessoa chegar pra todos nós e daí dizer assim: “Bah, eu sinto cheiro de sangue em tudo, por todos vocês”; uma mulher da igreja. [...] “Ah, Deus mandou te dizer pra ti” [...] “Tu vai levar quatro tiros” [...] “e um tiro tu vai levar na espinha”. (Familiar)

Até as pessoas mais velhas [...] que tinham envolvimento com tráfico, que já perderam várias pessoas da família ou têm filhos presos, eles são evangélicos. Os que sobrevivem. Não é que os mais velhos não tiveram envolvimento nessa violência ou não ‘tiveram ali, mas eles hoje são pastores. Nós fomos fazer uma visita semana passada na casa e ele botou uma igreja ali. [...] ele falando que teve todo um envolvimento com drogas, ele perdeu um filho com dezesseis anos, tem um filho preso; agora ele é evangélico. [...] ele era ligado com o tráfico, ele participava de tudo, e a maneira que ele encontrou de sair, quando ele ‘tava preso, foi a questão da igreja, a religião. (Liderança)

Ele tirou umas fotos no facebook, quando ele ‘tava lá em Charqueadas, é que ele se batizou lá. Obrigaram ele a se batizar. (Familiar)

A questão que mais aparece, no entanto, está relacionada com a segurança pública. Por um lado, há uma forte percepção de sua **ineficiência**.

Chamavam a polícia, faziam o registro, procurava, mas nunca achava quem fez, quem deixou de fazer ou se achava fica dois, três meses na cadeia e já saía. Então, não fazem nada bem dizer. (Adolescente)

A polícia ia fazer a ocorrência, [...] e depois ia chamar ele, ia fazer todos aqueles papel que eu não sei explicar, mas depois não ia dar nada, porque olha quantas coisa essa pessoa já fez e tava na rua. Então, acho que não ia adiantar nada, só ia ser mais uma ocorrência pra ele. (Adolescente)

Têm que haver ações mais constantes, pra fazer com que a comunidade se desiniba de novo. [...] De que a segurança também fala em ir lá, mas nas horas que tem que ir não vai. (Liderança)

Nós aqui, os moradores, costumamos dizer assim: “tem que esperar matarem pra virem”. Tu liga pra lá: “tá acontecendo isso, isso e isso”. “Ah, é? Já tem algum morto?” “Não, ainda não tem”. “Quando tiver um ou dois daí vocês ligam de novo”. Conforme o local já dizem isso. (Familiar)

A polícia, esses tempo atrás deu um tiroteio na vila lá, deixou o pessoal se matar. Depois só foi pegar o corpo e recolheu. Eles nem entraram na vila pra fazer alguma coisa, pra evitar um atrito, deixaram o pessoal primeiro se matar pra depois entrar. Parou os tiro daí eles entraram. Se eles tivesse entrado, quando vê nenhum jovem não tinha morrido, tinha evitado uma ladaia. (Adolescente)

E a polícia nem entrava naquela época lá. [...] Quando a polícia entrava de fusquinha ali, quantos policial mataram lá. [...] a polícia começou a entrar quando começaram a reformular a polícia, [...] das últimas vezes que a polícia andou indo lá eles ‘tavam em noventa, cem, cento e poucos policiais pra poder entrar, senão não entravam. O exército, colocaram, parece que duas vezes. (Familiar)

A polícia não entra aqui direto como entrava antes. Eles botam a polícia pra correr. Só que a POE eles não botam a correr. Só a Brigada eles botam a correr. A POE entra aqui e todo mundo se abafa. A POE vem atrás dos vagabundo. (Familiar)

Como aqui tem leis próprias e o poder público não garante essa segurança, é claro que eu vou utilizar as minhas estratégias de sobrevivência pra me manter. [...] porque não vai ser com a polícia que vai manter a proteção. (Liderança)

Quando tu fazes a denúncia, quando tu chamas, eles não vão. Eles não conseguem entender o que é que tu entendes do procedimento da Guarda e o que tu queres, o que tu precisas. Eu quando chamo a Guarda, eu não quero que bata, quero que cumpra a lei, os direitos, tanto o nosso quanto o da pessoa que ‘tá ali. E é difícil das pessoas entenderem isso; [...] Se chama quando se tem a impressão que o adolescente vai se colocar em risco porque ele ficou sabendo que fulano vai vir buscar ele. (Liderança)

Em alguns momentos tem que ser a repressão, a contenção. E aqui tem vários lugares que tem ser a contenção. Porque aonde a gente vê que tem pessoas que ‘tão ali e que ‘tão cooptando crianças de nove, dez anos. (Liderança)

A polícia, se tu chamar às dez, ela vem três horas da manhã. E quando tiver morto, que nem o rapaz ali de dezessete anos que mataram aqui faz um mês e um pouquinho. Depois que terminaram, já ‘tava coalhado, como dizem, chegou a viatura com dois policial. Chegaram, olharam: “Tá morto”. Só puxaram um pano e cobriram. E veio a SAMU, a SAMU voltou, ficaram eles ali. Eram onze horas da manhã, o IML veio era seis horas da tarde. E o brigadiano ficou um só ali, o que ele fazia? Criança chegava lá, vinha olhar e ele: “Conhece?” Como se fosse um deboche, dizendo aqui foi um cachorro que morreu. (Familiar)

Por outro lado, em muitos casos, os órgãos de segurança pública são percebidos como **participantes e promotores da violência**.

Alguns brigadianos corruptos que na época atuavam com o crime, me convidaram, como sabiam que eu tinha vontade, que eu era o aviãozinho dos cara [...] eu já tinha perdido a minha mãe, [...] trabalhava, era auxiliar de pedreiro, só que não dava, era mais fácil aquele dinheiro. [...] E fui, comecei a me envolver [...] e me levaram pra quadrilha deles. (Liderança)

Até polícia envolvida, na verdade. (Adolescente)

A gente via a polícia chegava nos ponto de tráfico pegava o dinheiro. (Familiar)
Tem um da Civil que traz arma, droga. E como ele faz pra ser debochado, ele tira a [identificação] e mostra. E o que tu vai fazer? Vai lá na Civil e vai dizer? (Familiar)

O meu padrasto, [...] tomou três tiros no chão; os brigadiano chutando ele. Daí tu imagina o cara vendo isso aí. [...] Os brigadianos chutaram ele no chão, sabiam que era vagabundo, daí chutaram. (Familiar)

Mataram todos dentro de uma casa. Eles se assustaram com o brigadiano. [...] brigadiano foi espiar eles deram um tiro na cara do brigadiano e a polícia invadiu, matou [...]. Chacina, a polícia veio e matou todo mundo. Matou um na esquina fugindo e invadiu a casa: “Tamo se rendendo” e blum, mataram tudo. (Liderança)

Quando ele foi interno, pro presídio, ele ‘tava todo machucado, porque quando tirotearam ele correu e a polícia conseguiu pegar ele, quebraram todo ele. Em quarenta dias eu pude entrar lá. Era a mesma coisa que ter botado uma máscara retalhada, da cabeça, aonde dava pra enxergar. [...] os policial deixaram bater [...]. Era três cara do bar e três policial. Ele ficou quase três meses fazendo necessidade, vinha sangue, ele vomitava sangue. (Familiar)

Eu vi um brigadiano se acovardando; quebrou os dois braços de um rapaz com uma marreta. Daí eu até eu me arrisquei: “Tu não tem medo dos direitos humanos? Se ele é traficante, se ele é usuário; mas tu não tem necessidade de quebrar os dois braços do cara”. Porque eu acho isso uma covardia. Não é assim que tu vai conter o tráfico. (Familiar)

Daí pegam eles, dão uns tapas, jogam lá no rio, essas coisas. [...] Apesar que a polícia também não é muito presente aqui. (Liderança)

Eu fui na delegacia aqui no ano passado. [...] pedir socorro, pedir ajuda, nós ‘tava sendo ameaçado [...] um disse assim: “Dêem uma tunda, deixa quebrado no chão, liga pra nós que vamos lá buscar. É a única coisa que dá pra fazer”. Daí eu mato, vou presa e aí? E os meus filhos como é que vai ficar? (Familiar)

Mesmo assim, a ação dos órgãos de segurança pública é percebida como **importante** no enfrentamento das situações de violência.

Quando foi assassinado aqui deu uma tensão, mas uma calma, porque logo depois passou muito a patrulha da Brigada, a Polícia Civil toda hora. [...] E daí deu aquela calma, começou as “batidas”. Daí acalmou tudo. Agora território de guerra já ‘tá bem complicado. (Liderança)

A Polícia Civil andou por aí e fez um trabalho que deu uma acalmada na violência sim. E aí esse tipo de violência a gente sabe, isso é droga, isso é tráfico. (Liderança)

Agora eles ‘tão bem atuante; antes pra gente conseguir uma viatura tinha que ir pro jornal. Agora eles ‘tão vindo, porque ‘tava demais, todo mundo inseguro, a gente não tinha segurança mais dentro da casa da gente. [...] quando eles acham que tem algum suspeito eles vão, investigam, não ‘tão mais com aquele rompan-te: “Nós somos a lei, vocês tem que respeitar”. Eles conversam com morador. (Familiar)

Não tem como falar só mal da Brigada, a segurança se ampliou, tem mais ostentividade, de ver a polícia amedronta. [...] a segurança tinha que estar mais na vila. [...] Às vezes nem precisa dar um choque. [...] o estufamento que tem dentro da cidade, não teria só condições da segurança pública fazer a segurança do nosso município. (Liderança)

Também a atuação do **Conselho Tutelar** é percebida como insuficiente e, às vezes, equivocada.

Essa aqui foi abusada, não foi feito nada. Esse aqui foi ameaçado de morte, não fizeram nada. Essa aqui foi caluniada, até agora não fizeram nada. Fomos tudo, o Conselho mandou que, como tinha adulto junto, nós tinha que vim registrar ocorrência, fazer um Boletim. Nós viemo, ele disse que nós tinha que ter testemunha como tinha acontecido. (Familiar)

Tive recentemente um caso de umas meninas que o Conselho veio aqui, nem quis me dizer do que se tratava, disse que era negócio dela com a família. Ela veio conversou com as crianças, daí levou as crianças embora, pegou a mãe levou pro Conselho fez, aconteceu, daí as crianças me contaram que era abuso. Eu disse pra mãe “é nossa obrigação fazer a denúncia, mas quando o Conselho ‘tá sabendo vai investigar”. [...] o Conselho também joga pra gente, é uma situação complicada, é muito difícil. O diálogo com as famílias ainda acho mais fácil. [...] também o reconhecimento de que eles devem ter tantos casos, tantas coisas que também não dão conta e talvez não têm nem estrutura pra atender todas as demandas que tem. (Liderança)

Eu já vi, por exemplo, os guardas municipais correndo atrás de criança porque elas estavam pedindo esmola no posto e elas correram um grande risco quando atravessaram a 116 correndo pro outro lado pra fugir dos guardas e carro buzinando, freando em cima. E os guardas ficam raivosos querendo pegá-los pra levá-los sei lá pra onde. Acho que era conselheiro tutelar. Eu digo: “crime bárbaro que eles cometeram indo pedir moeda, enquanto que tanta coisa muito mais grave pra eles fazer, correr atrás de criança pra fazer a criança ser atropelada”.

[...] o poder público, a repressão contra a criança impotente, indefesa, por serem pobres e estarem precisando de dinheiro, de moedas, se for pra usar drogas, se for pra comer, não importa. (Liderança)

Diante de tudo isso, muitas vezes a única saída é a própria **comunidade** encontrar formas de lidar com as situações que se apresentam. Esse aspecto, sem dúvida, é fundamental para o enfrentamento dos desafios e também é percebido na fala de alguns/as dos/as entrevistados/as.

A comunidade ela não se levantou pra ajudar ninguém. Nem as escolinha de futebol que tinha antes não tem mais. Agora ‘tão fazendo um novo projeto lá. A comunidade quer ir pra frente, mas o povo não se ajuda na vila pra melhorar. Metade, às vezes, fica quieta por medo. Da violência. Todo mundo assustado. (Adolescente)

Tem gente que não faz nada, que se tranca dentro de casa. Tem gente que vai e dá parte. Mas tem gente que fica com medo deles pegar, entrar na casa e matar toda a família. (Familiar)

Os pais vão lá, fazem protesto, fazem várias coisas, só que no fim acaba dando em nada. Acaba dando mais briga ainda. (Adolescente)

A comunidade se dá conta que aquela criança, adolescente ou jovem que está nessa situação, ela também é responsável [...] Ao contrário, eu vejo, fechando as portas: se virem, “é problema do Estado, é problema do Proame, da instituição que atende fulano, não é meu. Tem gente pra atender essa gente”. (Liderança)

Muitas vezes nós convidemo os vizinhos, antes de ser mais forte essa coisa que ‘tá acontecendo aqui, pra nós fazer uma reunião entre a comunidade, os pais, pra ver o que podia fazer, se nós poderia fazer uma coisa pra nossos filhos, filho dos nossos amigo, das amiga. [...] O que eu mais gostaria é que a polícia, a comunidade se ajudasse, um ajudasse o outro. (Familiar)

Eu combato, mas é aquela coisa, no meu meio de acesso. Quando eu consigo fazer alguma intervenção eu faço. [...] Eu ‘tô sempre conversando com um e com outro pra ver o que a gente pode fazer pra resgatar. (Familiar)

E daí nós começamos. Quando a polícia enconstava os vizinhos iam pra nós e diziam: “Ó, nós aqui somos gente honesta que trabalhamos no dia a dia, nós não temos envolvimento com o tráfico”. Começamos a mostrar pra Brigada: “Ó, nós ‘tamos morando aqui porque nós precisamos morar aqui; mas nós não

somos do tráfico, nós somos gente que trabalha”. E daí foi aonde que começou a Brigada a dar mais razão pra gente e começou a agir ali dentro. (Familiar)

A gente já inclusive em outras vezes comentou com lideranças da gente ter esse espaço que fosse reforço escolar pras crianças que tivessem dificuldade em alguma disciplina, que elas pudessem praticar esporte, que elas pudessem ter acesso à informática, que elas pudessem interagir entre si, enquanto comunidade, enquanto crianças do mesmo bairro [...]; e que os pais também possam se aproximar e interagir, trocar informação. Eu acho que esse é dos espaços que aproxima as pessoas, as famílias, os próprios problemas da comunidade começam a vir pras rodas de conversa e o jeito e a forma pra resolver também. [...] o próprio povo tem que descobrir isso, conversando. (Liderança)

No final das contas, é necessário um **esforço conjunto** para o enfrentamento da realidade de violência, ameaças de morte e assassinatos.

Eu acho que é feito, porém, de uma forma muito tímida, trabalho formiguinha, que deveria haver comprometimento maior não só das ONGs, das instituições. O poder público não faz nada, ‘tá ausente desses espaços. E deveria haver um comprometimento maior da sociedade civil, da iniciativa privada, dos governos, das ONG’s, as igrejas, porque isso diz respeito a todos, a toda a sociedade, do exército, das forças armadas, na educação, um trabalho como eles fazem em situação de calamidade pública, criando condições de vida melhor pras pessoas [...]. Condições mínimas de vida pras pessoas, e que as comunidades possam ver o poder público e as instituições e as entidades como parceiras, como alguém que ‘tá ali pra ajudá-los. (Liderança)

Eu acho que nós temos que todo mundo se ligar, não só nós do Hip Hop, não só nós da segurança, não só nós entidades que desenvolvem o trabalho, mas a sociedade toda num todo. [...] Cada um forma um planejamento de atuação verificando pontos, que hoje é bem mais fácil pros órgãos municipais buscarem informações e dados de que campo, como agir, onde atuar, se lá eu preciso mais da segurança ou preciso mais de ações sociais pelo descaso [...] Será que eu preciso de mais infraestrutura lá, do que só levar a cultura [...] nós vamos tentar levar cultura [...]. Eles já conhecem o quê? Só escola de samba na vila e igreja e batuque [...]. uma diversão do lazer desse pessoal, dessa comunidade. Porque eu reflito também a minha experiência que eu me acho como fruto vivo de poder mostrar que se o cidadão, se a pessoa quer se transformar, quer mudar e ela tiver

oportunidades, chances e pessoas que possam acreditar nela a coisa acontece. (Liderança)

a percepção da realidade de extermínio

A partir das falas apresentadas até aqui é possível perceber as principais características que definem aquilo que se está chamando de “extermínio”: uma realidade sistêmica, que atinge um grupo populacional específico e de maneira contundente, apresentando características identificáveis e semelhantes, cujo resultado final é o aniquilamento possibilitado pela sua naturalização. Uma das questões da presente pesquisa, no entanto, também era descobrir até que ponto a própria comunidade *percebe* essa realidade e como se posiciona diante dela. Mesmo que os/as adolescentes e jovens entrevistados no geral tenham falado muito menos do que os/as demais, **não há uma associação muito clara** entre o que descrevem e a ideia de extermínio. Os/as adolescentes e jovens da região Leste, por exemplo, afirmam:

É o que anda tendo muito. É a morte de adolescente. [...] Qualquer lugar que for, até de dia, de noite, não tem a hora [...]. Sempre tem morte.

E vão matando. [...] É normal. [...] Natural, natural.

Já os/as adolescentes da região Nordeste afirmam:

Sim, ‘tá morrendo.

É um extermínio. Hoje em dia até as meninas ‘tão se envolvendo. Pode ver o bonde delas, tem vários. Pode perceber, é dos treze até os vinte e um, o pessoal tá tudo se matando.

Percepção semelhante se pode identificar nas falas de familiares, embora algumas sejam mais elaboradas.

Não parou e não sei quando vai parar. Se matam toda hora. Claro que é [extermínio], porque se vê uns quinze, vinte no campo, de gurizada, no jogo; daqui

há um ano, ou digamos dois, três anos, já tem tem oito, nove. O resto morre ou tem que ir embora daí. Isso que é foda. (Familiar Leste)

A gente já se acostumou com essa ideia que quando acontece que matam, será que não vai mais outro dessa gente? Porque a gente já ‘tá acostumada, já se tornou uma rotina. [...] tudo na nossa vida, conforme o tempo vai passando, a gente vai se acostumando, vai se acomodando com aquela situação. O que é que tem se fazer num lugar assim? Procurar manter os da gente [...] porque isso é um câncer; pior que um câncer, isso aí é um HIV, é uma coisa contagiosa. [...] tanto faz nascer como morrer, entendeu, já se acostumou com essa situação. (Familiar Leste)

É o extermínio. (Familiar Nordeste)

Quando foi a remoção, que começaram a tirar o lixo, eu dizia pros guris: “Ó, vocês cuidem pra não perder os cadáver aí”. Eles diziam: “Mas, por que isso?”. “Mas sumiu tanta gente nessa vila que eu não duvido que não tenha alguns aí dentro”. [...] Tem muita gente que sumiu dali que a gente não tem conhecimento e foi, mais tarde, saber que tinha sido morto. (Familiar Nordeste)

Em alguns casos, o termo “extermínio” é usado para falar de situações que envolvem morte de **maneira localizada**, a indivíduos ou famílias, geralmente associadas com a questão das drogas.

Mato até essa altura, cheio de laranjeira e lá eles exterminavam. Levavam ali pro meio daquilo ali e já era. [...] lá foi assim. Foram, pegaram o cara e levaram, e aí exterminaram ali. [...] eles estão se exterminando entre eles motivados sempre por alguma coisa. Tem uma questão de extermínio e essa coisa se chama droga. (Familiar)

Se ele tenta entrar no meu local de distribuição, vou mandar matar sim. É extermínio sim. Em função da droga. [...] É a disputa pelos pontos de droga [...] e aí o extermínio. (Liderança)

Risco de uma família inteira ser exterminada por outra. E tem situações que se arrastam por décadas, de pessoas indo buscar o outro no Paraná, Santa Catarina, por causa de alguma coisa que aconteceu lá no Rio dos Sinos. (Liderança)

Há quatro, cinco anos atrás, em questão de quatro meses, mataram onze. Se nós for falar de números esses quatro últimos meses morreu jovens abaixo de dezoto, dezenove anos, mulheres envolvidas com o tráfico, foram quatro assassinados em menos de quatro meses. (Liderança)

Realmente o que acontece lá é a banalização da vida e em alguns momentos ela vale menos que cinco reais, menos que uma pedra de cinco reais, porque se deve uma pedra ou alguém precisa de uma pedra e ‘tá fissurado, a vida da outra pessoa não vale nada, ele vai pegar aquela pedra e vai usar porque é assim que é. (Liderança)

Embora a situação seja considerada grave, para muitos/as não há uma realidade de extermínio ainda – mas **caminha-se para isso**.

Se não for tomada uma grande providência de todas as autoridades e de todos os níveis sociais vai haver e vai começar pelas periferias. [...] Vai chegar o dia que, infelizmente, as pessoas não poderão mais sair na rua porque eles tomarão conta, no sentido da ganância [...] E aí, e muitos e muitos jovens perdidos, muitos tombarão. Isto é coisa garantida pro futuro. (Familiar)

Eu tenho uma impressão que nós caminhamos pra o extermínio, de fato, da juventude [...]; nós vamos ter aqui uma geração de jovens que vai ser muito mais vulnerável, muito mais suscetível à morte, ao extermínio. Eu acho que tem muita violência, mas que nós temos que lutar porque vai chegar a uma situação extrema. Agora em outras regiões eu já vejo que tem extermínio da juventude. (Liderança)

Em alguns casos, parece haver uma **resistência em usar o termo** extermínio ou até **falta de compreensão** sobre o seu significado.

Politicamente é importante falar que há um extermínio; mas, de fato, não há, na minha percepção. De fato há, sim, assassinatos, uma situação de vulnerabilidade muito grande, que pode caracterizar uma intenção [...] do sistema que elimina [...]. Então, eu acho que sim que é uma in-ten-ção. (Liderança)

Eu acho que ali na minha região o extermínio não, o que existe na minha região é o contrário até, é a proliferação de jovens em condições sub-humanas, de criança de rua, enfim. Aí algumas são recolhidas, vão pra essas casas e o Conselho Tutelar, e aí outras novas aparecem. Então, existe extermínio de adulto, de jovens. Mas de crianças e pré-adolescentes, nessa faixa aí da adolescência não. Adolescentes sim. Dezoito anos, vinte e um. Eu diria que isso ali se dá exatamente ao contrário, porque a ideia é de garantir um mercado de consumo, porque é a prostituição e essa gurizada que fica a noite toda acordada é que são o público alvo, que dá sustentação realmente. (Liderança)

Eu não sei se isso é um extermínio [...], porque quando a gente fala de um extermínio lá no Rio a gente sabe que tem um grupo específico, seja da polícia ou seja da própria comunidade ou seja do tráfico que provoca, aqui eu não sei. A única coisa que eu sei e que eu entendo o extermínio assim como terminar com alguma coisa, que sim, os nossos jovens de uma forma ou outra estão sendo exterminados. Agora se o foco é de um grupo, aqui não, aqui nessa comunidade [...] Na verdade, tem cor, idade, sexo, posição social. [...] se tu for ver eles são responsáveis pela violência, mas eles são as maiores vítimas. (Liderança)

Eu me choquei com a história de extermínio. Aquele extermínio me pareceu que tem um grupo organizado exterminando os jovens, foi assim que eu recebi a informação. Aí, depois, conversando eu disse: “Bom, é, ‘tão exterminando”. Não da forma como eu vi como se tivesse um grupo pra exterminar os jovens, mas é uma forma de exterminar quando os grupos de traficantes se sentem ameaçados e vão lá e mandam matar. [...] Depois que eu me dei conta “é uma forma de extermínio sim”. (Liderança)

Quando tu ‘tá dentro da situação e tu atende um caso aqui, um caso ali, um caso lá, quase que a gente não percebe que é um extermínio. Tu só começa a se dar conta que é um extermínio quando tu vê que aconteceu na Santa Marta, na Vila Brás, na Vila Duque e na Feitoria [...] quando é isolado, é só mais um caso. Dai quando tu começa a falar com outras pessoas [...] não é só lá, aconteceu no Morro do Paula, aconteceu na Vila Teresa, na Vila Duque... Aí tu começa a se dar conta que é um extermínio, mas um extermínio um pouco velado porque não sai na mídia com uma grande reportagem; então, a gente só vai se dar conta que é um extermínio quando a gente se reúne com a rede e cada um conta a sua experiência, o que está acontecendo na sua região. Se ficar isolado, a gente não consegue perceber como extermínio e talvez seja isso intencional. (Liderança)

A partir das falas, é interessante observar que apenas duas lideranças da região Nordeste identificam claramente a realidade vivida por adolescentes e jovens em sua comunidade como uma situação de extermínio, inclusive apontando suas características. De maneira especial, se identifica a ligação dessa realidade com a **classe social**.

Se fosse um filho [...] que fosse assassinado virava notícia, ia pra mídia, ia ter um debate amplo sobre a impunidade, iam querer que com dez anos fosse pra cadeia. Quando acontece isso, eles mereciam morrer. Não é encarado como um sujeito [...] a sociedade como um todo não vai parar pra querer saber quem matou, até

porque eles têm esse histórico de consumo de drogas, com o tráfico. Agora ninguém parou para pensar o que [um] recebeu dessa sociedade e o [outro] recebeu dessa sociedade. Ninguém sabe da vida deles. Então se trata como se ele nasceu assim e eu não tenho responsabilidade nenhuma sobre isso. Agora se acontecer com alguém que foi pra escola, que estudou, que fez, meu Deus, o circo está armado. Então, eu acho que as pessoas têm que se comover com qualquer morte, é um ser humano. “Ah, ele pediu”. “Sim, mas e o teu filho ‘tava lá também”. E eu acho tão engraçado que as pessoas não se dão conta que isso é um ciclo.

Um rapaz trouxe um dado muito alarmante [...] esse extermínio tem cor, tem classe, tem escolaridade. É um extermínio determinante, “é pra este!” Ele existe, sim, e a gente vai se dando conta aos poucos.

Assim, a realidade do extermínio também é caracterizada como uma forma de limpeza social, na qual há uma desresponsabilização da sociedade como um todo.

Ou ele vai ser assassinado, porque ele fala tudo; então, vai ser exterminado por isso. E outra porque, na verdade, ele é aquele que ele ‘tá pedindo pra ser morto, seja por qualquer grupo da sociedade.

E em nível de cidade e de país tem que debater, por mais pior que seja. Tem que ter uma campanha e que se fale isso, que se tenha coragem de debater e rebater algumas questões que as pessoas trazem e que são cristalizadas. Tipo assim: se matar eles deu, resolveu o problema. Essa é a fala.

A comunidade, por achar que não é problema meu e sim de outro; então, não tem importância que tenha ido mais um, é menos um pra roubar, é menos um pra incomodar, é menos um.

Eles estão sendo exterminados também por falta de recursos, por falta de políticas públicas.

Esse jovem que está em situação de rua vai ser exterminado, assassinado, massacrado pelo próprio sistema. Então, [...] eu acho que tem o extermínio lento, que é a morte lenta dessas pessoas pela situação que estão vivendo.

A principal questão, no entanto, segue sendo a **invisibilidade**.

Parece que a questão do jovem em situação de rua ou do jovem em situação de drogadição ou do jovem em situação de extermínio não é visível [...] Parece que

as pessoas ainda não se deram conta da barbaridade que está acontecendo na cidade e enquanto eu não enxergo a gravidade eu também não me esforço muito pra resolver [...] Por que eu vou resolver, por que eu vou me debruçar em cima da situação se ela nem é tão grave? Parece que a coisa tem que chegar num ponto de extremidade [...] não sei quantos vão ter que morrer ou quantos vão ter que ser ameaçados pra que se tome uma providência mais direta.

Conclusão

A questão do extermínio de adolescentes e jovens tem estado na pauta do Proame-Cedeca há algum tempo como uma preocupação da equipe diante das situações vivenciadas nas comunidades onde atua. Em 2012, no entanto, esse tema tornou-se uma das pautas centrais da entidade por entender-se ser necessário tirar não apenas o tema, mas também os sujeitos envolvidos nessa realidade, da invisibilidade e conclamar a sociedade para a necessidade de conhecimento, discussão e ação para o enfrentamento dessa realidade. Coletar as falas de pessoas diretamente envolvidas com situações de violência, ameaças de morte e assassinatos pareceu a melhor forma de trazer esse tema à tona. Não são apenas dados estatísticos ou reflexões feitas por especialistas, muitas vezes sem contato direto com a realidade. É isso que foi apresentado acima. Falas cheias de vida e de morte de pessoas que convivem com essa realidade no seu cotidiano. Sem sensacionalismos, sem censura, sem a necessidade de uma análise ou conclusão definitiva. Elas falam por si e devem provocar sentimentos e interpretações diversas. Quem tiver ouvidos para ouvir – ouça!

As falas apresentadas e a forma como são apresentadas não pretendem ser absolutas nem ingenuamente neutras. São recortes de relatos feitos a pessoas nas quais os/as entrevistados/as têm confiança e com as quais já compartilharam outros momentos a partir de algumas questões propostas como orientadoras para a conversa. Elas não são lineares, sem contradições ou ambiguidades. Elas também revelam até que ponto determinadas questões são incorporadas sem que se perceba conscientemente. No que diz respeito às relações de gênero, por

exemplo, há uma denúncia da violência contra mulheres e meninas e, apesar do reconhecimento do papel dos homens no contexto familiar e comunitário, em muitos casos acaba-se reforçando a culpabilização das mulheres – especialmente das mães – pelas situações adversas. Também no que diz respeito à origem étnico-racial há um silêncio quase absoluto⁵⁴, fazendo crer que essa não é uma questão relevante no contexto das temáticas discutidas. Ao mesmo tempo em que é sabido que a população negra é a mais atingida pela violência.

Ao longo do processo da pesquisa houve muita angústia com relação à temática das drogas. Como é próprio da ideia de extermínio, as vítimas precisam ser consideradas culpadas pela sua própria sorte e “as drogas” são a desculpa perfeita para criminalizá-las e justificar a continuidade da violência. Isso não significa dizer que a realidade das drogas (tráfico e uso) nessas comunidades não tem relação com o extermínio. As falas contradiriam isso contundentemente. No entanto, é preciso inverter o olhar: não é o extermínio que está no contexto das drogas, mas as drogas que estão no contexto do extermínio, este consumado a partir de um conjunto complexo de práticas e situações desde o contexto familiar onde a violência é vivenciada desde cedo até as instituições que não apenas falham na garantia dos direitos básicos, mas, em muitos casos, produzem e reproduzem a lógica do extermínio, sendo a “polícia” o principal símbolo dessa realidade.

Embora, como já dito, os/as entrevistados/as não necessariamente identifiquem ou associem a realidade que narram ao conceito de extermínio, parece evidente que essa perspectiva se impõe a partir da evidenciação das múltiplas formas de vulnerabilidade a que os/as adolescentes e jovens dessas comunidades estão expostos/as e que provocam a sua morte. Chama a atenção que as duas pessoas que reafirmam essa percepção mencionem que o tema do extermínio já foi tema de debate em outros espaços e que essas oportunidades facilitaram a

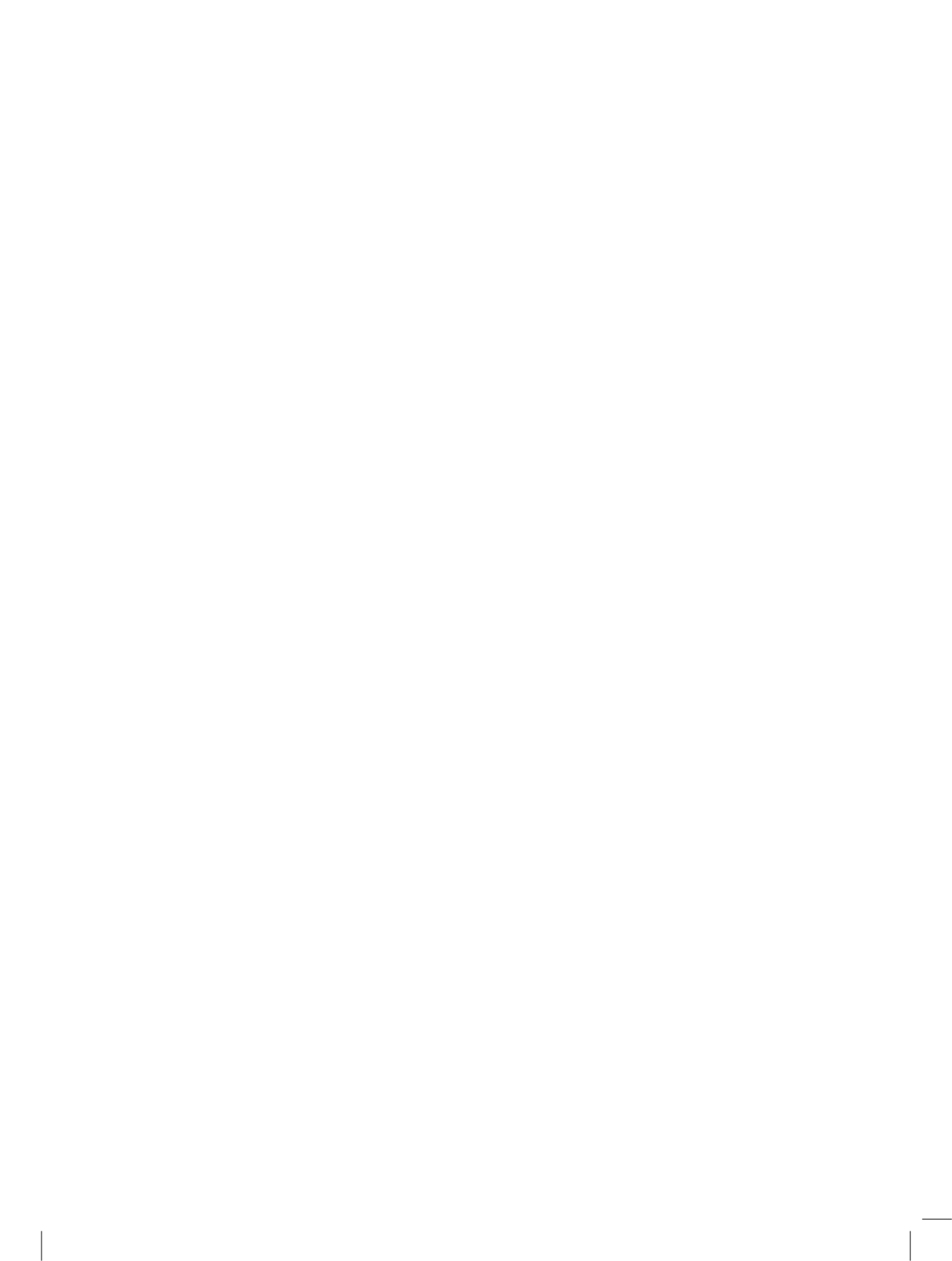
54 A única referência é feita por um/a familiar sobre a discriminação sofrida pelos/as filhos/as quando pequenos/as: “Preconceito aqui a gente viveu a vida toda. [...] eles não convidavam os negri-
nho pros aniversário. Isso aí dói na pele”.

identificação do fenômeno. Isso reafirma o objetivo inicial desta pesquisa e de sua publicação, bem como de outras ações desenvolvidas pelo Proame-Cedeca: *desvelar* a realidade do extermínio de adolescentes e jovens. O próximo passo é aceitar o convite para entrar nesse debate e assumir o compromisso de construir conjuntamente ações e estratégias para o enfrentamento dessa realidade. O convite está feito!

A percepção da prática: histórias e reflexões de quem faz com

Até aqui foram apresentadas informações, dados e reflexões sobre a temática do extermínio de adolescentes e jovens e percepções de adolescentes, jovens, familiares e lideranças sobre essa realidade a partir de pesquisa quantitativa (*Na ponta do lápis*) e qualitativa (*A comunidade fala*). Embora esses dados, informações, reflexões e percepções já tenham passado pelo olhar das pessoas envolvidas nessa pesquisa, procurou-se apresentá-los como elaborados pelos sujeitos que as enunciam. Nesse sentido, julgou-se importante que cada integrante da equipe de pesquisa pudesse apresentar uma reflexão pessoal (ainda que ela seja fruto de processos coletivos de reflexão e ação) sobre a temática, sobre o processo da pesquisa, sobre as ações desenvolvidas e sobre os resultados alcançados.

No que segue, apresentamos essas reflexões marcadas pela diversidade de olhares e percepções, mas fundamentalmente pelo compromisso e a prática engajada com a realidade sobre a qual se reflete. O envolvimento com a temática e a ação direta com o sujeito/objeto da pesquisa permitem uma produção de conhecimento nascida precisamente entre o estudo e a prática.



O extermínio de adolescentes e jovens: histórias, memórias, visões e emoções

Odete Zanchet
Advogada

A provocação para que registrássemos nossas impressões e nossos sentimentos que permearam todo o processo de pesquisa da percepção sobre o extermínio de adolescentes e jovens, tanto nos aspectos quantitativos, mas especialmente em relação às entrevistas qualitativas realizadas e aos estudos feitos, levou-me a fazer mentalmente um resgate dessa pauta na trajetória do Proame. Esse resgate, no entanto, remonta ao início da minha militância na área de direitos humanos das crianças e adolescentes e vai além do trabalho realizado pelo Proame. Envolve todo o cenário nacional e as mobilizações decorrentes desses episódios que trouxeram à baila o tema do extermínio.

Em 1996, quando participei do processo seletivo e fui contratada como advogada pelo Proame, tive acesso ao material de leitura preparatória para o trabalho. Um deles me causou espanto. Tratava-se de um documento elaborado pela equipe de trabalho do Proame, que tratava do extermínio das crianças e adolescentes em situação de rua em São Leopoldo. A seriedade das denúncias

trazidas e a coragem de escancarar a violência sofrida pelas crianças e adolescentes que viviam pelas ruas da Cidade e o descaso do poder público e da comunidade em geral chamou-me a atenção. Para mim, até esse momento, o extermínio de adolescentes e jovens era episódico e perpetrado apenas pelos chamados grupos de extermínio.

Esse documento foi escrito após a chacina da Candelária, no Rio de Janeiro, ocorrida em 23 de julho de 1993 que chocou o país e o mundo. Naquela ocasião, um grupo de homens mascarados abriu fogo contra mais de 70 crianças e jovens que dormiam em frente à Igreja da Candelária, no centro do Rio de Janeiro. Foram oito assassinatos, sendo que seis das vítimas eram menores de 18 anos. Quatro foram mortos a tiros, na escadaria da igreja. Um foi assassinado ao tentar fugir. Outro morreu dias depois em decorrência dos ferimentos. Dois foram levados de carro pelos criminosos até o Aterro do Flamengo, onde foram executados. Tem-se conhecimento que a maioria dos sobreviventes da chacina acabou morto de forma violenta em outros momentos.

Naquela época, na década de 1990, em São Leopoldo também estava muito presente a violência policial que, aliada à conivência da comunidade em geral, não raramente fazia suas vítimas entre meninos e meninas em situação de rua. Todavia, a forma como era tramado o extermínio dessa população e a sutileza com a qual a informação era publicada, levava a acreditar em mero acaso ou fatalidade. Todavia, de posse das narrativas dos meninos e meninas que conheciam a história por detrás da oficialidade, o Proame elaborou uma espécie de dossiê, visando chamar a atenção para a morte dos meninos e das meninas em situação de rua também em São Leopoldo.

Esses dois momentos – a chacina da Candelária e o estudo produzido pelo Proame-Cedeca – foram desencadeadores da percepção pessoal de uma ideologia do aniquilamento da população considerada inútil ou incômoda, nesse caso meninos e meninas em situação de rua.

Durante muitos anos, o trabalho presencial do Proame-Cedeca nas comunidades de São Leopoldo vinha trazendo a inquietação sobre o aguçamento

das situações de ameaça e morte de adolescentes e jovens pobres dessas regiões mais periféricas, agora não mais focado somente na população de rua. Não diferindo do contexto nacional, nossa percepção foi mudando ao ponto de perceber que não mais é possível enxergar esses assassinatos como atos pontuais de um grupo contra outro ou de um indivíduo contra outro. A ausência e conivência do Estado e da sociedade levam intencionalmente ao agravamento desses conflitos e à concretização de uma intenção política de extermínio de uma determinada parcela da população, formada por adolescentes e jovens, negros e pobres.

Paradoxalmente, na última década, temos nos acomodado com um aparente Estado democrático de direito e a sensação de dever cumprido. Exemplos do que promove essa sensação entre quem luta por essas questões são a implantação e implementação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), a normatização de uma Política Nacional de Assistência Social, avanços no debate sobre direitos humanos, a melhora considerável nos índices de geração de emprego e de redução da fome e pobreza, fatores que contribuem para a estabilidade da nossa economia e abonam a credibilidade externa do país.

Mas que país é esse que se vangloria do seu desenvolvimento e permite a perpetuação do sofrimento de sua gente e a morte de seus filhos e filhas? Como entender que continuamos a assistir a centenas de assassinatos e compreendê-los como algo que faz parte da dinâmica natural da vida? Como não enxergar que isso é parte de um projeto ideológico de “faxina” social? A eliminação das pessoas pobres e a preservação da camada social economicamente produtiva (e submissa) são pilares de sustentabilidade das classes dominantes e do sistema de opressão e concentração de renda.

Por isso tudo, percebo a pertinência do atual processo de pesquisa, dos estudos e das produções teóricas sistematizados neste estudo. Eles evidenciam que, apesar das mudanças no cenário econômico e social do país, perdura o mesmo modelo de desenvolvimento que não garante direitos básicos para a

população mais vulnerável. Aqui estamos tratando do direito mais elementar do ser humano: o direito à vida!

Ao adentrar a vida e as casas das famílias entrevistadas, percebemos como está presente no cotidiano das pessoas a violência que intimida, amordaça, silencia, ameaça e mata. Ficamos com a certeza que, na comunidade, os “grupos de extermínio” são conhecidos, mas não têm nome, nem identidade. Da mesma forma, os/as gestores públicos/as que são os/as responsáveis pelo desenvolvimento das políticas de Estado também são conhecidos/as, mas não são identificados/as e responsabilizados/as pela sua omissão que perpetua e impulsiona a violência. A sociedade em geral assiste a tudo conivente e apática, crente de que é um problema alheio.

Durante todo o processo de pesquisa, estudos e debates sobre o extermínio de adolescentes e jovens foi interessante observar como as diferentes pessoas se posicionam também de forma diferente sobre o tema, de acordo com sua realidade e a posição social que ocupam. A maioria dos/as profissionais que atua nos serviços da rede de proteção reage com certo estranhamento, considerando que o uso do termo “extermínio” é bastante forte e ainda conservam uma visão ingênua e até “suave” em relação às mortes prematuras. Ouso pensar que acertadamente a ideia da Campanha “Pelo direito de viver”, criada visando chamar a atenção para as mortes violentas que dizimam a população jovem, traduz-se em uma oportunidade de sensibilização para essa realidade e para a importância de enxergar além daquilo que é conveniente ao juízo comum.

Para as pessoas envolvidas mais diretamente com a pauta do extermínio, como familiares de jovens assassinados/as, sobreviventes das tentativas de homicídios, aqueles/as que já foram ameaçados/as de morte e quem convive diariamente com essa realidade na periferia dos grandes centros, ficam escancarados o assombro, o medo, a revolta e sensação de impotência. A maioria também reluta em reconhecer isso como um problema de ordem social e política, embrenhados na cultura da culpa e responsabilização de uma conduta individual, exatamente como convém ao modelo de sociedade vigente.

Isso foi perceptível na realização das entrevistas. Aliás, algumas situações vivenciadas e outras relatadas pelos/as colegas de equipe durante todo o processo da pesquisa foram bastante exigentes. Destaco aqui em especial uma história que escancarou o dilema de uma família permeada por situações de violência, como abuso de drogas, ameaça de morte, invasão de domicílio, violência sexual, tentativa de homicídio, prisão por tráfico de drogas e depressão. Mas o que mais chamou a atenção foi o descrédito na possibilidade de uma mudança. Lidam com a violência, a morte e a desesperança como situações que fazem parte da normalidade do dia a dia. Todavia, é admirável a força pessoal de cada integrante do grupo familiar e a resistência coletiva. É a família que, em meio a tudo isso, ainda permanece como espaço de proteção, cuidado e afeto.

Em todas as violações de direitos citadas, o Estado apenas foi atuante na repressão. Nas demais situações, o Sistema de Garantia de Direitos, os serviços socioassistenciais, de saúde, educação e mesmo de segurança pública, todos foram inoperantes, pois, segundo a família, nada foi feito. Cada episódio se refletiu num processo de sofrimento profundo que contou apenas com o apoio da própria família para a superação. Por medo de retaliações, as vítimas são obrigadas a conviver com os agressores que moram na mesma comunidade, como se nada tivesse acontecido. Participar da entrevista, segundo uma das pessoas entrevistadas, representava “desabafar”, soltar um “grito de desespero” que tem que ser calado.

Durante o período que permanecemos na casa para a entrevista, um dos filhos passou o tempo todo escondido no piso superior da casa, com medo de traficantes que, segundo a mãe, estariam vigiando a casa por conta de dívidas com o tráfico. A mãe manteve-se em pé de frente para a porta de entrada e com o olhar para a rua. Só depois ela nos falou que um automóvel preto, com vidros escuros vigiava a casa. Assim é a vida naquele lugar, onde as pessoas vivem acuada, são permanentemente vigiadas e impera a lei do silêncio. A ação do Estado é inexistente e o poder paralelo que se estabelece impõe suas regras.

É urgente rever o modelo de polícia existente no país, com suas estratégias de guerra contra a periferia, utilizando-se de métodos que remontam o Brasil Império. A presença eventual da polícia nos territórios mais vulneráveis e sua atuação repressora e despreparada só tende a agravar o quadro da violência. Todavia, governo após governo tem estado mais preocupado em atualizar o Código Penal e agravar as penas e em punir cada vez mais cedo com o já ultrapassado e até enfadonho discurso da redução da idade penal.

Medidas meramente criminalizantes escritas nas leis ou simplesmente arraigadas na nossa cultura fazem com que precisemos apontar culpados e nos reconhecemos como uma sociedade organizada e civilizada que não pactua com a impunidade. Assim, perpetuamos a concentração da riqueza e retiramos da camada mais pobre da população o direito de sonhar e acreditar na possibilidade de uma mudança social e em uma realidade diferente. Jogados num ciclo de repetição da miséria, do preconceito e da exclusão, torna-se inevitável o envolvimento de adolescentes e jovens com a criminalidade, a violência e a morte.

Hoje há diversos estudos e pesquisas que comprovam a realidade assustadora das mortes de jovens no país e teoricamente não há mais como ignorar ou minimizar o problema. Todavia, vislumbro que algumas ações têm como escopo o extermínio de adolescentes e jovens, especialmente negros e pobres, e a manutenção da força política e econômica enraizada na ideologia neoliberal.

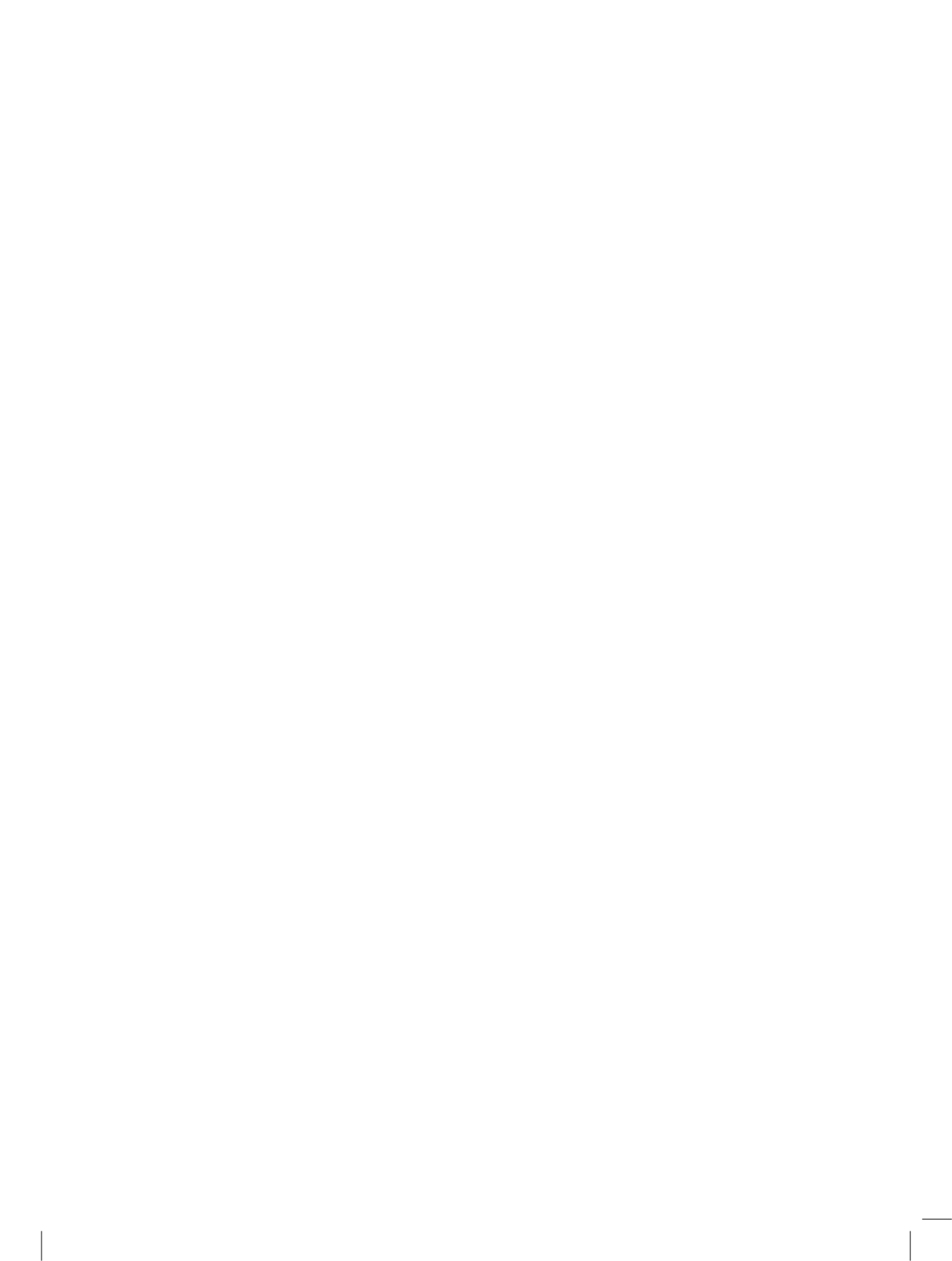
Como causas estruturantes da violência, a pobreza e a desigualdade exigem políticas que ousem mexer com as estruturas sociais e econômicas e não sejam meros paliativos que servem como respostas às demandas já ocorridas. Existe uma intencionalidade perversa de preservação da riqueza, num esforço medonho para que ela não venha a ser dividida, distribuída.

A miséria e a pobreza devem ser alvo da ação do Estado, jamais a manutenção da riqueza. Esta se mostra inatingível pela ação do Estado, pois se concentra nas mãos de uma minoria que detém também o controle político da nação. A falta ou fragilidade das políticas de um Estado falido, gestado por governos controlados pela iniciativa privada e as políticas compensatórias propos-

tas para a erradicação da pobreza, servem para manter a mesma estrutura basilar do sistema capitalista e conseguem apenas minimizar um problema imediato. São migalhas, bocadinhos importantes para o resguardo da riqueza do país nas mãos de poucos.

Essas ações e omissões acabam por jogar a juventude para uma cultura de violência, pois sua trajetória de vida é desenhada antes do seu nascimento: nascer pobre, negro e em território vulnerável vai necessariamente implicar em permanecer num eterno ciclo de exclusão, discriminação e violência. A pobreza e a discriminação são causas da violência e a forma mais eficaz de acabar com ela é erradicar as desigualdades. E enquanto isso não acontecer, não haverá justiça, nem a tão sonhada paz. A oportunidade de participar dessa discussão dentro de um processo de pesquisa, tornando a reflexão cada vez mais parte do meu trabalho, ajudou-me a reafirmar essas convicções que nasceram lá no início do meu envolvimento político e que solidificam, substanciam e fortalecem a minha caminhada.

*São perigosos, tão perigosos, ruins demais.
Fingem que gemem nas macas, que sangram nas facas, que
morrem.
Tem televisão qualquer barracão deste país.
Com que direito pedemos leitões limpos dos meus gurus?*
(Jorge Simas e Paulo Feital)



Recortes do cotidiano: atuação do Centro de Defesa

Alda Pinto Menine
Advogada

Em cima da passarela e por entre as malhas da rede de proteção, observamos o movimento das pessoas e a presença de crianças e de adolescentes na área do posto de gasolina. O sol ilumina e aquece o dia de outono. É sábado, a BR 116 rugem com o tráfego de inúmeros veículos: carros, caminhões, carretas, ônibus, motos rasgam a estrada em opostas direções. No posto de gasolina o movimento é intenso. Entram e saem veículos. Deslocam-se pessoas. Crianças pedem trocados. Na porta de vidro um cartaz aconselha: “Não dê esmolas”. Meninos e meninas chegam, conhecem os frentistas, o gerente, alguns clientes.

Sob a elevada da linha do trem, de quando em quando somos abordados por pessoas que nos conhecem e por outras que estranham nossa presença:

– Vocês são das casinhas? – pergunta uma senhora.

Entendemos o questionamento dela, pois estamos acompanhando a transferência dos/as moradores/as do lugar, em razão da expansão da linha do

trem metropolitano até Novo Hamburgo. Respondemos negativamente, mas paramos para conversar. Ela relata:

– Não sei quando vou me mudar; já nos deram várias datas e não cumpriram, estou preocupada com os mosquitos, pois a casa onde moro fica numa poça de água quando chove, e no inverno assim permanece o tempo todo.

Avançamos na conversa. Ela narra que veio para a cidade acompanhando o filho que se mudara para trabalhar; que mora sozinha, pois é viúva; que, durante o dia, cuida dos netos, porque o filho e a nora trabalham fora. O casal e suas crianças residem ao lado, numa casa onde “chove como na rua”, e as crianças são acordadas no meio da noite para “mudar a cama de lugar”. Ao lado de sua casa, os restos de uma demolição e o lixo acumulado empestam o ar, a chuva encharca tudo e os mosquitos proliferam.

Prometemos nova visita.

Adiante, encontramos o pai de uma menina que mora com ele e três adolescentes filhos da ex-companheira que o abandonou. Lamenta-se dizendo que os meninos não progridem na escola, que não ajudam a cuidar da casa, que são desobedientes. Fala que pensa em abandoná-los. Trabalha recolhendo materiais recicláveis com uma carretinha de tração humana durante todo o dia, “dá duro para sustentá-los”, reclama. Um desses adolescentes queixa-se de que cresceu muito e que tem vergonha de estar numa sala de aula onde seus colegas “são pequenos”. Quer estudar na Modalidade de Ensino de Jovens e Adultos – o EJA.

Uma mãe narra o desaparecimento do filho adolescente.

– Faz tempo! – diz ela. E ninguém sabe onde está! Um interno da Fase contou que ele estava em cima da ponte e um policial dizia pra ele se atirar e ele se atirou!”

Ela relata que não conhece a veracidade do fato e que a única testemunha é o interno no sistema socioeducativo.

– É difícil darem valor para o que diz um menino preso! – pondera.

Nunca soube qualquer notícia do filho, embora o tenha procurado exaustivamente.

Há muitas situações postas, há inúmeras inquietações em nossas mentes. As crianças e os/as adolescentes no posto de gasolina correm todos os riscos possíveis. Muitas vezes, nos deparamos com situações de conflito ou de violação de direitos e quem tem a retina queimada pelo sol por observá-los e buscar proteção bem sabe disso. São situações que requerem ação urgente e prioritária.

Descemos a passarela, vamos até o local falar com os meninos e meninas, encontrar a mãe ou um responsável. Dialogamos com o gerente do posto pedindo sua compreensão para a problemática e o drama vivenciado pelas crianças, procurando sensibilizá-lo para não agredir ou criminalizar meninos e meninas. Busca-se a mãe que atende o nosso apelo e leva as crianças embora.

A situação se repete inúmeras vezes, em outras ocasiões. O Conselho Tutelar é acionado. Como última alternativa, as crianças são encaminhadas ao acolhimento institucional. Os irmãos e as irmãs são separados/as em três diferentes entidades de acolhimento, devido à dificuldade de conseguir vagas. A família passa a ser o caso tratado em uma microrrede de serviços. O Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – Proame-Cedeca integra o grupo e faz sua parte, encaminhando requerimento para a aproximação dos irmãos e das irmãs, visando preservar a vinculação afetiva e o direito à convivência familiar.

A construção da extensão da linha do trem continua e a remoção das famílias não acompanha o ritmo vigoroso da obra. Algumas permanecem por mais tempo no local, onde o impacto ambiental e a consequente alteração do meio ocasionaram modificações nos caminhos, criando valos, acumulando entulhos, produzindo alagamentos, fragilizando ainda mais as pauperizadas construções. Crianças e adolescentes passam a conviver com maiores perigos, ausentam-se da escola por vários dias devido às doenças, por causa do inverno. Bebês correm o risco de serem molestados por ratazanas oriundas do banhado em que se transformou o local onde moram.

O Proame-Cedeca passa a integrar as reuniões da comunidade com o Poder Público e a empresa que constrói a extensão da linha do trem com o objetivo de contribuir na discussão e auxiliar no monitoramento das ações de

remoção das famílias, tomando parte ativa na defesa e efetivação dos direitos de crianças e adolescentes do local.

Há a demanda de convencimento do pai do adolescente de dezessete anos que se sente constrangido numa classe de colegas mais novos/as e menores que ele, que nos remete a outra visita à família e consulta à rede escolar e ao EJA, em busca de vaga.

Após uma longa caminhada por ruas esburacadas e barrentas, paramos sob os pilares da linha do trem, aproveitando a sombra para descansar e avaliar o trabalho que deverá estar em consonância com a missão da entidade de defesa e as leis de proteção. A Lei 8.069/90, ao disciplinar a política de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, instituiu que esta deveria ser efetivada por um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, a rede. Ao elucidar as linhas de ação dessa política, apontou, no artigo 87, v, a proteção jurídico-social por entidade de defesa dos direitos da Criança e do Adolescente.

Em elucubrações conjuntas, à sombra da imensa construção de concreto das elevadas da Linha 1, do trem metropolitano, diante do que subsistiu em nossa memória, como testemunho das falas e anseios das pessoas que ouvimos, cotejamos a demanda à luz da normatização do Estatuto da Criança e do Adolescente – o ECA, considerando a natureza essencial das entidades de defesa na busca da efetivação dos direitos de criança e de adolescente com absoluta prioridade.

Há necessidade de promover mobilização social, em direção à efetivação do direito de moradia, e o Proame-Cedeca se coloca como parceiro da comunidade. Diante da motivação para a exigência de seus direitos, a população vai, aos poucos, aderindo ao movimento que representa a aquisição e consolidação da cidadania e a autonomia emancipatória. O Centro de Defesa se junta às ações da comunidade, assinando petições, redigindo manifestos, promovendo debates e audiências públicas. E assim, as conquistas sociais vão se evidenciando.

O desaparecimento do menino se torna mais um caso característico de extermínio de adolescentes e jovens que infelizmente está tão presente em

nossos dias. É absolutamente necessário realizar uma campanha de esclarecimento da população sobre as mortes de adolescentes e jovens, retirando-as da invisibilidade, do silêncio negligente ou da indiferença individualista e criminosa que induz a acreditar que sejam naturais ações de violência e morte, a violência e o extermínio praticados contra esses sujeitos. A premissa defendida pelo Centro de Defesa aponta para a necessidade de, avançando na conscientização da população e das autoridades constituídas, reverter o processo recorrente de punir e eliminar grupos indesejados e marginalizados pelas elites socioeconômicas, que reforçam e mantêm a ideia de limpeza social e da banalização da vida e da morte.

Nossa ação deve buscar atingir o senso comum erodido de sentimentos de fraternidade, generosidade e de boa vizinhança, por exemplo, quando demonstra não se sensibilizar com o que ocorre com adolescentes e jovens das periferias, embora aconteça no centro das cidades ou nas avenidas mais modernas. O fato de ser jovem, “da vila”, pobre, negro justifica a morte, o desaparecimento ou a internação. Na mesma linha, podemos entender soluções apontadas por quem se coloca a favor da redução da maioria penal, da pena de morte e do controle da natalidade, numa visão determinista e que não reconhece a questão social.

Para os defensores e as defensoras de direitos humanos, integrantes do Proame-Cedeca, a indignação diante da violação de direitos é constante, mas sabemos que isso só não basta. Assim, o conjunto de pessoas se mobiliza e se agiganta procurando parceiros/as que integrem e assumam as ações e atitudes que visem inicialmente dar visibilidade ao problema para, num segundo momento, procurar erradicar a letalidade que ceifa tão prematuramente a vida de guris e gurias da cidade, do estado e do país. É necessário que a comunidade deixe de pensar que “aqui isso não ocorre” ou “se aqui não ocorre, o que temos a ver com isso?”

A pesquisa realizada pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – Proame-Cedeca demonstra a percepção das pessoas inquiridas sobre a exis-

tência ou não do extermínio de adolescentes e jovens, revelando que os fatos violentos, as mortes, as ameaças e o descaso com que é tratado o problema caracterizam, sim, a dura realidade das cidades: o fim da vida pelo extermínio. As respostas às questões do instrumento de pesquisa levado a efeito pelo Proame-Cedeca evidenciam a percepção das pessoas entrevistadas, demonstrando o grau de envolvimento que têm com as mortes de adolescentes e jovens. Muitas delas, apesar disso, responderam que não tinham ideia de que estariam diante de situação de extermínio, até considerarem as similitudes existentes entre os mais variados casos de morte, sendo que a principal vítima de execução pelas estruturas do tráfico ou do Estado, especialmente o aparato policial repressor, eram jovens, do sexo masculino, negros e oriundos das camadas mais pobres da cidade.

Para mim, em particular, as respostas às indagações da pesquisa representam o que, na opinião de muitos/as, devia estar encoberto: a realidade crua e cruel do extermínio consentido, um ato repleto de intencionalidade, preconceito e segregação daquela parcela que representa o que a sociedade não quer ver ou saber da existência. O que a pesquisa me proporcionou foi mais indignação, pois elucidando aquilo de que eu já tinha conhecimento sobre a realidade do município, potencializou, nas falas de adolescentes, lideranças comunitárias e familiares, o enorme descaso, desdém ou desprezo com a vida do/a outro/a, quando este/a não está incluso/a no círculo social, cuja lógica perversa é acreditar que uns/as são melhores que os/as outros/as. O produto final das reflexões e percepções das pessoas entrevistadas longe está de me deixar tranquila, ao contrário, está a me incomodar, a me desassossegando, a me inquietar e a me lançar na luta, na mobilização contra a maior das violações de direitos: a negação da vida!

Adolescentes e jovens vítimas de extermínio: os cidadãos que a sociedade torna invisíveis

Jaira Garske
Assistente Social

No exato momento em que iniciava a construção deste texto, recebi a notícia do assassinato de uma jovem participante de um dos projetos do Proame-Cedeca. Fiquei consternada por ela ter apenas 27 anos, ser mãe de três crianças, sendo a mais nova um bebê de dois meses. A morte precoce dessa jovem é ainda mais revoltante por possuir relação direta com a realidade da imensa maioria dos/as jovens brasileiros/as empobrecidos/as, que vivem em situação de extrema vulnerabilidade e violência e têm seus principais direitos negados.

O assassinato da jovem mãe que deixou órfãs três crianças ocupou um canto de página de jornal e reforçou a estatística que coloca o Brasil entre os piores lugares do mundo em relação a homicídio, o sétimo lugar. Mas não será esquecido pela equipe do Proame-Cedeca, que vem aprofundando o debate sobre as diversas formas de violência contra a juventude, dentre elas o extermínio

de adolescentes e jovens, e está articulando ações para fazer a sociedade refletir sobre a urgência da defesa da vida da juventude.

O primeiro contato com a temática foi durante o período de estágio em Serviço Social, na Secretaria de Segurança Pública de São Leopoldo. No entanto, minha vivência com o tema do extermínio de adolescentes e jovens aprofundou-se a partir dos estudos e debates realizados em meu ambiente de trabalho, desde o ingresso nesta Instituição, em 2011.

Nossa equipe, inquieta por natureza, sentia-se/sente-se cada vez mais incomodada com o aumento de casos de mortes entre adolescentes e jovens. Essas mortes ocorrem não só em regiões de abrangência do trabalho da instituição, mas no Brasil inteiro, pois se trata de um fenômeno que não escolhe região, seja ela da capital ou do interior. É uma realidade disseminada por todos os lugares, em especial onde existe periferia e pobreza.

Para nós, que trabalhamos na perspectiva da garantia dos direitos humanos, é impossível vender os olhos e fingir que não nos incomodamos com essa realidade desassistida e velada dos jovens. Uma realidade que, muitas vezes, ao ser estampada nos jornais, já vem com a crítica punitiva que julga, mas não aprofunda, sequer expõe todas as versões dos fatos, contribuindo assim para a manutenção desse estado de coisas.

Nossas inquietações foram se tornando cada vez mais latentes e se materializando na medida em que nos apropriávamos da realidade acerca da temática, a partir do estudo, da leitura, do aprofundamento do debate. Foi nesse contexto que se apresentou para nossa equipe a possibilidade da realização de uma pesquisa. Seu objetivo era desvelar uma realidade inserida no cotidiano de uma parcela significativa das famílias integrantes das ações desenvolvidas pelo Proame-Cedeca, e que, por estar de tal forma introduzida nesse cotidiano, muitas vezes é encarada como acontecimento normal na comunidade.

Participar de todo o processo, desde a concepção e elaboração do projeto de pesquisa quantitativa e qualitativa, e vê-lo tomar uma proporção maior a cada descoberta foi muito desafiante para mim. Ao decidir pela realização da

pesquisa em escolas de duas regiões do município com adolescentes e jovens, percebemos quão ricos e expressivos seriam os dados coletados. Emergia, assim, a pergunta pela responsabilidade de conhecer a percepção desses/as pesquisados/as e o que seria feito com essas informações, respeitando o contexto particular de cada um/a.

Desde o início do trabalho, aprofundamos a compreensão acerca do sentimento das pessoas. A cada resposta, percebíamos a necessidade latente nelas de compartilhar seus temores, suas dúvidas, seus anseios, e a vontade de tornar público o que sabem sobre essa temática, a partir da própria vivência. Imediatamente nasceu nos/as integrantes da equipe o espírito de comprometimento em garantir visibilidade à realidade vivida por essas comunidades, invisível ao restante da sociedade. Isso gerou, em cada um/a de nós, a responsabilidade com a tradução fidedigna de todas as informações captadas, levando os resultados da pesquisa ao conhecimento de todos/as.

Nosso compromisso se estende também à ampliação do debate, para além das paredes e das vivências locais do Proame-Cedeca, afinados/as com o objetivo de difundir a preocupação que nos motivou a iniciar este processo em primeiro lugar. Afinal, outro desafio que nos mobiliza é a busca de possíveis novos/as aliados/as que se disponham a empunhar essa bandeira conosco.

É importante destacar que todo o processo foi realizado com a participação de adolescentes e jovens das duas regiões pesquisadas, fato que considero de grande relevância, pois nossa intenção sempre foi realizar um trabalho com a população e não somente para a população. Por isso, consigo visualizar os efeitos que ainda serão desvelados a partir dessa ação, bem como o impacto que a mesma terá nas comunidades pesquisadas e na sociedade em geral. Muitos desses efeitos talvez nem percebamos de maneira direta e tantos outros não serão mensuráveis por nenhuma pesquisa científica, pois se refletem em situações íntimas, pessoais e mesmo coletivas, em que não é possível indicar um único fator desencadeador da mudança.

Participar desse processo tem resultado em grande aprendizado, pois me envolvi em cada etapa como se fosse única. É importante salientar que acredito ser este mais um dos movimentos para o quais o Proame-Cedeca deu a largada. Esses movimentos resultarão em frutos perceptíveis nas estatísticas ou, na pior das hipóteses, em tirar seus/suas protagonistas da invisibilidade, trazendo sua realidade à tona a partir da publicação da pesquisa, com dados que não são conhecidos ou são ignorados e invisibilizados. Em geral, as pesquisas buscam perceber os dados concretos, números, mas raramente vão em busca de percepções acerca de uma determinada realidade, como feito nesse processo, o que certamente fará a diferença.

O ato de “pesquisar” se iniciou muito antes de termos ido a campo e esse processo, para mim, foi muito rico. A riqueza maior, de fato, esteve na pesquisa qualitativa, para a qual fomos preparados/as antes de entrevistar lideranças comunitárias, famílias, adolescentes e jovens. Estudamos o tema, o significado de cada termo que intencionávamos empregar e somente depois realizamos as entrevistas, com pessoas e contextos que já conhecíamos a partir de nossas ações cotidianas, mas agora com outro olhar. Confesso que me percebi muito ansiosa. Abordar com uma pessoa um tema tão profundo, que muitas vezes levou o/a entrevistado/a a reviver um passado difícil, gerando tristes lembranças, dava-me a certeza de que tal processo necessita mais do que muito preparo técnico, necessita de bom senso e uma capacidade de empatia e cuidado para saber até onde o/a entrevistado/a pode ir sem que isso signifique aumentar a sua dor.

Na medida em que entrevistava pessoas e ouvia histórias incríveis sobre situações reais, inclusive vivências próprias, percebia o tamanho da minha responsabilidade em passar a fazer parte dessa história. Tornava-se ainda mais forte o compromisso que eu assumia em transformar aquela entrevista em algo concreto, que seria conhecido por muitos/as e que poderia futuramente desencadear uma mudança de paradigma.

Entendo que o meu papel enquanto defensora de direitos humanos, comprometida com desvelar realidades propositalmente ignoradas pelo descaso

da sociedade é também o de instigar o debate, não permitir que o extermínio seja tratado como algo natural, merecido e até punitivo. É ter a consciência de que esses pequenos movimentos fazem a diferença, geram resultados importantes e colaboram para que situações absurdas como a da jovem assassinada mencionada no início do texto não sejam tratadas como casuais. É lutar pela transformação social para que as consequências da invisibilidade conferida a fatos como esse não mais sejam tratadas com normalidade e questionar o fato de somente serem levadas adiante investigações de casos ocorridos contra quem tem influência ou ocupa alguma posição privilegiada em nossa sociedade.

Incomodar-se e transformar o sentimento de indignação em ação concreta para provocar a transformação que queremos na sociedade e pela qual essas comunidades anseiam é, na minha concepção, o desafio permanente que está colocado diante de todos/as nós, defensores/as dos direitos humanos. Trata-se de avançar na conscientização e desencadear ações que contribuam para a mudança dessa realidade de morte e de negação de direitos.

Contribuir para a visibilidade deste tema, no âmbito de atuação do Proame-Cedeca, reforça minha postura em relação à relevância e urgência da introdução desse debate na sociedade e à responsabilidade de cada um/a no enfrentamento do extermínio de adolescentes e jovens, em São Leopoldo ou em qualquer lugar.



É preciso rasgar o silêncio sobre o extermínio de adolescentes e jovens

Micheli Fabiana Duarte
Educatora

Vivemos em um país no qual a realidade de mortes violentas de adolescentes e jovens está posta como natural. Trata-se de uma verdadeira prática de extermínio que já ocorre há muitos anos e está aumentando sem que a sociedade e as autoridades acordem para a questão.

Escrever sobre o extermínio de adolescentes e jovens hoje é tocar em muitas feridas que vêm marcando a vida de todos/as, em muitos contextos e realidades. Cabe destacar que por mais que o assunto atinja todos/as, os que mais sofrem são aqueles/as que se encontram em situação de maior vulnerabilidade. Mesmo sabendo que a violência perpassa todas as camadas sociais, persiste a banalização da vida e a culpabilização de quem vive na periferia. Podemos constatar isso quando a grande imprensa noticia a morte de adolescentes e jovens de diferentes classes sociais. As manchetes anunciam: “um menor foi morto”, quando se trata de um adolescente ou jovem pobre, negro; e “um

adolescente teve seu futuro destruído pela violência”, quando se trata de um adolescente ou jovem branco, de classe média.

Se, por um lado, temos violência entre os pares (por espaço, território, necessidade de afirmação), por outro, temos julgamentos prematuros baseados simplesmente no fato de os jovens serem de determinada cor ou residirem em determinado bairro, por vestirem ou não determinadas roupas. É necessário considerar que, de fato, a violência e sua banalização tomam forma para além do conceito do fim de uma vida, personificando-se na brusca ruptura da existência. Mas, é tão difícil combater tantas questões ao mesmo tempo. Meu olhar se volta para o fim concreto da vida e hoje são muitas meninas, são muitos meninos, negros/as e pobres que estão sendo impedidos/as de ter um futuro. Realidade obscura que se prefere deixar à meia luz para que não se perceba o que está acontecendo com a juventude. Violência acobertada e multiplicada por falta de punição e omissão da sociedade, do poder público e de todos/as nós.

Ao iniciar minha caminhada profissional na educação social, especificamente no trabalho com grupos de adolescentes, percebi o quanto a violência estava presente na vida de cada menino e menina, nas suas famílias, em seus círculos de amizade, enfim na comunidade. Essa violência, no geral, decorre de relações fragilizadas em função da cultura consumista e violenta que se vem propagando, segundo a qual o ideal do *ter* é mais importante do que do *ser*. Houve e há momentos em que me deparei com insegurança em relação à atuação profissional. Surgem vários questionamentos: de que forma eu poderia contribuir para que essa questão fosse desvelada? Como eu poderia provocar o debate crítico e propositivo com os grupos?

Quando comecei a atuar no Proame-Cedeca como defensora de direitos humanos, defendendo prioritariamente a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, muitas vezes me senti impotente diante das inúmeras situações de violação. Mas, com o trabalho interdisciplinar e formativo, conseguia me fortalecer para continuar lutando apaixonada e teoricamente. Essa experiência

possibilitou repensar a minha postura política, fazendo com que a minha prática se tornasse emancipadora.

Foi a partir do trabalho desenvolvido e pela realidade percebida durante os 25 anos de atuação da instituição que a equipe do Proame-Cedeca elaborou projetos com a temática do extermínio de adolescentes e jovens. Esses projetos têm como objetivo gerar impacto na sociedade para que esse tema não permaneça na obscuridade e sejam construídas políticas públicas para o enfrentamento da situação.

No ano de 2013, com a execução dos projetos “Comunidade Ativa II” e “Pelo Direito de Viver com Dignidade”, tive a oportunidade de dialogar mais especificamente sobre a temática do extermínio com os grupos de adolescentes e jovens. Tive cuidado para que o tema fosse abordado de forma tranquila, para que não causasse impacto e desconforto nos grupos, pois o objetivo era favorecer a reflexão crítica e, a partir desta, promover ações transformadoras com a própria juventude. Mas fui surpreendida pela naturalidade com que os grupos lidaram com o assunto. Assustou-me bastante ver que, na atualidade, a violência é vista como natural pelos/as próprios/as adolescentes e jovens, justamente aqueles/as que são as maiores vítimas dela e que, muitas vezes, nem se dão conta.

No processo de execução dos projetos, uma das ações foi o desenvolvimento da pesquisa sobre a percepção dos/as adolescentes e jovens acerca do extermínio. Visitei juntamente com a equipe as escolas públicas do Município. Apresentamos o projeto às direções pedagógicas. Não foi fácil. Por vezes fomos surpreendidas com falas do tipo: “este tema não precisamos abordar, aqui é muito tranquilo” ou o contrário: “aqui não adianta, pois a violência é natural e não tem solução”. Mas, apesar das resistências, não desistimos. Ao aplicar o questionário com estudantes adolescentes e jovens das escolas públicas, imediatamente percebemos a mesma questão discutida acima: a maioria afirmou ter proximidade com assassinatos de adolescentes e jovens.

Na segunda etapa, que denominamos de “A comunidade fala: Entrevistas com adolescentes, jovens, familiares e lideranças comunitárias”, ouvir relatos de situações de violência não foi nada fácil, mas tive a oportunidade de estar mais perto dos/as jovens, mães, famílias e comunidade que haviam sofrido a perda de alguém importante. Os relatos foram fundamentais para melhor compreender a história desses/as adolescentes e jovens e os espaços sociais que hoje ocupam.

No depoimento de uma adolescente, foram relatadas situações de ameaça de morte, sendo que, em uma das situações, a jovem foi abusada e depois arrastada com uma cinta no pescoço. Ouvir a história foi bastante difícil, mas eu precisava encontrar forças para que ela não percebesse a minha tensão e isso viesse a interferir no seu relato. A maior preocupação era que não fosse tão sofrido fazer com que os/as entrevistados/as relatassem as situações. Então, para isso, precisei refletir e planejar a melhor forma de abordar o tema com as pessoas selecionadas.

Hoje, concluindo a produção deste texto, mais uma vida se foi. Um corpo jovem espichado no chão, mais uma morte terrivelmente violenta. Muitos/as ao redor lamentavam a morte prematura da jovem. De outros, era possível ouvir a constatação de que “era o esperado” ou “não se esperava outra coisa a não ser isso”. Era algo previsível. Jovem que conhecíamos e que integrava os grupos há anos. Questionamentos tomaram conta de mim. E agora, o que fazer? Questionamentos entre a razão e a emoção. O que é que eu fiz e estou fazendo para que situações assim não ocorram? Sensação de impotência e medo! Mais uma vida que se vai, mais uma história que se interrompe tão violenta e prematuramente.

Por vezes, nesta caminhada na área social, parei e refiz os questionamentos citados anteriormente e, em algumas dessas paradas, quase desisti. Mas também foi nesses momentos que me fortaleci nos diálogos com a equipe de trabalho e com amigos/as. Pessoas que acreditam na mudança, que somam para prosseguir lutando. Afinal, ser educadora social vai além dos conceitos técnicos

e científicos. O objetivo e produto do trabalho é “gente”, que envolve vínculos e principalmente amorosidade.

(...) o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa da libertação. Mas este compromisso, porque amoroso, é dialógico (...). Como ato de valentia, não pode ser piegas, como ato de liberdade não pode ser pretexto de manipulação, senão gerador de outros atos de liberdade. A não ser assim, não é amor. Somente com a supressão da situação opressora é possível restaurar o amor que nela estava proibido. **Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo.**⁵⁵

⁵⁵ Paulo FREIRE. *Pedagogia do oprimido*. 32. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 80. Grifos meus.

“Como poderiam os oprimidos dar início à violência, se eles são o resultado de uma violência anterior?”

Fabiane B. da Silva
Educatória

iniciei minhas atividades no Proame-Cedeca em março de 2011 no contexto do Projeto Comunidade Ativa I – Potencializando Redes de Proteção. Esse projeto tinha a escola como ponto de partida no enfrentamento à violência e exploração sexual de crianças e de adolescentes. Os grupos eram formados por estudantes do Ensino Fundamental das escolas estaduais e municipais da região Nordeste de São Leopoldo, tendo como objetivo realizar oficinas com temáticas sobre a todas as formas de violência. A minha atuação hoje está voltada para a defesa e efetivação dos direitos humanos de crianças e de adolescentes, participando nos espaços de articulação, mobilização social e no Fórum de Adolescentes. Esse Fórum é formado por grupos compostos por adolescentes e jovens das regiões Nordeste e Leste de São Leopoldo. Nesses espaços, discutimos temáticas direcionadas aos direitos humanos.

Através do nosso trabalho nas comunidades começamos a observar que os/as adolescentes constantemente relatavam situações nas quais jovens estavam sofrendo ameaças ou até mesmo sendo assassinados. Por esse motivo, várias famílias estavam se mudando para outros espaços, com medo de sofrerem represália. Assim, decidimos que a nossa “bandeira” a partir de 2013 seria mobilizar as comunidades, as redes, os grupos nos quais atuamos no combate ao que temos chamado de extermínio de adolescentes e jovens.

Uma das formas que encontramos para trabalhar essa temática foi dar início a uma Campanha contra o extermínio. Através dela pretendemos construir propostas de políticas públicas que venham a modificar a situação de violência. Também iniciamos um processo de pesquisa sobre essa questão. Num primeiro momento, realizamos uma pesquisa quantitativa nas escolas estaduais e municipais das regiões onde nós atuamos. Entendemos que essa pesquisa nos daria a oportunidade de atingir um grande grupo de adolescentes e jovens que moram nas comunidades mais atingidas.

Quando chegávamos na sala de aula para aplicar o questionário da pesquisa, explicávamos o objetivo da pesquisa e começávamos a falar sobre os altos índices de violência e mortes de jovens nas comunidades. Os/as estudantes relataram que essas situações aconteciam quase diariamente, e que muitos/as já tinham perdido amigos/as ou até mesmo familiares. Disseram também que era comum encontrar pessoas e principalmente jovens, mortos nas ruas ou becos da comunidade. Segundo os relatos, as mortes se davam por vários motivos: balas perdidas, envolvimento com drogas, mortos/as por traficantes, ou até mesmo pela brutalidade policial.

Mas o que mais me envolveu emocionalmente foi ter participado da pesquisa qualitativa, que consistia na entrevista com pessoas envolvidas de alguma maneira com ameaças de morte e assassinato de adolescentes e jovens. Entrevistei jovens, familiares e lideranças das comunidades nas quais atuo. Confesso que foi muito difícil ouvir as histórias relatadas pelas pessoas que estão sempre ao meu lado, e ver nos olhos delas o sofrimento da perda,

a falta de esperança por justiça, as mães que às vezes não entendem o porquê da morte dos/as seus/as filhos/as. Tive a sensação de que os/as adolescentes e jovens das comunidades mais pobres quase não aparecem na sociedade, são invisíveis, parecem viver num mundo isolado, com medo, parecendo não ter objetivos ou sonhos na vida.

Quando digo que o mais difícil foi fazer a pesquisa qualitativa, refiro-me especialmente a uma pessoa entrevistada, que era moradora em uma das regiões onde atuamos, mas que, devido a uma tentativa de assassinato e por motivo de segurança, teve de se retirar com sua família da comunidade. Ao chegar na sua casa, fomos muito bem recebidos/as. Era visível a satisfação da família ao nos ver, mas até mesmo antes de nós iniciarmos a entrevista, as falas eram sempre direcionadas ao fato ocorrido. Após a entrevista fiquei pensando como essa pessoa era antes da tentativa de assassinato, e que a última vez que tivemos contato, ela estava na comunidade, caminhando e jogando bola com o grupo de amigos/as. Vê-lo naquela situação, com marcas da tentativa de assassinato, um olhar perdido e desesperançado e, ao mesmo tempo, sentindo-se culpado e responsável pelo que ocorreu com ele, também provocou em mim uma sensação de desesperança, impotência e certa culpa por fazê-lo reviver momentos tão difíceis.

Nós estamos acostumados/as a fazer a proteção e defesa dos direitos de crianças, adolescentes e jovens. Mas naquele momento me senti do outro lado. Me vi numa postura de “torturadora”, pois a cada pergunta que fazia era visível o sofrimento envolvido na resposta. Eu tinha clareza sobre o nosso objetivo que era realizar a entrevista para captar a percepção sobre Extermínio de Adolescentes e Jovens, e que faríamos com que essa pessoa relembresse o motivo de estar naquela situação. Escutei que era preferível ter a vida de hoje, com uma série de limitações e dificuldades, do que ter a vida como era antes do fato ocorrido, quando tudo o que fazia era assaltar e fazer pequenos furtos. Mais uma vez percebi a autculpabilização como resposta a uma situação que envolve questões muito mais complexas, mas que ficam invisíveis. Nunca vou esquecer esse momento.

Nesse período das entrevistas, tive a comprovação de que o extermínio existe, e que ele é a sombra da juventude. Em uma das comunidades nas quais atuamos, perdemos uma jovem de 26 anos, mãe de três filhos. Uma pessoa alegre, comunicativa, estava sempre fazendo brincadeiras nos grupos de atividades. Lembro que, um dia antes de ser assassinada, estava no grupo amamentando seu bebê. Nunca vou esquecer esse fato e me pergunto: será que saberemos o porquê? Será que haverá justiça? E me recordo das palavras de Paulo Freire:

Como poderiam os oprimidos dar início à violência, se eles são o resultado de uma violência anterior?⁵⁶

⁵⁶ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 28 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Percepções do extermínio: sentimentos

Jean C. P. Cardoso
Educador Social

Nasci e me criei em comunidades da periferia de São Leopoldo, em regiões de extrema pobreza, violência e falta de equipamentos públicos, para onde os olhares dos gestores públicos são dirigidos somente com a proximidade das eleições. Isso tem se refletido, até hoje, em comunidades acudadas, resilientes e que não acreditam na eficiência do Estado. Nesse meio, as crianças, os/as adolescentes e jovens se desenvolvem. Ao contrário do que acontece em camadas mais abastadas, há falta de tudo, colocando a violência como “cultura de sobrevivência”, em locais onde a lei do mais forte impera. Perceber essas questões ajuda a desvelar aspectos do extermínio da juventude nesses bairros onde morei e trabalho: Cohab-Feitoria, região Nordeste (Vila Brás, Vila dos Tocos e Chácara dos Leões).

Na década de 1980, numa época em que o acesso à moradia era quase inexistente, a Cohab-Feitoria foi ocupada por diversas famílias de várias regiões do estado, causando um aglomerado de pessoas com uma enorme diversidade cultural. Com um Estado omissivo em todas as esferas, mas principalmente na

municipal, não fazendo o seu papel enquanto agente público, essa comunidade se tornou ainda mais segregada. Assim, as pessoas foram se organizando do jeito que conheciam – a partir da lei do mais forte. As relações se davam pela imposição do espaço geográfico, cada quadra (apartamento e casas) se organizava e se protegia conforme sua necessidade. Nesse processo, começaram a se constituir as “quadrilhas”, causando uma onda de violência e preconceito em torno dessa comunidade que permanece até hoje. As quadrilhas foram se exterminando mutuamente e o Estado, através da Polícia, respondeu com a força repressiva, executando e prendendo grande parte desses grupos na época e achou que estava solucionando o problema. Grande engano, pois somente fez com que as lideranças mudassem de local. Assim teve origem uma facção que se constituiu dentro dos próprios presídios e que passou a disputar território com outra que já estava constituída nas comunidades.

Falar de algo que vem assombrando nossos trabalhos com a juventude não é fácil. É algo do que só é possível ter a noção e dimensão exatas quando se sente essa realidade na pele. Durante esta pesquisa, realizamos algumas entrevistas com pessoas das comunidades nas quais atuamos. Pessoas que foram ameaçadas de morte ou tiveram contato com alguém morto de forma violenta. Esse processo foi muito sofrido para ambas as partes, entrevistados/as e entrevistadores/as. Para mim pessoalmente, que possuo fortes vínculos com os/as entrevistados/as ameaçados/as de morte ou seus/suas familiares, foi sofrimento em dobro. Eu revivi momentos de profunda dor que ficaram marcadas no meu corpo e que ainda hoje me machucam de uma maneira indescritível.

Ver os/as adolescentes e jovens em tal situação, ameaçados/as de morte, adolescentes que eu vi crescer dentro dos projetos desenvolvidos pelos serviços sociassistenciais, é muito difícil. Especialmente porque de alguma forma esses serviços não puderam dar conta de algo maior, algo que está na falta de compreensão de cada serviço sobre essa realidade. Algumas pessoas tentam justificar tal situação de ameaça fechando os olhos e achando fator natural da vida a morte violenta desses/as adolescentes e jovens. Outras trabalham de forma fragmen-

tada, dando conta de questões pontuais dos indivíduos, oferecendo alimento e roupas. Mas os serviços assistenciais e de educação ainda estão longe de pensar em algo preventivo que não seja “tirar a criança da rua”, como se a rua não pudesse ser espaço de fortalecimento de vínculos. Não conseguem olhar adiante, perceber esses/as adolescentes e jovens como sujeitos de direitos, direitos violados na infância e que se refletem em uma adolescência vazia e uma juventude frustrada, fazendo com que esses sujeitos se sintam incapazes de dar conta das responsabilidades que os/as adultos/as exigem. E dão a resposta da forma que aprenderam e vivenciaram – com violência.

Em alguns casos, eu até pensava que não fosse ver novamente as pessoas que entrevistamos, pois estavam ameaçadas de morte e muitas tinham mudado de cidade ou região. Mas, ao reencontrá-las, pude perceber que apesar das ameaças existem as relações de afeto com as comunidades onde viveram, as histórias de vida, as relações de amizade e os parentescos. E, mesmo correndo risco de morte, essas relações se expressam de maneira mais forte nos sentimentos e os fazem procurar novamente essas comunidades. Mesmo que isso custe sua vida. Mais uma vez não fomos capazes de evitar o rompimento desses laços, e reencontrar essas pessoas nos faz refletir sobre a forma como o Estado e as organizações tentam resolver essas questões, sempre com prejuízo para as vítimas.

Esses/as adolescentes e jovens carregam uma enorme culpa, pois, depois de cometerem alguma contravenção, são estigmatizados/as pelo resto da vida. Para esse sentimento às vezes é buscada uma resposta religiosa, especialmente por parte dos/as familiares que querem a redenção para esses/as adolescentes e jovens, forçando-os/as a ver na religião uma alternativa. Com isso, muitas vezes acabam ficando cada vez mais desprotegidos/as e alienados/as, como se tudo que acontece e aconteceu fosse “desígnio do Senhor”. Além disso, a quantidade de adolescentes e jovens em situação de rua e cumprindo medidas socioeducativas que foram exterminados nessas duas últimas décadas faz lembrar não somente os nomes, mas os rostos e a convivência. É um sentido de perda inexplicável, pois vivenciamos nos dias atuais quase as mesmas situações de dé-

cadáveres anteriores, com a falta de políticas públicas qualificadas que atendam essa população. Quase podemos prever que esses/as adolescentes e jovens serão no futuro as vítimas do extermínio, pois crianças e adolescentes em situação de rua e medidas socioeducativas são o clímax da vulnerabilidade e da falha do Estado. E esse número é crescente no município de São Leopoldo.

A experiência de crescer e atuar como educador nessas comunidades me fez perceber, cada vez mais, de que forma a violência, as ameaças de morte, os assassinatos se tornaram parte de cotidiano ao ponto de serem aceitas como “naturais” e, às vezes, como solução para os problemas enfrentados no dia a dia. Através do contato com um “sobrevivente de rua” (conforme ele mesmo se denomina), lembramos de nomes de adolescentes e jovens mortos/as de forma violenta. Lembramos de suas dificuldades, tristezas e alegrias, a saudade dos/as amigos/as com os/as quais conviveu na rua, e o quanto o Proame-Cedeca com sua intervenção na rua na época foi primordial para o mesmo estar vivo, revelando que os vínculos criados permaneceram até os dias atuais. Ou seja, essa realidade está viva e convivemos com ela.

Preocupa-me quando a comunidade acha normal que esses/as jovens sejam executados/as, entendidos/as como “fardos” que não se precisa mais suportar. Esses/as mesmos/as jovens que, quando crianças e adolescentes, eram acolhidos/as por essa comunidade se transformam em um “fardo” que, quando eliminado, gera uma sensação de alívio. Essa realidade se expressa no cotidiano dos/as próprios/as jovens, como forma de espera e resiliência. As famílias envolvidas nesses casos geralmente expressam um momento de incompreensão após o extermínio de seus/as filhos/as, sobrinhos/as, amigos/as, ficando somente a dor da perda, enquanto passa despercebido o “ciclo geracional” de violência, no qual crianças convivem no dia a dia com a morte e resolvem suas desavenças quando se tornam adultos de forma violenta, criando assim um ciclo permanente de mortes.

Por isso, como instituição defensora de direitos humanos de crianças e adolescentes atuamos nessa região há mais de vinte e cinco anos, e percebemos

o crescimento do número de mortes de adolescentes e jovens nessas regiões. Em 2012, começamos a fomentar discussões nos grupos de trabalhos, como forma de despertar para essa problemática que é o extermínio de adolescentes e jovens. Em plena campanha, durante os processos de entrevistas e discussões sobre o extermínio da juventude, vivenciamos essa realidade com a execução por estrangulamento de uma jovem que participava dos projetos do Proame-Cedeca desde a sua infância. Ela aparentemente não estava sofrendo ameaças nesse momento, embora já tivesse sofrido várias violações de direitos. No passado, foi detida no Presídio Madre Pelletier por pequenos furtos, sofreu agressões físicas por algum tempo. Mantinha os vínculos familiares e comunitários, e nesse momento da vida estava voltada para a sua filha de três meses e aos outros dois filhos. Conforme seus/as amigos/as, ela não estava envolvida em nenhum tipo de situação que a pudesse levar a ser morta. A morte da jovem se deu pelo envolvimento com os organizadores dessa comunidade, pela disputa de espaço para o tráfico e como forma de recado para os/as demais. Como pudemos perceber nos relatos dos/as entrevistados/as (capítulo 4), nunca se pode estar tranquilo, pois o passado pode sempre voltar em uma forma violenta.

Cada vez mais vemos jovens serem executados/as por jovens em um ciclo que se perpetua. Isso é dolorido, pois como defensores/as de direitos humanos nossa intervenção não tem sido suficiente em um processo de prevenção. A atuação deve ser em rede, com a participação do Estado em todas as esferas, fazendo valer os direitos constitucionais, com direito à cidadania plena e com a academia se aproximando da realidade, pois as discussões estão longe das realidades dessas comunidades que estão carentes de todos os serviços públicos básicos. As realidades das comunidades onde atuamos não *são diferentes, somente mudam os endereços*. E é preciso agir já.

Homenagem da sobrinha Deise para sua tia exterminada

Hoje pela manhã consegui ouvir o grito do silêncio que ecoou mais alto no fundo da Cohab-Feitoria; eu sentia que vinha de um canto determinado dos blocos, grito este que me parecia dizer: “Socorro, socorro!!!”

Estamos aqui sem força para dizer o que sentimos, mas logo ouvi tantas e tantas mães que viram seus filhos adolescentes e outros com pouca idade tombarem. Nesse momento apenas eu ouvi uma voz me falar: “MAIS UMA PARA AUMENTAR A ESTATÍSTICA DO NÚMERO DE MORTES NA FEITORIA”. Bem, vidas são ceifadas, mães aos prantos, famílias destroçadas e os braços das leis continuarão até quando cruzados???? Até quando nós teremos de enterrar nossos jovens e passar nas esquinas e ouvir: “HOJE FOI OUTRA”???? PORQUE A QUEM PERGUNTAR ALGUÉM!????⁵⁷

⁵⁷ Texto postado em uma rede social.

Aprender por meio dos sentidos

Loreto Riveros
Psicóloga

Neste texto tenho por objetivo falar, como pesquisadora, de minha *percepção* sobre a temática do extermínio de adolescentes e jovens. Não é uma tarefa fácil para quem está relativamente acostumada a racionalizar seus pensamentos e suas ideias, transpondo-os para a escrita de projetos e relatórios. Falar a partir da *apreensão por meio de nossos sentidos* compromete-nos enquanto atores, expõe-nos, desnuda-nos. Mas qual é a verdadeira intenção desse processo de pesquisa que nos propomos a realizar? Então, vamos ao desafio!

Falar sobre como percebo a temática da violência contra os jovens é falar inevitavelmente do meu fazer enquanto profissional *psi* no social. Quando recém-formada, em 2002, no trabalho desenvolvido como psicóloga no Morro da Cruz, em Porto Alegre, pude vivenciar, através da escuta, todo o tipo de violência praticada e aplicada às pessoas daquela comunidade. Essa escuta se deu em todas as nuances do fazer da psicóloga naquela comunidade: grupos de mulheres, grupos de adolescentes, abordagens sociais e o grupo de trabalhadores/as da instituição.

Eu era apenas uma pretensa sabedora teórica do assunto “violência”. Como recém-saída da academia, tinha em mente “todas” as técnicas psicoterápicas para realizar os atendimentos individuais. Além disso, estava realizando a formação em Dinâmica dos Grupos. Portanto também “detinha” os conhecimentos teóricos necessários sobre os mecanismos de ação, conscientes e inconscientes, dos grupos! Porém, o que mais lembro dessa época de minha trajetória profissional é o meu grande sentimento de insegurança frente à realidade nua e crua daquela comunidade – especialmente porque se tratava do Morro da Cruz, bairro amplamente conhecido no quesito “violência”. A comunidade era conhecida pela população “de bem” como um lugar de alta periculosidade, talvez porque ali residissem, segundo ela, “criminosos/as” de todos os tipos: “traficantes”, “assaltantes”, “marginais”, “delinquentes”, “prostitutas”, “viciados/as”, “assassinos/as” e muitos/as, mas muitos/as “menores”.

As mulheres catadoras de papel que estavam ali realizando oficinas de papel reciclado traziam em seus rostos as marcas da violência. Muitas vítimas de violência doméstica por parte de seus companheiros, usuárias de drogas em tratamento, mães de usuários de drogas... Os/as adolescentes das oficinas de direitos humanos, dos cursos de padaria, informática, costura etc. relatavam violações cotidianas com a perseguição da polícia no morro. Isso ocorria, inclusive, na entidade onde trabalhavam, sendo que por diversas vezes a PM chegou para revistar e agredir fisicamente adolescentes sem motivo algum – a não ser o de serem adolescentes moradores do morro. Não foram poucas as vezes em que saí para a rua – junto com equipe de trabalhadores/as – para defender os guris e discutir com os policiais.

A equipe de trabalho, composta por educadores/as,icineiros/as, assistentes sociais, pedagogos/as e psicólogos/as, também vivenciava a violência experimentada pela comunidade. E, por vivenciá-la, mobilizava-se emocionalmente, fragilizando-se em muitos momentos e fortalecendo-se surpreendentemente em tantos outros. Com o estabelecimento de vínculos e relações com os/as moradores/as do morro, começaram a chegar até mim as notícias de mortes

de adolescentes. Com o passar do tempo, passei a perceber estas notícias como assassinatos e, mais tarde, como assassinatos intencionais...

E mais uma vez o golpe narcísico aconteceu no meu trabalho. Ter conhecimento teórico sobre violência, sobre grupos, vivenciar através dos relatos as violências do Morro, chorar a morte de adolescentes junto à suas famílias, enfim... tudo que havia apreendido até ali não me era suficiente para dar conta da consciência da intencionalidade daquelas mortes. Perceber na realidade que há uma intenção deliberada, pactuada por todos/as nós cidadãos/ãs deste país, de exterminar adolescentes e jovens, homens, pobres e negros, era pesado demais para mim. Era demasiado, por perceber que as causas desse fenômeno eram diversas, que possíveis mudanças só ocorreriam a longo prazo, e que poucos estavam interessados/as no assunto, pois já era algo visto como natural pela sociedade, pelos/as profissionais da comunidade e por esta.

Ao perceber que essa realidade acontecia há muito tempo e não só no Morro da Cruz, começaram as minhas inquietações. Onde estava eu enquanto isso tudo acontecia? Onde estavam as Universidades enquanto isso tudo acontecia? Onde estava o Estado? Onde estávamos todos/as nós que deixamos a situação chegar a esse ponto, de compactuar com a morte a sangue frio de nossos/as adolescentes? Foi assim, vivendo essa crise existencial/profissional, que escolhi aprofundar um pouco mais a minha prática enquanto psicóloga social e resolvi concorrer a uma vaga para trabalhar com a situação de rua de crianças e adolescentes em São Leopoldo no Proame-Cedeca.

Iniciei minha prática em São Leopoldo no ano de 2006. Fui contratada para exercer a função de psicóloga do *Projeto Olhos da Rua*, que se destinava ao enfrentamento, de forma interdisciplinar, da situação de rua de crianças e adolescentes do centro da cidade. Meu trabalho consistia, inicialmente, em atender individualmente as mães desses sujeitos com o objetivo de orientar e conscientizar as mesmas sobre os danos do trabalho infantil na vida de seus filhos/as e na sua família.

Por meio das diversas atividades desenvolvidas no projeto, para além da clínica, tais como a abordagem de rua, articulação política, exercício do controle social das políticas relacionadas à situação de rua e trabalho infantil, visitas domiciliares, etc. tive a oportunidade de apropriar-me, gradualmente da dinâmica prática da exclusão social a que estão submetidas inúmeras famílias dessa cidade. E novamente se tratava de uma cidade e de uma região com indicadores elevados de criminalidade, protagonizada principalmente por adolescentes e jovens. A maioria dos/as adolescentes internados/as na Fase, em Porto Alegre, por exemplo, eram moradores/as dessa região.

Acredito que trabalhar diretamente com a situação de rua de crianças e adolescentes é estar frente a frente com a pior forma de violação de direitos – a negação de acolhimento familiar digno, uma casa, um lar, uma família, acesso à escola, à saúde e a trabalho, enfim a uma vida mais justa. A situação de rua é resultado do fracasso de tantas outras políticas que deveriam ter interrompido esse processo de rualização num estágio anterior... e isto tudo é uma grande violência que fazemos com as nossas crianças e com os/as nossos/as adolescentes. Vivemos numa sociedade que produz essa violência ao mesmo tempo em que condena essas pessoas como violentas. Mas isto é assunto para outra reflexão.

Em meu trabalho como psicóloga, com a situação de rua de crianças e adolescentes, e como integrante de uma equipe extremamente engajada politicamente em seu trabalho diário, presenciei uma grande modificação na dinâmica da rua – a mudança no contexto do uso de drogas por parte dessa população, abandonando o loló⁵⁸ e a cola de sapateiro e passando para o uso do *crack*. Não quero aqui reforçar linhas conservadoras de abordagem sobre o tema do uso ou abuso de drogas, e muito menos sobre o *crack*, visto como o grande culpado de uma suposta “criminalidade” ou “desestruturação” da família em nossa sociedade atualmente – tema bastante polêmico e perigoso pelo mora-

⁵⁸ Loló é o nome popular dado ao lança-perfume. Trata-se de um entorpecente composto de álcool etílico ou benzina, clorofórmio e éter. É comumente usado colocando um pouco da mistura em um pedaço de tecido para ser inalado.

lismo embutido nele. Minha intenção é tão somente relatar como, enquanto equipe, percebemos essa mudança – brusca – no consumo de drogas na rua e relacioná-lo com o tema *violência* ou extermínio de adolescentes e jovens, nesta pesquisa investigado.

Trago este ponto, então, por entendê-lo hoje como um balizador de destaque nos entendimentos e nas posteriores ações da equipe e do Proame-Cedeca. Refiro-me a um período no qual o uso do *crack* de fato bateu à porta da entidade. Os/as adolescentes e jovens com vivência em situação de rua, atendidos/as ou não por nós, começaram a nos procurar com uma frequência assustadora, para nos pedir ajuda enquanto Centro de Defesa para retirá-los/as da cidade em função de ameaças de morte, para interná-los/as em clínicas de desintoxicação. Também nos contavam sobre os assassinatos de seus/as amigos/as e parceiros/as de rua e sobre as formas cruéis com que essas violências se davam. Por outro lado, também houve a procura, não menos assustadora, das mães desses/as adolescentes e jovens em busca de escuta e encaminhamentos urgentes para a proteção de seus/as filhos/as. Particularmente pude presenciar, pela especificidade de minha formação profissional, o intenso e perturbador sofrimento dessas mulheres na luta contra a morte anunciada de seus/as filhos/as.

Este foi um momento bastante angustiante para a equipe. Demoramos algum tempo para nos dar conta do significado da demanda e da necessidade de planejar ações concatenadas de enfrentamento para essa nova realidade que se apresentava. Mas uma coisa estava clara: essa gurizada confiava e contava com o Proame-Cedeca para a sua defesa, e a isto não podíamos escapar, por mais mobilizador que fosse o enfoque: ao tema do extermínio de adolescentes e jovens.

Foi dessa forma e nesse cenário que surgiram as primeiras ideias de ações para o efetivo enfrentamento do extermínio de adolescentes e jovens na cidade de São Leopoldo. O Proame-Cedeca realizou o primeiro Seminário sobre a temática (2010); integrou o Grupo de Trabalho Regional sobre o tema; aprovou um grande projeto, com o patrocínio da Petrobras, que compreendia ações de pesquisa sobre a temática para posterior aprofundamento da mesma – ações

para quatro anos de intervenção. Paralelamente seguiam os atendimentos e encaminhamentos junto à rede de proteção, tencionando a efetiva defesa de direitos de crianças e adolescentes, articulando politicamente a sociedade civil, o poder público e as comunidades envolvidas com o extermínio de adolescentes e jovens.

É assim que chegamos aos dias de hoje.

Em 2011, foi definida a ideia de realizar uma pesquisa em São Leopoldo sobre a realidade do extermínio de adolescentes e jovens sob o enfoque da percepção desse público e da comunidade diretamente envolvida no tema.

Para tanto decidimos contratar assessoria externa – André Musskopf – para nos auxiliar (e nos organizar!) na conciliação entre prática e sistematização da mesma. Foi um processo rico em desassossegos e ressignificações de nossas percepções sobre o tema e principalmente de valorização de nossos registros.

Participar enquanto psicóloga e coordenadora de projetos na formulação e execução dessa pesquisa foi uma grande experiência prática e teórica.

Infelizmente a realidade das mortes de adolescentes e jovens continua, mas estamos tentando fazer nossa parte. Sabemos que é preciso muito mais, que sozinhos/as nunca sairemos do lugar e assim continuamos nossa caminhada no árduo caminho da defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes em nosso país. Esta pesquisa é uma tentativa de denunciar o problema em nossa cidade e de sensibilizar a sociedade para a gravidade do tema para que assim possamos juntos enfrentar as repetidas mortes intencionais de nossos/as jovens – enfrentar o extermínio de crianças, adolescentes e jovens em São Leopoldo/RS.

A subjetividade da profissional que atua em situações de violência e extermínio de adolescentes e jovens

Thais Fontella
Assistente Social

*“Todomundo tem direito à vida
Todo mundo tem direito Igual”
(Música Rua da passagem, Lenine)*

Em fevereiro de 2014, completei oito anos de trabalho no Proame-Cedeca. Nesse tempo, trabalhei nas ações de atendimento nas Regiões Leste e Nordeste e nos casos de situação de rua. Sempre estive à sombra de situações de ameaça de morte. A percepção da dimensão dessa problemática não veio de imediato – não sei exatamente quando se deu o estalo, o despertar para o contexto de extermínio, que lá sempre esteve. Fico pensando nas minhas escolhas e afinidades de formação e atuação profissional. Penso que está aí a “tomada de consciência” e o posicionamento *Pelo Direito à Vida*.

Em 2010, o Proame-Cedeca realizou, em conjunto com outras organizações, duas oficinas com o tema “Juventude quer viver”. Nesse e para esse momento, num pequeno grupo, fiz uma imersão de realidade e estudo de reconhecimento do tema. Desde então, essa realidade passou a ter uma intimidade grande com meu trabalho e posteriormente passou também a ter com a instituição (concretizada neste projeto).

Ao pensar no extermínio de adolescentes e jovens vem à minha memória cada situação vivida em minha trajetória profissional. Lembro-me de cada nome, de cada rosto, de cada história... e, acima de tudo, do pavor que senti – da possibilidade da morte em cada um/a deles e delas. Nesses momentos, vivi no limite do “agir” profissional; só conseguia pensar “ele/ela não pode morrer”. E, de fato, muitos/as não morreram, muitos/as continuavam ameaçados/as de morte até hoje, e outros/as estão bem. As histórias individuais de cada um/a somadas demonstram a regularidade dos assassinatos de adolescentes e jovens.

Mas, claro, nem todas as histórias são tristes, longe disso. Tive a oportunidade de trabalhar em projetos e ações que privilegiavam atuar com as potencialidades dos sujeitos através das dimensões da cultura (nas expressões da arte, grafite, música, fotografia, vídeo...). Dessa forma, aprendi que, considerando as vulnerabilidades e as violações de direitos, é possível estabelecer uma relação mais igual, mais humana, numa perspectiva de horizontalidade, e ter condições outras de promover a vida.

A construção e a execução do Projeto *Pelo Direito à Vida* pelo Proame-Cedeca representaram o primeiro passo em direção ao tema do extermínio juvenil. Externamente observo que enfrentamos dificuldades em trabalhar o tema em razão da sua negação, do desconhecimento ou, no extremo, da naturalização e da sensação de imutabilidade (inevitabilidade). Já participar das oficinas com os/as adolescentes e jovens e discutir o tema do extermínio juvenil foi um processo riquíssimo. Foi e tem sido um desafio conseguir modificar o sentimento de naturalização para o de indignação, o de que estamos diante de

uma condição que deve ser alterada – trazer à tona o panorama de desigualdade extrema – da percepção da vida.

No processo da pesquisa, foi bastante satisfatório realizar as entrevistas qualitativas. Na verdade, vejo como uma oportunidade a participação nesses momentos, o bate-papo e a troca de ideias. Algumas vezes, após o encerramento da entrevista, estendemos a conversa, falamos sobre a realidade de extermínio, dos dados e das pesquisas já realizados. Aliás, o momento pós-entrevista também foi de grande importância, pois percebemos que, em alguns casos, as perguntas fomentavam o tema, deixando as pessoas entrevistadas curiosas. Dessa forma, foi estratégica como ação educativa e de divulgação da Campanha *Pelo direito à vida – Contra o extermínio de adolescentes e jovens*, proposta pelo Proame-Cedeca. Com a atenção e a valorização que demos ao/à entrevistado/a, à sua família, à sua história, conseguimos demonstrar nossa preocupação, qualificando uma relação que já existia e que permanece.

Alguns momentos foram mais duros que outros. Num episódio específico, acompanhei o caso de uma jovem que foi brutalmente assassinada. No velório, tive a nítida sensação de que momentos assim não “combinavam” com nosso trabalho. Num dia tu estás lá com ela, no outro a estás enterrando. Não! Não posso aceitar que isso seja natural! Admito que mais difícil foi olhar nos olhos dos/as familiares da jovem assassinada – sem grandes onipotências, mas qual a minha responsabilidade nisso tudo? A sensação de que falhei, de que falhamos, existe.

Mesmo nos casos extremos, nas situações em que o/a entrevistado/a estava sob ameaça de morte, o processo de entrevista revelou-se especial. Com muito cuidado e respeito conseguimos compreender melhor o contexto do extermínio juvenil, principalmente das relações que o permeiam – como o tráfico de drogas e a falta de trabalho e renda, a ausência de uma política de drogas mais real, o senso comum, assim como as questões familiares e da “sociedade de consumo”.

Para mim, trabalhar nesta pesquisa, tanto nas oficinas quanto nas entrevistas, teve também o significado de repensar as práticas já estabelecidas, refleti-las. Aliás, foi um “olhar-se no espelho” radical – que bom! Após ter passado por toda essa experiência, vejo que meu posicionamento político está ainda mais claro.

Em relação ao impacto direto nos casos de ameaça à vida (na redução do número de homicídios), vejo que ainda temos muito que avançar. Avançar inclusive na participação efetiva dos/as adolescentes, jovens, famílias e comunidade em geral no enfrentamento dessa injustiça social (assim como no de outras). As vítimas do extermínio, na verdade, estão vinculadas a outras violações: não comem nem se vestem bem, não têm educação de qualidade, o acesso e a oferta de políticas públicas é dificultoso... O extermínio, o assassinato representa, na verdade, sua condenação final.

Fico lembrando os casos de crianças e adolescentes antes em situação de rua; alguns adultos hoje – são poucos os sobreviventes. Ainda hoje, com todo o avanço na efetivação dos direitos e na constituição das políticas públicas, há crianças na rua, sem perspectivas de futuro. Sinto muita raiva ao pensar no que esse povo passa em razão da ineficácia (escolhida, consciente) dos serviços públicos.

Fazem parte da história da sociedade as relações de poder e de desigualdade socioeconômica. O Brasil é um dos países em que a concentração de renda comparada à densidade populacional é imensa. Nesse contexto, a juventude é a faixa etária mais vulnerável e carente de políticas públicas, de educação, trabalho etc. Tudo isso se soma e forma um contexto de marginalização, de preconceito e de violência, que tem endereço certo – as periferias da cidade. A criminalização e a estigmatização da pobreza reforça cada vez mais a segregação da sociedade.

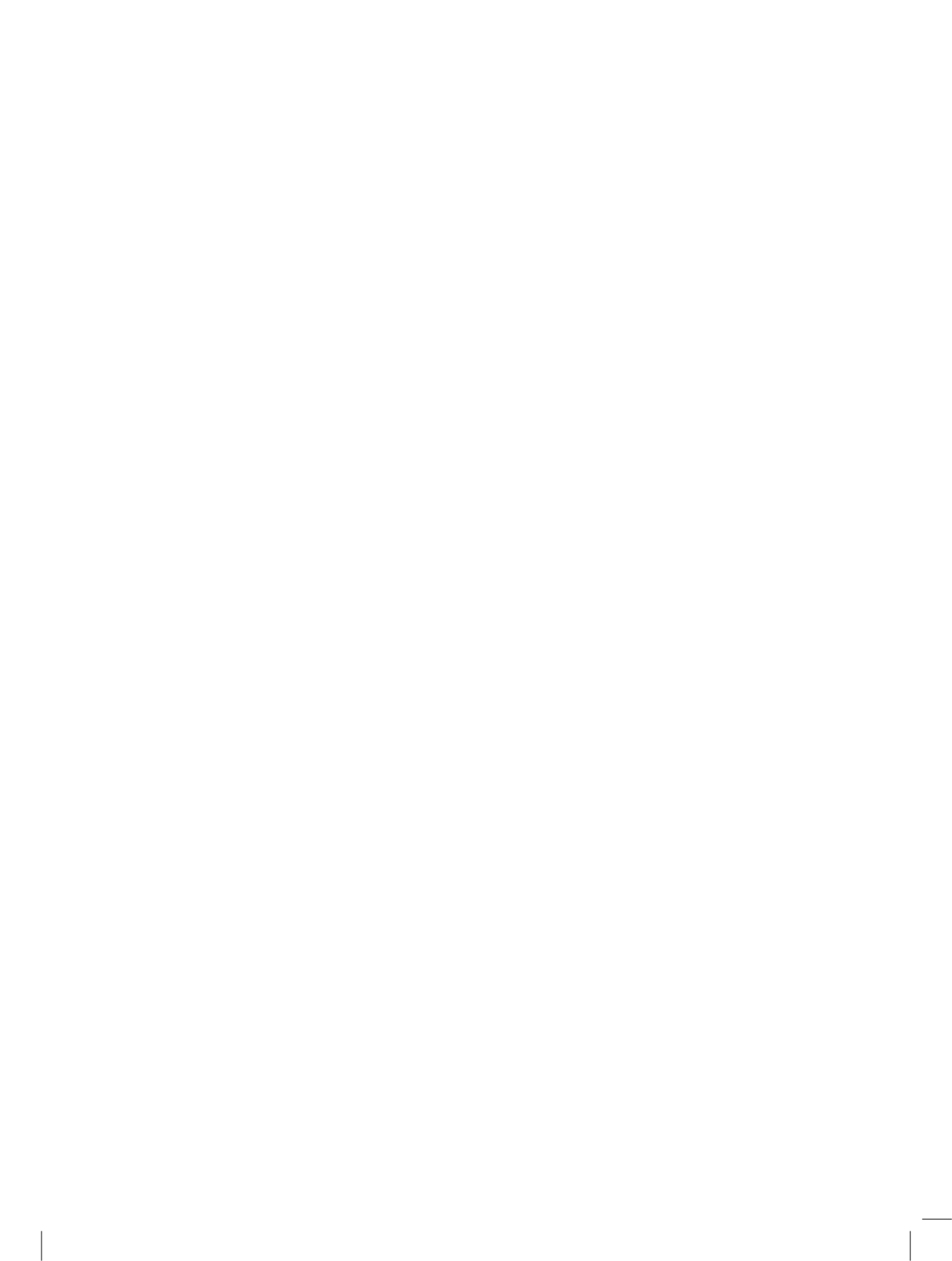
Nesse sentido, a mídia tem prestado um desserviço à população brasileira, propagando o preconceito, a ignorância e a estupidez no entendimento das violações de direitos básicos, impondo o medo e o terror aos/às jovens pobres.

Além disso, tenho visto a Segurança Pública contribuindo para a elevação do número de assassinatos. Participa desse processo sua polícia, com práticas do tempo da ditadura militar, que tem introjetada em sua ação uma permissão para a violência que uma pequena parcela da sociedade acha legítimo direcionar contra outra,.

A alienação em que a sociedade está mergulhada é tão complexa que tenho observado a baixa autoestima, a pouca criticidade, a falta de indignação nas comunidades. Reconhecendo o processo histórico político-econômico-social-ideológico que produz isso, pergunto: qual é, qual tem sido nosso papel nisso tudo? Que resultados podemos observar no processo de formação política, no compartilhamento dos conhecimentos enquanto educadores/as populares que somos? Precisamos avançar no debate sobre o direito à cidade e sobre sua efetivação, bem como sobre o papel do Estado em promover, com a participação da sociedade, políticas públicas de integração da cidade como um todo. Entendo que esse processo deve acontecer junto às comunidades das periferias, na horizontalidade das relações.

Os nossos filhos têm de aprender, desde cedo, a enxergar as desigualdades de seus próprios destinos e os de outras crianças não como a “Vontade de Deus”, nem como “o preço necessário da eficiência econômica”, mas como uma tragédia evitável.⁵⁹

59 Marcelo Spalding. *Crianças do asfalto: ficções baseadas em pesquisas acadêmicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 5.



O extermínio de adolescentes e jovens e a importância de estabelecer um debate público sobre o tema

Lara Nasi
Jornalista

Em novembro de 2013, passei a integrar a equipe do Proame-Cedeca, justamente na semana que antecedia ao *II Seminário Nacional Contra o Extermínio de Adolescentes e Jovens*, realizado no dia 21 de novembro. Foi naquele momento que o extermínio começou a ganhar visibilidade para mim. Eu não desconhecia o fato de que vivemos em cidades violentas, assim como acontece em quase todo o território brasileiro. Cresci na área periférica de uma cidade do interior e sempre vi o tráfico e a violência muito de perto. Mas os dados que eram levantados no Seminário soavam assustadores para mim.

São Leopoldo, essa cidade de aparência tão tranquila quando vista a partir de seu centro, foi considerada em 2010 uma das 300 cidades mais violentas

do Brasil⁶⁰. Longe de ser apenas seu centro, São Leopoldo é também Vicentina, Feitoria, bairros que figuram semanalmente nas editorias policiais dos jornais locais. Mas essa realidade é conhecida apenas por quem convive com ela ou por quem a olha bem de perto. E talvez nem todo mundo esteja disposto a olhar.

Há pesquisas, há estudos, há campanhas. O Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) de 2012 demonstra dados que deveriam ser inaceitáveis. Enquanto a média de mortes por homicídios é de 5% no Brasil, ela sobe para 45% quando falamos de adolescentes. Claro, aumenta ainda mais se falamos de meninos e negros⁶¹. Não se trata apenas de estatística. Esses dados dizem respeito a milhares de meninos e também de meninas que são privados/as de suas vidas em nome de um projeto obscuro, que aparentemente seleciona quem pode ser sujeito de direitos e quem jamais será. A estes/as últimos/as, interditados/as de tantos direitos, como moradia digna, saúde, educação de qualidade, acaba sendo negado o direito à própria vida.

E isso não deveria indignar a todos/as nós? Tornar-se pauta nos meios de comunicação, preocupar as instituições, as lideranças? Os ares de invisibilidade que recobrem o assunto fazem com que ninguém (ou muito poucos/as) se dê conta de que o extermínio acontece. Dessa forma, as autoridades, as instituições não são cobradas. O mais triste desse cenário é que, onde se conhece e se experimenta a violência de fato, não há possibilidades de que seu combate torne-se uma demanda. É precisamente onde se sente a violência que cada um/a sabe que pode pagar com a própria vida. A vida torna-se banal e a morte também.

Ao ler os relatos das entrevistas realizadas pela equipe do Proame-Cedeca para esta pesquisa, sem ainda conhecer as comunidades em que se desenvolvem os projetos da organização, parecia estar diante de relatos que se assemelhavam

60 Julio Jacobo WAISELFISZ. *Mapa da Violência 2010: anatomia dos Homicídios no Brasil*. Instituto Sangari. São Paulo. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2010/MapaViolencia2010.pdf>>

61 De acordo com o IHA 2012, a probabilidade de ser assassinado é quase 12 vezes maior quando o adolescente é do sexo masculino do que do feminino. O risco também é quase três vezes maior para os negros em comparação com os brancos.

àqueles que, na ficção, surgem em obras como *Cidade de Deus* ou *Tropa de elite*. A vida como troca. A vida valendo nada. O medo coletivo. O conviver com o medo e a naturalidade com que o assunto integra o cotidiano dos/as que enfrentam diariamente a violência, adotando táticas para sobreviver a ela, como um familiar de uma pessoa assassinada ao negar-se a passar informações para a polícia sobre o provável suspeito por saber que sua família poderá ser punida com uma nova vítima se ousar buscar a justiça pelos meios formais. Ou então ser uma das inúmeras testemunhas de assassinato em um espaço público e ouvir do assassino que se algum dos presentes ousar denunciá-lo, será também morto. E, logicamente, silenciar. Esconder-se em casa para que ninguém o veja ou saiba que assistiu a uma situação de violência. Aceitar um estado de saúde frágil, ao sobreviver de uma tentativa de assassinato, considerando que foi o melhor para si, para distanciar-se do mundo do crime.

O assunto é delicado e assim como é difícil escrever, é difícil também falar. Ainda mais para quem convive com ele. O silenciamento persiste porque há uma relação de poder claramente estabelecida na ordem social. Como então elaborar estratégias para enfrentar a violência letal? Trazer o tema à tona e tornar este um debate coletivo pode ser o primeiro passo. Quando uma discussão é pública, assumida por diversos atores sociais, ninguém poderá ser responsabilizado individualmente por pautar a discussão. Nesse contexto, um importante papel pode ser assumido pelos meios de comunicação. Eles têm potencial para dar visibilidade ao tema no espaço público.

Infelizmente o modo banal com que a violência é tratada no dia a dia das periferias onde famílias perdem seus filhos/as também se reflete na forma como os meios noticiam as mortes. Notícias sobre homicídios são frequentes nas páginas policiais. São relatos apresentados de forma individualizada, que narram os diferentes episódios de violência e morte envolvendo, em geral, adolescentes e jovens, como vítimas ou como autores. É uma narrativa de mortes isoladas. Nesse isolamento, pode passar despercebido a quem escreve ou a quem lê que há um discurso cotidiano de violência, em que subjaz um plano de extermínio

de adolescentes e jovens mais pobres, com ênfase num recorte étnico e de gênero, já que a maior parte das vítimas são meninos negros.

É fundamental que jornalistas, organizações em defesa dos direitos humanos, lideranças e autoridades tenham um olhar crítico sobre o tema e percebam que essas mortes não são repetições ocasionais. Há dados importantes que podem subsidiar a todos/as. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Observatório das Favelas, em parceria com o Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro publicam o Índice de Mortes na Adolescência (IHA), que estima o risco que adolescentes têm de perder a vida por causa da violência. Em São Leopoldo, esta publicação, embasada em pesquisa quantitativa e qualitativa, também pode configurar-se numa fonte.

É preciso que este tema seja de conhecimento da sociedade da maneira mais ampla possível. E, para isso, é importante que se assumam uma postura militante em defesa da vida, mesmo nos meios de comunicação. Algumas das premissas do Código de Ética de Jornalistas Brasileiros, vale lembrar, são a defesa dos princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e a defesa dos direitos do cidadão, “contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial das crianças, adolescentes, mulheres, idosos, negros e minorias”.⁶²

Colocar este debate em pauta é o primeiro passo para que se possam elaborar políticas públicas para o tema e combater a violência e o extermínio. O compromisso com a vida deve ser um compromisso de todos e de todas.

62 FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. *Código de ética dos jornalistas brasileiros*.

Disponível em: < <http://www.fenaj.org.br> >

Extermínio de adolescentes e jovens nas regiões Leste e Nordeste de São Leopoldo

- In/Conclusões

André S. Musskopf
Teólogo

Apesquisa sobre extermínio de adolescentes e jovens nas regiões Leste e Nordeste de São Leopoldo foi realizada a muitas mãos, corações e corpos inteiros que se dispuseram, cada um/a a sua maneira, a adentrar em universos difíceis e complexos, especialmente quando interconectados. Seguramente os corpos que estiveram mais inteiros nessa caminhada foram os/as integrantes da equipe de trabalho do Proame-Cedeca, acompanhados/as de perto pela Presidência do Conselho Diretor (isso faz toda a diferença). Profissionais corajosos/as, comprometidos/as, envolvidos/as “até o pescoço” porque acreditam naquilo que fazem – mesmo quando duvidam.

Houve outras mãos, corações e corpos. Organizações e empresas que financiaram essa iniciativa, porque sentiam que as suas mãos, os seus corações e os seus corpos estavam nas mãos, corações e corpos daqueles e daquelas que en-

traram nessa empreitada. Pesquisadores/as e consultores/as de áreas específicas que ajudaram a confundir e organizar as ideias trazidas nas mãos, nos corações e nos corpos de quem vinha carregado/a com as angústias da realidade vivida – e um tanto de afeto e alegria que também fazem parte da realidade de quem resiste e sobrevive.

Mas houve principalmente as mãos, os corações e os corpos inteiros das pessoas que foram sujeitos do processo vivido ao longo dessa pesquisa. Seja respondendo a um questionário com perguntas objetivas numa sala de aula, dando uma entrevista de até duas horas dentro de casa, na sede do Proame-Cedeca ou onde se achava que fosse mais seguro (porque a certeza, nesse caso, não há), participando das atividades ou simplesmente cruzando com integrantes da equipe em suas ações nas comunidades. O trabalho dessas mãos, as angústias e sofrimentos desses corações e as marcas desses corpos dificilmente são captados em sua totalidade em um processo de pesquisa. O que fizemos, como profissionais de diversas áreas que se encontraram nesse projeto comum, foi criar um retrato de uma realidade onde acontecem coisas para as quais muitas vezes não há nomes, inventar cores para tentar ser o mais fiéis possível a essa realidade e ao compromisso de transformá-la.

Dirão que é uma pesquisa ideológica. E é. Sustentados/as em todos/as os/as teóricos/as que já discutiram a falsidade da neutralidade e da objetividade absoluta e usando ferramentas científicas desenvolvidas no contexto da busca por formas concretas de transformação social (pois se não há necessidade de transformar a realidade tudo não passa de vã filosofia) construímos nossos caminhos de conhecimento. Tem choro, tem suor, tem cheiro de café e de lixo não recolhido na rua, tem o gosto bom de abraços, encontros, trocas, e a acidez do cinismo que ronda. Tem medo, orgulho, coragem, insegurança, conflito, noite sem dormir e hora que não acaba. E tudo isso é ciência. Não aquela que existe para mudar as coisas para mantê-las como estão. Entendo que um dos principais desafios e ao mesmo tempo contribuições desse trabalho, além das questões que evidencia, está na forma de produção de conhecimento que todos

esses atores e todas essas atrizes foram capazes de construir nesse momento, nesse lugar, sobre essa temática.

A mim coube a tarefa de acompanhar esse processo como coordenador da pesquisa e organizar a presente publicação por meio da parceria estabelecida entre Proame-Cedeca e Faculdades EST através do Programa de Gênero e Religião. Durante um ano, nos reunimos mensalmente, trocamos muitos e-mails e telefonemas, fomos construindo passo a passo os processos vivenciados desde a construção do projeto de pesquisa até a escrita dos resultados. Em primeiro lugar, foi necessário quebrar certa suspeita com relação aos “jeitos” acadêmicos e científicos e convencer a equipe não apenas de suas habilidades para levar a cabo tal projeto, mas principalmente de que é possível (e necessário) produzir conhecimento desde um outro lugar, nesse caso a partir das práticas cotidianas. Isso revela de que forma a “academia” e a produção do conhecimento (ciência) têm criado uma aura de supremacia e autoridade que muitas vezes ignora e não articula os conhecimentos produzidos em espaços de atuação política e social como é o caso do Proame-Cedeca. Com isso, foi possível desencadear um processo mais profundo de troca entre saberes acumulados no âmbito da produção acadêmica e a produção construída na prática.

Um dos elementos que seguramente facilitou esse processo foi o fato de conhecer a instituição e grande parte da equipe. Ainda quando era voluntário do Aspa (Apoio, solidariedade e prevenção à AIDS), durante algum tempo ocupamos parte da Sede do Proame-Cedeca e convivíamos. As equipes mudaram, as instituições também (o Aspa entretantes encerrou suas atividades), mas sempre estivemos muito próximos/as porque temos ideais comuns. De minha parte a convicção de que a produção do conhecimento deve ser acontecer no engajamento da academia com a realidade em seus movimentos cotidianos e organizações e grupos sociais são parcerias fundamentais. Por isso, em segundo lugar, os questionamentos e a revisão dos pressupostos, dos caminhos, das hipóteses num diálogo multidisciplinar e a partir de vários lugares foi um aspecto permanente e fundamental. A equipe se colocou inteira

nesse desafio e o resultado foi um mútuo aprendizado ao longo das reuniões e tarefas desenvolvidas.

Assim foi sendo construída a pesquisa e a publicação. Por um lado, significou a prática de estudo constante, presente desde a elaboração do projeto e perpassando todas as etapas com a produção de reflexões sobre a temática tanto pela equipe (Parte I) quanto por especialistas convidados/as e também pessoas das comunidades (Parte II). Por outro lado, tanto o estudo foi alimentando as ações práticas desenvolvidas junto às comunidades quanto as ações práticas foram subsidiando o estudo, desencadeando ações específicas como o II Seminário Nacional contra o Extermínio de Adolescentes e Jovens (realizado no dia 21 de novembro de 2014), a articulação de um grupo com entidades e pessoas de São Leopoldo e região como fórum de debate e ação sobre essa temática e a “Campanha Pelo Direito à Vida” com uma série de ações previstas. Dessa forma, foi sendo construído um caminho sólido de reflexão e ação, envolvendo diversos/as atores e atrizes, amadurecendo o debate sobre a temática e as estratégias de enfrentamento da realidade do extermínio.

Uma das questões sempre presente foi a preocupação com relação a como as reflexões e ações seriam percebidas – nas comunidades, por organizações parceiras, no âmbito da gestão pública e na própria academia – afinal, o diálogo proposto envolve todos esses espaços. Não há dúvida de que há uma resistência na utilização do termo “extermínio”, às vezes no contexto das próprias comunidades como revelam as entrevistas. Isso se deve tanto às múltiplas compreensões sobre o significado desse termo e sua aplicação a realidades mais difusas e complexas do que um movimento uniforme e linear, como é o caso do extermínio de jovens e adolescentes. Ainda assim, a realidade percebida e descrita por adolescentes, jovens, familiares e lideranças, assim como nas respostas de estudantes das escolas das comunidades, revelam claramente aspectos daquilo que tem sido definido como uma realidade de “extermínio”, tanto pelo Proame-Cedeca quanto por outras organizações e pesquisas. Isso reforça o compromisso político não apenas da utilização do termo “extermí-

nio”, mas também das descrições de suas características e promoção do debate público sobre o tema.

Além disso, faz parte do próprio processo de extermínio de adolescentes e jovens o seu ocultamento. Nesse sentido, a culpabilização (“eles/elas merecem”) e a identificação de um “bode expiatório” (as drogas) são os elementos mais perniciosos e fundamentais para manter o estado atual das coisas e permitir que avance. Uma leitura superficial, inclusive das questões levantadas nesse material podem ser usadas ideologicamente para reforçar essas ideias: de que adolescentes e jovens assassinados têm o que merecem por envolver-se em situações consideradas “erradas” e “ímorais” e de que “as drogas” são a expressão mais clara disso. Como se adolescentes, jovens e familiares pudessem autonomamente decidir e tivessem as condições para simplesmente optar por conduzir sua vida de uma determinada forma, ignorando um conjunto de violações de direitos que é muito anterior a essas “escolhas”. Contra isso não há antídoto definitivo. Essas leituras superficiais não compreenderão a complexidade do fenômeno apresentado nas entrelinhas de muitas falas e reflexões, seja porque é mais fácil não se envolver, seja porque não há compromisso com a vida dos/as adolescentes e jovens que estão sendo assassinados/as e obrigados/as a viver em condições extremas de vulnerabilidade.

É justamente esse compromisso que sustentou o processo de pesquisa/ação. A percepção sobre a realidade do extermínio foi se transformando em convicção. Ela iniciou como suspeita por parte da equipe e sendo testada e comprovada através das informações coletadas nas escolas e nas entrevistas com adolescentes, jovens, familiares e lideranças. As reflexões dos/as integrantes da equipe e suas produções textuais presentes nessa publicação revelam, a partir de diversas perspectivas a confirmação das suspeitas. Mais do que evidenciar uma situação de extermínio, apontam para a invisibilização e naturalização dessa realidade, ao ponto de passar despercebida ou ser aceita como “normal”. Ao tirar o tema da invisibilidade, dar-lhe nome e definir suas características, também apontam para a necessidade de um comprometimento amplo para a

transformação de sistemas culturais, políticos e econômicos com destaque para a necessidade de políticas públicas efetivas e eficientes com base numa nova compreensão sobre as relações sociais fundamentadas na justiça.

Embora seja possível discutir as dimensões, os dados e as informações coletadas e disponibilizadas atestam que o extermínio de adolescentes e jovens é uma realidade. Suas causas e suas formas de materialização são diversas e, muitas vezes, consequência da própria atuação (direta ou indireta) do poder público. As histórias e situações narradas não deixam dúvidas. Ainda assim, as respostas para o enfrentamento dessa situação não estão prontas. Precisam ser construídas envolvendo os mais diversos setores da sociedade. É preciso pensar em questões tão amplas como acesso a saúde, moradia, educação, saneamento, alimento, segurança e já se sabe que a criminalização simplista da realidade das drogas não responde de maneira efetiva a essa realidade. É preciso pensar na cultura da violência produzida pela mercantilização de todas as dimensões da experiência humana e dos desejos de consumo produzidos para manter um universo de consumidores/as ávidos/as pelo consumo, ao mesmo tempo em que mantém uma parcela significativa da população à margem desse processo, sobre/vivendo à própria sorte. Não há respostas e conclusões fáceis ou simples. Há vidas e realidades complexas demais para qualquer análise reducionista.

Não posso deixar de reparar de que forma todas essas questões se relacionam com as questões de gênero. Embora as estatísticas sejam bastante evidentes com relação a como a realidade de extermínio atinge adolescentes e jovens a partir de suas identidades de gênero (masculino e feminino), os dados e as informações levantados nessa pesquisa apenas confirmam essa realidade. Adolescentes e jovens do sexo masculino são mais atingidos por esse fenômeno justamente porque a construção da masculinidade se dá dentro de um padrão de violência, força e poder exercidos sobre mulheres e outros homens. Por outro lado, essa violência também atinge adolescentes e jovens do sexo feminino principalmente como violência de gênero, ou seja, como exercício do poder opressor exercido por homens sobre mulheres, colocando-as numa posição de

subalternidade. O assassinato e a morte, nesses casos, acontecem principalmente diante da resistência das mulheres em ocupar esse espaço, ou pela simples percepção de que não o ocupam por parte dos homens que se sentem autorizados a violar os seus direitos e cometer várias formas de violência contra elas. Nesse sentido, a violência, as ameaças de morte, os assassinatos – extermínio – apresenta também sintomas de padrões de gênero violentos e desumanizadores que provocam efeitos devastadores tanto para homens quanto para mulheres.

Entrar no universo daquilo que temos chamado de “extermínio de adolescentes e jovens” significa tentar entender a forma como as relações sociais são construídas em sua complexidade. Não é possível olhar para apenas um aspecto dessa realidade e pretender entender a sua totalidade. O que se pode dizer é que se trata da expressão máxima da precarização das relações humanas, marcada pela violência que forma a base e as estruturas das sociedades contemporâneas. Nossas relações não estão boas e é necessário um debate amplo e corajoso para superar todas as formas de violência. Eu sou grato pelo convite para participar desse debate e pela oportunidade de caminhar com pessoas profundamente comprometidas e conscientes dos desafios que temos diante de nós.



PARTE II

Ampliando o debate



Extermínio de adolescentes e jovens no Brasil: Um olhar sociológico dos aspectos simbólicos e subjetivos que permeiam essa temática

*Eloir Heimerdinger*⁶³

*Idilbar Vieira Pereira*⁶⁴

*Luís Paulo Arena Alves*⁶⁵

*Sergio Amarildo Evangelista Soares*⁶⁶

A violência apresenta visibilidades e invisibilidades, pois sempre é antecedida, ou justificada, por uma violência simbólica, a qual se exerce mediante a subjetivação pelos agentes sociais envolvidos na relação: “A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de outorgar ao dominan-

63 Graduado em Filosofia, com especialização em Direitos da Criança e do Adolescente pela Escola Superior do Ministério Público do RS/ESMP e em Violência Doméstica pela Universidade de São Paulo/USP. Atualmente é assessor de projetos sociais da organização internacional Kindernothilfe – KNH Brasil Sul, em Porto Alegre/RS.

64 Graduado em Contabilidade. Atualmente é assessor de projetos sociais da organização internacional Kindernothilfe – KNH Brasil Sul, em Porto Alegre/RS.

65 Graduado em Serviço Social, com mestrado em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Atualmente é assessor de projetos sociais da organização internacional Kindernothilfe – KNH Brasil Sul, em Porto Alegre/RS.

66 Graduado em Sociologia, com especialização em Violência Contra a Criança pela Universidade de São Paulo/USP e mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Atualmente é coordenador do escritório da organização internacional Kindernothilfe – KNH Brasil Sul, em Porto Alegre/RS.

te, portanto, à dominação, quando somente dispõe, para pensá-lo e para pensar a si mesmo, ou melhor, para pensar sua relação com ele, de instrumentos de conhecimento que tem em comum com o dominante e que, sendo a forma incorporada da relação de dominação, fazem aparecer tal relação como natural...⁶⁷

Dentre os diversos problemas e questões sociais⁶⁸ que continuam a desafiá-las as políticas de desenvolvimento social no Brasil, seguramente a violência é uma das mais preocupantes, pois abrange um número significativo de adolescentes e jovens que estão inseridos numa realidade que se apresenta cada vez mais complexa.

Dessa forma, o artigo que ora apresentamos tem como fio condutor a proposta de discutir a temática da violência com base em dados⁶⁹, a fim de compreender como essa problemática se apresenta no cenário brasileiro, bem como, os inúmeros fatores envolvidos nesse processo. Este texto tem como objetivo promover o diálogo e oferecer uma visão ampliada dos elementos simbólicos e subjetivos que permeiam esse processo, ou seja, aspectos geracionais, classe social, etnia e gênero, visando possibilitar uma compreensão das violências produzidas em nosso tempo. “A violência desponta nas últimas décadas como um dos principais problemas sociais dos grandes centros urbanos brasileiros”.⁷⁰

⁶⁷ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, apud SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Violências e conflitualidades*. Porto Alegre: Tomo, 2009. p. 68.

⁶⁸ Entendida aqui no sentido universal do termo, como resultado do conjunto das desigualdades sociais existentes e originada dos problemas políticos, sociais, culturais e econômicos.

⁶⁹ As informações aqui sistematizadas tomam como base o Mapa da violência de 2013 (MAPA DA VIOLÊNCIA 2013. *Mortes matadas por arma de fogo*. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: 15.01.2014); o Índice de homicídios na adolescência: IHA 2009-2010, publicado em 2012 (ÍNDICE DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA – IHA 2009-2010. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/br_indiceha10.pdf. Acesso em: 15.01.2014); dados do censo de 2010 e dados do relatório da Unicef sobre a Situação da Adolescência Brasileira 2011 – O direito de ser adolescente: oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades, publicado em 2011 Unicef. *Situação da Adolescência Brasileira – O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades*. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/media_22244.htm. Acesso em: 15.01.2014).

⁷⁰ CANO, Ignácio; RIBEIRO, Eduardo. Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. In: *Homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 51.

O segmento populacional que se encontra num estágio mais agudo e particular de vitimização e marginalização na sociedade é o dos adolescentes e jovens, especialmente aquele que transita no universo próximo às situações, vivências e realidades de violência. Historicamente já se trata de parcela da população estigmatizada e que, na conjuntura atual de ênfase (real ou imaginária) da violência epidêmica⁷¹, passa a ser vista como um dos principais agentes que alimentam essa engrenagem.

Mesmo que os dados empíricos evidenciados pelas pesquisas atestem que adolescentes e jovens são mais vítimas que vitimizadores, objeto e não sujeito, foco de iniciativas repressivas e de contenção, órfãos de políticas públicas inclusivas e protetivas, o senso comum e/ou a opinião pública projetam neles a causa de parte relevante das mazelas da sociedade. Ou seja, esses sujeitos sofrem duas realidades de vitimização: além de serem o elo mais frágil nessa engrenagem estrutural de exclusão (é paradoxal falar em sociedade inclusiva, via mundo do trabalho, por exemplo, onde nem a população adulta tem condições de manter-se incluída), é seguidamente estigmatizada como um dos agentes principais que alimentam a sensação de insegurança e de violência que nos rodeia.

A intencionalidade nas notas deste artigo é problematizar e refletir sobre esta situação de precariedade e de violência que é vivenciada na atualidade pelos adolescentes e jovens no Brasil. Em vista disso, é necessário compreender a dinâmica das questões sociais, tendo presentes seus efeitos e suas diferentes metamorfoses, estatísticas, reais e simbólicas. O objetivo da elaboração dessa reflexão não é esgotar a discussão sobre a temática da violência, mas contribuir para adensar o debate a partir de uma série de informações pertinentes e suas diferentes configurações e seus desdobramentos nesta contemporaneidade.

A violência da sujeição à paisagem urbana inóspita que traz para o cotidiano todos os tipos de dificuldade, de transporte, de educação, de saúde, cultura e

⁷¹ Entendida aqui como a sensação de que tudo ao nosso redor parece manifestar sinais de violência, numa simbologia similar à de uma epidemia = situação aguda, sem controle, presente em todos os lugares e momentos, atingindo quase todos e tudo, difícilíssima de ser enfrentada e com dificuldades de superação em curto e médio prazos.

lazer; violência no interior da vida familiar; violência na dificuldade crescente de direito ao trabalho, cada vez mais especializado e discricionário; violência no imperativo de enfrentar filas para receber cartões para todos os benefícios sociais, depois de comprovar pobreza extrema; violência da exposição ao trabalho e à prostituição infantil; violência da ausência de perspectivas de vida.⁷²

Ao “debruçar-nos” sobre essa questão, pensando numa perspectiva de amplitude analítica, tomaremos como base diferentes fontes de informação. Iniciamos pelos dados publicados em 30 de novembro de 2011 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef, no relatório *Situação da Adolescência Brasileira 2011*⁷³. Este relatório explicita que, ao compararmos a situação dos adolescentes e jovens com a dos demais segmentos etários, observa-se que esse grupo sofre mais fortemente o impacto das vulnerabilidades, como a pobreza, a violência, a exploração sexual, a baixa escolaridade, a exploração do trabalho, a gravidez, as DST/AIDS, o uso de drogas e a privação da convivência familiar e comunitária. O relatório revela que estas vulnerabilidades, entretanto, não os afetam da mesma maneira. O que diferencia a forma pela qual os adolescentes e jovens serão atingidos por tais vulnerabilidades são as desigualdades sociais construídas historicamente no Brasil.

Paralelamente a essas questões, a análise dos dados preliminares do Censo 2010, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁷⁴, indica que quatro em cada dez brasileiros (40%) que vivem na miséria são meninas e meninos até 14 anos. Depois das crianças, o segundo grupo etário com maior percentual de pessoas vivendo em situação de miséria são os adolescentes.⁷⁵

Avançando na análise, mais de 80% da população mora em áreas urbanas que apresentam cenários preocupantes em relação às disparidades sociais,

⁷² OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho e. Configurações do ensino superior e a formação profissional dos assistentes sociais: desafios para a intervenção. In: *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 104, 2010. p. 747.

⁷³ Para maiores informações consultar em http://www.unicef.org/brazil/pt/media_22244.htm.

⁷⁴ Para maiores informações consultar em <http://censo2010.ibge.gov.br>.

⁷⁵ Unicef, 2011.

gerando impactos no dia a dia dos adolescentes e jovens que vivem em comunidades periféricas do país, tendo seus direitos fundamentais constantemente violados (entrada precoce no mundo do trabalho, os serviços de infraestrutura e saneamento em suas comunidades são precários ou inexistentes, condições de moradia muitas vezes insalubres, e os homicídios que ocorrem em níveis alarmantes).⁷⁶ Aprofundando a análise sobre este relatório, encontram-se dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. Num recorte específico/particular em termos etários, identifica-se que 19,1% dos adolescentes (para cada grupo de 100 mil pessoas) morreram vítimas de homicídio em 2009. Isso significa que, em média, são assassinados 11 adolescentes por dia no Brasil.

Ao analisar os dados do Mapa da Violência 2013⁷⁷ *Mortes matadas por arma de fogo*, encontra-se uma estimativa preocupante referente à análise realizada no período compreendido entre 1980 (ano tomado como ponto de partida do estudo) e 2010 (último dado disponível), onde é possível identificar que, no Brasil (segundo os registros do Ministério da Saúde – SIM), morreram no total 799.226 cidadãos vítimas de armas de fogo. Dado que desse total 450.255 tinham entre 15 e 29 anos de idade, tem-se um percentual de 67,1% do total de mortes por armas de fogo nessas três décadas; ou seja, duas entre três vítimas eram jovens. Considerando que somente o ano de 2010 registrou o total de 75.553 mortes (15 a 29 anos de idade) e que 22.694 dessas mortes foram por arma de fogo, apenas nesse ano 30% dos óbitos tiveram origem no disparo de alguma arma de fogo.

Os dados do IHA 2009-2010, publicado em 2012⁷⁸, mostram que, para cada mil pessoas com 12 anos de idade, 2,98 são assassinadas antes de completar 19 anos. Houve um aumento de 2,61% em relação aos dados de 2009. Segundo uma estimativa desse relatório, tomando como base os dados de 2010,

⁷⁶ Unicef, 2011.

⁷⁷ Para maiores informações consultar em <http://mapadaviolencia.org.br>.

⁷⁸ Para maiores informações consultar em http://www.unicef.org/brazil/pt/br_indiceha10.pdf.

caso a projeção dos números não mudar, 36.735 adolescentes serão vítimas de homicídio até 2016. Isso equivale à população de adolescentes e jovens de um município como Pelotas/RS, por exemplo. Em suma, os homicídios hoje representam 45% das causas de morte dos adolescentes brasileiros.

O relatório da Unicef nos mostra ainda um conjunto de desigualdades particulares/específicas desse contexto, pois nascer negro, viver numa comunidade popular nos grandes centros urbanos e ser menino são fatores simbólicos e subjetivos da discriminação, pois em meio às diversidades e disparidades regionais, étnicas, culturais e socioeconômicas, os meninos negros são as maiores vítimas das mortes violentas. Segundo o IHA de 2009, o risco de um adolescente negro com idade entre 12 e 18 anos ser vítima de homicídio é 3,7 vezes maior do que o de um adolescente branco.

Analizamos então, dentre esses diversos fatores, alguns que estão relacionados com o extermínio dos jovens. Um deles sem “sombra” de dúvida é o da origem social desses jovens, pois a violência atinge fortemente os de classe popular, das comunidades mais empobrecidas, excluídas e vulnerabilizadas. Os dados mostram que, no recorte de raça/etnia, os meninos negros são significativamente mais afetados pela pobreza. Essa parcela da população é seguidamente vítima de preconceito de forma muito incisiva e de duas decorrências que afetam a autoestima e os projetos de vida individuais e coletivos: a invisibilidade e a indiferença.

O preconceito provoca invisibilidade na medida em que projeta sobre a pessoa um estigma que a anula, esmaga e a substitui por uma imagem caricata, que nada tem a ver com ela, mas expressa bem as limitações internas de quem projeta o preconceito. (...) Outra forma de invisibilidade é aquela causada pela indiferença. Como a maioria de nós é indiferente aos miseráveis que se arrastam pelas esquinas feito mortos-vivos, eles se tornam invisíveis, seres socialmente invisíveis.⁷⁹

⁷⁹ SOARES, Luís Eduardo; BILL, MV; ATHAYDE, Celso. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. p. 176.

Numa sociedade que “classifica” seus indivíduos e grupos a partir da ostentação explícita de “*posses*” e “*status*”, não incluir-se nesse contexto de valores remete esses seres ao anonimato, à invisibilidade, ao sentimento de não pertencimento, de exclusão, de não ser considerado, de ser anulado. Logo, além da gama de carências, em todas as suas dimensões, esses jovens passam a sofrer uma sutil, mas marcante, sensação de não serem parte. Nesse sentido, “Quando não se é visto e se vê, o mundo oferece o horizonte, mas furta a presença, aquela presença verdadeira que depende da interação, da troca, do reconhecimento, da relação humana. (...) Não ser visto significa não participar, não fazer parte, estar fora, tornar-se estranho. O sentimento de não pertencer, de estar fora, costuma ser doloroso”.⁸⁰

A violência epidêmica e simbólica que se abate sobre os jovens brasileiros alimenta-se também de um contexto social-político-econômico-cultural pautado pela ampla, invasiva e massificante oferta indiscriminada da “possibilidade” de compra e de consumo que alimenta sonhos ilusórios. Ao mesmo tempo, é acompanhada pela ausência de condições para acessar esse universo que se diz e se apresenta como desejável e prazeroso. A incapacidade e impossibilidade de alcançar tais objetivos ou desejos materiais (impostos pelo mercado) cria frustrações/sentimentos de injustiça, o que, por sua vez, resulta em violências. Nesse sentido, para Pierre Bourdieu a violência simbólica acontece sem que seja percebida como violência, inclusive por quem é por ela vitimizada, pois se insere em tramas de relações de poder naturalizadas.

O grande hiato existencial é: vales e és reconhecido pelo que aparentas; para aparentar tens de possuir tais “valores” e/ou bens. Mas, na tua atual condição de exclusão socioeconômica, te vês impossibilitado de acessá-los. Para ser e ser visto e reconhecido enquanto pessoa ou grupo terás de obtê-los, logo, ou te recolhes à tua “invisibilidade” ou lanças mão de meios para acessar o *status* do modelo consumista. No entanto, essa população está excluída dos mínimos sociais necessários para lançar-se na busca desses “valores”, legitimados pela

⁸⁰ SOARES; BILL; ATHAYDE, 2005, p.167.

sociedade individualista, consumista e competitiva (tripé do modelo capitalista atual). Nesse sentido, utilizar-se de elementos violentos para acessá-los passa a ser decorrente.

A lógica capitalista dificulta e restringe o acesso a uma gama de direitos e/ou satisfações intensamente desejados por essa população. Este macrossistema anterior e violento por excluir, impossibilitar e segregar desencadeia uma engrenagem que revitimiza duplamente os adolescentes e jovens: impossibilitando-os de ter e/ou acessar, e astutamente impele-os a buscarem essa acessibilidade e inclusão através de meios/caminhos não legitimados pelos ditos contratos sociais ou de convivência. Violência gerando violência, reforçando estigmatizações, invisibilidades e exclusões.

Os problemas políticos, sociais, culturais e simbólicos, com certeza, não são os únicos relacionados à questão da violência, mas são importantes na busca do seu entendimento e de soluções. As diferenças geram inúmeros conflitos. Esses conflitos expressam-se ao atingir os jovens de classe popular, filhos de trabalhadores, jovens de etnia negra. É a maioria jovem do sexo masculino e negra que é mais direta e incisivamente atingida pela realidade de conflitos e de violências.

A história de discriminação vivida pelas etnias formadas por pessoas “não brancas”, principalmente, deixou seus legados que se perpetuam cotidianamente. Um exemplo muito marcante é quando abordagens policiais são dirigidas aos jovens negros por assim o serem. Isso porque eles são considerados suspeitos tendo em vista a sua “cor de pele”. No entanto, os mesmos deveriam ser considerados como qualquer outro cidadão, que *a priori* não é suspeito de nenhum delito. Essa maneira de considerar as pessoas de antemão suspeitas por pertencerem a um determinado grupo social, a uma etnia, por possuírem outra cor de pele, é revoltante, gera reações, e obviamente reações que vão além da palavra e do gesto, podendo chegar ao nível da agressão violenta. Por isso, cabe à sociedade “branca”, hegemônica, adulta, refletir como são consideradas e respeitadas as etnias “não brancas” e, mais do que refletir, desenvolver ações práticas para

diminuir essa realidade desigual e injusta muitas vezes direcionada aos “não brancos”. Será que isso auxiliaria para a redução dos altos índices de violência que vitimizam os jovens em geral e principalmente os negros?

Existe também o aspecto vinculado à masculinidade, ou seja, os jovens homens são a grande maioria dos vitimados em mortes violentas. Isso pode estar ligado à cultura paternalista e machista, onde se propaga que “homem não chora”, não “leva desaforo para casa”. Esse ponto diz respeito à temática de gênero, tornando relevante que sejam repensados os valores de homens, de mulheres e outros grupos afetivos. As práticas, os costumes e os hábitos que reforçam preconceitos como os que consideram os “homens mais machos”, as mulheres inferiores, os homo afetivos como um problema patológico, reforçam este ambiente de violência simbólica. A grande questão aqui está no que Santos expressa acerca da necessidade de conseguirmos inverter as relações sociais que são orientadas pela violência. Temos que reconstruir a esperança de uma sociabilidade criativa e não violenta, para que se fortaleça a esperança numa sociedade pacificada, alternativa e inclusiva.⁸¹

Considerações finais sobre as reflexões iniciais

A violência e o extermínio de adolescentes e jovens têm sido concebidos como um fenômeno multifacetado, que não somente atinge a integridade física de um determinado sujeito, mas também a integridade psíquica, emocional e simbólica dos indivíduos ou grupos. É importante ressaltar que, na atualidade, as dificuldades enfrentadas pelos adolescentes e jovens em acessar as estruturas mínimas necessárias de educação, saúde, cultura, lazer, trabalho e os meios fundamentais para promover seu desenvolvimento têm deixado estes sem perspectivas para o futuro, impossibilitados de garantir uma participação ativa no processo de conquista da cidadania. É preciso superar os mitos e as ditas falácias do

81 SANTOS, José Vicente Tavares dos. A agonia da vida: mortes violentas entre a juventude do país do futuro. In: *Homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

desenvolvimento que impedem o advento de alternativas que tornem possível um efetivo combate a essas desigualdades sociais especificamente para este público e para a população de maneira geral.

Nesse sentido, torna-se indispensável promover debates sobre essas problemáticas, a fim de avançar na construção de propostas interdisciplinares, horizontalizando a abordagem e abrindo caminhos para projetos de intervenção coletiva, inclusiva e transformadora, o que não constitui uma tarefa simples. Torna-se imprescindível considerar os recortes geracionais étnicos, de classe social, gênero, para gerar alternativas de solução neste cenário de vitimização.

No prisma da universalização dos direitos humanos, ressaltamos a necessidade e a importância de, num processo democrático e corajoso, discutir as reformas na política, na polícia e na justiça, o papel do Estado enquanto ente legítimo e fundamental para a prevenção, o controle e o combate às diferentes situações de violência e a participação da sociedade civil nesse contexto. Torna-se imprescindível articular as políticas públicas e sociais para que promovam e priorizem a participação dos adolescentes e dos jovens, sendo estes protagonistas do seu processo de desenvolvimento.

Na centralidade e/ou especificidade do debate, é fundamental criar alternativas eficientes para superar essa realidade de extermínio de adolescentes e jovens que está sendo vivenciada hoje no Brasil, tirando-os desse ambiente de incerteza e insegurança. É fundamental reconhecê-los como sujeitos capazes de construir soluções para essa realidade de violência epidêmica, a fim de buscar entender suas causas, particularidades e consequências, acompanhá-los e apoiá-los em seus mecanismos de luta por soluções (as movimentações nacionalmente deflagradas em meados do ano passado apontaram algumas).

Reforcemos as lutas e as conquistas históricas em torno dos direitos humanos; uma caminhada que já iniciamos, mas que muita energia ainda necessita, pois a realidade de violência física e simbólica ainda está presente entre nós – e o extermínio de adolescentes e de jovens é uma de suas manifestações mais graves, complexas e desafiadoras neste momento.

Olhares sobre a psiquiatrização e medicalização de crianças e adolescentes institucionalizadas

Mônica Pereira Brito

Que sociedade poderá estruturar-se com indivíduos com corpos dormidos? A resposta primária é para que existam processos de interação, mecanismos de reprodução social de marcos de significados compartilhados, deve haver sujeitos com energias individuais disponíveis. Uma sociedade sem interação, uma sociedade que cai em sono é, por um lado, um conjunto de fragmentos e, por outro lado, fragmentos sem ligação alguma.

Scribano, 2005

apresentação

O presente texto pretende refletir sobre a complexidade e naturalização de uma temática que tem se legitimado no Brasil, como parte de um processo de medicalização de longa duração de crianças e adolescentes, que se tem avaliado na história moderna de nosso país. O abuso de psicofár-

macos na infância e adolescência é decorrente de um quadro caracterizado e contextualizado por um Estado paternalista, de promoção da ordem e prevenção de problemáticas sociais mediante a saúde mental e suas generalidades, no marco de uma sociedade que usa e abusa de medicamentos para solução dos males individuais e coletivos.

Este processo de medicalização da infância e adolescência, a despeito de ser generalizado nesta faixa etária, tem se intensificado sobremaneira naquelas em situação de institucionalização, especialmente nas que se encontram sob a custódia do Estado brasileiro, que cumprem medidas socioeducativas de privação de liberdade e em acolhimento institucional.

Este texto remete a uma das formas, mediante as quais se põe em ação o que seria um processo contemporâneo de disciplinamento daqueles que não se adaptam à norma, estigmatizados como diferentes, com utilização de um discurso de inclusão que leva a caminhos opostos, onde cada vez mais, são excluídos por não adaptar-se às pautas e aos valores que compõem uma normalidade imposta pela hegemonia atual. Essa exclusão se dá não somente por condições materiais, mas sobretudo por aquelas geradas por questões sociais, culturais e simbólicas.

Medicalizar corpos infantis e adolescentes, deixando-os inertes e sem sensação e expressão, longe de ser uma promessa emancipatória, remete-se a uma racionalidade instrumental moderna de sujeição dos sujeitos, por meio de dispositivos, mediados pelo saber/poder unidirecionado, sob a falácia de bem coletivo, configurando-se uma nova alienação ante aos binômios “enfermidade e liberdade”, “autonomia e emancipação”, “ser e dever ser” e “autonomia e heteronomia”.

Propõe-se, a partir deste texto, uma reflexão sobre o processo de medicalização/psiquiatrização dos corpos infantis e adolescentes em unidades de acolhimento/internamento que está sendo legitimado e naturalizado sem maiores possibilidades de pensar como responsabilidade coletiva, em lugar de problemáticas individuais. Como diria Barrán, “se trata de analisar... a

faculdade de sentir, de perceber prazer e dor, que cada cultura tem em relação a quem a tem” (1992:11).

Medicalização: Modelo disciplinário da modernidade contemporânea

Historicamente, a psiquiatrização da infância encontra suas origens na definição de “crianças loucas” e isto produziu a generalização do poder psiquiátrico sobre o desenvolvimento da personalidade da infância, que começou, ainda no século XVII e depois fortemente no século XIX, com o conceito de “crianças idiotas”. Foucault (2005) destaca que até o final de século XVII, nos textos médicos, não havia distinção alguma entre “imbecilidade” e “loucura”, pois havia uma similar natureza, que não se distinguia entre abatimento, inércia e falta de agitação com violência, furor e agitação temporária. No começo do século XIX, Esquirol discerne entre idiotice e loucura, compreendendo que a idiotice é estática, não evolui e é definitivamente adquirida, enquanto a demência evolui e se agrava e logo se estabiliza e até poder curar-se. A partir de meados do século XIX, com Seguín, encontram-se aspectos que levam à institucionalização e psiquiatrização da infância, enquanto vincula o desenvolvimento infantil a uma função temporal, como um processo que afeta a vida orgânica e psicológica, donde se distribuem as organizações neurológicas ou psicológicas, os comportamentos, as aquisições. O ponto está em que uns podem ficar parados e outros seguem se desenvolvendo, mas, em nenhum momento, em sua visão isto poderá fazer parte de um processo de enfermidade. Em sua visão, a criança idiota não é uma criança enferma, mas uma criança anormal.

Durante metade do século XIX, sucede a colonização dentro do espaço psiquiátrico (asilos) de crianças idiotas, com reclusão de alienados, anormais, fossem quem fossem, especialmente aqueles que davam visibilidade ao antagonismo do sistema capitalista vigente. As crianças idiotas se transformam em problemas a solucionar com urgência, não encontrando melhor espaço do que asilar sob a ordem do poder psiquiátrico.

A psiquiatria deixa de ser um mero poder que controla e corrige a loucura para converter-se algo definitivamente mais geral e perigoso, que é o poder sobre o anormal, o poder de definir quem é normal, controlá-lo e corrigi-lo. Essa dupla função da psiquiatria como poder sobre a loucura e poder sobre a dita anomalia, corresponde à lacuna existente entre as práticas concernentes entre a criança louca e criança anormal. A disfunção entre criança louca e criança anormal me parece um dos recursos absolutamente fundamentais do exercício do poder da psiquiatria no século XIX. “O saber da psiquiatria é um dos elementos mediante os quais o dispositivo disciplinário se organiza em torno da loucura e sobre o poder da realidade” (Foucault, 2005:261-265).

A análise da psiquiatrização e medicalização de crianças e adolescentes institucionalizados reporta-se emergencialmente a um conteúdo sociopolítico marcado pela lógica de que as questões da vida, de natureza sempre complexas, multifatoriais, mediatizadas pela cultura e pelo tempo histórico, são reduzidas à lógica médica, vinculando aquilo que não está adequado às normas sociais a uma suposta causalidade orgânica, expressa no adoecimento do indivíduo. Os comportamentos não aceitos socialmente, as performances escolares que não atingem as metas das instituições, as conquistas desenvolvimentais que não ocorrem no período estipulado são retirados de seus contextos, isolados dos determinantes sociais, políticos, históricos e relacionais, passando a ser compreendidos apenas como doença que deve ser tratada. Trata-se de manifestação de um modelo disciplinário da modernidade contemporânea, onde se busca a sujeição de corpos, especialmente para torná-los dóceis.

A utilização da psiquiatria e o abuso de medicamentos são caracterizados e contextualizados por um Estado paternalista de promoção da ordem e prevenção dos males sociais, mediante as políticas de saúde em sua generalidade, no marco de uma sociedade em que a interiorização do externo assume como próprias as necessidades de medicamentos para solução de seus males, especialmente nas populações de crianças e adolescentes que não possuem acesso a bens materiais e subjetivamente a bens sociais, culturais e simbólicos.

São corpos imperiosos a controlar, bem como, sua manifestação de conduta para converter em enfermidade e patologia, dependendo do sujeito, entendido em seu âmbito e seu discurso legitimador. O discurso hegemônico da saúde diz que os processos de medicalização foram um ponto fundamental para o disciplinamento das sociedades ocidentais modernas. Sempre um discurso de bem-estar e qualidade de vida, sem que as pessoas tivessem qualquer enfermidade. Este discurso de risco, com a promoção do autocuidado foi interiorizando formas de assumir a enfermidade sem sequer estar. Interiorização de forma de ser, estar, sentir e comportar-se na sociedade, hegemonicamente determinada pela normalidade e a exteriorização singular de um coletivo que não interioriza a diversidade. Quando se exige uma normalidade que não contempla a diversidade, a despeito de um discurso de direitos, contraditoriamente se está vulnerabilizando a qualidade do sujeito diferente.

Esta alienação de bem-estar suprime qualquer possibilidade de distinção do singular, aplicando dispositivos de controle cada vez mais rigorosos até à constituição dos sujeitos, não só na sua essência, como também na aparência. Interiorização de novas pautas e valores hegemônicos e burgueses com saber específico (científico positivista) que foram sendo exteriorizados em distintos âmbitos da sociabilidade, começando assim o processo de naturalização da medicalização como parte inerente ao ser genérico que dificilmente sabia discernir espaços e tempos, crenças e um saber externo às instituições e sensibilidades cada vez mais desacreditadas por suas manifestações subjetivadas.

a Reforma Psiquiátrica e as novas inflexões para o campo da saúde mental da infância e adolescência

A Reforma Sanitária e a Reforma Psiquiátrica acarretaram transformações cruciais no campo da saúde desde a Constituição Federal de 1988, resultando na criação do Sistema Único de Saúde (SUS). A Reforma Psiquiátrica e o Movimento Antimanicomial têm como princípio a substituição do modelo

asilar como forma de tratamento em saúde mental pelo modelo substitutivo, que desloca o lócus das intervenções do hospital e do interno do serviço para o território, utilizando-se de recursos sociais que possam dialogar com as necessidades singulares dessa população e investir na construção de lugares de pertencimento, onde prevaleçam o respeito às diferenças subjetivas e a possibilidade do efetivo exercício das potencialidades e trocas sociais. Tal estratégia visa à superação dos preconceitos, ao resgate da cidadania e à intervenção na representação social para assim possibilitar a reconstrução da rede social e da vida comunitária.

No que se refere ao atendimento ofertado pela política de saúde mental aos adolescentes privados de liberdade, verifica-se a necessidade de cumprimento da lei antimanicomial, assim como do disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, do Sinase e da Lei 10.216/01, que propõem que o atendimento seja realizado preferencialmente na rede de saúde externa à unidade socioeducativa e especialmente que sejam observados os princípios basilares da excepcionalidade e da brevidade na institucionalização de crianças e adolescentes.

Nesse contexto de reforma psiquiátrica, percebe-se que a mesma não alcançou as crianças e adolescentes institucionalizadas, pois não se oferta plenamente os direitos garantidos pelas políticas da infância e adolescência e de saúde mental. Atualmente verificam-se esforços muitos tímidos e pontuais para a garantia de direitos e por ações socioeducativas, pois ainda prevalecem ações geradoras de sofrimento e de apartação social. As crianças e adolescentes com “diagnósticos” de transtorno mental são submetidos à correção, ao tratamento e à medicalização por serem consideradas perigosas para o convívio social. São sujeitos invisíveis que são medicalizados por estarem em uma situação de ameaça e violação de direitos imposta pela lógica do mercado e pela falta de acesso às políticas sociais. São inseridos em um contexto de violência, repleto de disputas, desavenças, ameaças e agressões, onde o sofrimento psíquico não é rompido, mas, pelo contrário, esse contexto se torna mais um fator gerador de sofrimento, potencializado pela vigilância do aparato penal.

O Levantamento Nacional da Atenção em Saúde Mental aos Adolescentes Privados de Liberdade e sua Articulação com as Unidades Socioeducativas, realizado em 2008 pela Fiocruz, demonstra claramente que das especificidades dos encaminhamentos ao atendimento externo pelas unidades foi citada em primeiro lugar a do uso do ambulatório psiquiátrico (42%), seguindo-se a do uso do hospital psiquiátrico (39%). Após, apareceram o CAPs I (33%), o leito psiquiátrico (31%), o CAPs II (30%), a comunidade terapêutica (25%), o CAPs-i (14%), a clínica particular (12%) e o CAPs III (2%). E quanto à medicação psiquiátrica, o estudo revela que 53,4% das unidades admitiram que até 10% dos adolescentes em cumprimento de medida estavam utilizando anticonvulsivantes, psicotrópicos e antidepressivos, sendo que 42 diretores de unidades informaram que 20% ou mais dos adolescentes internos estavam utilizando medicamentos antidepressivos. E mais da metade das unidades (55%) informaram que utilizam práticas de contenção – métodos físicos ou mecânicos que impedem ou reduzem a mobilidade do paciente; e 60% fazem uso do isolamento – confinamento involuntário em uma sala ou área que o paciente não pode deixar – como procedimentos relacionados à saúde mental.

As crianças e adolescentes institucionalizadas e suas famílias vivenciam uma realidade de privação de direitos, marcada pela pobreza e ausência de políticas sociais que atendam suas necessidades. Essa realidade reflete a ausência de um Estado social e de direitos, em detrimento do Estado penal, que se ergue para controlar as desigualdades sociais a partir do investimento no aparelho policial e judiciário que cada vez mais empurra crianças e adolescentes negros, pobres e moradores das periferias para a institucionalização, servindo-se de diagnósticos e laudos psiquiátricos para justificar o ingresso e permanência na institucionalização e posterior medicalização que nada mais é que uma forma de higienização e limpeza social.

A medicina e a justiça voltam sua atenção para essa população dita “desajustada”; no entanto, os cuidados em saúde são silenciados pela punição judicial. Predomina a falta de serviços territoriais, os adolescentes tornam-se alvo

da medicina e da justiça em uma relação contraditória entre proteção integral e vulnerabilidade da pessoa em desenvolvimento. Perpetuam-se práticas e ações integradas entre os agentes que atuam no campo da infância e adolescência. As instituições não trabalham na perspectiva da constituição de atendimento em rede, mas, pelo contrário, trabalham na lógica do encaminhamento. Em outras palavras, o circuito apuração, aplicação e execução da medida socioeducativa se constitui na forma de instituições pertencentes a áreas distintas de atuação que não se comunicam e trabalham isoladamente. Essas instituições funcionam de forma independente de acordo a sua própria lógica: cada uma delas tem seu filtro, seu código, seu procedimento. A consequência disso é a produção de respostas pontuais, fragmentadas e pouco eficientes.

Essa estrutura de funcionamento dos serviços socioeducativos e de acolhimento institucional não só contribui para o aumento do controle social e o abandono de crianças e adolescentes, mas também não responde às suas reais necessidades e demandas, o que resulta na sua cronificação. O percurso institucional, apesar de atravessar os sistemas judiciais, assistenciais e da saúde, tem como único resultado o acúmulo de problemas e novas necessidades. Esse funcionamento provoca a segregação dos indivíduos na medida em que não integra ações capazes de analisar os processos de transformação e provocar mudanças. O funcionamento em circuito regido pela ação imperativa do sistema judiciário, além de proporcionar a exclusão de indivíduos, tem como consequência o enrijecimento da rede de atenção e cuidado. Melhor dizendo, o circuito se sobressai à rede, na medida em que dissemina uma perspectiva de controle composta por serviços assistenciais de tutela, acolhimento, instituições socioeducativas, além de clínicas, hospitais e fazendas. Podemos dizer, portanto, que o operar do circuito contribui para a institucionalização de crianças e adolescentes, na medida em que parte de uma lógica excludente, com caráter disciplinar, manicomial e de higienização social. Ao contrário dessa lógica, o funcionamento em rede propõe a desconstrução da compreensão do sujeito a partir de dicotomias (saúde x doença, indivíduo x sociedade, objetividade

x subjetividade etc.) e considera que as intervenções devem ser desenvolvidas a partir das vinculações interpessoais da criança e do adolescente, estando os atores institucionais dos diferentes campos envolvidos nesse processo, para que seja possível produzir, demandar e consolidar políticas sociais descentralizadas e emancipatórias.

Assim, defende-se que as novas práticas e políticas públicas no campo da saúde mental infanto-juvenil devam priorizar ações transversais e intersetoriais do poder público, partindo da premissa de que os cidadãos devam ser sujeitos e não objetos das políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento de novas práticas nesse campo. Para concluir, deve-se ainda atentar para o fato de que se a entrada da criança na cena da saúde mental propriamente dita parece mesmo ter sido recente, os processos de institucionalização da infância e o vetor da normalidade que a atravessa são heranças de longo tempo, e romper com os paradigmas e as práticas alinhadas com o atual modelo de desenvolvimento econômico me parece ser o cenário político ideológico concreto e ideal para o estabelecimento da promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Referências

- MIGUEZ Passada, María Noel. *La sujeción de los "cuerpos dóciles"* – Medicación abusiva con psicofármacos en la niñez uruguaya. Disertación. Doctorado en Ciencias Sociales – UBA. Buenos Aires: UBA, 2010.
- GOFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

No extermínio de crianças e adolescentes: a cidadania corrompida!

Paulo P. de Albuquerque

*“Não basta conquistar o mundo; é preciso recriá-lo”
(graffito em Chiapas)*

O título destas notas, como todo título, é redutor e não sugere as ambiguidades dos problemas que essa correlação pode apontar. Extermínio de crianças e adolescentes e cidadania corrompida sinalizam dois processos aparentemente diferentes, visto situarem-se imprecisamente entre o fenômeno da violência (sociologia) e o direito da pessoa (política).

Temos boas razões para provocar essa aproximação, principalmente quando se conhece as narrativas dos jovens em situação de rua ou quando a mídia divulga os efeitos perversos e de ordem social provocados pelos **meninos e meninas em situação de rua**, dizendo que é preciso, de alguma forma, se defender da invasão de menores nas ruas centrais das grandes cidades.

É verdade que a rua se apresenta como o espaço de organização e cooperação proposta pela cidade; nela também está materializado o contexto de violência social marcado pela fragilidade social, evidenciando que as famílias nem sempre são o reduto de proteção para crianças e adolescentes. Na rua se percebe de modo mais expressivo que os conceitos de criança, infância e juventude são de natureza diferente e que os processos de sociabilidade de crianças e adolescentes são pautados por lógicas ou modos de ser que pouco têm a ver com a infância.

As pesquisas do Proame⁸² informam que os motivos para estar na rua pela primeira vez **estão na busca do** sustento familiar (57%) e nos conflitos familiares (29%). Obviamente, o estar em situação de rua não se resume à violência das cidades nem ao desrespeito às leis, mas revela muito sobre as mudanças sociais: a situação de precariedade extrema de crianças e adolescentes, assim como as mesmas são percebidas pela sociedade. Estas mudanças sociais se expressam na fragilidade social das famílias de origem, fato que consolida os motivos pelos quais essas crianças e esses adolescentes permanecem na rua: sustento familiar (57%), conflito familiar (29%).

Nossa hipótese de trabalho é a seguinte: **se a cidadania está ligada apenas à ideia de direitos, não entender as razões pelas quais crianças e adolescentes estão na rua e não reconhecê-los como cidadãos concorre para uma lógica social míope que favorece a manutenção das desigualdades porque privilegia apenas o técnico normativo garantido pelos protocolos legais.**

Hoje para crianças e adolescentes em situação de rua a condição de não cidadania se objetiva na sua instável situação jurídica e para isto também contribui a visão do outro diferente como um perigo. Nossa reflexão sobre a temática não traduz apenas inquietudes, mas busca recolocar a temática da questão social do ser criança e adolescente em situação de rua através das seguintes

82 *Crianças e Adolescentes em Situação de Rua*. Série Cadernos, edição 2002; *Crianças e Adolescentes em Situação de Rua*. Série Cadernos, 2004; *A Rua de Olho na Comunidade*, 2009 e *Perfil de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua/Trabalho Infantil*. Projeto Comunidade Ativa, 2012.

perguntas: **Afinal, o que é mesmo que as estratégias de crianças e adolescentes em situação de rua sinalizam? Que cidadania é concessão?**

Estas perguntas não surgiram por alguma misteriosa razão, mas por uma necessidade de ressignificação conceitual do que é “ser cidadão” (quando não se está no seu território/bairro) e principalmente porque em tempos de “sociedade líquida”⁸³ é preciso garantir e retomar certos pressupostos éticos e ter bem claro que em uma sociedade de direito, tudo se correlaciona.

É importante destacar, no início desta reflexão, que o esquema utilizado aqui não se limitou a uma análise do estudo de caso ou de uma dada pesquisa específica. A reflexão não se circunscreve a pesquisas singulares, mas se baseia nas informações trazidas pelas pesquisas realizadas pelo Proame-Cedeca em São Leopoldo nos anos de 2002, 2004, 2009 e 2012. Muito mais do que um recorte da realidade, aquelas pesquisas permitiram “olhar” as condições e circunstâncias de abandono e de des-responsabilização coletiva de um segmento da população – crianças e adolescentes em situação de rua – que, ao deixarem seus bairros e irem para as ruas, não apenas sobrevivem, mas garantem pelo seu estar na rua a permanência de um modo de ser da cidade que tem no anonimato uma forma de ser coisificada.

Crianças e adolescentes em situação de rua: pobreza e dignidade humana violada

De fato, se ficarmos presos à primeira leitura da forma como são contadas as *estórias* dos meninos e meninas em situação de rua, pode-se cair na armadilha de buscar nas narrativas daquele que está na rua um pretenso conhecimento

83 Conforme conceito de Zygmunt BAUMANN (*Modernidade Líquida*, São Paulo: Jorge Zahar, 2000) Sociedade Líquida é aquela em que vigora a ascensão de objetivos individuais e a legitimidade das instituições tradicionais é posta em questão. Essa mudança de parâmetros provoca uma quebra das categorias analíticas até então utilizadas: de classe, etnia, linguagem, que não dão conta da complexidade e da fragmentação da sociedade atual que se caracteriza pela valorização da aceleração do tempo e dos microespaços de convívio social.

lógico do lado não lógico da natureza humana que, por sua vez, pode não revelar as condições negativas “nas quais o ser humano é humilhado, abandonado, desprezível”.⁸⁴ Identifica-se que, na variedade das histórias individuais, há o destaque singular de um tipo de explicação para as causas da violência social: são as explicações *econômicas como se apenas* ela, a economia, e não os processos de natureza político-social é que poderiam estar entre os fatores causantes do fenômeno social da violência.

Nas narrativas individuais, percebe-se a evidência de que as zonas centrais da cidade estão abertas ao fluxo de mercadorias, de dinheiro e de ideias, mas que, por outro lado, a tendência é inversa quando se trata do fluxo de pessoas, ou seja, o fluxo “ir para o centro da cidade” de fato existe, é grande. Entretanto, este território livre tende cada vez mais a se fechar para aqueles que são pobres, e nesse sentido as leis para os excluídos sociais têm-se tornado cada vez mais duras. Tal fato exige uma atenção aguçada e alerta para as formas como as histórias das crianças e adolescentes se manifestam e têm sido (re)escritas ao longo dos tempos.

As pesquisas e o trabalho da equipe do Proame-Cedeca insinuam que evidentemente há outros fatores que não as estritas regras do jogo jurídico que normatiza o trânsito de pessoas. Os estudos sobre violência feitos com jovens atestam a verdadeira complexidade das problemáticas sociais. Nesse sentido, as informações sobre a situação de meninos e meninas em situação de rua em São Leopoldo são fatos ditos exteriores, coercivos e repetitivos que ao serem compreendidos permitem evidenciar dois tipos de desdobramento: sinalizam que há circunstâncias do “estar na rua” que permitem, confirmam e promovem que está na liberdade pessoal a busca de uma existência real da pessoa autodeterminada, como também podem, inversamente, restringi-la, violar a dignidade e ser causa de continuidade da pobreza e da miséria.

⁸⁴ MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Introdução à Crítica da Filosofia de Direito hegeliana*. Trad. Helmut Thielens. Berlim, 1977. p. 385.

O número de crianças e adolescentes em situação de rua aponta, num primeiro momento, para estratégias que os indivíduos empregam, visando fazer frente a um processo de precariedade nas condições de vida de uma sociedade que tem na pobreza econômica da maioria o nexos causal que permite a riqueza econômica da minoria. Dito de outra forma, em uma formação social que produz uma *falsa riqueza* e uma des-responsabilização coletiva, a existência de pessoas vivendo em situação de rua só é possível quando a noção de cidadania não implica em uma **experiência participativa inclusiva**.

CaUsantes da violência

Os anos 2000, assim como o final da sua primeira década, estão sendo marcados pelo aprofundar e pela diversidade das crises econômicas: crise de acumulação, crise provocada pelas economias desenvolvidas, crise cíclica do capitalismo financeiro, entre outras. O período se caracteriza pela instabilidade e pelo incerto, pois além da crise econômica se agrega uma crise ético-política. Pode-se falar, com certeza, que não existe uma crise setorial, localizada ou geográfica, mas de crises plurais. A instabilidade e o incerto do momento atual se devem ao fato de que, no curto prazo, não há uma definição imediata de um novo tipo de organização social ou de emergência de novas condições de vida e trabalho.

Sem dúvida, diante desses fatos emerge um duplo movimento: de um lado, iniciativas para a superação da crise que buscam respostas dentro dos parâmetros conhecidos que beneficiam aqueles atores sociais incluídos e que dominam as regras do jogo; e, por outro, a desestruturação de uma realidade conhecida, expressando-se principalmente em fenômenos como: **desemprego**, **desaceleração dos processos produtivos**, emergência de ocupações atípicas, precarização das condições de trabalho, trabalho infantil, aos quais se agregam as tradicionais formas de exclusão social.

A existência de crianças e adolescentes em situação de rua em São Leopoldo resulta também da fragilidade e vulnerabilidade social de seus responsáveis (pedreiro, servente [14%], serviços domésticos [18 %], pedinte, prostituição, estivador [17%], pintor [17%]). Nesse sentido, paradoxalmente, por mais que se saiba que as relações sociais não são autoexplicadas, mas pluricausais, as pesquisas do Proame-Cedeca direcionam o olhar do analista para um pensamento único (evidenciar as variáveis econômicas), impossibilitando no processo de pesquisa um olhar transversal ou inovador.

Por esta razão, passa a ser fundamental propor outros olhares que, ao fim e ao cabo, podem fazer **a diferença, visto que a violência que afeta crianças e adolescentes** é pautada por processos de exclusão social e produto de relações de poder desiguais, sendo animada por um *ethos de injustiça social não equitativa* no sentido mais amplo da expressão, o qual implica na não redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos.

O contexto da dignidade violada

A rua é o lugar por excelência em que se evidencia a forma de organização e cooperação proposta pela cidade. Nela está materializado o contexto de fragilidade social marcado pela violência social, no qual a família nem sempre é reduto de proteção para as crianças e adolescentes. Na rua se percebe de modo mais expressivo que os conceitos de criança, infância e juventude são de naturezas diferentes e que políticas públicas não têm equivalência a políticas de governo. E que, na diversidade multicultural da rua, os processos de sociabilidade de crianças e adolescentes são pautados por outras lógicas, marcadas pela fragmentação.

Os dados que seguem permitem identificar os fatores, os mecanismos e os elementos que pautam o cotidiano da rua e que diretamente influenciam o modo como as crianças e adolescentes percebem a cidade e a sua condição de sujeitos proprietários de Direitos. É importante destacar: a situação de rua não

se dá porque uma pessoa é mais fraca que a outra, mas porque se trata de uma realidade relacionada à dinâmica da cidade.

Quem está na rUa?

Quadro I - Faixa etária - Em percentuais

Faixa etária	2002	2004	2009	2012
5	1,6			
6/8	6,5	2,0	8,0	53,8
9/11	24,0	27,0	28,0	38,4
12/14	49,0	48,0	7,0	7,6
15/17	18,0	19,0	57,0	
18/21	0,9	4,0		
Total				

Fonte: Pesquisas *Crianças e adolescentes em situação de rua* – Série Cadernos 2002, 2004 e documentos *A rua de olho na comunidade*, 2009; *Projeto Comunidade Ativa*, 2012.

O modo como se configura este segmento da população de São Leopoldo contribui para a fragmentação e a pluralidade de grupos em situação de rua, gerando a emergência de uma infinidade de estratégias de sobrevivência. Em contrapartida, trata-se de grupos demandantes de múltiplos interesses, agrupados em torno de diversas identidades, provocando assim novas formas de comportamento, os quais se apresentam ampliadamente diversificados pela mídia sensacionalista sempre que há denúncia do abuso ou da violência juvenil.

Esse panorama nos indica que, entre as dificuldades de constituição dos sujeitos sociais (crianças e adolescentes), está a necessidade de compreender os processos de mobilidade juvenil nas grandes cidades, o qual é uma realidade cada vez mais presente em nossas sociedades. Principalmente porque, nesse

final de década, a questão do sujeito social (coletivo) não pode seguir sendo entendida a partir do modelo que tem no mundo adulto e/ou na inserção social formal (consumo ou trabalho) seu modelo institucional mais representativo. Este início de terceiro milênio vem se caracterizando principalmente pela existência de articulações plurais, nas quais os indivíduos buscam seus direitos e a partir deles tentam incidir diretamente na elaboração de políticas públicas que se traduzam em propostas de outro tipo de desenvolvimento e cidadania.

Em um mundo em transformação permanente, apelar para o entendimento da ação do sujeito – juvenil – é uma das respostas para contra-arrestar a dissociação da economia e da cultura e também pode ser fonte possível para a compreensão dos movimentos sociais que se opõem aos donos da mudança econômica ou aos ditadores comunitários.

Em função deste contexto, correlacionar extermínio de crianças e adolescentes e cidadania têm sentido, porque cada vez mais as dimensões – do local, do regional, da diversidade, da complementaridade – passam a ser fundamentais, porque trazem à discussão questões relacionadas com a construção do político, entendida aqui em termos de soberania e participação popular que constituem o fundamento necessário para a mudança social verdadeiramente capacitadora: não há benefício sem participação nem participação sem benefício. Tal equação decorre da seguinte premissa: o direito a determinar o benefício cabe a quem participa; a condição de participar só é possível para quem é reconhecido como cidadão.

Nocaso de meninos e meninas em situação de rua, a sua condição não cidadã é uma maneira específica de diferenciar as pessoas e sinaliza a estreita relação entre a ideologia que privilegia o consumo e a crise nas ou das políticas sociais que não conseguem dar conta dessa realidade.

O contexto da não cidadania

O contexto da não cidadania baseia-se simultaneamente na desigualdade, na violência social e no não reconhecimento da diferença. Em São Leopoldo, as pesquisas em diferentes momentos mostram que, para crianças e adolescentes em situação de rua, os maiores medos são: polícia (ser preso), abordagem agressiva (26,%), rejeição, preconceito, desrespeito por parte população, agressão verbal (24%), violência física (33,1%).

A violência contra crianças e adolescentes em situação de rua na verdade sinaliza e põe em evidência o que realmente está em causa: a luta por trocas iguais e iguais relações de autoridade e reconhecimento, muito mais do que relações apenas pautadas pelo poder. Uma vez que as trocas e as relações de poder desiguais se cristalizam nos bairros de origem dessas crianças e desses adolescentes, sua estratégia é orientada pela ideia de que é possível buscar em outros bairros (os mais centrais) o acesso àquelas situações que garantam melhores condições para o dia a dia, fato que se expressa nas atividades desenvolvidas na rua: cuidar de carros (24%), pedinte (38%), vendedor (33%).

Esse fato é interessante porque estar nas ruas centrais **induz crianças e adolescentes a supor que o direito à cidadania se afirma como um direito em termos de igualdade apenas porque as ruas estão abertas**. Cidadania, então, não significa a diferença entre estar incluído ou excluído socialmente, mas de “não ser diferente” porque se tem a possibilidade de poder circular na cidade. No entanto, a realidade é muito mais complexa e por ser cada vez mais fragmentada concorre para situações marcadas pela presença de concepções conflitantes: aqueles que estão incluídos contra aqueles que estão excluídos.

Os conflitos sociais nesse contexto não abrem espaço para o “sentido de comunidade”, isto é, para a expectativa de que o encaminhamento de soluções para problemas e desafios comuns e de que as respostas às mudanças se darão, cada vez mais, através de canais e processos definidos conjuntamente e também segundo princípios e valores comuns.

O acesso à cidadania é ponto fundamental de políticas públicas relacionadas à mobilidade nas cidades, pois ele determina não só a possibilidade de enraizamento, como também e sobretudo as condições de apropriação por parte dessa população dos ordenamentos institucionais/jurídicos que traçam as considerações a respeito da questão: direitos do homem *versus* direitos do cidadão.

Na verdade, os processos de mobilidade urbana propostos por crianças e adolescentes em busca de inclusão são uma resposta à crise social pelo lado individual, mas explicitam a existência de uma situação justamente oposta – a não cidadania. Trata-se, todavia, de uma falsa síntese, uma vez que funciona totalmente como uma “não mudança”, porque permanece dentro do capitalismo. Em vez de a sociedade repensar a participação do jovem e rever o contrato social, a justiça social, as relações de poder, ela anula o conflito social, e nesse anular há um jovem e um cidadão silenciado. Aquele que está em situação de rua tornou-se indivíduo marcado, mas muito mais do que um movimento de pessoas, a criança ou jovem em situação de rua assinala a derrota da crítica contra-hegemônica diante dessa nova versão de ordenamento asséptico do capital nas grandes cidades.

Por isso, tanto no plano social como no plano político, evidencia-se a fragilidade das políticas de integração dos jovens em situação de rua. Nas grandes cidades, a integração dos jovens, no seu sentido mais amplo, não implica na redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos, porque é entendida como um favor concedido pelo Estado condicionado à assimilação da cultura hegemônica da ordem.

De fato, em vez de transformações sociais, a resolução de problemas se dá a partir de ações individuais; em vez da participação popular, a participação de grupos hegemônicos e com interesses reconhecidos (*stakeholders*) se evidenciam; em vez do contrato social, a autorregulação; em vez da justiça social, jogos de soma zero e políticas compensatórias; em vez de relações de poder, parceiros-voluntários; em vez de conflito social, coesão social.

É por isso que, ao entrar no avesso dos processos de mobilidade provocados por crianças e adolescentes em situação de rua, encontra-se neles a ideia de um projeto de inclusão social e de redistribuição social que refletem aspirações por um tipo de sociedade e de democracia. Esses elementos permitem afirmar que, na crise econômica e no não reconhecimento dos indivíduos, encontra-se contida a ideia da autonomia e a concepção de que a mobilidade e o estar na rua podem conduzir a diferentes futuros.

Nesse sentido, pode-se aprender muito mais com a experiência e a observação direta dos movimentos de crianças e adolescentes em situação de rua. Não há necessidade de recorrer à literatura para compreender esse grupo social; sabe-se muito mais sobre as condições concretas do que acontece com a sociedade, quando se explicita a concepção de infância, juventude que se esconde nas narrativas daqueles que estão em situação de rua, do que olhando seu aparato jurídico constitucional.

Por que correlacionar extermínio e cidadania?

Porque essa correlação traduz um exercício de construção analítica que nos incita a ter presente que a realidade social não é um sistema estruturado no sentido de que as mudanças não são resultado de um único ou último fator localizado na lógica do capital. Em particular, estamos dizendo que não existe uma lógica única, inevitável e simplificadora para explicar o deslocamento espacial de crianças e adolescentes como “a” possibilidade dos indivíduos acessarem concretamente situações que permitam participar de um mínimo social.

O conceito de “cidadania”, ao contrário da visão liberal que enfatiza o sincronismo – direito e não participação –, não pode ser reduzido a uma interpretação de direitos de acordo com princípios políticos e não necessariamente sociais. Isso nos permite dizer que, no extermínio de jovens e adolescentes, apresenta-se o avesso da cidadania. Porque esse jovem não tem acesso aos direitos sociais e, sem um mínimo de bem-estar econômico e segurança, o direito

de se apropriar da sua herança social e levar uma vida digna fica comprometido e inviabilizado.

Nesse sentido, introduzir o duplo “atractor” – extermínio e cidadania – como dimensões operantes de um mesmo fenômeno significa ter presente que as subjetividades e os desejos sociais atuam como as principais forças inovadoras de conhecimento sobre a realidade social ou as realidades sociais, as quais nem sempre se definem como reflexo das grandes representações sociais produzidas pelo Estado. Nesta perspectiva, o conhecimento dos processos de violência urbana não se apresenta como resultado de uma perspectiva econômica que se pretende universal, mas como atividade constante da *invenção* humana tanto na construção de suas múltiplas formas de sociabilidade como na desarticulação de práticas sociais viciadas (inclusive da política representativa).

O invento é uma expressão que se refere à faculdade de resolver situações a partir de diferentes táticas sociais, na qual criar ou inventar bens sempre propõe a alteração de uma lógica hegemônica.

A fragilidade do modelo cidadão ligado a uma concepção de ordem que se baseia na especificidade da cultura da elite e desconsidera as outras culturas é sobretudo ideológica e demonstra que os centros urbanos de nossas cidades ignoram deliberadamente os regulamentos e artigos da Declaração dos Direitos Humanos e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

As discussões sobre códigos e leis apenas revelam o modo como as crianças e adolescentes são percebidos na sociedade: rejeitados na sua pluralidade e diversidade, sem um entendimento de que cidadania é processo dinâmico. Por isso, há necessidade de outro registro analítico para compreender os processos de violência urbana e sua vinculação com a construção de políticas públicas de caráter multicultural.

Para tanto, é preciso algumas condições, a saber:

a) não à ordem e às hierarquias

As mudanças recentes na economia e no mundo do trabalho contribuem para a ideia de que o fazer política (o saber social) seja entendido somente como resultado de processos lineares da modernização, fundado na representatividade individual e dependente de partidos políticos determinados por interesses econômicos.

Esta concepção de política e de sociedade está fundamentada na ideia de integração, ordem e progresso baseada nos princípios positivistas que postulam que o político é apenas regido por uma lógica social racional e por modelos dominados fundamentalmente por uma realidade técnico-econômica.

Hoje, o “retorno dos atores sociais” e de um cidadão plural desenraizado nos faz pensar que as ações produzem não somente a afirmação de si, como sujeitos coletivos diferenciados, mas também de um modo de fazer e de compreender a sociedade como resultado de processos, nos quais a política não é só o resultado da prepotência e da capacidade de alguns.

b) não às dicotomias

Segundo Albert Hirschman os processos sociais não podem ser entendidos somente em função de esquemas explicativos duais: lutas ou posições negativas; a complexidade dos processos sociais não se reduz a esquemas lineares, principalmente porque sempre existe o fator “inovação” nas ações dos indivíduos.⁸⁵

Hoje, as ações dos atores sociais se manifestam e se explicam a partir de uma afirmação propositiva: querer e buscar mais liberdade, garantir espaços de reconhecimento e expressão de maior responsabilidade cívica. Nesse sentido, é muito mais difícil identificar os grupos e dizer como se constroem ou mudam as atitudes na sociedade.

85 HIRSCHMAN, Albert. *Saída, voz e lealdade*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

Se partirmos do pressuposto de que as decisões políticas não são o resultado da simples aplicação da análise econômica ou sociológica, mas que se apoiam em uma perspectiva de mudança, então passa a ser fundamental compreender as urgências da sociedade. As respostas da sociedade contemporânea não dão conta dos conflitos, da exclusão social, da miséria, da mutação, da diversidade, muito menos conseguem entender que a possibilidade de construção de uma sociedade está no reconhecimento do diferente, **na possibilidade de renovar pelo diálogo e pela pluralidade as questões de representação, dos direitos humanos e dos direitos sociais que quase nunca são levados em consideração.**

Liberdade e responsabilidade envolvem decisões de cunho ético e democrático da relação entre os indivíduos. No contexto de crianças e adolescentes em situação de rua isso significa um processo de diferenciação, no qual novos tipos de reivindicações emancipatórias implicam direitos.

c) **sim à complementariedade**

O mundo moderno se caracteriza fundamentalmente pela “irreversibilidade” e pela “imprevisibilidade”⁸⁶, e define “ser social” como resultado de uma rede de interações em que o “relacional e o comunicacional”⁸⁷ constituem o essencial da vida social. Sendo assim e tendo presentes os efeitos da economia, dos novos meios de informação e da fragilidade dos marcos sociais tradicionais, entendemos que as análises dos processos sociais, tais como “crianças e adolescentes em situação de rua”, não podem ser reduzidas a explicações da crise ou das mudanças que remetam somente a considerações de ordem econômica.

A compreensão do social na sua complexidade passa por uma leitura múltipla, plural e complementar dos processos políticos que se originam dos

86 ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

87 HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. 2. ed. Madrid: Cátedra, 1994.

diferentes espaços sociais, tanto nos bairros pobres (de origem) quanto nos de destino (centro da cidade).

d) sim às aproximações sucessivas do real

Esta perspectiva parte da incompletude do conhecimento; acreditamos que o entendimento do fenômeno social e a busca de novos marcos ou novas categorias de compreensão política do fenômeno dos jovens em situação de rua se fazem necessários.

Percebe-se que o político não se define pela conservação de uma ordem, porém de um duplo e ambíguo movimento: de um lado, abertura e mudança com a circulação cada vez mais rápida e intensa de informações e processos participativos e, por outro, caracteriza-se por uma demanda de segurança e de marcos lógicos que permitam a reconstituição de uma dignidade e/ou um direito que as pessoas precisam ter.

Por isso, analisar os fenômenos (o real) a partir de diferentes lugares onde se localizam ou ancoram os nômades do terceiro milênio dá lugar a registros lógicos que permitem, ao alternar horizontes, alcançar um conhecer político que não se limita a analisar o real somente a partir de sua descrição.

Os estudos sobre violência contra crianças e adolescentes possibilitam uma dialética: permitem pensar que na dinâmica da violência social se caracteriza um tipo de relação sujeito-objeto que precisa ser explicitado e que, no encontro destes dois elementos (extermínio de jovens), dá-se o ato de conhecer as políticas públicas que não garantem direitos ou o reconhecimento de crianças/jovens como cidadãos.

A mobilidade urbana de crianças e adolescentes em situação de rua nos remete a pensar a cidadania e a uma práxis política não passiva, exige debater aquilo que nem sempre está dado naquilo que os outros encontram: o silêncio dos cidadãos de bem.

digressões inconclUsas

Uma primeira observação que se evidencia a partir da reflexão sobre violência contra crianças e jovens em situação de rua e cidadania, proposta nestas notas, diz respeito ao fato de que os processos de mobilidade urbana realizados por crianças e adolescentes não são uniformes e em alguns casos a estratégia “sair” resulta de parâmetros fantasiosos, porque os elementos da construção se baseiam na fragilidade e na vulnerabilidade social em que se encontram.

A correlação “extermínio e cidadania corrompida (não cidadania)” se faz necessária, porque ainda o modo como os meninos e meninas em situação de rua são remetidos à não existência nas áreas centrais da cidade resulta do fato de que não é possível obrigá-los a voltar para seu lugar de origem, como sucedia na vigência de um Estado-Providência pleno que garantia: emprego, educação e saúde.

Hoje a matriz da exclusão, ao contrário daquela situação no Estado-Providência, deriva do fato que a exclusão não existe somente como dilema econômico, mas também como dilema político e tem na xenofobia o contraponto que impede crianças e adolescentes de serem reconhecidos e pertencer à sociedade de direito.

A juridificação da vida social, ou seja, a concepção segundo a qual as transformações sociais são uma luta por direitos cuja regulação é exercida pela democracia liberal e pelo Estado de direito, traduziu-se no recuo da cidadania ativa, à medida que a proteção de um número crescente de interesses sociais foi ficando dependente de especialistas do direito dotados de uma mentalidade tecnicista.

A história das crianças e adolescentes em situação de rua pode, nas suas paixões, nos seus preconceitos, ser um eterno recomeçar, mas há circunstâncias que não recomeçam. Estar na rua, sair do seu bairro, é uma dessas situações dialéticas que demonstram que não se constrói cidadania a partir do pressuposto errado de que o objetivo da sociedade é o consumo. Ao contrário, este, ao

se realizar, envolve contradições de diferentes ordens que acabam provocando crises. Exemplo disso é o caráter excludente do sistema capitalista, que tende a reduzir salários para aumentar os lucros e impulsiona comportamentos que maximizam as saídas individuais em detrimento de saídas coletivas: politicamente corresponsáveis.

A correlação proposta aponta para uma análise que não se reduz ao descritivo e busca compreender o que é ainda e não se entende no seu todo. O ser cidadão implica em reivindicações, em contestação. Fato que se apresenta profundamente alterado pela crise econômica, pelo desmanche do *welfare state* e, também, porque as políticas públicas passaram a centrar-se na necessidade de conter e controlar as reivindicações da sociedade.

A perspectiva não cidadã baseada numa concepção individualista da sociedade civil dominada pelas organizações empresariais tem na domesticação da participação popular o agente corruptor que entende equivalência entre iguais como princípio regulador da sociedade.

Todo homogêneo tende a converter-se, mais cedo ou mais tarde, em violência excludente de sociedades fechadas. Exclusão social nunca serviu nem servirá de base para a opção democrática nem será princípio regulador das relações sociais.

Para finalizar, compreender o sentido “do estar na rua” nos remete ao imaginário social que, dependendo de “onde se fala” pode ter diversos significados e isto é uma verdade. Mas, construir conhecimento comprometido com a superação das questões sociais só é possível quando a noção de ruptura e a noção de acumulação de direitos políticos e sociais se apresentem como a possibilidade de construir “consensos provisórios”.

Por isso, as pesquisas do Proame sinalizam para nós aquilo que outro *graffito* de Chiapas aponta: **“Quando parece que não fica nada, ficam os princípios”. Ainda bem!**

Outras referências

ALBUQUERQUE, Paulo P. Trabalho e sociedade em transformação. *Revista Sociedade em Debate*, v. 10, n. 3, dezembro de 2004.

BICUDO, Helio. Migração e política pública. In: MILESI, Rosita Maria Luiza (Org.). *Migrantes cidadãos*. São Paulo: Loyola/IMDH, 2001.

LESSA, Sérgio. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: *Capacitação em Serviço Social e política social*. Brasília: CEAD, 2000.

MILESI, Rosita (Org.). *Refugiados, realidade e perspectiva*. São Paulo: Loyola/IMDH/CSEM, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004.

TOURAINÉ, Alain. *Podremos vivir juntos? La discusión pendiente: el destino del hombre en la aldea global*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

VASILACHES, Isabel. *La construcción de representaciones sociales. Discurso político y prensa escrita*. Barcelona: Gedisa, 1997.

Ressignificando a vida após uma perda inominável

Raquel Zimmermann

*Quando morre um menino
Reza o vento sua prece
O destino fecha a porta
E o dia não amanhece
Quando morre um menino
Se quebra a vida em pedaços
As horas correm vazias
Sem travessuras e abraços
Quando morre um menino
Choram as águas da sanga
Amadurecem inúteis
Vivos melões e pitangas
Quando morre um menino
A tristeza mata a fome
E crescem ervas daninhas
Pelos caminhos de um homem
Quando morre um menino
Tem o pão gosto de fel
A alegria sai da casa
E não há pandorgas no céu.*

(Cesar Passarinho)

Sete de outubro de 2012. Passava pouco das 23 horas quando o interfone tocou. O reflexo de luzes vermelhas na cortina prenunciava o recebimento de uma notícia que mudaria definitivamente o rumo de nossas vidas. Ao abrir a porta, eis a impactante imagem de dois policiais que me olhavam fixamente, imóveis, quietos. Ao perguntar o que acontecera, ouvi a frase mais curta, mais dura, mais fria e mais cruel de toda a minha vida: “Teu filho está morto”. Estas palavras ecoam até hoje em meus ouvidos, como certamente ecoam meus gritos de desespero e dor... Num momento como esse, perdemos completamente a noção da realidade, deixamos de compreender o sentido da vida e nem mesmo sabemos se haverá dia seguinte.

As horas passavam e, aos poucos, começamos a perceber que aquilo tudo era real. As lágrimas de dor e desespero dos amigos, dos avós, de uma cidade inteira inundam o poço no qual estamos, sem luz, sem forças. A velocidade do tempo não é a mesma, somem as cores, os sabores, os sentidos. Tudo que queríamos naquele momento era abraçar, beijar, carregar nos braços aquele que carregamos no ventre e no coração, mesmo sabendo que já não há mais vida naquele corpo. Esta é com certeza a maior perda que um ser humano pode experimentar. É avassaladora, irreparável, de difícil compreensão, pois inverte o ciclo natural da vida. Quando um filho morre, leva com ele os sonhos, esperanças e o futuro, dos pais e de todos aqueles que com ele conviveram. É uma dor que nem mesmo tem nome.

Naquele momento não queremos saber como foi, quem foi, por que foi, pois a dor é tão profunda que não há espaço para essas perguntas. Mesmo assim, tudo parece irreal até o impactante momento de ver o corpo sem vida, de tocar algo endurecido e gélido que em nada lembra a maciez, a doçura, o calor, a ternura e a beleza do filho que geramos, “parimos”, amamentamos, cuidamos. O momento é desesperador. Nossas pernas não possuem forças para sustentar o peso do impacto e por alguns instantes parece que também não respiramos, que nosso coração também para, e que tudo desaparece, ficando um imenso vazio, silencioso, onde somente tu e o teu filho estão nesse último encontro

físico. A vontade é de arrancá-lo daquele caixão, de chamar-lhe a atenção como se estivesse fazendo alguma travessura e exigir que abra os olhos, que caminhe e que continue a viver... Que continue a viver.

O nosso amor atinge o auge, rompe o coração e invade cada célula, cada espaço do nosso corpo e transborda. Sim, o amor é tão imenso e tão intenso que já não cabe mais em nosso corpo.

Naquela noite, como de costume, meu filho foi até meu quarto, beijou, abraçou e fez uma brincadeira com a irmã de apenas seis anos. Sorrindo acariciou os meus cabelos, disse que me amava muito e que sairia para jantar com os amigos, no centro da cidade. Era cedo e a doçura das palavras e o sorriso marcante ao reforçar o imenso amor que existia entre nós, como sempre, aliviava meu coração. Jamais saía de casa sem dizer o quanto me amava e amava as irmãs. Como contar para elas? O que dizer? Se eu pudesse, carregaria sozinha esta dor.

Meu filho e dois amigos foram abordados no centro da cidade, em uma das principais avenidas, em frente a um restaurante, no final da noite. Foram colocados no carro de um dos amigos, objeto de desejo de um jovem armado e outros dois⁸⁸ que estavam sob efeito de drogas e álcool. Depois de terem rodado poucos quilômetros, a arma disparou *acidentalmente*, segundo os depoimentos, matando o primeiro jovem. Para que não houvesse testemunhas, meu filho foi executado com um tiro na nuca, mesmo clamando pela vida e entregando tudo o que tinha. O terceiro amigo entrou em luta corporal, conseguiu fugir e pedir socorro. Mas, com a cena que vira passar diante de seus olhos e o corpo que fora coberto pelo sangue dos amigos, sua juventude, seus sonhos e sua paz também foram assassinados dentro daquele carro, abandonado com dois corpos sem

88 Pouco mais de dez meses depois da morte de Brunno Kirsch, 22 anos, e Nicolas de Freitas, 20, a Justiça condenou à prisão, em regime fechado, os três autores da execução dos jovens, ocorrida em Novo Hamburgo, RS. As vítimas foram alvejadas na nuca por um jovem, então com 19 anos, o qual foi sentenciado a 34 anos e oito meses, mesma pena imposta ao outro jovem, de 22 anos. O terceiro, 21 anos, pegou uma pena um pouco mais branda: 33 anos, seis meses e 20 dias de prisão.

vida. Foi tudo tão rápido, mas não consigo imaginar a dimensão do desespero e angústia nos momentos finais. O que sente uma pessoa quando sabe que sua vida será tirada sem piedade e sem motivo?

O que faço com os sonhos que sonhei? Um menino que vivia de forma irreverente, sem qualquer apego material, sem grandes ambições, mas que sonhava com um mundo menos desigual, menos materialista, mais justo, mais humano e transmitia tanto amor pela vida, que emocionava quem com ele convivia. Desde tenra idade me acompanhava na rotina de assistente social, conhecia a dura realidade que tantos pais insistem em esconder dos filhos, conhecia a exclusão, a fome, a dor e a violência que dilacerava as famílias. A humildade era a característica mais marcante e era com ela que caminhava pela cidade e sentava no chão das praças para conversar com aqueles que se encontravam em situação de rua. Foi dessas pessoas, que passaram a visitar a minha família depois da morte do Brunno, que ouvi as palavras mais acalentadoras ao meu coração e que deram a certeza de que, nesses breves 22 anos, ele viveu de forma intensa, verdadeira, como sempre desejou, e que foi feliz: “Tia, o Zezinho faz falta, porque era um dos poucos que sentava no chão, que olhava no olho e tratava a gente ‘como gente’”.

Uma estranha paz invadia meu coração e aliviava a dor que rasgava meu peito. Aos poucos, fui percebendo que alguns fatores contribuem para a melhor compreensão e superação da morte, principalmente de um filho. O que nos sustenta nesse momento é um tripé formado por fé, amor e paz. Paz não pela ausência de guerra externa ou interna, mas a paz que encontramos quando percebemos que não existe culpa, que não existem pendências. Amei e fui amada de forma tão intensa, verbalizei e ouvi a declaração deste amor todos os dias, a cada instante, durante nossos fortes abraços, longas conversas, risos e lágrimas compartilhados. Talvez a culpa seja o fator que mais dificulta a aceitação de que um filho partiu. Os pais costumam fazer longos e cruéis questionamentos, se culpam pela morte, seja ela por doença, acidente ou assassinato. Nossos filhos partem, mas nós continuamos, e com uma missão bem definida de

consolar com nossa fé, dor e coragem aqueles que também passam por perdas irreparáveis.

No período em questão, Novo Hamburgo enfrentava o ano mais violento de sua história, apresentando números alarmantes, com uma média de 3,3 mil queixas de crimes por mês, para aproximadamente 250 mil habitantes.

Nos números frios das estatísticas, o duplo assassinato gerou uma das 21.434 ocorrências registradas de janeiro até as 18 horas de ontem na Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento (DPPA). O aumento do movimento no órgão é um sintoma de que a segurança pública está doente. A projeção é que a DPPA feche o ano com mais de 26 mil boletins, superando em 2 mil o total de 2011. Considerando que as 3ª e 4ª DPs também recebem queixas de crimes, Novo Hamburgo deve terminar 2012 com mais de 40 mil ocorrências.⁸⁹

Assim como nós, familiares e amigos, a comunidade hamburguesa não podia mais se calar. Foi ainda durante o velório do Brunno e do Nicolas que uma passeata começou a ser organizada. Era preciso que nossa voz fosse ouvida, que as vozes caladas pela violência fossem ouvidas. O evento chamado “Manifesto Pela Paz e Segurança Pública” foi organizado através das redes sociais, utilizando o *Facebook* como canal de divulgação e tendo mais de três mil confirmações em pouco mais de dois dias. Mesmo sob forte chuva, em torno de 1.600 pessoas vestidas de branco caminharam pela cidade, até a Prefeitura, pedindo o fim da violência e lançando um abaixo-assinado, pedindo providências na área da Segurança Pública em seu sentido mais amplo – contemplado saúde, educação, entre outros aspectos –, com prazos já determinados para a efetivação. Era preciso haver mudanças! Mudanças que compreendessem a violência como violação de direitos humanos fundamentais, como ameaça ao respeito aos princípios de liberdade e igualdade. Mas, no fundo, sabíamos que as propostas apresentadas pelos gestores públicos naquele momento provavelmente seriam apenas para acalmar a comunidade e justificar o injustificável. Era preciso ir além. Aquela não era uma luta pela vida dos nossos filhos, pois nada os traria

⁸⁹ Disponível em: <http://ipad.jornalnh.com.br/news.php?cd=418106>.

de volta, mas uma luta coletiva, um grito de basta. Impactados pelo alto índice de jovens envolvidos em crimes contra a vida, erguemos a bandeira por nossa juventude que quer viver, mas com seus direitos assegurados, com dignidade, e não mais matar e morrer. E, essa juventude, esses direitos, não dizem respeito apenas aos “nossos” jovens, os jovens de classe média, as aparentes vítimas. Esses direitos também dizem respeito àqueles que matam, àqueles que roubam, àqueles que entram para o crime enquanto vítimas de uma sociedade que cria a cultura geradora da marginalidade e depois os renega, eximindo-se de culpa. Foram essas juventudes que saíram às ruas naquele dia chuvoso, carregando cartazes como o que dizia “é preciso morrer para a minha voz ser ouvida?”.

Alguns dias após, era realizado o segundo ato, visando coletar as assinaturas e finalizar as propostas a serem apresentadas aos órgãos competentes. Foi a partir desse momento que organizamos um pequeno grupo que passou a realizar reuniões semanais para discutir as fragilidades do sistema, a falta de políticas públicas e investimentos na área da Segurança Pública. Lançamos a proposta da Audiência Pública, que foi realizada dois meses após o crime, com a presença da comunidade e de inúmeras autoridades, quando o grupo entregou o abaixo-assinado com mais de quatro mil assinaturas e redigiu um Termo de Compromisso. Este documento foi divulgado em um dos jornais locais, pedindo que a comunidade recortasse e guardasse, para acompanhar sua efetivação.

A vida do meu filho de 22 anos e a do seu amigo de 20 anos foram tiradas por outros três jovens com idades entre 19 e 22 anos, confirmando uma cruel estatística que vem sendo apontada por diversos estudos. Nossos jovens estão morrendo e matando uns aos outros. Onde estamos falhando, quando não conseguimos garantir uma infância livre de violência e exclusão, o futuro dessas crianças e a vida de nossos jovens?

Recentemente conheci o *Projeto Direito no Cárcere*, implantado no *Presídio Central de Porto Alegre* e tive a certeza de que a humanização do sistema penitenciário é capaz de transformar a realidade. Quando ouvi os depoimentos daqueles jovens, quando vi as lágrimas e ouvi soluços dos familiares que ali

estavam, principalmente mães, precisei conter a emoção e não tive como não lembrar dos três assassinos do meu filho e seu amigo. Como escreveu Martin Luther King, “a escuridão não pode extinguir a escuridão. Só a luz pode”. O sofrimento dessas três mães não deve ser diferente do meu, pois seus filhos, aqueles que elas idealizaram e dos quais cuidaram, de certa forma também morreram naquela madrugada. A vida dessas famílias também foi destruída. Os sonhos e o futuro também foram roubados. Nós, *mães ressignificadas*, como prefiro chamar, e não *enlutadas*, visto que o luto é um processo e não uma condição ou um sintoma, contamos com o apoio, a solidariedade e o carinho de qualquer pessoa que cruze por nossos caminhos, mas elas não. São humilhadas, desprezadas, criticadas e carregarão eternamente esta marca. Quando acho doloroso demais chegar em algum lugar e ser apresentada como “a mãe do menino assassinado”, lembro delas, que devem ser ainda mais cruelmente rotuladas de “mãe do assassino”. Nenhuma mãe cria seu filho para ser morto. Nenhuma mãe cria seu filho para matar. Eles cometeram um grave crime, o mais cruel de todos, sem motivos e sem o direito de defesa. O que mais impressiona é a falta de perspectiva desses jovens, principalmente o que atirou, pois “a vida é um vazio para ele. Uma coisa absolutamente sem sentido”, como escreveu um jornalista.⁹⁰ Desde o primeiro instante perguntei quem realmente abordou meu filho e seus dois amigos, quem realmente dirigiu aquele carro desgovernado, quem realmente puxou aquele gatilho? Fomos todos nós!

Não há como evitar uma perda, e embora intrínseca ao que nos tor- na humanos, ela pode desencadear uma avalanche de emoções que vão desde uma tristeza, culpa, remorso, impotência, passando até mesmo por momentos de raiva, revolta e ódio. É nesse momento que nos encontramos diante uma bifurcação. É o momento da escolha, da decisão. Podemos permitir que estes sentimentos nos destruam, ou levantar, erguer a cabeça, perceber que lá fora o mundo continua e valorizar aquilo que temos. Não é fácil esse processo, pois independentemente de ter carregado este filho em seu ventre, você cuidou,

⁹⁰ Disponível em: <http://cronicasdereporter.wordpress.com/2012/10/>.

você sonhou, você planejou uma vida para ele, mas ele foi arrancado de sua vida e da sua família. Aquelas pessoas roubaram mais do que bens materiais, levaram mais do que seu filho, pois um pedaço de você e de sua vida também foi levado, para nunca mais retornar. Nada que você faça mudará essa realidade. Aos poucos vamos aprendendo a compreender esse processo, a lidar com esta “falta física”, esta “ausência presente”, com este imenso e eterno vazio que ficou, vamos administrando esses sentimentos, procurando um novo sentido para a vida, construindo novos sonhos e encontrando um novo lugar em nossas vidas, para aquele filho que partiu prematuramente.

Cada um reage à sua maneira, e infelizmente percebemos muitas famílias, especialmente mães, dilaceradas por sua dor e entregues ao passado, sem qualquer perspectiva de superação, muitas sucumbindo. É para elas que espero que este relato demonstre que, por mais insuportável que pareça essa dor, por mais imensa que seja essa ausência, a nossa vida não precisa ser assim, não precisa terminar, não precisamos morrer juntamente com nossos filhos. Não podemos trazê-los de volta, mas podemos e devemos lutar por aqueles que aqui permanecem, pois a nossa força e a nossa voz podem ser os principais ingredientes dessa mudança que tanto buscamos. A nossa dor pode e deve ser transformada em algo muito maior, em uma possibilidade de nos tornarmos pessoas melhores, pois somente assim daremos sentido à brevidade da vida, inclusive da nossa, e para a morte. Somente assim poderemos evitar que nossos jovens continuem matando e morrendo. Precisamos fazer isto. Precisamos prosseguir. Por nossos filhos, por nós, e por uma sociedade que clama pela vida!

Foi com este sentimento, e com o intuito de fazer germinar a semente que meu filho plantou, que a minha filha mais velha construiu o projeto que recebeu o nome de A Liga do Bem. Formada por um grupo de amigos, sem vínculos partidários ou religiosos, organizou-se por meio das redes sociais apenas oito meses após a morte do Brunno, para dar suporte às pessoas que estavam em situação de rua. Em apenas três dias tivemos a adesão de mais de duzentas pessoas, alimentando e aquecendo corpos, mentes e espíritos, durante o rígido

inverno. Então Novo Hamburgo enfrentou a pior enchente de sua história. Era preciso organizar a comunidade local, buscar suporte, recursos, agir com rapidez. O grupo convidou a comunidade a aderir a um grande movimento em prol dos desabrigados pelas chuvas, ultrapassando 800 adesões. De ajuda humanitária emergencial, passamos a provocar a rede, cobrar ações do Poder Público, provocar mudanças e a construção de novas políticas. Esse grupo, que hoje caminha para a regulamentação enquanto ONG, tem atuado em diversas frentes na defesa dos Direitos Humanos. A semente plantada foi regada e hoje colhe seus primeiros frutos. O sonho do meu filho está sendo realizado com o apoio de inúmeras pessoas, que continuam acreditando no ser humano e em um mundo melhor. É isto que chamo de vida ressignificada, a vida com um novo sentido, com um novo propósito, visando ao bem coletivo. O corpo físico morre, mas as lembranças, as lições, os sonhos e o amor permanecem vivos.

Tantas lembranças maravilhosas, mas jamais esquecerei do esboço de um doce sorriso que iluminava aquele corpo gelado, onde antes pulsava um coração cheio de vida, de calor humano, de irreverência... Às águas do mar da Praia do Rosa, tão azuis quanto seus olhos, entregamos suas cinzas, para que encontrasse a liberdade que tanto buscava; nos verdes daquele morro depositamos sua urna e assim, integrado à natureza repousa o corpo de um jovem que tinha um grande sonho, o maior de todos... **Viver!**

Posfácio

Fragmentos da dor

da página policial ao mais sUBlime amor

Quando me dei conta lá estava eu debruçada na janela, olhando o pôr do sol lindo beijando o rio Guaíba. De repente mergulhei na intimidade de minhas lembranças e comecei a fazer uma caminhada pelo passado e lembrei-me da minha filha que se chamava Marcelle. Seu apelido era “June” na família e os/as amigos/as a conheciam pelo apelido de “Neguinha”. Ah, essa Neguinha fez uma história em um curto espaço de tempo enquanto entre nós esteve... Foi uma criança linda, carinhosa, meiga e, dentro do possível, bastante inteligente... Até por que ela foi uma criança, e, logo que me dei conta que a cegonha iria me visitar, passei noites pensando em como seria minha vida dali por diante. Pois seu pai apenas me disse: “Eu não desejo ter mais filhos”. E agora? Bem, eu nunca fui pessoa de me assustar. Agora é ir à luta!

No dia 28 de agosto do ano de 1987, na cidade de Guaíba, vizinha de Porto Alegre, a cegonha deixou uma linda menina, a quem, muito felizes, minha mana e eu demos o nome de “Marcelle Anastácia”. Aos dezoito dias de sua chegada ao Planeta Terra, pedi para minha mãe, que logo se apaixonou por ela,

para cuidá-la, pois era hora de voltar a trabalhar para dar-lhe tudo o que fosse possível e necessário. Ela era um bebê muito lindo, o seu sorriso me dava forças para trabalhar cada vez mais.

O tempo passou rápido!

Ela sonhava com uma festa de aniversário e ganhou. Sentiu-se muito feliz com tudo, que para ela parecia ser o máximo, com direito até a maçã do amor no palito. Ela cresceu sempre falando nessa festa que a encantou... Das lembranças de sua infância, tenho certeza de que isso foi o que mais a marcou. Dentro de minhas condições de pessoa humilde eu lhe oferecia o que podia. É claro, o tempo continuou passando e veio a época da escola. Eu, como mãe, comecei a observar que ela apresentava certa rebeldia, mas achei que era da idade. Mudamos de cidade, chegamos a São Leopoldo, e ela seguiu estudando, mas sua maneira de ver o mundo era bem diferente da minha. Comecei a dar-lhe conselhos e conversar muito com ela, mas quanto mais eu falava menos ela me escutava.

Aos treze anos, ela teve um desentendimento sério com o pai e nunca mais falou com ele. Aos quatorze anos, começou a fazer amizades com pessoas que eu não conhecia (de outros grupos). Começou a não aceitar mais nada que eu falasse e junto com isso vieram outros fatos inesperados. Sua conduta mudou completamente. Passou a ser agressiva e, por fim, descobri que já usava drogas, saía e não dava satisfação para ninguém. Ela era a dona do mundo. Eu e a minha outra filha passamos noites desesperadas, sem falar que muitas e muitas vezes a Neguinha estava presa e a qualquer hora lá ia minha filha buscá-la.

Foi mãe da primeira filha. Não dava muita importância para o bebê, minha outra filha é quem cuidava dele para eu poder trabalhar. O tempo corria e não nos dava trégua nos dias sombrios de luta contra a droga, a desordem e tudo que a droga faz numa família. Não é só usuário que sofre, todos passam a ser do grupo. Houve épocas em que eu já tinha todos os documentos dela e um número de celular só para saber notícias dela, pois nossa família vivia esperando o pior.

E assim se passaram dias, meses e logicamente anos. Foram longos anos de tortura psicológica, humilhação diante dos vizinhos e da sociedade. Aos

poucos seus amigos foram se retirando, devido a suas atitudes e seu péssimo comportamento, só ficando os que gostavam das mesmas coisas, que praticavam as mesmas ideias e olhavam na mesma direção: um mundo sem perspectivas e sem esperança. Segui anos enfrentando dias melhores e dias piores.

Nasceu o segundo filho. Um menino que, aos oito meses, me vi forçada a entregar para o pai. Não tinha como criá-lo, pois a sua mãe saía à noite e passava vários dias sem aparecer. Isto gerou uma grande revolta na Neguinha que aos berros gritava: “Tu ajudaste todos, menos o meu filho”. Eu, que sabia o porquê da entrega dele para o pai, apenas me limitava a ouvir as mais amargas palavras de humilhação. Sofria muito, mas já tinha a outra para cuidar. Para mim, os dias só passavam sem a mínima esperança de melhorar. Chorava muito no serviço, mas sem nada poder falar no ambiente de trabalho, pois tinha medo de perder meu emprego. Muitas vezes enxugava as lágrimas e mostrava um sorriso para minha paciente⁹¹, pois não podia demonstrar insegurança para ela nem para os seus familiares. Mas a bem da verdade é que eu estava com o coração em pedaços. Isso não foi um dia nem outro, foram longos quatorze anos.

Muitas vezes algumas pessoas da comunidade me culpavam por ela ser assim. Eu tenho certeza que fiz a minha parte de mãe, de pai, de amiga, de confidente e de ouvinte. O que eu pude fazer dentro das minhas condições foi feito, dentro dos meus limites de ser humano. Por muitas vezes até fugi dos meus princípios, aceitei pessoas que eu nunca vi, dormindo em minha casa, sempre achando que ela poderia ver o caminho melhor. Mas não.

Quando menos esperávamos veio à notícia da terceira gravidez. Fiquei em pânico, mas o que poderia fazer? Nasceu uma linda menina a quem dei o nome. Eu, minha outra filha e seu marido nos propusemos a ajudar. Os dias iam passando e ela estava bem entusiasmada com a chegada do nenê. Ainda assim, de vez em quando saía e não voltava. Comecei a falar para ela que iria tomar alguma providência. Diante disso, ela resolveu dar a menina para a irmã e seu marido dias antes de acontecer a triste tragédia.

⁹¹ Lídia é técnica de enfermagem.

Às vezes eu, ela e a menina dela (a mais velha) nos deitávamos cedo só para conversar. Eu aproveitava para aconselhá-la, falar da vida, tentando mudar seu comportamento. Era só na hora, promessas e mais promessas. Uma noite em uma daquelas conversas ela disse algo que chamou bastante atenção. Falou: “Mãe, eu sou uma pessoa que conheço muito mais da vida do que tu possas imaginar, pois eu conheço o gosto da liberdade, conheço o gosto das discriminações, das humilhações, do desrespeito ao próximo, gosto amargo das prisões do que se passa lá dentro. Infelizmente vivi, senti e vi como as pessoas se sentem ao serem presas, como são tratadas, o que comem, como é a vida lá dentro ao ouvir o barulho das portas e dos cadeados. Parece que a gente cai em um buraco sem fundo e só se ouve o lamento das criaturas que lá estão pagando para a sociedade por seus erros. Erros estes que a própria sociedade muitas vezes nos obriga a cometer pela distribuição de renda desigual, pela mídia e até mesmo pelo consumismo. Enfim, vi lá, conversei com muitas delas e pensei ‘isto aqui não vale a pena, quero sair daqui e nunca mais voltar, pois vou dar mais valor ao que tenho lá fora’. Mãe, só pensei em tudo que me falas”. Só que já era tarde!

Nessa mesma noite ela falou: “Sabes que sou capaz de escrever uma história *‘da página policial ao mais sublime amor’*, pois eu amei só uma pessoa na vida...” Entre outras e tantas histórias vividas pela Neguinha, essa é a que mais marcou a nossa família e sempre vamos nos lembrar.

“June, você foi minha menina. Você foi alegria, linda na adolescência. Você foi meus dias amargos, você foi o motivo de gostosas risadas ao seu lado. Você me fez derramar muitas lágrimas de dor! Mas você foi também algo em minha vida que não sei explicar. Contudo, só quero te dizer que, onde estiveres, quero que continues sendo aquela moça alegre e risonha, pois sei que até os anjos do céu te agradecerão por teres ido antes para junto deles. Nós da tua família vamos sempre te amar como tu foste enquanto junto de nós estiveste...”

Lídia Garcia, tua mãe.

São Leopoldo, 06 de março de 2014.

**Dê valor à vida
e cuide de seus irmãos**

ConeCrewDiretoria
Você ouve todo dia
Mas hoje eu te peço
Pra ouvir minha canção
Ela fala de alunos
Meus amigos sangue bom
Que tão tudo aí na rua
Morrendo sem motivo algum
Somos todos filhos de deus
E também somos irmãos
Então porque a morte
E a discriminação
Dê valor a vida e cuide
de seus irmãos!

Thales Teixeira Gonçalves

*Rap produzido a partir das atividades
do Fórum Municipal de Adolescentes e Jovens*

PATROCÍNIO



APOIO



REALIZAÇÃO



Projeto
COMUNIDADE ATIVA
PROAME - CEDECA Bertholdo Weber



Capa e miolo em
papel Reciclato